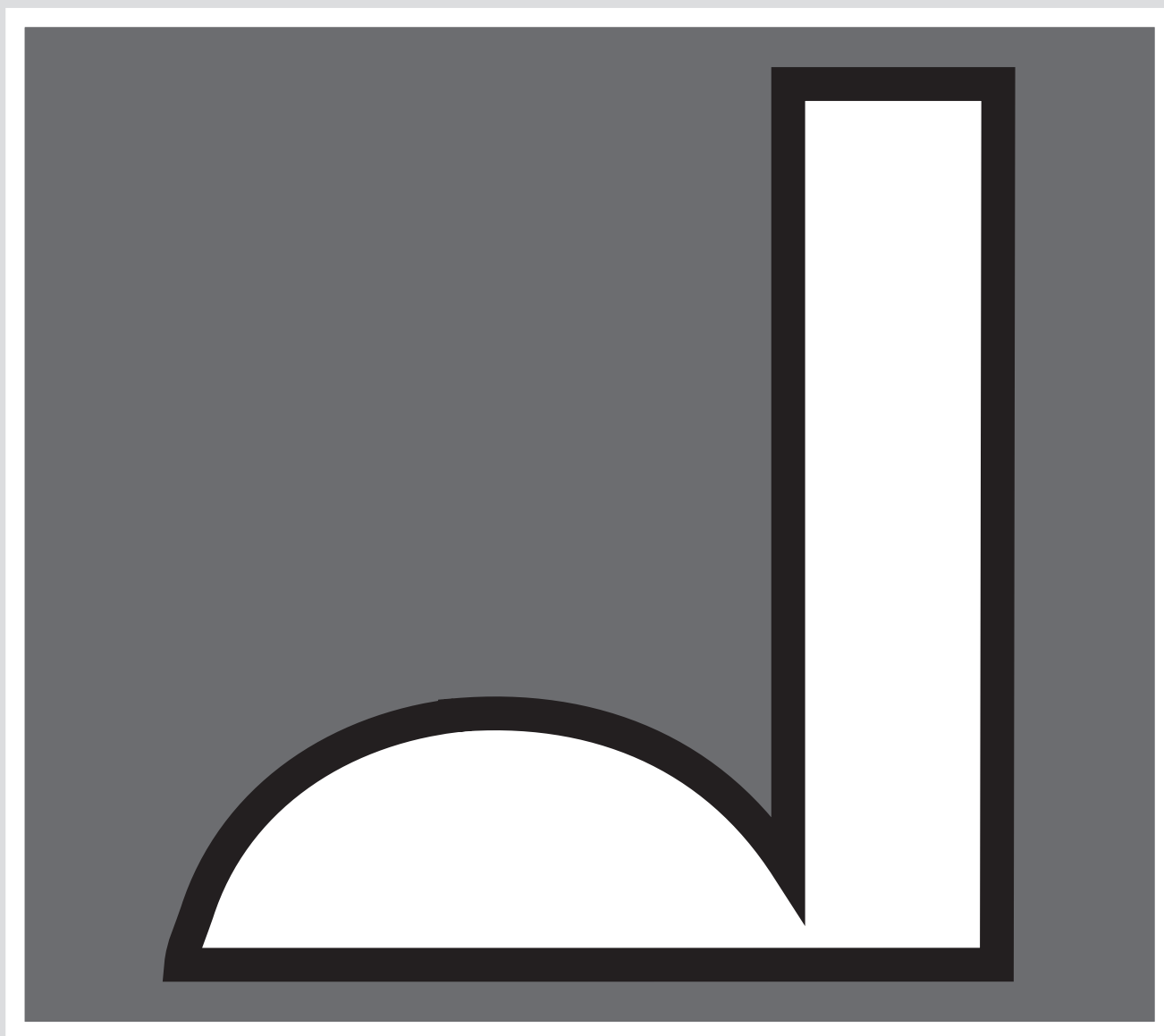




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 207 - TERÇA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges¹ PR-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp VICE-LÍDERES 	LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles 	LÍDER Demóstenes Torres VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmiir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 235ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 740/2007, 10 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2007 (Medida Provisória nº 381, de 2007), que foi sancionando pelo o Senhor Presidente da República e convertida na Lei nº 11.544, de 13 de novembro de 2007..... 45501

1.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 265, de 2007 (nº 964/2007, na origem), de 12 do corrente, comunicando que se ausentará do País nos dias 16 a 18 do corrente, em visita oficial à Bolívia e ao Uruguai, para participar de reunião de Cúpula do Mercosul..... 45501

Nº 266, de 2007 (nº 968/2007, na origem), de 14 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Dirceu Raposo de Mello* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA..... 45501

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 1.467, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao arquiteto Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares pela comemoração do seu centésimo aniversário a ser celebrado no dia 15 de dezembro de 2007. 45512

Nº 1.468, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de louvor ao Parlamento do Mercosul, completando 1 (um) ano da sua Sessão Inaugural, ocorrida no dia 14 de dezembro de 2006..... 45514

Nº 1.469, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007 e o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002, voltem a tramitar independentemente, por versarem de matéria diversa. 45514

Nº 1.470, de 2007, da Comissão de Educação, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2007, seja encaminhado ao Plenário, para a sua apreciação..... 45514

1.2.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 41, de 2007-CN (nº 1.890-Seses-TCU-Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.635, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria realizado na Expansão do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica em Mato Grosso (acréscimo de aproximadamente 365Km de linha de transmissão, implantação da SE Jauru 400 MVA e reforço nas subestações associadas equivalentes a 563 MVA) – Programa de Trabalho 25.752.0296.1887.0051 – (TC nº 006.075/2005-0). 45516

1.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2007 (nº 2.334/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (MT) e dá outras providências. 45516

Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2007 (nº 5.939/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta o inciso XXIX ao *caput* do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do *caput* do art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências (dispensa de licitações para a aquisição de bens e serviços destinados aos militares brasileiros em operações de paz no exterior)..... 45519

1.2.6 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 27, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que institui o grupo parlamentar Brasil-Panamá e dá outras providências. 45522

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao

Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.....

45522

Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de 1 (uma) emenda perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 84, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.188, de 2007, Relator: Senador Romero Jucá), que dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União.....

45522

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 85, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.189, de 2007, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior), que autoriza o Município de Uberaba (MG) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até dezesseite milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água – Projeto Água Viva.....

45522

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.....

45522

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (**slots**) em aeroportos congestionados.....

45522

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tari-

fas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.....

45522

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 705, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo, que altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil, para prever nova hipótese de perda de mandato de diretor, e dá outras providências.....

45523

1.2.7 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 715, de 2007, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão federal vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos *antidumping*, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas. .

45523

1.2.8 – Pareceres

Nº 1.268, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 44, de 1997 (nº 90/97, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 204.827, mediante o qual o Plenário daquela Corte declarou a inconstitucionalidade do art. 7ª e seus incisos I e II, do art. 87, *caput* e incisos I e II, e do art. 94, da Lei Municipal nº 6.989/66, todos com a redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990, do Município de São Paulo.....

45525

Nº 1.269, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 74, de 1997 (nº 152/97, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópia da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 191.648, do Estado de São Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1989.....

45533

Nº 1.270, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 101, de 1997 (nº 205/97, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópia da Resolução nº 271, de 1989, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 21.055, que declarou a inconstitucionalidade da referida resolução, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal.....

45538

Nº 1.271, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 39, de 2001 (nº 110/2001, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 174.184/SP, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 25 e parágrafo único da Lei Complementar nº 467/86, do Estado de São Paulo..... 45543

Nº 1.272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 49, de 2007 (nº 85/2007, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 426.059, publicado no **Diário da Justiça**, de 23 de setembro de 2005, mediante o qual o Plenário daquela Corte declarou a inconstitucionalidade do § 6º do artigo 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (base de cálculo da gratificação complementar de vencimento não inferior ao salário mínimo)..... 45548

Nº 1.273, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 90, de 2007 (nº 1.332/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão sobre o Relatório de Gestão Fiscal dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2007. 45553

1.2.9 – Ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nºs 148, 150 a 153/2007, de 14 e 21 de novembro último, respectivamente, comunicando o arquivamento dos Ofícios “S” nºs 74, de 1997; 49, de 2007; 44 e 101, de 1997; e 39, de 2001..... 45562

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Arquivamento do Aviso nº 90, de 2007, e dos Ofícios “S” nºs 44, 74 e 101, de 1997; 39, de 2001; e 49, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 45562

Recebimento da Mensagem nº 267, de 2007 (nº 967/2007, na origem), pela qual o Presidente da República solicita a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao Financiamento Adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte. 45562

Recebimento da Mensagem nº 268, de 2007 (nº 969/2007, na origem), pela qual o Presidente

da República solicita a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destina a financiar, parcialmente, o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada..... 45562

1.2.11 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Transcurso dos 100 anos de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer, “uma unanimidade nacional”. Registro da realização do Seminário Internacional sobre a obra de Oscar Niemeyer, coordenado pela Universidade de Brasília..... 45563

SENADOR PAULO PAIM – Balanço dos trabalhos realizados por S. Exa. durante o ano de 2007, destacando a apresentação de emendas individuais ao Orçamento, beneficiando municípios nas mais diversas áreas, e de várias proposições legislativas. Destaque para a importância de se discutir o novo pacto federativo. 45566

SENADOR MÃO SANTA – Críticas à alta carga tributária do Brasil, composta por cerca de 76 impostos. 45572

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR – Reflexão sobre o momento posterior à votação da CPMF, destacando a importância da existência de diálogo entre o Governo e a Oposição, e de reconstrução da imagem do Senado perante a sociedade. Desmentido de notícias publicadas pela imprensa sobre negociações atribuídas a S. Exª para votar pela prorrogação da CPMF..... 45576

SENADOR PAPALÉO PAES – Leitura de nota do *blog* do Noblat sobre abusos sexuais e sevícias contra índias, na localidade de Tucano, no Amapá. Comentários sobre a matéria intitulada “A Derrota da Hipocrisia”, publicada no jornal **O Liberal**, do Estado do Pará, edição de 16 do corrente, de autoria do jornalista Augusto Nunes. Destaque para o fato de que o Governo subestimou o Senado e que a saúde necessita de recursos permanentes..... 45580

SENADOR PEDRO SIMON – Apelo ao Presidente Garibaldi Alves Filho no sentido de uma convocação extraordinária do Congresso, nos meses de janeiro e fevereiro, para discutir a proposta de reforma tributária para o País. 45584

SENADOR ALVARO DIAS – Manifestação sobre as especulações de bastidores, relativas aos lances que culminaram com o sepultamento da CPMF. Afirmativa de que o PSDB não compactuará com qualquer alternativa do Governo que implique em aumento de impostos. 45590

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Preocupação com os problemas vividos pelas comunida-

des das áreas de fronteira do Norte do País, como o tráfico de armas e de drogas..... 45592

SENADOR *MÁRIO COUTO* – Louvor o desempenho do Senador Arthur Virgílio que em nenhum momento oscilou na questão da derrubada da CPMF. Cobrança de mais sensibilidade do Governo em relação aos aposentados, preteridos no reajuste de seus benefícios. 45594

SENADOR *FRANCISCO DORNELLES* – Justificação pela apresentação de projeto criando o Conselho de Defesa Comercial, órgão técnico vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior..... 45597

SENADOR *JOSÉ AGRIPINO*, como Líder – Considerações sobre a não-prorrogação da CPMF..... 45598

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Relato de visita feita por S. Ex^a ao Bispo Dom Luiz Flávio Cappio, em greve de fome, na cidade de Sobradinho, na Bahia, pela paralisação das obras de transposição do rio São Francisco..... 45602

1.2.12 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ALVARO DIAS* – Registro da matéria intitulada “CGU aponta rombo de R\$75 mil na Funasa”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 11 de novembro último. Registro da matéria intitulada “PF apreende documentos em ONG de SC”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 9 de novembro último. 45621

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Inserção nos Anais da Casa, da matéria intitulada “Entre zero e traço”, publicada pela revista **Veja**, edição de 12 de dezembro corrente. 45624

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Registro de matéria intitulada “Governo Lula faz bravata populista para aprovar CPMF, diz cantor Luciano”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 16 de outubro último. 45626

SENADOR *MARCONI PERILLO* – Registro da matéria intitulada “FIESP usa placar para pressionar deputados”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 18 de setembro último..... 45627

SENADOR *GERSON CAMATA* – Reflexão sobre a necessidade da implementação de políticas públicas no País, com o objetivo de dismantelar

as quadrilhas e neutralizar a ação dos traficantes, destruindo suas fortalezas..... 45628

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 18, com Ordem do Dia anteriormente designada. 45628

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 219^a Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 28 de novembro de 2007 e publicada no **Diário do Senado Federal** no dia subsequente..... 45640

3 – ATAS DE COMISSÕES

31^a e 32^a Reuniões da Comissão Mista Especial, criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2007-CN, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura, realizadas nos dias 28 de novembro de 2007, às 10 horas e 47 minutos, e 12 de dezembro de 2007, às 14 horas e 46 minutos. 45641

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53^a LEGISLATURA

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 235ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de dezembro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Augusto Botelho e Gilvam Borges

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 740/2007/PS-GSE

Brasília, 10 de dezembro de 2007

Assunto: Comunica que o PLv nº 30/07 foi convertido em lei.

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei de Conversão nº 30/07 (MPv nº 381/07), o qual “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$6.320.941.758,00 (seis bilhões, trezentos e vinte milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e oito reais), para os fins que especifica”, foi sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertida na Lei nº 11.544, de 13 de novembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSGEM Nº 265, DE 2007

(Nº 964/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Informo a Vossas Excelências que me ausentei do País nos dias 16 e 17 de dezembro corrente, em visita oficial à Bolívia e no dia 18 ao Uruguai, para participar de reunião da Cúpula do Mercosul.

Brasília, 12 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A mensagem que acaba de ser lida foi anexada ao processado da Mensagem nº 6, de 2007, e vai à publicação.

Sobre a mesa, mensagem presidencial que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 266, DE 2007

(Nº 968/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e § 2º do art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhor Dirceu Raposo de Mello para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 14 de dezembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

CURRICULUM VITAE

Nome : Dirceu Raposo de Mello

Nascimento: 02/03/1955 (52 anos)

CPF – 006.641.228 – 50

RG – 4.545.703 – SSP-SP

Estado Civil : casado

Cônjuge : Maria Elisa Gonzalez Manso

Filhos : Anna Carolina Raposo de Mello

Renato Gonzalez Raposo de Mello

Isabella Gonzalez Raposo de Mello

Nacionalidade: brasileira

Naturalidade: São Paulo , capital

Filiação – Pai: Alcides Raposo de Mello

Mãe: Darcy Cortez Raposo de Mello

Formação Universitária e Pós-Graduações:

Doutor em Análises Clínicas, área de concentração em Microbiologia e Imunologia Clínicas pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), campus Araraquara, SP (2004);

Mestre em Ciências da Saúde área de concentração em Patologia Clínica pela Universidade de Guarulhos, SP (1999);

Especialista em Bioética pela Universidade de Brasília (2006);

Especialista em Análises Clínicas pela Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (1989);

Especialista em Administração Hospitalar pelo Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde (CEDAS), Faculdade São Camilo de Administração Hospitalar, SP, Capital (1988-1989);

Especialista em Patologia Clínica pela Sociedade Nacional de Patologia Clínica (1987);

Especialista em Farmácia Homeopática pela Associação Paulista de Homeopatia, Ribeirão Preto, SP (1981);

Pós -Graduação em Análises Clínicas e Toxicológicas, Universidade de São Paulo (USP) (1981-1983);

Graduado em Farmácia e Bioquímica, modalidade Análises Clínicas e Toxicológicas, pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP), SP (1973-1978);

Participa ou já participou como membro Efetivo de diversas Sociedades Científicas:

- Sociedade Brasileira de Bioética
- Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (SOBRAVIME)
- Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (SBAC);
- Sociedade Nacional de Patologia Clínica (SNPQ);
- Sociedade Brasileira de Microbiologia (SBM);
- Confederación Latino-Americana de Bioquímica Clínica (CLABC);
- União Latino-Americana Contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Histórico Profissional:

- Professor Coordenador do Curso de Especialização *Latu Sensu* em Análises Clínicas e Toxicológicas da Universidade de Guarulhos, SP (1998-2003);
- Ex- Professor Responsável pela cadeira de Microbiologia e Imunológica do curso de Farmácia e Bioquímica da Universidade Anhembi-Morumbi, SP, Capital (1998);
- Ex- Professor Titular da Universidade São Judas Tadeu, SP, Capital, ministrando no curso de Farmácia e Bioquímica as disciplinas de Deontologia e Legislação Farmacêutica e Administração de Empresas Farmacêuticas
- Professor Pesquisador da UNIP e Professor Titular das cadeiras de Microbiologia Básica, Microbiologia Clínica, Micologia Clínica e Deontologia e Legislação Farmacêutica do curso de Farmácia e Bioquímica da Universidade Paulista (UNIP), SP, Capital (1991 - licenciado no momento);
- Professor Adjunto no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade de Guarulhos, SP, ministrando em cursos de Enfermagem, Biologia e Farmácia e Bioquímica as seguintes disciplinas: Microbiologia e Imunologia, Patologia, Parasitologia, Deontologia e Legislação Farmacêutica e Administração de Empresas Farmacêuticas (1990 - licenciado no momento);
- Servidor Público Farmacêutico - Bioquímico da Prefeitura Municipal de São Paulo, SP (1985 - licenciado no momento);
- Atualmente (2005-2008)-Exerce a função de Diretor-Presidente da ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Atuou em cargos de Diretoria/ Gerência em vários serviços de Saúde, tais como:

1. 2004-2005: Gerente-Geral de Medicamentos da Anvisa, Brasília, DF.
2. 1995 - 1997: Diretor do Laboratório de Análises Clínicas do Complexo Hospitalar do Mandaqui, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, SP.
3. 1993 - 1994: Chefe do Laboratório do Hospital Municipal Vereador José Storopoli da Prefeitura Municipal de São Paulo, SP;
4. Coordenador dos Centros de Diagnóstico da Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de São Paulo, SP; 1991 - 1996;
5. Diretor do Serviço de Apoio Técnico Administrativo do Hospital Municipal Vereador Jose Storopoli da Prefeitura Municipal de São Paulo 1992 - 1993, SP;
6. Diretor do Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico do Complexo Hospitalar do Mandaqui, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, SP; 1991 - 1992;
7. Assistente Técnico de Direção do Escritório Regional de Saúde Mandaqui (ERSA6), Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, SP, sendo responsável pela supervisão dos laboratórios da Zona Norte da Capital; 1990 -1991;
8. Chefe das Equipes de Plantão Noturno do Laboratório Clínico Delboni e Auriemo, SP, Capital; 1990;
- 9.: Chefe do Laboratório de Patologia Clínica do Complexo Hospitalar do Mandaqui, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, SP; 1989- 1990
10. Chefe do Laboratório de Saúde Pública da Unidade Básica de Saúde da Freguesia do Ó, Prefeitura Municipal de São Paulo, SP; 1989 -1990;
- 11.: Encarregado Técnico-Administrativo do Laboratório de Análises Clínicas da Sociedade Hospital Samaritano, SP, Capital; 1983 - 1989
- 12.: Responsável pelo setor de Bacteriologia Clínica do Laboratório de Análises Clínicas da Sociedade Hospital Samaritano, SP, Capital. 1979 - 1982

Cargos Eletivos e de Representação:

- Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (gestões 98/99, 00/01 e 02/03);
- Diretor do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (gestão 2001 - 2004);
- Vice- Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo; 1996/1997
- Diretor do Departamento Jurídico do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo, SINFAR-SP; 1995/1998
- Ex- Conselheiro Conselho Federal de Farmácia
- Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde da Cidade de São Paulo, SP, durante os anos de 1992 a 1995;

- Delegado Presidente da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas - Seccional São Paulo; 1990/1992
- Presidente da Associação dos Funcionários do Hospital Infantil Menino Jesus da Prefeitura Municipal de São Paulo, SP; 1986/1988
- Presidente da Associação dos Farmacêuticos Bioquímicos da Prefeitura do Município de São Paulo, SP; 1985/1987
- Diretor Executivo da Associação Paulista de Farmacêuticos; 1984/1985
- Membro da Comissão de Análises Clínicas do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, CRF-SP; 1984/1986
- Membro da Comissão de Prerrogativas Profissionais do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, CRF-SP; 1984/1986
- Secretário Geral da Diretoria da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, Seccional de São Paulo; 1983/1985
- Segundo Secretário da Diretoria da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, Seccional São Paulo; 1981/1983
- Membro da Comissão de Divulgação e Cultura da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, Seccional São Paulo; 1981/1982
- Membro da Comissão de Divulgação e Publicidade do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, CRF-SP. 1981/1982

Trabalhos	Científicos	Publicados	:
------------------	--------------------	-------------------	---

1. "A Bioética". Revista Integração ensino pesquisa extensão, indexada sob nº ISSN 1413-6147, agosto, 2003;
2. "Estudo Comparativo entre Dois Testes Imunoenzimáticos (não invasivos) e Provas Clássicas (invasivas) Utilizadas no Diagnostico de infecção pelo *Helicobacter pylori*". Revista Integração ensino-pesquisa-extensao, indexada sob nº ISSN 1413-6147, julho, 2002;
3. "Estudo da Incidência de Pacientes Infectados pelo *Helicobacter pylori* em população infantil do Serviço de Gastroenterologia Infanfil do Conjunto Hospitalar do Mandaqui, SP, Capital", apresentado no XII Congresso Paulista de Farmacêuticos, IV Seminario Internacional de Farmacêuticos e Expofar 2001, novembro de 2001;
4. "Estudo Comparativo entre Dois Testes Imunoenzimáticos (não invasivos) e Provas Clássicas (invasivas) Utilizadas no Diagnóstico de infecção pelo *Helicobacter pylori*", apresentado no XII Congresso Paulista de Farmacêuticos, IV Seminário Internacional de Farmacêuticos e Expofar 2001, novembro de 2001;
5. "*Helicobacter pylori* e Doença Péptica em Crianças", pôster apresentado no IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GASTROENTEROLOGIA PEDIATRICA, 1998;
6. "Análise de Resultados de Sorologia para SIDA nos Doadores com Voto de AUTO-EXCLUSÃO Positiva" apresentado no Congresso Brasileiro de Hematologia,

julho de 1991;

7. "Análises de Procedimentos para um Modelo de Solicitação e Resposta de Exames. Fluxograma do Paciente Internado e de Ambulatório". Revista LAES/HAES nº1, ano VI, janeiro/fevereiro de 1985;

8. "Propostas de Organogramas para Laboratório de Análises Clínicas de Pequeno, Médio e Grande Portes". Revista LAES/HAES nº6, ano V, agosto/setembro de 1984;

Palestras Ministradas (últimos anos):

- Participou da Mesa de Abertura do I Congresso Internacional de Atualização Técnico- Científica Farmácia, Química e Biologia, II Feira Intecq de Ciência e Tecnologia, São José do Rio Preto, São Paulo, março de 2003;
 - "Medicamentos Genéricos X Medicamentos de Referência", II Semana Farmacêutica da Universidade de Santo Amaro (UNISA), SP, Capital, outubro de 2002;
 - "A Profissão Farmacêutica e o Mercado de Trabalho", II Semana Farmacêutica da Universidade de Santo Amaro (UNISA), SP, Capital, outubro de 2002;
 - "Campo de Atuação Profissional Farmacêutico", X Semana Farmacêutica da Universidade de Mogi das Cruzes, SP, setembro de 2002;
 - "Novas Diretrizes Curriculares na área da Saúde: Influências e Tendências no Mercado de Trabalho", Universidade de Mogi das Cruzes, SP, junho de 2002;
 - Presidiu a abertura do Simpósio de Genéricos e Bioequivalência da 49ª Jomada Farmacêutica da UNESP, Araraquara, SP, agosto de 2002;
 - "A Atuação do Conselho Regional de Farmácia", II Semana de Farmácia da UniFMU, SP, Capital, março de 2002;
 - "A Importância da Formação em Análises Clínicas para a Assistência Farmacêutica", XII Congresso Paulista de Farmacêuticos, IV Seminário Internacional de Farmacêuticos e Expofar 2001, novembro de 2001;
 - Coordenador da Mesa Redonda "Política Nacional de Medicamentos", XII Congresso Paulista de Farmacêuticos, IV Seminário Internacional de Farmacêuticos e Expofar 2001, novembro de 2001;
 - "Responsabilidade Técnica de Farmácia Homeopática", 58º Congresso Médico Homeopático Pan-americano, Ribeirão Preto, SP, outubro de 2001;
- "Campos de Atuação do Farmacêutico", IX Semana Farmacêutica da Universidade de Mogi das Cruzes, SP, setembro de 2001;

- "O bê-á-bá da Dose Unitária", Curso Pré-Congresso, I Congresso Brasileiro de Medicamentos em Dose Unitária, II Congresso Mundial sobre el Envasado de Medicamentos em Dosis Unitarias, II World Congress on UNIT Dose Drug Packaging, São Paulo, Capital, agosto de 2001;

- "Serviços de Saúde Virtuais: Possibilidade e Limitações", 11ª Semana Racine de - Atualização Técnica em Farmácia, São Paulo, Capital, julho de 2001;

"Exame de Proficiência", Encontro Nacional dos Estudantes de Farmácia, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Araraquara, julho de 2001;

- Organizador do evento "São Paulo com Saúde-Uso Racional de Medicamentos", realizado no Parque do Ibirapuera, São Paulo, Capital, por ocasião da comemoração do Dia Mundial da Saúde, abril de 2001;

- "A Importância da Garantia da Assistência Farmacêutica", I Congresso da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), SP, outubro de 2000;

- "Propaganda de Medicamentos: a Saúde e o Mercado", V Semana Farmacêutica de Ciência e Tecnologia, XXXV Semana Universitária Paulista de Farmácia e Bioquímica, Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP), outubro de 2000;

- "A Fiscalização do Exercício Farmacêutico", II Jornada Farmacêutica da Universidade Paulista (UNIP), SP, Capital, outubro de 2000;

- Mini-cursos: "Montagem e Gerenciamento de Farmácia de Manipulação", Jornada Farmacêutica do Noroeste Paulista, Fernandópolis, SP, outubro de 2000;

- "Papel do Farmacêutico no Novo Milênio", III Simpósio de Farmácia, Universidade de São Francisco, Bragança Paulista, SP, setembro de 2000;

-Políticas de Medicamentos e Lei dos Genéricos", Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), SP, Capital, setembro 2000.

- O âmbito profissional do farmacêutico - Palestra ministrada na 1ª Semana de Ensino Farmacêutico da Faculdade de Ciências Farmacêuticas "Oswaldo Cruz" realizada em 25 de outubro de 1984

- Atualização em análises clínicas - Palestra ministrada no curso "Atualização em Análises Clínicas" da Sociedade Brasileira de Análises Clínicas – Regional de São Paulo e da Associação Paulista de Farmacêuticos, realizada em 05 de junho de 1991

- Profissão farmacêutica- Palestra ministrada aos alunos da Universidade do Grande ABC, em 12 de maio de 1998

- Palestra ministrada no I Seminário Paulista de Farmácia Homeopática e IX Jornada Paulista de Farmacêuticos Homeopatas, dias 12 e 13 de setembro de 1998
- Desafio na busca da qualidade - Palestra ministrada na Jornada de Farmácia do HSPE do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, realizada em 30 de outubro de 1998
- Falsificação de medicamentos: de quem é a responsabilidade? - Palestra ministrada no I Simpósio Multidisciplinar do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo, realizado de 04 a 05 de novembro de 1998
- Assistência farmacêutica no contexto da atual política de medicamentos - Conferência ministrada no XX Congresso da Sociedade de Cardiologia do Estado de São Paulo e V Simpósio de Farmacologia em Cardiologia, realizados de 20 a 22 de maio de 1999.
- O papel do farmacêutico na saúde pública - Palestra ministrada no I Simpósio de Farmacêuticos de Jundiaí e Região da Associação dos Farmacêuticos de Jundiaí e Região, realizado de 17 a 21 de janeiro de 2000.
- Novas tendências de atuação profissional na área da saúde - Palestra ministrada na 1ª Jornada Multiprofissional do Hospital Maternidade Leonor Mendes de Barros realizada pela Secretaria de Estado da Saúde – Coordenadoria de Saúde da Região Metropolitana da Grande São Paulo, do dia 17 a 19 de maio de 2000.
- Papel do farmacêutico no novo milênio - Conferência ministrada no III Simpósio de Farmácia do Curso de Farmácia da Universidade de Farmácia, realizado em 25 de setembro de 2000.
- A importância da garantia da assistência farmacêutica - Conferência ministrada na abertura do I Congresso da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Metodista de Piracicaba, realizado de 02 a 06 de outubro de 2000.
- A fiscalização do exercício farmacêutico - Palestra ministrada na II Jornada Farmacêutica da Universidade Paulista, realizada em 20 de outubro de 2000.
- Palestra proferida no I Congresso Brasileiro de Medicamentos em Dose Unitária, II Congresso Mundial sobre El Envasado de Medicamentos em Dosis Unitária e II World Congress on Unit Dose Drug Packaging, realizados de 16 a 18 de agosto de 2001.

- A profissão farmacêutica e o mercado de trabalho - Palestra ministrada na II Farmacêutica da Faculdade de Farmácia da Universidade de Santo Amaro, realizada em 14 de outubro de 2002.
- Congressista do 17º Congresso Brasileiro de Cosmetologia da Associação Brasileira de Cosmetologia, realizado de 13 a 15 de maio de 2003.
- Ética farmacêutica - Palestra proferida no IV Encontro Farmacêutico de Ribeirão Preto, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, realizado de 09 a 12 de outubro de 2004.
- Ética e bioética - Palestra proferida no V Encontro Paulista de Farmacêuticos do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, realizado em Bragança Paulista/SP, no dia 17 de janeiro de 2005.
- Ética e bioética - Palestra proferida no V Encontro Paulista de Farmacêuticos do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, realizado em Campinas/SP, no dia 19 de janeiro de 2005.
- Ética e bioética - Palestra proferida no V Encontro Paulista de Farmacêuticos do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, realizado em Piracicaba/SP, no dia 21 de janeiro de 2005.
- Pesquisa Clínica - Palestra ministrada no VI Encontro Nacional de Profissionais em Pesquisa Clínica da Sociedade Brasileira de Profissionais em Pesquisa Clínica, realizado em 19 de março de 2005.
- Fracionamento de medicamentos: aspectos sanitários, técnicos e sociais -Palestra ministrada na VIII Jornada Farmacêutica da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, realizada de 09 a 13 de maio de 2005.
- Registro de novos medicamentos no Brasil - Palestra ministrada no V Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar da Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar, realizado de 14 a 17 de maio de 2005.
- Abrindo fronteiras para a informação - Palestra ministrada no Curso de Jornalismo em Saúde do conselho Brasileiro de Telemedicina e Telessaúde da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, realizado de 13 a 20 de agosto de 2005.

- Pesquisa Clínica -Palestra ministrada no I Encontro Farmacêutico do Oeste Paulista, da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto, realizado de 24 a 27 de agosto de 2005.

- Política de medicamentos - Palestra ministrada no VI Encontro do Instituto Adolfo Lutz do Instituto Adolfo Lutz, realizado de 03 a 06 de outubro de 2005.

- Palestrante do XXXI Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Farmacêutica, realizado 24 e 25 de novembro de 2005.

- Pacto federativo e SUS – Sistema de Vigilância Sanitária – responsabilidades pelo controle e pela fiscalização de produtos e serviços

- Palestras ministradas no II Encontro do Ministério Público Federal e Ministério Público de São Paulo da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, no dia 05 de dezembro de 2005.

- Seminário de produtos relacionados à saúde – alheios - Ministrante do seminário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, realizado em 07 de julho de 2006.

- Seminário de gripe aviária - Ministrante do seminário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, realizado em 10 de julho de 2006.

- Visão da farmácia como estabelecimento sanitário - Ministrante do seminário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, realizado em 13 de julho de 2006.

- O respeito à prescrição médica - Palestra ministrada no XI Congresso Paulista de Obstetrícia e Ginecologia da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo, realizado de 17 a 19 de agosto de 2006.

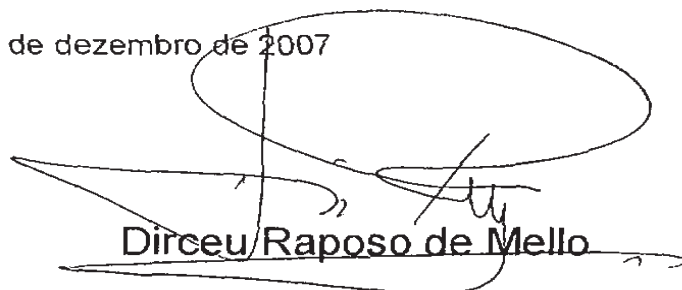
- Palestrante no 1º Encontro Nacional de Farmácias Universitárias, realizado de 21 a 23 de agosto de 2006.

- Seminário Farmacêutico na Dispensação: O futuro da profissão

Ministrante do seminário do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, realizado dia 02 de setembro de 2006

- Palestrante na Feira Guia do Estudante 2006, da Editora Abril S/A, realizada dia 02 de setembro de 2006
- Introdução à bioética - Palestra ministrada na I Jornada Universitária Farmacêutica de Campinas da Universidade São Francisco, realizada em 25 de setembro de 2006
- Bioética - Palestra ministrada no V Encontro Farmacêutico de Ribeirão Preto, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, realizado de 11 a 15 de outubro de 2006.
- Ética nos relacionamentos do setor de saúde - Palestra ministrada no V Seminário da Mútua dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, realizado em 12 de novembro de 2006.
- Palestrante do XXXII Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Farmacêutica da Sociedade Brasileira de Medicina Farmacêutica, realizado dias 23 e 24 de novembro de 2006.
- Palestrante do I Simpósio Avançado em imunossupressão da Associação Brasileira de Transplante de Órgãos, realizado nos dias 15 e 16 de dezembro de 2006.
- I Seminário sobre dispensação e atenção farmacêutica do Estado de São Paulo
- Conferencista do VII Encontro Paulista de Farmacêuticos do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, realizado 13 de janeiro de 2007.
- O Papel da Anvisa - Palestrante do evento Farmácia – Saúde Brasil, realizado no período de 30 a 31 de janeiro de 2007, em São Paulo, SP.

Brasília, 07 de dezembro de 2007



Dirceu Raposo de Mello

Aviso nº 1.313 – C. Civil

Em 14 de dezembro de 2007

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Dirceu Raposo de Mello para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

Art. 10. A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, f, da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

DECRETO Nº 3.029, DE 16 DE ABRIL DE 1999

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

ANEXO I

(Decreto nº , de 1999)

REGULAMENTO

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Art. 6º A Agência será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 2º Os Diretores poderão ser reconduzidos, uma única vez, pelo prazo de três anos, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Saúde.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.467, DE 2007

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de aplauso ao arquiteto Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares pela comemoração do seu centésimo aniversário a ser celebrado no dia 15 de dezembro de 2007.

Justificação

Nascido na então capital do Brasil numa rua que mais tarde receberia o nome de seu avô Ribeiro de Almeida, Ministro do Supremo Tribunal Federal, passou sua juventude como um jovem carioca típico da época: boêmio, sem a menor preocupação com os rumos de sua vida. Concluiu o ensino secundário aos 21 anos, mesma idade com que casa com Aníbal Baldo, filha de imigrantes italianos da província de Pádua, com quem teve somente uma filha, Anna Maria Niemeyer. Niemeyer tem cinco netos, treze bisnetos e quatro trinetos.

Após o casamento sente o peso da responsabilidade que havia assumido para si e decide trabalhar e continuar seus estudos. Começa a trabalhar na ofi-

cina tipográfica do pai e entra para a Escola Nacional de Belas Artes, de onde sai formado como engenheiro arquiteto em 1934. Na época passava por dificuldades financeiras, mas mesmo assim decidiu trabalhar sem remuneração no escritório de Lucio Costa e Carlos Leão. Ele se sentia insatisfeito com a arquitetura que via na rua e acreditava poder encontrar respostas a suas dúvidas de estudante com eles.

Em 1945, já um arquiteto com algum nome, filia-se ao PCB. Sempre foi um forte defensor de sua posição como stalinista. Durante alguns anos da ditadura militar do Brasil exilou-se na França. Um ministro da Aeronáutica da época diria que “lugar de arquiteto comunista é em Moscou”. Visitou a União Soviética, teve encontros com diversos líderes socialistas e foi amigo pessoal de alguns deles. Fidel Castro teria dito a respeito dele: “Niemeyer e eu somos os últimos comunistas deste planeta”.

Niemeyer abre um concurso para o projeto urbanístico de Brasília, a nova capital e o vencedor é o projeto de seu antigo patrão e grande amigo, Lucio Costa. Niemeyer ficaria com os projetos dos prédios e Lucio Costa com o plano da cidade.

Em poucos meses, Niemeyer projeta dezenas de edifícios residenciais, comerciais e administrativos. Entre eles a residência do Presidente (Palácio da Alvorada), o Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), a Catedral de Brasília, os prédios dos ministérios, a sede do Governo (Palácio do Planalto) além de prédios residenciais e comerciais. A própria forma da cidade, em forma de avião, dá elementos que se repetem em todos os prédios, dando-lhes uma unidade formal. A catedral é especialmente bela, com diversos simbolismos modernos. A sua entrada se dá pelo subsolo, um corredor mal-iluminado que contrasta com um saguão com iluminação natural forte que deixa transparecer o céu único de Brasília.

Por trás da construção de Brasília, uma campanha monumental para construir uma cidade inteira a partir do nada, no centro árido do País, estava a intenção de Kubitschek de alavancar a indústria do País, integrar suas áreas distantes, povoar regiões inóspitas e levar o progresso para onde havia somente vaqueiros (diversos historiadores comparam a construção de Brasília com a marcha do oeste norte-americana). Niemeyer e Lucio Costa aprovei-

taram para pôr em prática os conceitos modernistas de cidade: mas sem trânsito (Niemeyer diria que é um desrespeito ao ser humano que ele tome mais de 20 minutos no transporte de uma região a outra), prédios erguidos por pilotis (apoiados em colunas e permitindo o espaço em baixo livre), integração com a natureza. Uma ideologia socialista também se ensaiou: em Brasília todos os apartamentos deveriam ser do Governo que os cedia para seus funcionários, não havia regiões mais nobres, ministros e operários dividiriam o mesmo prédio. Brasília deveria ser uma cidade contida em si, não se expandir além dos projetos originais, previa-se que assim que ficassem cheias, outras em moldes parecidos seriam construídas em diversas regiões.

Brasília é projetada, construída e inaugurada no intervalo de tempo de um mandato presidencial, 4 anos. Após sua construção, Niemeyer é nomeado coordenador da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília. Em 1963 é nomeado membro honorário do Instituto Americano de Arquitetos dos Estados Unidos, no mesmo ano em que ganha um prêmio soviético de paz, o Prêmio Lênin da Paz.

Em 1964 viaja para Israel a trabalho e volta para um Brasil completamente diferente. Em março o Presidente João Goulart, (Jango), que assumira após o Presidente eleito Jânio Quadros renunciar, havia sido deposto por um golpe dos militares. Os militares assumem o controle do País que se torna uma ditadura.

O projeto urbano de Lucio Costa utiliza alguns preceitos do urbanismo modernista principalmente a hierarquia viária preconizada por Le Corbusier em **Sur les Quatre Routes** e a disposição dos prédios em blocos afastados, dispostos sobre grandes áreas verdes, de seus projetos da década de vinte. O plano também é bastante semelhante aos estudos de Hilberseimer. A escala monumental e alguns elementos compositivos utilizados no projeto de Le Corbusier para Chandigarh também podem ser identificados na capital brasileira.

A construção de Brasília suscitou grandes discussões internacionais desde sua construção. Mesmo antes do projeto, os preceitos do urbanismo modernista já estavam sendo criticados por sua grande dependência no automóvel (em detrimento de pedestre), sua monumentalidade, e sua falta de uma esca-

la próxima do homem. Hoje, apenas uma pequena parte da população total vive na área planejada. O crescimento da cidade não foi previsto e a instalação da nova população se deu de forma espontânea nas cidades satélites.

Foi inaugurado no dia 15 de dezembro de 2006 o Complexo Cultural da República João Hercúlio, o maior centro destinado à cultura no Brasil. O Complexo, de 91,8 mil metros quadrados teve um gasto de R\$110 milhões do Governo do Distrito Federal, conta com o Museu Nacional Honestino Guimarães e a Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2007.

– Senador **Paulo Paim**.

REQUERIMENTO Nº 1.468, DE 2007

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno da Casa, requeiro voto de louvor ao Parlamento do Mercosul, completando um ano da sua Sessão Inaugural ocorrida no dia 14 de dezembro de 2006.

Justificação

Hoje, 14 de dezembro, se completa um ano da “Sessão Inaugural” do Parlamento do Mercosul, esse feito foi o marco da Cúpula Social do Mercosul.

O parlamento é uma Comissão de Transição, com membros das Comissões Parlamentares Conjuntas nacionais realizam o processo de instalação técnica e material do Parlamento do Mercosul. A Comissão iniciou seus trabalhos imediatamente após a “Sessão Inaugural” conduzindo os trabalhos até o pleno funcionamento do Parlamento, no primeiro semestre de 2007.

A decisão atende orientação do “Programa de Trabalho Mercosul 2004-2006”, adotado pelo Conselho do Mercado Comum com o objetivo de criar uma consciência de cidadania do Mercosul, e da Decisão nº 49/04, também do Conselho do Mercado Comum, assinala uma das mais importantes estratégias decisões da história política recente da América do Sul.

Em razão da belíssima iniciativa pela instalação deste parlamento, referindo-se as questões do Mercosul e avivando os princípios fundamentais da Constituição

Federal, especificamente a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Fazemos votos para que este parlamento, como está acontecendo, alcance ainda mais os objetivos propostos com o apoio do Senado Federal.

Por essas razões estou muito feliz em apresentar este requerimento de voto de aplauso ao parlamento do Mercosul.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2007.

– Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.469, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007, que altera dispositivos da Lei de Execução Penal para introduzir a remição da pena pelo estudo e o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002, que modifica a lei nº 7210, de 11 de julho de 1984, para instituir o ensino médio nas penitenciárias, voltem a tramitar independentemente, por versarem de matéria diversa.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2007.

– Senador **Aloizio Mercadante**.

REQUERIMENTO Nº 1.470, DE 2007

Requeiro, nos termos do disposto no art. 172, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 241 de 2007, que “Inscreve o nome de João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata no Livro dos Heróis da Pátria”, seja encaminhado ao Plenário, para a sua apreciação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2007.

– Senador **Paulo Paim**.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O REQUERIMENTO AO PLS Nº 241 /2007
NA REUNIÃO DE 17/12/07 OS SENHORES SENADORES:**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso do Tribunal de Contas da União:

AVISO

DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

- Aviso nº 41, de 2007-CN (nº 1.890-Seses-TCU- Plenário/2007, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 2.635, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, referente ao levantamento de auditoria realizado na Expansão do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica em Mato Grosso (acréscimo de aproximadamente 365 Km de linha de transmissão, implantação da SE Jauru 400 MVA e reforço nas subestações associadas equivalentes a 563 MVA)
- Programa de Trabalho 25.752.0296.1887.0051
- (TC nº 6.075/2005-0).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O aviso que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2007

(Nº 2.334/2003, na Casa de Origem).

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, no Estado de Mato Grosso, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes, respectivamente, dos Anexos II e III desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

DENOMINAÇÃO DO CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Analista Judiciário	Superior	09
Técnico Judiciário	Intermediário	14
Total		23

ANEXO II**CARGOS EM COMISSÃO**

CARGOS/NÍVEL	QUANTIDADE
CJ-3	02
CJ-2	01
Total	03

ANEXO III**FUNÇÕES COMISSIONADAS**

FUNÇÕES/NÍVEL	QUANTIDADE
FC-5	04
FC-3	28
Total	32

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.334, DE 2003

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e dá outras providência

O Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região os cargos de provimento efetivo Constantes do Anexo I da presente Lei.

Art. 2º Ficam criadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região as Funções Comissionadas constantes do Anexo II desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, de de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS	NÍVEL	N.º DE CARGOS
Analista Judiciário	Superior	09
Técnico Judiciário	Intermediário	14
TOTAL		23

ANEXO II

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

FUNÇÕES/NÍVEL	N.º DE FUNÇÕES
FC-9	02
FC-8	01
FC-5	04
FC-3	28
TOTAL	35

Justificação

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea **b**, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT e pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Certidão de Julgamento do Egrégio Tribunal Pleno, datada de 21/10/2003, que consubstancia medida para a criação de cargos de provimento eletivo e de funções comissionadas no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no Estado de Mato Grosso.

Em face da evolução tecnológica, bem assim com o surgimento de novas especialidades na formação de profissionais da área de informática, decorrentes do progresso da Internet e dos requisitos de segurança a ela inerentes, o quadro de pessoal do Serviço de Informática do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, definido em 1992 por intermédio da Lei 8.403/92, que criou aquele Tribunal, com base nas necessidades e realidade da época, tornou-se insuficiente para acompanhar e manter todos os serviços atualmente já instalados e os exigidos pelos jurisdicionados e pela sociedade em geral.

A constante evolução da informática tem acarretado um considerável aumento de responsabilidades

para os servidores, visto que a busca pela disponibilização de informações confiáveis e seguras aos jurisdicionados exige dedicação integral, no que diz respeito ao horário normal de expediente e aos feriados, e, muitas vezes, a inviabilidade de se executarem algumas atividades no horário normal de expediente torna necessário que os servidores trabalhem durante os fins de semana.

Dessa forma, com o objetivo de se realizar uma completa reestruturação na área de informática, justifica-se a criação de 23 (vinte e três) cargos de provimento efetivo específicos da área, bem assim de 31 (trinta e uma) funções comissionadas. Faz-se, também, necessário, a criação de mais 4 (quatro) funções comissionadas, com o intuito de motivar os servidores ao desempenho das atividades inerentes ao Recurso de Revista, a fim de que se preste auxílio ao Gabinete da Presidência, atualmente responsável por essa tarefa.

O anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de cargos de provimento efetivo e de funções comissionadas, essenciais ao funcionamento dos Órgãos da Justiça do Trabalho. São os seus ocupantes os executores materiais dos trabalhos projetados pela administração, devendo desempenhar suas atividades, que se revestem de muita responsabilidade, com zelo e dedicação.

Oportuno se faz também o esclarecimento de que os recursos humanos pretendidos nesta proposição encontram ainda justificativa na edição da Lei nº 9.957/2000, que introduziu o rito sumaríssimo para as causas com valor de até quarenta salários mínimos, e a Emenda constitucional nº 20, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de dotar a estrutura do Órgão dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação dos cargos e funções constantes, respectivamente, dos Anexos I e II do anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, representando as medidas aqui consubstanciadas inadiáveis necessidades de recursos humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, no Estado de Mato Grosso.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF., 21 de outubro de 2003. – **Francisco Fausto Paula de Medeiros**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho,.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2007

(Nº 5.939/2005, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Acrescenta o inciso XXIX ao caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. (Dispensa de licitação para a aquisição de bens e serviços destinados aos militares brasileiros em operação de paz no exterior)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIX:

“Art. 24.
.....

XXIX – na aquisição de bens e contratação de serviços para atender aos contingentes militares das Forças Singulares brasileiras empregadas em operações de paz no exterior, necessariamente justificadas

quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante e ratificadas pelo Comandante da Força.

..... “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.939, DE 2005

Acrescenta o inciso XXVII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

MENSAGEM Nº 604, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Acrescenta o inciso XXVII ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

Brasília, 19 de setembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 276/MD

Brasília, 20 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que acrescenta o inciso XXVI ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

A medida tem o propósito de garantir melhores condições de segurança para a permanência de uma força militar no exterior e assegurar a sua capacidade operacional no cumprimento das missões, em consonância com os compromissos assumidos pelo Brasil para participar de operações de paz conduzidas por organismos internacionais.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, nos acordos que precedem o envio de tropas em Missões de Paz fica estabelecida a responsabilidade de manutenção da disponibilidade operacional de todo ou da maior parte dos equipamentos a serem empregados e, em muitas oportunidades, as medidas administrativas visando ao apoio logístico das operações têm que acontecer em curto espaço de tempo, com prejuízo

dos atos administrativos necessários à obtenção e à manutenção dos materiais que serão empregados.

Por sua vez, a diversidade da região de emprego da tropa, com fatores como o clima, o terreno e a infra-estrutura básica local (transporte, comunicações, habitação e saneamento), impõe a aquisição de materiais e equipamentos que normalmente não integram a cadeia logística de suprimento utilizado pela Força Armada em território nacional.

Outro aspecto a ser considerado é que as operações de paz, em determinados estágios, podem vir a ser alvos do recrudescimento da violência, modificando de forma substancial as condições iniciais de emprego da tropa e, por consequência, as características do suprimento a ser utilizado, obrigando a uma reestruturação do material a ser empregado em reduzido espaço de tempo.

A proposta tem ainda por finalidade proporcionar a manutenção da segurança do pessoal empregado nas operações de paz e a conseqüente projeção da participação brasileira fora do território nacional de maneira organizada e eficiente.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do projeto de lei em questão.

Respeitosamente, – **José Alencar Gomes da Silva**, Ministro de Estado da Defesa.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998)
.....

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Regulamento)
.....

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

.....
Art. 24. É dispensável a licitação:

I – para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea **a**, do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea **a**, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III – nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI – quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;

VII – quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

VIII – para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IX – quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional;

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XI – na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

XII – nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia; (Redação dada pela Lei nº 8.883 de 1994)

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIV – para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XV – para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

XVI – para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XVII – para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XVIII – nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exiguidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda ao limite previsto na alínea **a** do inciso II do art. 23 desta lei: (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIX – para as compras de material de uso pelas Forças Armadas, com exceção de materiais de uso pessoal e administrativo, quando houver necessidade de manter a padronização requerida pela estrutura de apoio logístico dos meios navais, aéreos e terrestres, mediante parecer de comissão instituída por decreto; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XX – na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

XXI – Para a aquisição de bens destinados exclusivamente a pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições de fomento a pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXII – na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXIII – na contratação realizada por empresa pública ou sociedade de economia mista com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXIV – para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de

governo, para atividades contempladas no contrato de gestão. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

XXV – na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida. (Incluído pela Lei nº 10.973, de 2004)

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

XXVII – na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. (Redação dada pela Lei nº 11.445, de 2007).

XXVIII – para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão. (Incluído pela Lei nº 11.484, de 2007).

Parágrafo único. Os percentuais referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão 20% (vinte por cento) para compras, obras e serviços contratados por consórcios públicos, sociedade de economia mista, empresa pública e por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como Agências Executivas. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

.....
(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Resolução nº 27, de 2007**, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que *institui o grupo parlamentar Brasil-Panamá e dá outras providências*;

– **Projeto de Resolução nº 31, de 2007**, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil*;

– **Projeto de Resolução nº 84, de 2007** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.188, de 2007, Relator: Senador Romero Jucá), que *dispõe sobre o limite global para o montante da dívida consolidada da União*;

– **Projeto de Resolução nº 85, de 2007** (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 1.189, de 2007, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior), que *autoriza o Município de Uberaba (MG) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até dezessete milhões e duzentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento parcial do Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Uberaba e Revitalização do Sistema de Abastecimento de Água – Projeto Água Viva*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo, que *altera a Lei 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, e o Decreto-lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 705, de 2007**, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito – Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil, para prever nova hipótese de perda de mandato de diretor, e dá outras providências*.

O Projeto de Resolução nº 84, de 2007, recebeu uma emenda e retorna à Comissão de Assuntos Econômicos; os demais serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a Emenda recebida:

EMENDA APRESENTADA, PERANTE A MESA, AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 84, DE 2007, QUE “DISPÕE SOBRE O LIMITE GLOBAL PARA O MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA DA UNIÃO”

EMENDA Nº , DE 2007 (PLEN)

Dê-se ao artigo 3º do PRS 84, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 3º A dívida consolidada líquida da União, a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder o limite estabelecido no inciso I do artigo 3º da Resolução nº 40, de 2001, do Senado Federal”.

Justificação

A proposta de limitação do endividamento da União foi enviada ao Congresso Nacional no ano de 2000. Tinha como objetivo, principalmente, complementar a Lei de Responsabilidade Fiscal que estabelecia, no seu início, limites para o endividamento apenas de Estados e Municípios.

O limite estabelecido na proposta, de 3,5 vezes a receita corrente líquida, talvez até fizesse algum sentido naquele momento. No entanto, como a própria justificativa do PRS indica, a relação entre a receita e a dívida, nos últimos cinco anos, girou em torno de 2 vezes.

O limite de 3,5 vezes, da forma como está proposto no PRS 84, de 2007, é demasiado alto, consistindo numa verdadeira autorização para o governo gastar e endividar-se.

Assim, um projeto condizente com as atuais condições pelas quais tem passado a economia brasileira deve ser mais severo. Portanto, esta emenda propõe algo muito simples: equiparar o limite da União ao dos Estados, ou seja, 2 vezes a receita corrente líquida, como já estabelece a Resolução nº 40, de 2001. Essa

proposta respeitaria, inclusive, o princípio da isonomia federativa.

Lembro, finalmente, que, no caso de excesso, como existe hoje, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal já dá um prazo para adaptação. Também Lembro que a mesma Lei contempla ao menos 4 casos de exceções e flexibilidades, em situações excepcionais, para adiar o atendimento do limite.

Sala das Sessões, dezembro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 715, DE 2007

Institui o Conselho de Defesa Comercial, Órgão Federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com poderes judicantes para aplicar direitos antidumping, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Conselho de Defesa Comercial, Órgão Federal deliberativo, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 2º O Conselho de Defesa Comercial será composto por sete membros, um Presidente e seis Conselheiros, cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, sendo:

I – o Presidente e três Conselheiros, e respectivos suplentes, indicados e nomeados pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, escolhidos dentre servidores do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

II – um Conselheiro, e respectivo suplente, nomeado pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a partir de lista tríplice indicada pela Confederação Nacional da Indústria;

III – um Conselheiro, e respectivo suplente, nomeado pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a partir de lista tríplice indicada pela Confederação Nacional do Comércio;

IV – um Conselheiro, e respectivo suplente, nomeado pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a partir de lista tríplice indicada pela Confederação Nacional da Agricultura.

§ 1º O mandato do Presidente e dos Conselheiros é de três anos, admitida uma recondução.

§ 2º A perda de mandato só poderá ocorrer em virtude de condenação penal irreversível por crime doloso ou em processo disciplinar de conformidade com o previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 3º O Conselho de Defesa Comercial tem por atribuições:

I – estabelecer diretrizes e procedimentos para investigações relativas a práticas desleais de comércio exterior;

II – fixar direitos **antidumping** e compensatórios, provisórios ou definitivos, e salvaguardas;

III – decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios; e

IV – homologar o compromisso previsto no art. 4º da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995.

Art. 4º As decisões do Conselho de Defesa Comercial não se sujeitam à revisão no âmbito do Poder Executivo, promovendo-se, de imediato, sua execução e demais medidas legais cabíveis no âmbito de suas atribuições.

Art. 5º O Conselho de Defesa Comercial adotará um regimento interno, mediante a aprovação de seus membros, no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O País está sendo inundado por quantidade enorme de produtos que aqui chegam com preços inferiores aos praticados no mercado de origem ou com elevado grau de subsídios. Essas práticas desleais de comércio estão causando sérios danos à produção nacional e estão praticamente destruindo importantes setores de nossa indústria, como é o caso da indústria têxtil, de confecções, brinquedos, eletrônicos e produtos siderúrgicos.

O crescimento do nosso comércio internacional e o acirramento das práticas desleais de comércio requerem, assim, um sistema de defesa comercial que atue com maior agilidade.

O projeto visa a aperfeiçoar o sistema de defesa comercial do Brasil. A despeito de estar razoavelmente organizado – integra a estrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e conta com a presença de técnicos da mais alta competência – atua com lentidão, sendo extremamente hesitante em relação à aplicação de direitos provisórios.

Isso porque o órgão que aplica as medidas de defesa comercial, a Câmara de Comércio Exterior

(CAMEX), sofre a influência da presença de representantes de outros ministérios, que integram o colegiado de defesa comercial e que examinam as pendências comerciais, priorizando as políticas dos Ministérios que representam, e não os princípios que regem o comércio internacional.

Com frequência, a entrada no Brasil de um produto altamente subsidiado interessa à política do Ministério da Fazenda, pelas consequências que têm sobre a contenção dos preços internos. Outras vezes, o representante do Ministério das Relações Exteriores, mais preocupado com as relações diplomáticas, recusa-se a apoiar a imposição de uma medida de defesa comercial, em decorrência de possíveis implicações políticas que a medida possa trazer. Em outros casos, o representante do Ministério da Agricultura não concorda com a aplicação de direitos compensatórios sobre determinados produtos industriais importados com subsídios, sob o fundamento de que a agricultura é beneficiada pelo preço subsidiado.

O Sistema de Defesa Comercial do Brasil lembra hoje o que ocorria décadas atrás no campo tributário. Naquela época, caso um auditor fiscal autuassem um contribuinte, este podia apresentar um recurso que chegava até o Ministro da Fazenda, que levava, às vezes, anos para decidir. Hoje, os Conselhos de Contribuintes e as Câmaras de Recursos Fiscais, constituídos por técnicos do Ministério da Fazenda e representantes dos contribuintes, julgam todas as pendências tributárias com base exclusivamente na legislação em vigor e sem qualquer interferência do Ministro da Fazenda.

Um órgão, semelhante à Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos ou, pelo menos, ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, integrado por especialistas em legislação comercial e com mandato fixo, deve ser urgentemente constituído, substituindo o colegiado, composto por membros de diversos ministérios, que julgam as pendências comerciais menos com base na legislação do comércio internacional e mais com base na política dos Ministérios que representam, causando, com frequência, enormes perdas ao setor privado do País.

Esse é objetivo do presente projeto, o qual cria o Conselho de Defesa Comercial, órgão deliberativo de última instância administrativa no âmbito do Poder Executivo, com a incumbência de fixar direitos **antidumping**, medidas compensatórias, provisórias ou definitivas, e salvaguardas.

Sua estrutura é composta por quatro técnicos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, indicados e nomeados pelo Ministro do De-

envolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e três membros nomeados pelo mesmo Ministro a partir de listas tríplexes enviadas, respectivamente, pela Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio e Confederação Nacional da Agricultura. Todos devem ser cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada.

O projeto objetiva, assim, modificar a atual sistemática de defesa comercial do País, para que se possa atuar com maior agilidade na defesa do setor privado brasileiro.

São essas as razões que nos levam a apresentar esta proposta de alto cunho econômico, para cujo acolhimento contamos com o apoio dos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2007.
– Senador **Francisco Dornelles**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das Fundações Públicas Federais.

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

LEI Nº 9.019, DE 30 DE MARÇO DE 1995

Dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos no Acordo Antidumping e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios, e dá outras providências.

Art. 4º Poderá ser celebrado com o exportador ou o governo do País exportador compromisso que elimine os efeitos prejudiciais decorrentes da prática de **dumping** ou de subsídios.

§ 1º O compromisso a que se refere este artigo será celebrado perante a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, submetido à homologação conjunta das

autoridades a que se refere o art. 6º desta lei. (Vide Medida Provisória nº 2.158-35, de 24-8-2001)

§ 2º Na hipótese de homologação de compromisso, a investigação será suspensa, sem a imposição de direitos provisórios ou definitivos, ressalvado o disposto nos Acordos Antidumping e nos Acordos de Subsídios e Direitos Compensatórios, mencionados no art. 1º.

(Às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.268, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/44, de 1997 (nº 90/97, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 204.827, mediante o qual o Plenário daquela Corte declarou a inconstitucionalidade do art. 7º e seus incisos I e II, do art. 87, caput e incisos I e II, e do art. 94, da Lei Municipal nº 6.989/66, todos com a redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990, do Município de São Paulo.

Relator: Senador **Valter Pereira**

I – Relatório

Deu entrada neste Senado Federal o ofício identificado acima, em 22 de maio de 1997, firmado pelo excelentíssimo senhor Ministro Celso de Mello, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em exercício da presidência, no qual Sua Excelência remete, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia de acórdão transitado em julgado nos autos do Recurso Extraordinário nº 204827, no qual foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 7º e seus incisos I e II da Lei Municipal nº 6.989/66, com

redação dada pela Lei nº 10.921/90, do Município de São Paulo. Nos mesmos autos, foi declarada também a inconstitucionalidade do art. 87, **caput** e incisos I e II, e do art. 94, ambos da referida Lei nº 6.989/66, com redação da também citada Lei nº 10.921/90.

Chega a esta Casa, também, cópia da lei impugnada, da manifestação do Procurador-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão.

A primeira questão, já várias vezes ventilada na Suprema Corte, percorre a progressividade das alíquotas do IPTU, em razão do valor do imóvel, no que ocorreu ofensa, pela lei municipal, ao estabelecido no art. 182, § 4º, II, da Constituição Federal, que limita a faculdade concedida pelo art. 156, § 1º, da Carta da República, à observância do disposto em Lei Federal e à utilização do fator tempo para a graduação do tributo.

Os demais dispositivos tidos como violadores da ordem constitucional vigente se referem à adoção da área do imóvel como base de cálculo para taxas de limpeza e conservação, no que restou lesado o art. 145, § 2º da Constituição Federal.

II – Análise

Na falta de maior desenvolvimento da utilização da súmula vinculante instituída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, mantém-se a utilidade da previsão de competência do Senado Federal (CF, art. 52, X) para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, perdeu, de acordo com algumas lições doutrinárias (Gilmar Ferreira Mendes, *in* Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade, Celso Bastos Editor, São Paulo, 1998, pp. 376-7), muito de sua utilidade, à vista do controle abstrato de normas sensivelmente incrementado pelo sistema da Carta Política vigente. Permanece, contudo, útil para o trato adequado da decisão incidental de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa suspensão estende **erga omnes** os efeitos da decisão proferida no feito por aquele Tribunal, ampliando o leque dos beneficiáveis por ela na medida em que, se não retira da lei a sua condição, impede, irrevogavelmente, a produção de seus jurídicos efeitos. Trata-se, não obstante a força dos efeitos, de atribuição facultativa deste Senado Federal, segundo as melhores lições doutrinárias. Facultativa, política, irreversível e, ocorrendo, atrelada à extensão material do julgado do Supremo Tribunal Federal (na lição precisa do Ministro

José Celso de Mello Filho, *in* A Constituição Federal Anotada, 2ª edição, Saraiva, São Paulo, 1986, p. 183), representando essas questões matéria preclusa no âmbito doutrinário e, em grande medida, também no jurisprudencial. Vai, portanto, veicular juízo de valor, de fundo eminentemente político, de conveniência política, desta Casa, quanto à necessidade de suspensão da norma impugnada pela via da exceção.

No caso sob exame, verifica-se que, dado o tempo transcorrido desde a comunicação do STF ao Senado (dez anos), todos os dispositivos legais impugnados, abrangidos pelo Ofício “S” nº 44, de 1997, já foram, objeto de suspensão mediante atos desta Casa, a saber:

- Resolução do Senado nº 8, de 21 de junho de 2005, que deu consequência ao acórdão proferido pelo STF no Recurso Extraordinário nº 188.391 – São Paulo.
- Resolução do Senado nº 35, de 28 de junho de 2005, que deu consequência ao acórdão proferido pelo STF no Recurso Extraordinário nº 199.969 – São Paulo.
- Resolução do Senado nº 13, de 7 de março de 2006, que deu consequência ao acórdão proferido pelo STF no Recurso Extraordinário nº 210.586 – São Paulo.

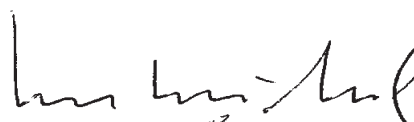
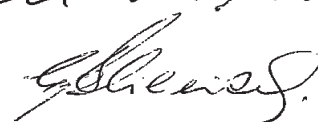
Ressalte-se, outrossim, que os dispositivos legais censurados já haviam sido alterados pela Lei nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, do Município de São Paulo, sendo que parte da nova redação também foi alvo de impugnação pelas decisões do Supremo que ensejaram os atos suspensivos do Senado.

Assim sendo, constata-se que nenhuma providência adicional se impõe a esta Casa em relação ao assunto.

III – Voto

Diante de todo o exposto, manifestamo-nos pelo arquivamento do processo relativo ao Ofício “S” nº 44 e 1997 nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno desta Casa.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2007.

, Presidente
, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 0FS Nº 44 DE 1997

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/11/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> Senador <i>Valter Pereira</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>Sibi Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>
EDUARDO SUPLY <i>[assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[assinatura]</i>	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>[assinatura]</i>	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA (RELATOR)	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS ²
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 13/11/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 44, DE 1997

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 - JOÃO RIBEIRO				
SIBÁ MACHADO	X				2 - INÁCIO ARRUDA	X			
EDUARDO SUPLYCY	X				3 - CÉSAR BORGES				
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				5 - MOZARILDO CAVALCANTI				
IDELI SALVATTI					6 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				7 - JOSÉ NERY (PSOL) ¹				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCA					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA (Bancado)	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS ²				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 44 SIM: 13 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 44 / 11 / 2007

Senador MARCO MACIEL

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 13/11/2007)

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
(2) Vaga cedida pelo Democratas.

**DOCUMENTOS ANEXADOS NOSTER-
MOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO
REGIMENTO INTERNO**

RELATÓRIO

Relator: Senador **José Ignácio Ferreira**

1. Por intermédio do Ofício “S” nº 44/97 (Of. nº 90/P – MC, de 20 de maio de 1997), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 294827, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da Lei nº 10.921/90, do Município de São Paulo, que alterou dispositivos da Lei nº 6.989/66.

2. De acordo com relatório do Senhor Ministro Ilmar Galvão:

“Trata-se de recursos extraordinários que foram interpostos pela contribuinte e pela Municipalidade de São Paulo, o primeiro pelas letras **a** e **c**, e o segundo, pela letra **a**, do inciso III, do art. 102 da CF, contra acórdão do Primeiro Tribunal de Alçada Civil que a um só tempo reconheceu a legitimidade da exigência da Taxa municipal de limpeza e conservação de vias públicas e a inconstitucionalidade da cobrança do Iptu com base em alíquotas progressivas.

Para a contribuinte, o acórdão, na primeira parte, ofendeu o art 145, II, § 2º, da Constituição Federal; para a Municipalidade, na segunda, contrariou ele os arts. 5º; 145 § 1º; 156 § 1º, 18 e 30 inc. III, também da Carta da República.

Na origem, o primeiro recurso foi admitido, enquanto o segundo foi inadmitido, subindo entretanto ao STF por efeito de provimento de agravo.”

3. Como acentuou o eminente relator em seu voto, controvertem os recursos em torno da constitucionalidade de dispositivos de lei do Município de São Paulo.

4. Num primeiro plano, o art. 7º e seus incisos I e II, da Lei nº 6.989/66, alterada pela Lei nº 10.921/90, ambas aprovadas pela Câmara de Vereadores do Município de São Paulo e sancionadas pelo Prefeito, estabelecem alíquotas progressivas em função do valor venal do imóvel. Após lembrar que a Carta da República, no art. 182, § 4º, II prevê tão-somente imposto progressivo no tempo, o douto Ministro Ilmar Galvão conclui:

“Trata-se de circunstância que torna o referido texto insuscetível de complementação por meio da lei federal prevista no § 4º do referido dispositivo. Assim, conquanto não se conheça do recurso da Municipalidade, é de declarar-se a inconstitucionalidade do texto legal sob enfoque.”

5. Por outro lado, a contribuinte impugnou o acórdão do Tribunal de Alçada Civil no ponto que aquela Corte estadual reconheceu a exigibilidade das taxas de conservação e limpeza de rua, conforme previsão inserta nos artigos 87, **a** II, e 94, todos dos mesmos diplomas legais supra mencionados. Neste aspecto assim se posicionou o Ministro Ilmar, Galvão:

“Acontece não ser essa a orientação que deflui da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, onde se acha consolidado ser contrária à norma do art. 145, § 2º, da CF, a taxa municipal que toma para base de cálculo a área de imóvel, fator que é tido por um dos indicadores do valor venal deste, elemento que serve de base de cálculo do IPTU. (...) A hipótese contemplada pela jurisprudência do STF, diante dos arts. 87, I e II, e 94, da Lei paulistana nº 6.989/66, na redação que lhes deu a Lei nº 10.921/90, ora sob apreciação, acha-se plenamente configurada, posto tratar-se de taxas que, no primeiro caso (limpeza) tem por base de cálculo, entre outros fatores, a área do imóvel, e, no segundo (conservação) a extensão do imóvel, no seu limite com a via ou logradouro público”.

6. Ao manifestar-se no processo, cumprindo sua função constitucional, o Ministério Público Federal opinou que, tanto no recurso interposto pela contribuinte quanto no que interpôs o Município de São Paulo, o Supremo Tribunal Federal devia deles tornar conhecimento mas a ambos negar provimento.

7. Por maioria, contra o voto do eminente Ministro Carlos Velloso, que conhecia e dava provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Município de São Paulo, e não conhecia do recurso extraordinário interposto pela empresa contribuinte, tendo votado o Presidente, o Supremo Tribunal Federal concluiu, conforme acórdão transitado em julgado, por:

“...não conhecer do recurso extraordinário interposto pelo Município de São Paulo, declarando, **incidentur tantum**, a inconstitucionalidade do art. 7º e seus incisos I e 11, da Lei municipal nº 6.989/66, com a redação

dada pela Lei nº 10.921/90, do Município de São Paulo. O Tribunal, também por maioria, conheceu e deu provimento ao recurso extraordinário interposto pela empresa contribuinte, para declarar incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 87, **caput** e incisos I e II, e do art. 94, ambos da Lei municipal nº 6.989/66, com a redação dada pela Lei nº 10.921/90, do Município de São Paulo (...).”

É o relatório.

8. Conforme disposição constitucional – art. 52, X – compete privativamente ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.” Nesse sentido, o Regimento Interno do Senado Federal, nos artigos 386, 387 e 388 disciplina os procedimentos relativos à suspensão da execução de lei declarada inconstitucional. Assim, a comunicação do Presidente daquela Corte de Justiça, consubstanciada no ofício supra referido com seus anexos, preenche plenamente as exigências regimentais, restando, agora, a esta Comissão formular o projeto de resolução suspendendo a execução dos dispositivos mencionados da Lei nº 6.989/66, com a redação dada pela Lei nº 10.921/90, ambas do Município de São Paulo, o que fazemos nos termos seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 1997

Suspende, em parte, a execução da Lei nº 6.989/66, com a redação dada pela Lei nº 10.921/90, do Município de São Paulo.

O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivos de lei, constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 204.827-5 – São Paulo, Resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 7º e seus incisos I e II, do art. 87, **caput** e incisos I e II, e do art. 94, todos da Lei municipal nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação dada pela Lei nº 10.921, de 30 de dezembro de 1990, ambas do Município de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Deu entrada neste Senado Federal o ofício identificado acima, em 22 de maio de 1997, firmado pelo excelentíssimo senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, em exercício, Ministro Celso de Mello, no qual Sua Excelência remete, “para os fins previstos no art. 52, X da Constituição Federal”, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 204827, alegadamente acompanhado da manifestação da Procuradoria-Geral da República e da cópia da Lei impugnada naquele feito, de nº 10.921/90, do Município de São Paulo, que alterou dispositivos da Lei nº 6.989/66, também municipal.

A matéria chega a este relator em 15 de março do ano em curso.

Cuida-se de impugnação de lei municipal de São Paulo, sobre matéria tributária. A Lei nº 10.921/90, que deu nova redação aos arts. 7º, 87 e incisos I e II, e 94, da Lei nº 6.989/66. O primeiro dispositivo instituiu alíquotas progressivas para a cobrança do imposto predial e territorial urbano, em razão do valor do imóvel. Essa progressividade foi julgada inconstitucional à luz do art. 182, § 4º, II, da Constituição da República. Os demais dispositivos violaram a norma do art. 145, § 2º, da Carta Política brasileira.

O autos chegam, contudo, incompletos a esta Comissão.

O art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal assim dispõe:

“Art. 387. A comunicação, a representação e o projeto a que se refere o artigo anterior deverão ser instruídos com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento”.

O expediente recebido por esta Casa enuncia que está acostado o parecer da Procuradoria-Geral da República.

Isso, todavia, não ocorreu. O exame dos autos revela a inclusão – acreditamos que equivocadamente – da manifestação da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo (fls. 45), acostada quando o processo ainda estava sob exame do Primeiro Tribunal de Alçada Cível daquele Estado. Perante o Supremo Tribunal Federal, oficia pelo **Parquet** a Procuradoria-Geral da República (art. 103, § 1º). A manifestação ministerial não está, portanto, acostada.

É o relatório.

II – Parecer

O sistema de controle de constitucionalidade de normas, no Brasil, em que pese ser dos mais complexos de que se tem notícia, ainda não apresenta, quer na concepção teórica, quer na prática, um funcionamento livre de críticas. O debate da questão constitucional federal, propiciado tanto pela via difusa quanto pela concentrada, com fundas diferenças quanto à legitimação ativa, competência, limites materiais da lide, efeitos e eficácia, não apresenta, ainda, uma perfeição que permita o desafogo do Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, da enorme quantidade de processos repetidos que lhe chegam para decisão. Os reclamos por uma solução parecem estar com o atendimento encaminhado pelo trato que o Congresso Nacional vem dando a duas propostas de emenda à Constituição que estenderão os efeitos vinculantes, hoje privativos da decisão em ação declaratória de constitucionalidade, tanto a cautelar quanto a definitiva, às decisões em ação direta de inconstitucionalidade e às súmulas, em determinadas condições.

À míngua de uma solução mais firme e definitiva para a condição da lei dada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade, cujos efeitos, processualmente, são produzidos e limitados **inter partes**, manteve o constituinte ordinário de 1997-98 a competência do Senado Federal (CF, art. 52, X) para “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva” do Supremo Tribunal Federal. Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, perdeu, de acordo com algumas lições doutrinárias (Gilmar Ferreira Mendes, *in* Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade, Celso Bastos Editor, São Paulo, 1998, pp. 376-7), muito de sua utilidade, à vista do controle abstrato de normas sensivelmente incrementado pelo sistema da Carta Política vigente. Permanece, contudo, útil para o trato adequado da decisão incidental de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa suspensão estende **erga omnes** os efeitos da decisão proferida no feito por aquele Tribunal, ampliando o leque dos beneficiáveis por ela na medida em que, se não retira da lei a sua condição, impede, irrevogavelmente, a produção de seus jurídicos efeitos.

Trata-se, não obstante a força dos efeitos, de atribuição facultativa deste Senado Federal, segundo as melhores lições doutrinárias. Facultativa, política, irreversível e, ocorrendo, atrelada à extensão material do

julgado do Supremo Tribunal Federal (na lição precisa do Ministro José Celso de Mello Filho, *in* A Constituição Federal Anotada, 2ª edição, Saraiva, São Paulo, 1986, p. 183), representando essas questões matéria preclusa no âmbito doutrinário e, em grande medida, também no jurisprudencial. Vai, portanto, veicular juízo de valor, de fundo eminentemente político, de conveniência política, desta Casa, quanto à necessidade de suspensão da norma impugnada pela via da exceção.

Cumprе ressaltar que já é assente na doutrina o cabimento da atuação senatorial no caso de lei municipal, conforme Clèmerson Merlin Clève, reproduzindo lição do eminente Ministro José Celso de Mello Filho:

“A competência do Senado Federal não se restringe aos atos normativos federais. Com efeito, cabe ao Senado, como órgão da Federação, suspender a execução, igualmente dos atos normativos (leis, decretos) estaduais e municipais.” (A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro, RT, São Paulo, 1995, p. 94).

Apesar de não haver prazo para a deliberação suspensiva senatorial (conforme Regina Maria Macedo Nery Ferrari, *in* Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade, 3ª edição, RT, São Paulo, 1992, p. 115), acreditamos que matéria tributária, pela sensibilidade dos interesses e direitos que envolve, deva merecer a especial atenção deste Senado Federal, mormente quando o tema em tela é o IPTU.

O exame de mérito acerca da conveniência, ou não, da suspensão, contudo, fica prejudicado pela deficiente instrução processual perante o Senado Federal. A falta do apensamento da manifestação da Procuradoria-Geral da República, conforme noticiamos no relatório deste parecer, é invencível e, obviamente, infungível pela peça produzida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, pela sua Procuradoria Geral de Justiça. O Regimento Interno do Senado Federal impõe que seja acostada a manifestação do **Parquet** Federal, principalmente para que seja dado a conhecer ao Senado o conteúdo da manifestação instrutória desse competente órgão, de forma a instruir a decisão desta Casa sobre a conveniência, ou não, da suspensão da norma impugnada.

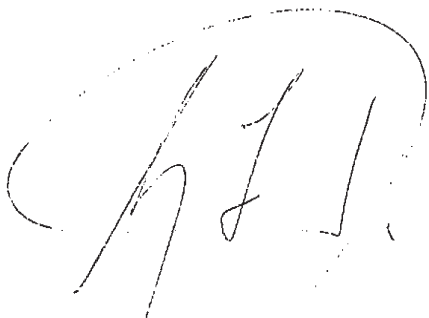
Temos, então, a não-regimentalidade da instrução do processo em tela, no que afronta o art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sensibiliza-nos, contudo, a matéria **sub examine**. Há muito em jogo quando uma lei majora as alíquotas de um imposto de grande impacto social como o predial e territorial urbano. Como os efeitos da decisão da Suprema Corte cingem-se às partes na relação processual, não é exagerado supor que milhões de paulistas – que não se valeram das vias judiciais – são detentores, hoje, de interesse direto na ação do Senado Federal.

Por essa razão, presos pela relevância inconteste da matéria, somos por decidir por diligência nos presentes autos, solicitando ao Supremo Tribunal Federal que remeta a esta Casa cópia, em inteiro teor, da manifestação da douta Procuradoria Geral da República nos autos do Recurso Extraordinário nº 204.827, de forma a suprir a omissão registrada e possibilitar o exame da matéria jurídica nos autos.

É o parecer.

Sala da Comissão,



, Presidente
, Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **João Batista Motta**

I – Relatório

Deu entrada neste Senado Federal o ofício identificado acima, em 22 de maio de 1997, firmado pelo excelentíssimo senhor Ministro Celso de Mello, Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, em exercício da presidência, no qual Sua Excelência remete, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia de acórdão transitado em julgado nos autos do Recurso Extraordinário nº 204.827, no qual foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 7º e seus incisos I e II da Lei Municipal nº 6.989/66, com redação dada pela Lei nº 10.921/90, do Município de São Paulo. Nos mesmos autos, foi declarada também a inconstitucionalidade do art. 87, **caput** e incisos I e II, e do art. 94, ambos da referida Lei nº 6.989/66, com redação da também citada Lei nº 10.921/90.

Chega a esta Casa, também, cópia da lei impugnada, da manifestação do Procurador-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão.

A primeira questão, já várias vezes ventilada na Suprema Corte, percorre a progressividade das alíquotas do IPTU, em razão do valor do imóvel, no que ocorreu ofensa, pela lei municipal, ao estabelecido no art. 182, § 4º, II, da Constituição Federal, que limita a faculdade concedida pelo art. 156, § 1º, da Carta da República, à observância do disposto em lei federal e à utilização do fator tempo para a graduação do tributo.

Os demais dispositivos tidos como violadores da ordem constitucional vigente se referem à adoção da área do imóvel como base de cálculo para taxas de limpeza e conservação, no que restou lesado o art. 145, § 2º da Constituição Federal.

II – Análise

O sistema de controle de constitucionalidade de normas, no Brasil, em que pese ser dos mais complexos de que se tem notícia, ainda não apresenta, quer na concepção teórica, quer na prática, um funcionamento livre de críticas. O debate da questão constitucional federal, propiciado tanto pela via difusa quanto pela concentrada, com fundas diferenças quanto à legitimação ativa, competência, limites materiais da lide, efeitos e eficácia, não apresenta, ainda, uma perfeição que permita ao Judiciário, em especial ao Supremo Tribunal Federal, o desfogo da enorme quantidade de processos repetidos que lhe chegam para decisão.

Os reclamos por uma solução parecem estar atendidos, em grande medida, pela previsão da possibilidade de súmula vinculante veiculada pela Emenda à Constituição nº 45 (Reforma do Poder Judiciário), conforme o novo art. 103-A da Constituição Federal.

À míngua do início da utilização da súmula vinculante, mantém-se a utilidade da previsão de competência do Senado Federal (CF, art. 52, X) para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, perdeu, de acordo com algumas lições doutrinárias (Gilmar Ferreira Mendes, in **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade**, Celso Bastos Editor, São Paulo, 1998, p. 376-7), muito de sua utilidade, à vista do controle abstrato de normas sensivelmente incrementado pelo sistema da Carta Política vigente.

Permanece, contudo, útil para o trato adequado da decisão incidental de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa suspensão estende **erga omnes** os efeitos da decisão proferida no feito por aquele Tribunal, ampliando o leque dos beneficiáveis por ela na medida em que, se não retira da lei a sua condição, impede, irrevogavelmente, a produção de seus jurídicos efeitos. Os efeitos são, segundo lição jurisprudencial da Justiça Federal de segundo grau, **ex tunc**.

Trata-se, não obstante a força dos efeitos, de atribuição facultativa deste Senado Federal, segundo as melhores lições doutrinárias. Facultativa, política, irreversível e, ocorrendo, atrelada à extensão material do julgado do Supremo Tribunal Federal (na lição precisa do Ministro José Celso de Mello Filho, **in A Constituição Federal Anotada**, 2ª edição, Saraiva, São Paulo, 1986, p. 183), representando essas questões matéria preclusa no âmbito doutrinário e, em grande medida, também no jurisprudencial. Vai, portanto, veicular juízo de valor, de fundo eminentemente político, de conveniência política, desta Casa, quanto à necessidade de suspensão da norma impugnada pela via da exceção.

Apesar de não haver prazo para a deliberação suspensiva senatorial (conforme Regina Maria Macedo Nery Ferrari, **in Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade**, 3ª edição, RT, São Paulo, 1992, p. 115), temos para nós, no caso, a conveniência política da suspensão imediata do dispositivo legal impugnado, à vista da possibilidade de relevante multiplicação processual, em face do grande número de atingidos pelo dispositivo legal municipal de São Paulo, já que relativo à cobrança do IPTU na maior cidade do País.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela suspensão do art. 7º e seus incisos I e II; do art. 87, **caput** e incisos I e II; e do art. 94, todos da Lei municipal de São Paulo nº 6.989, de 1966, com redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2005

Suspende a execução do art. 7º, incisos I e II, do art. 87, caput e incisos I e II, e

do art. 94, todos da Lei Municipal de São Paulo nº 6.989, de 1966, com redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990.

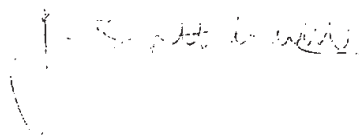
O Senado Federal, considerando a declaração incidental de inconstitucionalidade de norma jurídica constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 204827-5, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 7º e seus incisos I e II, do art. 87, **caput** e incisos I e II, e do art. 94, todos da Lei Municipal de São Paulo nº 6.989, de 1966, com redação dada pela Lei nº 10.921, de 1990.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

Ofício nº 151/07 – Presidência/CCJ

Brasília, 14 de novembro de 2007

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 44, de 1997.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.269, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 74, de 1997 (nº 152/97, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal, “cópia da Lei nº 6.374, de 1º-3-89, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 191.648, do Estado de São

Paulo, o qual declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei Paulista nº 6.374/89”.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 74, de 1997 (nº 152-P/MC, do mesmo ano, na origem), o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou a esta Casa, para os fins previstos no inciso X do art. 52 da Constituição Federal, cópias da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão lavrado nos autos do Recurso Extraordinário nº 191.648, do Estado de São Paulo, no qual aquela Suprema Corte declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 4, da mencionada Lei Paulista nº 6.374, de 1989.

O dispositivo legal em tela inclui na base de cálculo do ICMS “o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados na operação realizada por estabelecimento simplesmente equiparado a industrial pela legislação relativa ao imposto federal”, o que foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do seguinte acórdão, **in verbis**:

“Ementa: ICMS. IPI. Art. 155, § 2º, XI, da Constituição Federal. Art. 24, § 1º, nº 4, da Lei Paulista nº 6.374/89.

Venda de Produtos Importados, para Industrialização ou Comercialização. Exclusão do Valor Correspondente ao Último Tributo da Base de Cálculo do Primeiro.

Configurando-se, no caso, fato gerador de ambos os tributos, incide a norma constitucional em referência, que não distingue contribuinte industrial de contribuinte equiparado a industrial.

A Lei nº 6.374/89, do Estado de São Paulo, ao estabelecer em sentido contrário, no dispositivo acima indicado, ofende o apontado texto da Carta da República.

Recurso conhecido e provido, com declaração da inconstitucionalidade do texto estadual sob enfoque.”

O referenciado expediente do Senhor Presidente do Egrégio Supremo Tribunal Federal também remete, mediante cópia, a versão do registro taquigráfico do julgamento, em que oficiou como relator o Ex^{mo} Sr. Ministro Ilmar Galvão.

II – Análise

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete ao Senado Federal, privativamente, “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Ainda segundo a mesma Constituição, “somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público” (art. 97).

De seu turno, estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 101, inciso III, que a esta Comissão compete “propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Constituição, art. 52, X)”, prescrevendo, ainda, no art. 387, que o projeto deve ser instruído “com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento”.

Pelo que se extrai dos autos, a decisão já transitou em julgado, cabendo ainda aduzir, quanto ao requisito do apontado art. 97 da Lei Fundamental, que o aresto em questão, segundo a versão do apanhamento taquigráfico encaminhada, foi cancelado por sete dos onze Ministros da Suprema Corte.

Ressalte-se que a intervenção do Senado Federal, nesses casos, tem o propósito de afastar, em caráter definitivo, a norma impugnada do ordenamento jurídico, de forma a evitar que venha a incidir em outras relações jurídicas, incidência esta já deslegitimada pelo Guardião da Constituição da República.

Considerando, no entanto, que o dispositivo objeto de arguição já foi revogado pela Lei estadual nº 10.619, de 19 de julho de 2000, não se apresenta ao Senado Federal nenhuma providência a ser tomada, já que os efeitos pretéritos da norma impugnada se esgotaram com a incidência da decisão do Supremo Tribunal Federal objeto do presente parecer.

III – Voto

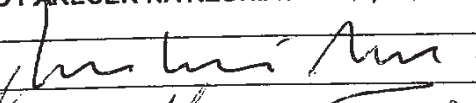
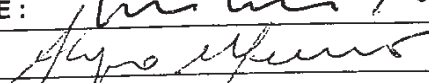
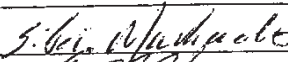

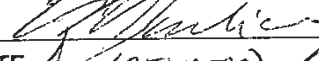

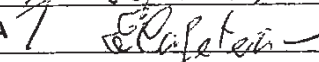
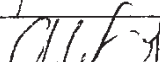
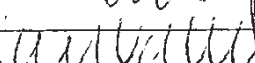
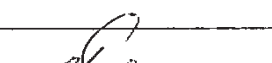
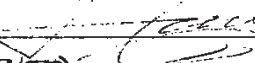

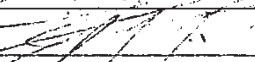
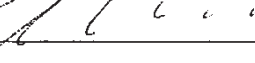

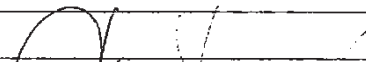
Em face do exposto, nosso voto é pelo Arquivamento do processo referente ao Ofício “S” nº 74, de 1997, nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno desta Casa.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 0FS Nº 74 DE 1997

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/11/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  Sen. Aloizio Mercadante	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO 	2. INÁCIO ARRUDA 
EDUARDO SUPICY 	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE (RELATOR) 	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA 	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) 	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU 	4. ALVARO DIAS ²
ANTONIO CARLOS JÚNIOR 	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI 	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 13/11/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OES Nº 74, DE 1997

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO					1 – JOÃO RIBEIRO				
SIBÁ MACHADO	X				2 – INÁCIO ARRUDA	X			
EDUARDO SUPLICY	X				3 – CÉSAR BORGES				
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 – MARCELO CRIVELLA				
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				5 – MOZARILDO CAVALCANTI				
IDELI SALVATTI					6 – MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				7 – JOSÉ NERY (PSOL) ¹				
TITULARES – PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS	X				1 – ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP					2 – WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCÁ					3 – LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 – PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA	X				5 – JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 – NEUTO DE CONTO				
TITULARES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 – ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (Partido Liberal)					2 – JAYME CAMPOS				
DEMOSTENES TORRES	X				3 – JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 – ALVARO DIAS ²				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 – MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 – FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					7 – JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 – MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				9 – MÁRIO COUTO				
TITULAR – PDT					SUPLENTE – PDT				
JEFFERSON PERES					1 – OSMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE

ALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 11 / 2007

Senador MARCO MACIEL
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\ACJ\2007\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 13/11/2007)

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas.

Ofício nº 148/07– PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 14 de novembro de 2007

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 74, de 1997.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

DOCUMENTOS ANEXADOS, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Josaphat Marinho**

1. Pelo Ofício “S” nº 74, de 1997 (Ofício nº 152-P/MC, de 2-9-97, na origem) do Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminham-se, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, ao Senado Federal, cópias da certidão de trânsito em julgado, bem como do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 191.648, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. dos art. 24, § 1º e nº 4, da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo.

2. Trata-se de Recurso Extraordinário interposto de acórdão que admitiu a inclusão do Imposto sobre Produtos Industrializados, na base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de serviços, contrariamente ao disposto no art. 155, § 2º, XI, da Constituição Federal, por configurar-se, no caso, a hipótese de operação que serve de fato gerador a ambos os impostos.

3. O ofício remetido em 2-9-97 (f1s. 01), pelo Ministro Celso de Mello, Presidente do STF, encaminha cópia da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, bem assim da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal do parecer da Procuradoria-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

4. É o relatório.

Discussão

5. Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição em vigor, compete privativamente ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.” E segundo dispõe o inciso III do artigo 101 do Regimento Interno, compete a este Colegiado apresentar o respectivo Projeto de Resolução.

6. A decisão do Supremo Tribunal Federal é definitiva, pois o referido acórdão foi publicado no **Diário da Justiça** do dia 20 de junho de 1997, e transitou em julgado no dia 1º-8-97. A decisão foi tomada por unanimidade de votos (arts. 52, X e 97, C.F.).

7. Dessa forma, satisfeitos os requisitos constitucionais e regimentais, e com a finalidade de atribuir força executória à referida decisão, propõe-se o seguinte Projeto de Resolução suspendendo a execução dos art. 24, 1º, nº 4, da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 1998

Suspende a execução do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de S. Paulo.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução dos art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo, declarado inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário 191.648, do Estado de São Paulo, conforme comunicação feita por aquela Corte, nos termos do Ofício nº 152-P/MC, de 2 de setembro de 1997.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, de de 1998.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Amir Lando**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 74, de 1997 (nº 152-P/MC, do mesmo ano, na origem), o Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhou a esta Casa, para os fins previstos no inciso X do art. 52 da Constituição Federal, cópias da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão lavrado nos autos do Recurso Extraordinário nº 191.648, do Estado de São Paulo, no qual aquela Suprema Corte declarou a inconstitucionalidade do art. 24, § 1º, nº 4, da mencionada Lei Paulista nº 6.374, de 1989.

O dispositivo legal em tela inclui na base de cálculo do ICMS “o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados na operação realizada por estabelecimento simplesmente equiparado a industrial pela legislação relativa ao imposto federal”, o que foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do seguinte acórdão, **in verbis**:

“EMENTA: ICMS. IPI. ART. 155, § 2º, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 24, § 1º, Nº 4, DA LEI PAULISTA Nº 6.374/89. VENDA DE PRODUTOS IMPORTADOS, PARA IN-

DUSTRIALIZAÇÃO OU COMERCIALIZAÇÃO. EXCLUSÃO DO VALOR CORRESPONDENTE AO ÚLTIMO TRIBUTOS DA BASE DE CÁLCULO DO PRIMEIRO.

Configurando-se, no caso, fato gerador de ambos os tributos, incide a norma constitucional em referência, que não distingue contribuinte industrial de contribuinte equiparado a industrial.

A Lei nº 6.374/89, do Estado de São Paulo, ao estabelecer em sentido contrário, no dispositivo acima indicado, ofende o apontado texto da Carta da República.

Recurso conhecido e provido, com declaração da inconstitucionalidade do texto estadual sob enfoque.”

O referenciado expediente do Senhor Presidente do Egrégio Supremo Tribunal Federal também remete, mediante cópia, a versão do registro taquigráfico do julgamento, em que oficiou como relator o Ex^{mo} Sr. Ministro Ilmar Galvão.

É o relatório.

II – Voto

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete ao Senado Federal, privativamente, “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Ainda segundo a mesma Constituição, “somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público” (art. 97).

De seu turno, estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 101, inciso III, que a esta Comissão compete “propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (Constituição art. 52, X)”, prescrevendo, ainda, no art. 387, que o projeto deve ser instruído “com o texto da lei cuja execução se deva suspender, do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento”.

Pelo que se extrai dos autos, a decisão já transitou em julgado, cabendo ainda aduzir, quanto ao requisito do apontado art. 97 da Lei Fundamental, que o aresto em questão, segundo a versão do apanhamento taquigráfico encaminhada, foi cancelado por sete dos onze Ministros da Suprema Corte.

Relativamente aos requisitos regimentais acima mencionados, tampouco existem reparos a consignar, dado o seu integral atendimento nas várias peças que integram o processado.

Diante do exposto, o nosso voto é no sentido da propositura do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 2000

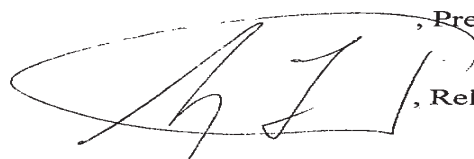
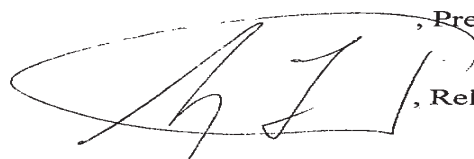
Suspende a execução do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e tendo em vista o decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 191.648, do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução do art. 24, § 1º, nº 4, da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator

PARECER Nº 1.270, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Ofício “S” nº 101, de 1997 (nº 205 /97, na origem) do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Senado Federal cópia da Resolução nº 271/89 do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do parecer da Procuradoria Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 21.055, que declarou a inconstitucionalidade da referida Resolução, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal.

Relator: Senador **Magno Malta**

Relator *ad hoc*: Senador **Jefferson Peres**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 101, de 1997 (Ofício nº 205/P-MC, de 10-11-97, na origem) o Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado Federal cópia da Resolução nº 271, de 1989, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 21.055, que declarou a inconstitucionalidade da referida Resolução, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal.

A ementa do acórdão em análise assim dispõe:

EMENTA: Indicação de advogados para integrarem Tribunal Regional do Trabalho. Redução da lista sêxtupla a lista tríplice.

Arts. 115, parágrafo único, inciso II, e 94, parágrafo único, da Constituição Federal.

1. Compete a todo o Tribunal Regional do Trabalho – integrado por seus juízes togados vitalícios e também pelos classistas – e não apenas pelos primeiros – formar a lista tríplice a que se refere o parágrafo único do art. 94 da Constituição Federal.

2. É inconstitucional, por violação dos arts. 115, parágrafo único, inciso II, e 94, parágrafo único, da CF, a Resolução nº 271/89 do TRT da 8ª Região, que assegura apenas a seus juízes togados vitalícios – e não também aos classistas – o direito de voto na formação de tal lista.

3. É nulo o decreto de nomeação de advogado para o cargo de Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, feita com base em lista tríplice formada apenas por seus juízes vitalícios e não também pelos classistas.

4. Ao participante da lista sêxtupla, elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil, é deferido mandado de segurança, para, anulada tal nomeação, a redução a lista tríplice seja feita por todo o Tribunal – e não apenas por seus juízes vitalícios.

Pronunciou-se o então Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, opinando pelo deferimento do pedido de segurança, anulando-se o ato de nomeação do advogado Itair Sá da Silva, para o cargo de juiz do TRT da 8ª Região, dada a inconstitucionalidade da Resolução nº 271/89, que regeu a elaboração da lista tríplice, devendo outra, ser elaborada pelo Tribunal, sem a vedação relativa aos juízes classistas.

O acórdão em questão assim estabelece:

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir o mandado de segurança, declarando a inconstitucionalidade da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e, em consequência, a nulidade da lista tríplice e do ato de nomeação do litisconsorte passivo Itair Sá da Silva, determinando, ainda, que o Tribunal reduza à lista sêxtupla em lista tríplice, assegurada a participação de todos os seus membros.

II – Análise

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição em vigor, compete privativamente ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

A decisão do Supremo Tribunal Federal é definitiva, pois o referido acórdão foi publicado no **Diário da Justiça** do dia 22 de fevereiro de 1991 e transitou em julgado em 1º de março de 1991 (CF, certidão de fls. 40). A decisão foi tomada por unanimidade de votos (arts. 52, X e 97, CF).

O ofício remetido em 10-11-97 (fls.01), pelo Ministro Celso de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminha cópia da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e da versão do registro taquigráfico do julgamento (art. 387, RISF).

No entanto, e em que pese a regularidade formal da comunicação do Supremo Tribunal Federal a esta Casa, entendemos que se afiguram cabíveis as seguintes ponderações concernentes à eficácia do dispositivo regulamentar impugnado:

a) são decorridos dezesseis anos de vigência da norma impugnada (Resolução nº 271, de 1989, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região);

b) a censura do Supremo Tribunal Federal, em sede de fiscalização concreto-incidental (casuística), foi efetivada em agosto de 1990 e publicada no **Diário da Justiça** em fevereiro de 1991, ou seja, há mais de dezesseis anos;

c) desde então, a norma impugnada deixou de ser aplicada, tendo sido, afinal, revogada explicitamente pela vigência do art. 26 do novo Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, republicado pela Resolução nº 153, de 2001, do mesmo Tribunal. A nova disposição regimental, como não poderia deixar de ser, alinha-se com a diretriz do Supremo Tribunal Federal, ampliando a participação para definição da lista tríplice a todos os membros efetivos do Tribunal, e não somente aos vitalícios;

d) sendo assim, a esta altura nenhum objetivo prático teria a intervenção do Senado em relação ao assunto, em vista da absoluta falta de tempestividade e oportunidade para a ampliação do escopo da decisão, cujos efeitos corretivos já foram realizados por meio dos mecanismos administrativos da competência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Lembre-se, ademais, que o ato suspensivo de competência do Senado é facultativo, conforme entendimento pacífico da doutrina e da jurisprudência.

III – Voto

Diante de todo o exposto, manifestamo-nos pelo arquivamento do processo relativo ao Ofício “S” nº 101, de 1997, nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno desta Casa.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 058 Nº 101 DE 1900

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/11/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> <i>Jefferson Pêres</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO <i>[assinatura]</i>	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPICY <i>[assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>[assinatura]</i>	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS ²
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[assinatura]</i> <i>(Relator "ad hoc")</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 13/11/2007

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
(2) Vaga cedida pelo Democratas.

COMISSAO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 101, DE 1994

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SILHESSARENKO	X				1 - JOÃO RIBEIRO				
SIBÁ MACHADO	X				2 - INÁCIO ARRUDA				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - CÉSAR BORGES				
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
EPITÁCIO CAFETEIRA					5 - MOZARILDO CAVALCANTI				
IDELI SALVATTI	X				6 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				7 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS					1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCÁ					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA					5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (Ficha Limpa)	X				2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU	X				4 - ALVARO DIAS	X			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR					5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGILIO					6 - FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					7 - JOAO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES (Ficha Limpa)	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 120 SIM: 11 NÃO: -

ABSTENÇÃO: -

AUTOR: - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 11 / 2007

Senador MARCO MACIEL

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2007\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 13/11/2007)

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Josaphat Marinho**

1. Pelo Ofício “S” nº 101, de 1997 (Ofício nº 205/P-MC, de 10-11-97, na origem) o Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado Federal cópia da Resolução nº 271/89 do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do mandado de segurança nº 21.055, que declarou a inconstitucionalidade da referida Resolução, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal.

2. A ementa do acórdão em análise assim dispõe:

Ementa: “Indicação de advogados para integrarem Tribunal Regional do Trabalho. Redução da lista sêxtupla a lista tríplice. Arts. 115, parágrafo único, inciso II, e 94, parágrafo único da Constituição Federal.

1. compete a todo o Tribunal Regional do Trabalho-integrado por seus juízes togados vitalícios e também pelos classistas – e não apenas pelos primeiros – formar a lista tríplice a que se refere o parágrafo único do art. 94 da Constituição Federal.

2. inconstitucional, por violação dos arts. 115, parágrafo único, inciso II, e 94, parágrafo único da Constituição Federal, a resolução nº 271/89 do TRT da 8ª Região, que assegura apenas a seus juízes togados vitalícios – e não também aos classistas o direito de voto na formação de tal lista.

3. É nulo o decreto de nomeação de advogado para o cargo de Juiz de Tribunal Regional do Trabalho, feita com base em lista tríplice formada apenas por seus juízes vitalícios e não também pelos classistas.

4. Ao participante da lista sêxtupla, elaborada pela Ordem dos Advogados do Brasil, é deferido mandado de segurança, para, anulada tal nomeação, a redução a lista tríplice seja feita por todo o Tribunal – e não apenas por seus juízes vitalícios.”

3. Pronunciou-se o Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, opinando pelo deferimento do pedido de segurança, anulando-se o ato de nomeação do advogado Itair Sá da Silva, para o cargo de juiz do TRT da 8ª Região, dada a inconstitucionalidade da Resolução nº 271/89, que regeu a elaboração da lista tríplice, devendo outra ser elaborada pelo Tribunal, sem a vedação relativa aos juízes classistas.

4. O acórdão em questão assim estabelece:

“Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em deferir o mandado de segurança, declarando a inconstitucionalidade da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e, em consequência, a nulidade da lista tríplice e do ato de nomeação do litisconsorte passivo Itair Sá da Silva, determinando, ainda, que o Tribunal reduza a lista sêxtupla em lista tríplice, assegurada a participação de todos os seus membros.”

É o relatório.

DISCUSSÃO

5. Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição em vigor, compete privativamente ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”. E segundo dispõe o inciso III do art. 101 do Regimento Interno, compete a este Colegiado apresentar o respectivo projeto de resolução.

6. A decisão do Supremo Tribunal Federal é definitiva, pois o referido acórdão foi publicado no **Diário da Justiça** do dia 22 de fevereiro de 1991, e transitou em julgado em 1º de março de 1991 (CF. certidão de fls. 40). A decisão foi tomada por unanimidade de votos (arts. 52, X e 97, CF).

7. O ofício remetido em 10-11-97 (fls.01), pelo Ministro Celso de Mello, Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminha cópia da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da

certidão de trânsito em julgado e da versão do registro taquigráfico do julgamento (art. 387, RISF).

8. Dessa forma, satisfeitos os requisitos constitucionais e regimentais, e com a finalidade de atribuir força executória à referida decisão, propõe-se o seguinte projeto de resolução suspendendo a execução da Resolução nº 271/89 do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº , DE 1998

Suspende a execução da Resolução nº 271/89 do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução da Resolução nº 271/89, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, declarada inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal nos autos do Mandado de Segurança nº 21.055, conforme comunicação feita por aquela Corte, nos termos do Ofício nº 205-P/MC, de 10 de novembro de 1997.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, de de 1998.

Ofício nº 152/2007 – Presidência/CCJ

Brasília, 21 de outubro de 2007

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 101, de 1997.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.271, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 39, de 2001 (nº 110/2001, na origem), do Supremo

Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário nº 174.184-8/SP que declarou a inconstitucionalidade do art. 25 e parágrafo único da Lei Complementar nº 467/86, do Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloizio Mercadante**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 39, de 2001 (Of. nº 110-P/MC, de 16-10-2001, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do diploma legal objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 174.184-8, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 25 e parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986.

A Lei Complementar nº 467/86 concede gratificação a funcionários e servidores da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado, altera as referências iniciais e finais das classes que especifica, e dá outras providências, e assim tem redigido o dispositivo contestado:

Art. 25. Os vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões serão reajustados automaticamente pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, sempre que a acumulação atingir 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. O reajuste concedido nos termos deste artigo será considerado antecipação salarial.

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Moreira Alves, trata-se de Recurso Extraordinário em que se discute a inconstitucionalidade de acórdão que deferiu a servidores públicos do Estado de São Paulo o pagamento do “gatilho salarial”, instituído pela Lei Complementar Estadual nº 467/86, até a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 535/88, que o extinguiu. No seu voto condutor, ressaltou o eminente relator que, ao julgar casos análogos, a Corte decidiu

pela inconstitucionalidade da norma garantidora de reajuste automático, por atentar contra a proibição de vinculação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

A douta Procuradoria-Geral da República opinou contrariamente ao provimento do apelo extremo, concluindo que é devido o pagamento do “gatilho salarial” aos servidores estaduais, com base em entendimento da Suprema Corte exarado no RE nº 134.230, Rel.: Min. Carlos Velloso, DJ 16-8-91; no RE nº 135.101, Rel.: Min. Octavio Gallotti, DJ 12-6-92; e no RE nº 161.283, Rel.: Min. Marco Aurélio, DJ 23-4-93.

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 9 de agosto de 2000, por votação majoritária – vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Sepúlveda Pertence, que não conheceram do recurso –, pronunciou-se pelo acolhimento do pleito do recorrente, declarando, incidenter tantum, a inconstitucionalidade argüida, ficando a ementa do venerando acórdão nos termos que se seguem:

Ementa: Recurso extraordinário. Gatilho Salarial. Artigo 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 2-7-86, do Estado de São Paulo.

A atual jurisprudência firmada pelo Plenário desta Corte – assim, entre outros julgados, os prolatados nas ações originárias 286, 299 e 300 –, ao julgar casos análogos ao presente em que a lei estadual determinava o automático reajuste da remuneração do servidor público, a título de antecipação salarial, pela variação do IPC, ou seu equivalente, toda vez que tal acumulação atingisse 20%, decidiu pela inconstitucionalidade dessa norma inclusive por atentar contra a proibição da vinculação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público ao conceder reajuste automático a índice de correção monetária fixado pela União.

.....
Da orientação desta Corte divergiu o acórdão recorrido.

Recurso extraordinário conhecido e provido, declarando-se a inconstitucionalidade do artigo 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 2-7-86, do Estado de São Paulo.

O acórdão foi publicado no Diário da Justiça do dia 21 de setembro de 2001 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, cópia do parecer do Ministério Público e da lei complementar questionada, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 16 de outubro do mesmo ano, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa.

II – Análise

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Trata-se, no presente caso, do art. 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, declarada inconstitucional, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, tomada por maioria absoluta de votos, nos termos do art. 97 da Lei Maior, e transitada em julgado em 3 de outubro de 2001.

A intervenção do Senado Federal, nesses casos, tem o propósito de excluir a norma impugnada do ordenamento jurídico, de forma a evitar que venha a incidir em outras relações jurídicas, incidência esta já deslegitimada pelo Guardião da Constituição da República.

Considerando, no entanto, que o dispositivo guereado já foi revogado pela Lei Complementar Estadual nº 535, de 1988, não se apresenta ao Senado Federal nenhuma providência normativa a ser tomada, já que os efeitos pretéritos da norma impugnada se esgotaram com a incidência da decisão do Supremo Tribunal Federal objeto do presente parecer.

Observe-se que, em face da confirmação da revogação do dispositivo legal, há que se considerar insubsistente o parecer anteriormente emitido, constante das fls. 29 a 32 do processado.

III – Voto

Em face do exposto, e tendo em vista o disposto no art. 133, III, do Regimento Interno desta Casa, votamos pelo Arquivamento do processo relativo ao Ofício “S” nº 39, de 2001.

Sala da Comissão, 21 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFB Nº 39 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/11/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> <i>Sen. Aloizio Mercadante</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO <i>[assinatura]</i>	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPLYC <i>[assinatura]</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>(relator)</i>	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS ²
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i>	6. FLEXA RIBEIRO <i>[assinatura]</i>
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[assinatura]</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 13/11/2007

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
 (2) Vaga cedida pelo Democratas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: OFS Nº 101, DE 1994

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SILHESSARENKO	X				1 - JOÃO RIBEIRO				
SIBÁ MACHADO	X				2 - INÁCIO ARRUDA				
EDUARDO SUPLICY	X				3 - CÉSAR BORGES				
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
EPITÁCIO CAFETEIRA					5 - MOZARILDO CAVALCANTI				
IDELI SALVATTI					6 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				7 - JOSÉ NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS					1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCÁ					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA					5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (Votação)					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS	X			
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGILIO					6 - FLEXA RIBEIRO	X			
EDUARDO AZEREDO					7 - JOAO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI					9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES (Votação)	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 120 SIM: 11 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 21 / 11 / 2007

Senador MARCO MACIEL
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2007\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 13/11/2007)

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

Pelo Ofício “S” nº 39, de 2001 (Of. nº 00110-P/MC, de 16.10.2001, na origem), o Senhor Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal enviou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, juntamente com cópia do parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do diploma legal objeto de decisão, cópia das notas taquigráficas e do acórdão prolatado pela Excelsa Corte nos autos do Recurso Extraordinário nº 174.184-8, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 25 e parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986.

A Lei Complementar nº 467/86 *concede gratificação a funcionários e servidores da Administração Centralizada e das Autarquias do Estado, altera as referências iniciais e finais das classes que especifica, e dá outras providências*, e assim tem redigido o dispositivo contestado:

Art. 25. Os vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões serão reajustados automaticamente pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, sempre que a acumulação atingir 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. O reajuste concedido nos termos deste artigo será considerado antecipação salarial.

Segundo o relator do feito, Senhor Ministro Moreira Alves, trata-se de Recurso Extraordinário em que se discute a inconstitucionalidade de acórdão que deferiu a servidores públicos do Estado de São Paulo o pagamento do “gatilho salarial”, instituído pela Lei Complementar estadual nº 467/86, até a promulgação da Lei Complementar estadual nº 535/88, que o extinguiu. No seu voto condutor, ressaltou o eminente relator que, ao julgar casos análogos, a Corte decidiu pela inconstitucionalidade da norma garantidora de reajuste automático, por atentar contra a proibição de vinculação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público.

A douta Procuradoria-Geral da República opinou contrariamente ao provimento do apelo extremo, con-

cluindo que é devido o pagamento do “gatilho salarial” aos servidores estaduais, com base em entendimento da Suprema Corte exarado no RE nº 134.230, Rel.: Min. Carlos Velloso, DJ 16/08/91; no RE nº 135.101, Rel.: Min. Octavio Gallotti, DJ 12/06/92; e no RE nº 161.283, Rel.: Min. Marco Aurélio, DJ 23/04/93

O Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária do dia 9 de agosto de 2000, por votação majoritária vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio e Sepúlveda Pertence, que não conheceram do recurso, pronunciou-se pelo acolhimento do pleito do recorrente, declarando, *incidenter tantum*, a inconstitucionalidade argüida, ficando a ementa do venerando acórdão nos termos que se seguem:

EMENTA: Recurso extraordinário. Gatilho Salarial. Artigo 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 02.07.86, do Estado de São Paulo.

– A atual jurisprudência firmada pelo Plenário desta Corte – assim, entre outros julgados, os prolatados nas ações originárias 286, 299 e 300 -, ao julgar casos análogos ao presente em que a lei estadual determinava o automático reajuste da remuneração do servidor público, a título de antecipação salarial, pela variação do IPC, ou seu equivalente, toda vez que tal acumulação atingisse 20%, decidiu pela inconstitucionalidade dessa norma inclusive por atentar contra a proibição da vinculação de qualquer natureza para efeito de remuneração do pessoal do serviço público ao conceder reajuste automático a índice de correção monetária fixado pela União.

.....
Da orientação desta Corte divergiu o acórdão recorrido.

Recurso extraordinário conhecido e provido, declarando-se a inconstitucionalidade do artigo 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 02.07.86, do Estado de São Paulo.

O acórdão foi publicado no **Diário da Justiça** do dia 21 de setembro de 2001 e, juntamente com as notas taquigráficas do julgamento, cópia do parecer do Ministério Público e da lei complementar questionada, encaminhado ao Senado Federal por ofício de 16 de outubro do mesmo ano, vindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação, de acordo com o art. 101, III, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – Voto

Nos precisos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, compete, privativamente, ao Senado Federal “suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Trata-se, no presente caso, do art. 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, declarada inconstitucional, incidentalmente, por decisão da Suprema Corte, tomada por maioria absoluta de votos, nos termos do art. 97 da Lei Maior, e transitada em julgado em 3 de outubro de 2001.

A comunicação do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, do registro taquigráfico do julgamento, da lei complementar questionada, bem como do parecer da Procuradoria-Geral da República, estando cumpridas todas as exigências do art. 387 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ante o exposto, observadas as normas constitucionais e regimentais pertinentes à matéria, considerando a jurisprudência sedimentada na Suprema Corte e atendendo, mais, à conveniência e oportunidade, impõe-se que se formule projeto de resolução, em obediência ao art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº , DE 2001**

Suspende a execução do art. 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986.

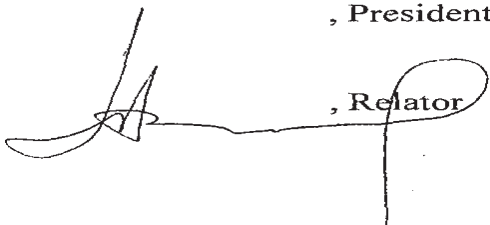
O Senado Federal, considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo de diploma legal constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 174.184-8, do Estado de São Paulo, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 25 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

Ofício nº 153/07 – Presidência/CCJ

Brasília, 21 de novembro de 2007.

Assunto: Decisão Terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 39, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 1.272, DE 2007

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/49, de 2007 (nº 85/2007, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da referida legislação, da certidão do trânsito em julgado e do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 426.059, publicado no Diário da Justiça de 23 de setembro de 2005, mediante o qual o Plenário daquela Corte declarou a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (base de cálculo da gratificação complementar de vencimento não inferior ao salário mínimo).

Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos**

I – Relatório

O Ofício “S” nº 49, de 2007, firmado pela excelentíssima senhora Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, no qual Sua Excelência remete, para os fins previstos no art. 52, X da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 426.059, pelo qual essa Corte declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina.

Cuidava-se de lei estadual catarinense que determinava a criação de gratificação complementar de vencimento a servidores públicos (art. 1º da lei citada) e, em seu § 6º, impunha que a base de cálculo dessa gratificação não seria inferior ao salário mínimo nacionalmente unificado.

O Supremo Tribunal Federal, a quem foi apresentada a lide em sede de recurso extraordinário, entendeu que o referido dispositivo legal estadual consagrava vinculação do salário mínimo, providência expressamente vedada pelo inciso IV do art. 7º da Carta da República, pronunciando, por conseguinte, e na linha da jurisprudência assentada, a inconstitucionalidade material do aludido parágrafo.

A decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal – órgão ao qual foi afetado o julgamento, pela 2ª Turma – foi tomada à unanimidade.

II – Análise

O sistema de controle de constitucionalidade de normas, no Brasil, em que pese ser dos mais complexos de que se tem notícia, ainda não apresenta, quer na concepção teórica, quer na prática, um funcionamento livre de críticas. O debate da questão constitucional federal, propiciado tanto pela via difusa quanto pela concentrada, com fundas diferenças quanto à legitimação ativa, competência, limites materiais da lide, efeitos e eficácia, não apresenta, ainda, uma perfeição que permita o desafoço do Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, da enorme quantidade de processos repetidos que lhe chegam para decisão.

A criação e início de utilização recentes da figura da súmula vinculante sinaliza uma auspiciosa e promissora vereda para permitir uma maior agilidade judiciária, mormente nos chamados processos de massa.

Enquanto essa nova figura não produz seus esperados efeitos sobre a multiplicação processual, mantém-se vigente a previsão de competência do Senado Federal (CF, art. 52, X) para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, tende a ter a sua utilidade recuperada a médio prazo, quando o enxugamento do volume processual no Judiciário pela utilização da súmula vinculante resultar em um menor prazo entre a propositura da ação judicial e o trânsito em julgado da decisão.

Essa suspensão estende **erga omnes** os efeitos da decisão proferida no feito pelo Supremo Tribunal Federal, ampliando o leque dos beneficiáveis por ela na medida em que, se não retira da lei a sua condição, impede, irrevogavelmente, a produção de seus jurídicos

efeitos. Os efeitos são, segundo lição jurisprudencial da Justiça Federal de segundo grau, não retroativos.

Trata-se, não obstante a força dos efeitos, de atribuição facultativa deste Senado Federal, segundo as melhores lições doutrinárias. Facultativa, política, irreversível e, ocorrendo, atrelada à extensão material do julgado do Supremo Tribunal Federal (na lição precisa do Ministro José Celso de Mello Filho, in **A Constituição Federal Anotada**, 2ª edição, Saraiva, São Paulo, 1986, p. 183). Vai, portanto, veicular juízo de valor, de fundo eminentemente político, de conveniência política, desta Casa, quanto à necessidade de suspensão da norma impugnada pela via da exceção.


Apesar de não haver prazo para a deliberação suspensiva senatorial (conforme Regina Maria Macedo Nery Ferrari, in **Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade**, 3ª edição, RT, São Paulo, 1992, p. 115), temos para nós, no caso, a conveniência política da suspensão imediata dos dispositivos legais impugnados, tendo em vista que as questões legais relativas à remuneração dos servidores públicos tendem a se converter em focos de multiplicação de demandas judiciais, mormente no caso, quando se trata de uma gratificação funcional.

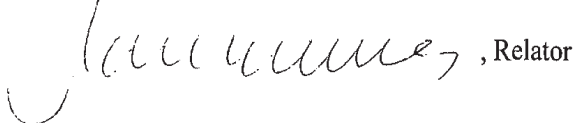
Entretanto, no caso específico de que trata o presente Ofício “S”, a edição de projeto de resolução não é mais necessária, uma vez que o mesmo dispositivo da lei catarinense, ora analisado, já foi objeto de exame por esta Comissão que, no dia 19 de setembro de 2007, já concluiu pela edição de resolução. Trata-se dos Ofícios “S” nºs 44 e 45, de 2005, cujo Parecer, da lavra do Senador Pedro Simon, foi publicado no dia 30 de outubro.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 49, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 075 Nº 49 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/11/2007, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i> Senador Jarbas Vasconcelos	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO
SIBÁ MACHADO <i>Siba Machado</i>	2. INÁCIO ARRUDA
EDUARDO SUPPLY <i>Eduardo Supply</i>	3. CÉSAR BORGES
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA <i>Epitacio Cafeteira</i>	5. MOZARILDO CAVALCANTI <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI <i>[Assinatura]</i>	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS <i>(Relator)</i>	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. PEDRO SIMON
VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA <i>[Assinatura]</i>	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL <i>(Presidente)</i>	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES <i>[Assinatura]</i>	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU <i>[Assinatura]</i>	4. ALVARO DIAS ²
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[Assinatura]</i>	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES <i>[Assinatura]</i>	1. OSMAR DIAS

Atualizada em: 13/11/2007

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
 (2) Vaga cedida pelo Democratas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: 075 Nº 49, DE 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESARENKO					1 - JOÃO RIBEIRO				
SIBÁ MACHADO	X				2 - INÁCIO ARRUDA				
EDUARDO SUPLEY	X				3 - CÉSAR BORGES				
ALOIZIO MERCADANTE	X				4 - MARCELO CRIVELLA				
EPITÁCIO CAFETEIRA	X				5 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
IDELI SALVATTI	X				6 - MAGNO MALTA				
ANTONIO CARLOS VALADARES					7 - JOSE NERY (PSOL)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JARBAS VASCONCELOS (Poder)	X				1 - ROSEANA SARNEY				
VALDIR RAUPP					2 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
ROMERO JUCÁ					3 - LEOMAR QUINTANILHA				
ALMEIDA LIMA					4 - PEDRO SIMON				
VALTER PEREIRA	X				5 - JOSÉ MARANHÃO				
GILVAM BORGES					6 - NEUTO DE CONTO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA	X				1 - ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL (Presidente)					2 - JAYME CAMPOS				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
KÁTIA ABREU					4 - ALVARO DIAS				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - MARIA DO CARMO ALVES				
ARTHUR VIRGÍLIO					6 - FLEXA RIBEIRO				
EDUARDO AZEREDO					7 - JOÃO TENÓRIO				
LÚCIA VÂNIA					8 - MARCONI PERILLO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - MÁRIO COUTO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES	X				1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: - PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 11 / 2007

Senador MARCO MACIEL

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
U:\CCJ2007\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 13/11/2007)

- (1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;
(2) Vaga cedida pelo Democratas.

Ofício nº 150/07 – Presidência/CCJ

Brasília, 14 de novembro de 2007.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no art. 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 49, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**,

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos**

I – Relatório

Deu entrada neste Senado Federal o ofício identificado acima, firmado pela excelentíssima Senhora Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, no qual Sua Excelência remete, para os fins previstos no art. 52, X da Constituição Federal, cópia do acórdão prolatado nos autos do Recurso Extraordinário nº 426.059, pelo qual essa Corte declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina.

Cuidava-se de lei estadual catarinense que determinava a criação de gratificação complementar de vencimento a servidores públicos (art. 1º da lei citada) e, em seu § 6º, impunha que a base de cálculo dessa gratificação não seria inferior ao salário mínimo nacionalmente unificado.

O Supremo Tribunal Federal, a quem foi apresentada a lide em sede de recurso extraordinário, entendeu que o referido dispositivo legal estadual consagrava vinculação do salário mínimo, providência expressamente vedada pelo inciso IV do art. 7º da Carta da República, pronunciando, por conseguinte, e na linha da jurisprudência assentada, a inconstitucionalidade material do aludido parágrafo.

A decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal – órgão ao qual foi afetado o julgamento, pela 2ª Turma – foi tomada à unanimidade.

II – Análise

O sistema de controle de constitucionalidade de normas, no Brasil, em que pese ser dos mais comple-

xos de que se tem notícia, ainda não apresenta, quer na concepção teórica, quer na prática, um funcionamento livre de críticas. O debate da questão constitucional federal, propiciado tanto pela via difusa quanto pela concentrada, com fundas diferenças quanto à legitimação ativa, competência, limites materiais da lide, efeitos e eficácia, não apresenta, ainda, uma perfeição que permita o desfogo do Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal, da enorme quantidade de processos repetidos que lhe chegam para decisão.

A criação e início de utilização recentes da figura da súmula vinculante sinaliza uma auspiciosa e promissora vereda para permitir uma maior agilidade judiciária, mormente nos chamados processos de massa.

Enquanto essa nova figura não produz seus esperados efeitos sobre a multiplicação processual, mantém-se a vigente a previsão de competência do Senado Federal (CF, art. 52, X) para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Essa figura, introduzida no sistema brasileiro pela Carta de 1934, tende a ter a sua utilidade recuperada a médio prazo, quando o enxugamento do volume processual no Judiciário pela utilização da súmula vinculante resultar em um menor prazo entre a propositura da ação judicial e o trânsito em julgado da decisão.

Essa suspensão estende **erga omnes** os efeitos da decisão proferida no feito pelo Supremo Tribunal Federal, ampliando o leque dos beneficiáveis por ela na medida em que, se não retira da lei a sua condição, impede, irrevogavelmente, a produção de seus jurídicos efeitos. Os efeitos são, segundo lição jurisprudencial da Justiça Federal de segundo grau, não retroativos.

Trata-se, não obstante a força dos efeitos, de atribuição facultativa deste Senado Federal, segundo as melhores lições doutrinárias. Facultativa, política, irreversível e, ocorrendo, atrelada à extensão material do julgado do Supremo Tribunal Federal (na lição precisa do Ministro José Celso de Mello Filho, **in A Constituição Federal Anotada**, 2ª edição, Saraiva, São Paulo, 1986, p. 183). Vai, portanto, veicular juízo de valor, de fundo eminentemente político, de conveniência política, desta Casa, quanto à necessidade de suspensão da norma impugnada pela via da exceção.

Apesar de não haver prazo para a deliberação suspensiva senatorial (conforme Regina Maria Macedo Nery Ferrari, **in Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade**, 3ª edição, RT, São Paulo, 1992, p. 115), temos para nós, no caso, a conveniência política da suspensão imediata dos dispositivos legais impugnados, tendo em vista que as questões legais relativas à remuneração dos servidores públicos tendem a se converter em focos de multiplicação de demandas ju-

diciais, mormente no caso, quando se trata de uma gratificação funcional.

III – Voto

Pelo exposto, votamos pela suspensão do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina, mediante a apresentação do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2007

**Suspende a execução do § 6º do art.
1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994,
do Estado de Santa Catarina.**

O Senado Federal, considerando a declaração incidental de inconstitucionalidade de norma jurídica

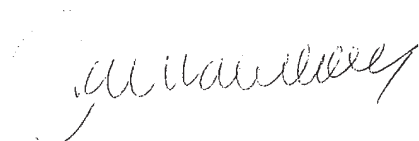
constante de decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 426.059, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

PARECER Nº 1.273, DE 2007

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 90, de 2007 (nº 1.332/2007, na origem), do Tribunal de Contas da União que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão sobre o Relatório de Gestão Fiscal dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2007.

Relatora: Senadora Fátima Cleide

Relator "Ad Hoc": Senador Renato Casagrande

1 – INTRODUÇÃO

Fui designada, pelo nobre Presidente desta Comissão, para examinar e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão Fiscal que os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União devem encaminhar ao final de cada quadrimestre ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União - TCU, conforme determina art. 125 da LDO/2007 (Lei nº. 11.439/2006). Adicionalmente, o § 3º do mesmo artigo estabelece que compete ao TCU elaborar Relatório contendo análise dos Relatórios de Gestão Fiscal recebidos, de forma a subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e demais comissões do Poder Legislativo.

Assim, por meio do Aviso nº. 90/2007 (1.332/2007-Seses-TCU-Plenário) o TCU encaminhou ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº. 1.827/2007, e do Voto, aprovados pelo Plenário sobre o Relatório de Gestão Fiscal dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, referente ao primeiro quadrimestre de 2007.

A matéria é disciplinada pelos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), pelo art. 125 da Lei nº. 11.439/2006 (Lei de Diretrizes Orçamentária para 2007) e pelo inciso I do art. 5º da Lei 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais).

Segundo informa o TCU no Relatório, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União encaminharam seus respectivos relatórios de gestão fiscal, referentes ao primeiro quadrimestre de 2007, dentro do prazo legal, bem como efetuaram a devida publicação.

Em atendimento às exigências da LRF e da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº. 470/2004, compõem o Relatório de Gestão Fiscal os seguintes demonstrativos:

- a) Demonstrativo da Despesa com Pessoal;
- b) Demonstrativos da Despesa com Pessoal – Recursos Transferidos da União para o Amapá, Roraima e Distrito Federal;
- c) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;
- d) Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores;
- e) Demonstrativo das Operações de Crédito;
- f) Demonstrativo dos Limites;
- g) Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos que compõem o Relatório de Gestão Fiscal.

2 - ANÁLISE

2.1- Exame do Demonstrativo das Despesas de Pessoal

De acordo com os dados apresentados no Quadro 1, no primeiro quadrimestre de 2007 a despesa líquida com pessoal total da União alcançou o valor de R\$ 100,2 bilhões, que equivale a 28,0% da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada no período (R\$ 357,3 bilhões).

O Poder Executivo Federal, incluindo ativos, inativos e pensionistas, aplicou o valor de R\$ 77,2 bilhões, que corresponde a 21,6% da RCL. Esse percentual situa-se abaixo dos limites legal e prudencial estabelecidos pela LRF, ou seja, 37,9% e 36,0%, respectivamente. Considerando os repasses feitos para pagamento de pessoal dos extintos territórios e ao Distrito Federal, o valor total do Poder Executivo alcança R\$ 83,4 bilhões (23,3% da RCL). Os respectivos percentuais de gasto em relação à RCL também se situam abaixo dos limites estabelecidos na LRF.

No mesmo período, o Poder Legislativo aplicou R\$ 4,1 bilhões, que corresponde a 1,2% da RCL, abaixo do limite legal de 2,5%; o Poder Judiciário e o Ministério Público da União efetuaram gastos de pessoal na ordem de R\$ 11,4 milhões (3,2% da RCL) e R\$ 1,3 milhão (0 35 % da RCL). Ambos também apresentam limites inferiores aos máximos estabelecidos.

Quadro 1 - Despesa com Pessoal

Receita Corrente Líquida (RCL) = R\$ 357.359.177 mil

Valores em R\$ mil

Poder / Órgão	Despesa Líquida com Pessoal ¹ (DLP)	DLP/RCL	Limite Máximo	Limite Prudencial ²	Limite Alerta TCU ³	Realizado/ Limite Máximo	Realizado/ Limite Prudencial	Realizado/ Limite Alerta TCU
		(A)	(B)	(95% x B)	(90% x B)	(A/B)	(A/C)	(A/D)
1. TOTAL DO PODER EXECUTIVO	83.406.343	23,339639%	40,900000%	38,855000%	36,810000%	57,065133%	60,068561%	63,405703%
1.1 Poder Executivo Federal	77.255.241	21,618373%	37,900000%	36,005000%	34,110000%	57,040563%	60,042698%	63,378403%
1.2 Outros Órgãos Federais e Transferências a Entes ⁴	6.151.102	1,721266%	3,000000%	2,850000%	2,700000%	57,375532%	60,395297%	63,750591%
1.2.1 Amapá	367.485	0,102834%	0,287000%	0,272650%	0,258300%	35,830503%	37,716318%	39,811669%
1.2.2 Roraima	297.617	0,083282%	0,174000%	0,165300%	0,156600%	47,863400%	50,382526%	53,181556%
1.2.3 Distrito Federal (FCDF)	4.655.453	1,302738%	2,200000%	2,090000%	1,980000%	59,215351%	62,331948%	65,794834%
1.2.4 MPDFT ⁵	210.745	0,058973%	0,064000%	0,060800%	0,057600%	92,145126%	96,994869%	102,383473%
1.2.5 TJDF ⁶	619.802	0,173440%	0,275000%	0,261250%	0,247500%	63,068912%	66,388329%	70,076569%
2. TOTAL DO PODER LEGISLATIVO	4.144.612	1,159789%	2,500000%	2,375000%	2,250000%	46,391551%	48,833212%	51,546168%
2.1 Câmara dos Deputados	1.911.767	0,534971%	1,210000%	1,149500%	1,089000%	44,212449%	46,539420%	49,124944%
2.2 Senado Federal	1.681.688	0,470588%	0,860000%	0,817000%	0,774000%	54,719489%	57,599462%	60,799432%
2.3 Tribunal de Contas da União	551.157	0,154231%	0,430000%	0,408500%	0,387000%	35,867568%	37,755355%	39,852854%
3. TOTAL DO PODER JUDICIÁRIO	11.390.793	3,187492%	6,000000%	5,700000%	5,400000%	53,124858%	55,920903%	59,027620%
3.1 Conselho Nacional de Justiça	2.529	0,000708%	0,006000%	0,005700%	0,005400%	11,794856%	12,415638%	13,105395%
3.2 Supremo Tribunal Federal	138.534	0,038766%	0,073726%	0,070040%	0,066353%	52,581233%	55,348666%	58,423592%
3.3 Superior Tribunal de Justiça	366.081	0,102441%	0,224226%	0,213015%	0,201803%	45,686385%	48,090932%	50,762650%
3.4 Conselho da Justiça Federal	3.283.010	0,918686%	1,631968%	1,550370%	1,468771%	56,293168%	59,255967%	62,547965%
3.5 Justiça Militar	155.902	0,043626%	0,080726%	0,076690%	0,072653%	54,042237%	56,886565%	60,046929%
3.6 Justiça Eleitoral	1.734.862	0,485467%	0,924375%	0,878156%	0,831938%	52,518446%	55,282574%	58,353828%
3.7. Justiça do Trabalho	5.709.874	1,597797%	3,058979%	2,906030%	2,753081%	52,233015%	54,982121%	58,036684%
4. TOTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1.261.843	0,353102%	0,600000%	0,570000%	0,540000%	58,850361%	61,947749%	65,389290%
TOTAL DA UNIÃO	100.203.591	28,040022%	50,000000%	47,500000%	45,000000%	56,080043%	59,031625%	62,311159%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos Federais. –Relatório do TCU

Notas:

¹ Artigo 20 da LC 101/2000;

² Parágrafo único, artigo 22 da LC 101/2000;

³ Inciso II, §1º, artigo 59 da LC 101/2000;

⁴ Amapá, Roraima e Distrito Federal;

⁵ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

⁶ Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Conclui-se, assim, que os Órgãos dos três Poderes e o Ministério Público da União cumpriram o dispositivo da LRF no que se refere aos limites para a despesa de pessoal, no período considerado.

2.2 - Exame dos Demonstrativos das Operações de Crédito, Dívida Consolidada Líquida, Garantias e Contragarantias de Valores

Apresenta-se, a seguir, um conjunto de quadros constantes do Relatório de Gestão Fiscal exigidos pela LRF apenas ao Poder Executivo Federal.

a) Operações de Crédito

A partir das informações encaminhadas, verifica-se que a realização de operações de crédito no 1º quadrimestre de 2007 foi significativamente maior que a realizada no mesmo período de 2006 (59%), reflexo da ampliação nas contratações de operações de crédito internas (63%).

O Quadro 2, elaborado pelo TCU a partir das informações recebidas, resume as principais informações sobre as operações de crédito no período.

Cumprir destacar que os percentuais apurados são apenas indicativos, visto que o limite para União contratar operações de crédito permanece pendente de regulamentação. Quanto à "Regra de Ouro" prevista no inciso III do art. 167 da Constituição, esta somente deve ser apurada no 3º quadrimestre, que corresponde ao encerramento do exercício, nos termos do inciso I, § 1º do art. 53 da LRF.

Quadro 2 – Operações de Crédito

Receitas de Capital	Valores em R\$ milhões		
	Receitas Realizadas		(2007/2006)
	Até 1º Quadrimestre de 2006	Até 1º Quadrimestre de 2007	
1. Operações de Crédito Externas	6.599,3	4.733,9	-28,27%
2. Operações de Crédito Internas	128.066,1	209.479,5	63,57%
3. Operações de Crédito - Subtotal	134.665,4	214.213,4	59,07%
4. Antecipações de Receitas	0,0	0,0	-
5. Total das Operações de Crédito	134.665,4	214.213,4	59,07%
6. Receita Corrente Líquida	319.027,9	357.359,1	12,01%
7. % das Operações de Crédito sobre a RCL	42,21%	59,94%	42,00%

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo de 2006 e 2007 – Relatório do TCU

b) Dívida Consolidada Líquida

Analisando os valores evidenciados no Quadro 3, observa-se que, em termos nominais, o montante da dívida consolidada aumentou cerca de 2,98%, influenciado pela dívida mobiliária do Tesouro Nacional, cujo saldo sofreu uma variação de 3,44% em relação ao exercício 2006. Já a dívida consolidada líquida aumentou 2,56%.

As razões DCL/RCL e DM/RCL sofreram uma pequena diminuição no 1º quadrimestre de 2007, pois a RCL, cresceu cerca de 3,66% em relação a mesmo período de 2006. Assim, essas relações atingiram montantes correspondentes a cerca de 209% e 431% da RCL, o que demonstra uma estabilidade em relação aos percentuais apurados no 1º quadrimestre de 2006, sendo que os limites máximos propostos são de 350% e 650%.

O TCU ressalta que o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao 1º quadrimestre de 2007, publicado inicialmente no Diário Oficial da União de 30 de maio de 2007, não consignou o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, previsto no item 3.2 da 6ª Edição do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal, aprovado pela Portaria STN n.º 632, de 30 de agosto de 2006, que deveria trazer a análise acerca das dívidas consolidada e mobiliária. Tal demonstrativo foi publicado apenas em 27/06/2007.

A equipe do TCU responsável pelo exame da matéria adotou as devidas providências para esclarecer e sanar o problema, atitude que resultou no Acórdão nº. 1827/2007 – TCU, determinando à Secretaria do Tesouro Nacional que, na qualidade de órgão central do sistema de contabilidade federal, realize, no prazo de cento e oitenta dias, estudos com vistas a dotar o Sistema Integrado de Administração Financeira das informações necessárias para a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, notadamente em relação a dívida pública federal.

Quadro 3 – Dívidas Consolidada e Mobiliária Federal

				Valores em R\$ milhões
Discriminação		Saldo do Exercício Anterior (2006)	Saldo do Exercício Atual (2007)	(2007/2006) %
1.	Dívida Consolidada	1.540.903.480	1.586.828.364	2,98%
1.1.	Dívida Mobiliária (DM)	1.488.111.559	1.539.274.518	3,44%
1.2.	Dívida Contratual	27.114.656	22.246.180	-17,96%
1.3.	Precatórios	1.989	36.500	1735,09%
1.4.	Outras Dívidas	25.675.276	25.271.166	-1,57%
2.	Deduções	813.582.937	840.864.659	3,35%
2.1.	Ativo Disponível	227.105.190	251.488.562	10,74%
2.2.	Haveres Financeiros	586.477.746	589.376.097	0,49%
3.	Dívida Consolidada Líquida (DCL)	727.320.544	745.963.705	2,56%
4.	Receita Corrente Líquida (RCL)	344.731.433	357.359.177	3,66%
5.	Dívida Consolidada Líquida / RCL	211%	209%	-0,95%
6.	Limite da Dívida Consolidada Líquida (DCL) Proposto pelo Poder Executivo para o Senado Federal	350,00%	350,00%	-
7.	Dívida Mobiliária (DM) / RCL	432%	431%	-0,23%
8.	Limite da Dívida Mobiliária Proposto pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional	650%	650%	-

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo de 2006 e 2007 – Relatório do TCU

c) Garantias e Contragarantias

A seguir, apresenta-se o Quadro 4 que demonstra os montantes apurados das garantias concedidas pela União, com as correspondentes contragarantias.

Considera-se concessão de garantia o compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Quadro 4 – Das Garantias e Contragarantias

RGF - Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

Valores em R\$ mil

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007
		Até o 1º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	27.459.165	25.700.509
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	27.459.165	25.700.509
Organismos Multilaterais	23.326.810	21.856.744
Agências Governamentais	3.627.747	3.362.707
Bancos Privados	219.315	195.610
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	39.832	37.723
Garantias a Empresas Estatais Federais	179.483	157.887
Garantias a Empresas Privadas	0	0
Outros Credores	135.316	143.528
MYDFA - BACEN (Acordo Internacional)	149.977	141.920
Outras Garantias nos Termos da LRF	0	0
INTERNAS (II)	50.293.877	47.979.757
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	15.210.528	13.672.098
Bancos Estatais	15.210.528	527.432
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.268.916	527.432
Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0
Garantias a Empresas Privadas	0	0
Eletrobrás - Garantia à Itaipu Binacional	13.941.612	13.144.666
BNDES - Garantia à Itaipu Binacional	0	0
Outras Garantias nos Termos da LRF	35.083.349	34.307.659
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	77.753.042	73.680.266
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	344.731.433	357.359.177
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III / IV)	22,55%	20,62%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL <%>	-	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2007
		Até o 1º Quadrimestre
GARANTIAS EXTERNAS (V)	20.108.166	18.858.628
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	20.108.166	18.858.628
Organismos Multilaterais	16.157.980	15.187.246
Agências Governamentais	3.595.555	3.332.244
Bancos Privados	219.315	195.610
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	39.832	37.723
Garantias a Empresas Estatais Federais	179.483	157.887
Garantias a Empresas Privadas	0	0
Outros Credores	135.316	143.528
Outras Garantias nos Termos da LRF	0	0
GARANTIAS INTERNAS (VI)	23.031.296	21.806.895
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	15.210.528	13.672.098
Bancos Estatais	1.268.916	527.432
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	1.268.916	527.432
Garantias a Empresas Estatais Federais	0	0
Garantias a Empresas Privadas	0	0
Eletrobrás - Garantia à Itaipu Binacional	13.941.612	13.144.666
Outras Garantias nos Termos da LRF	7.820.768	8.134.797
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII) = (V + VI)	43.139.462	40.665.523

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo – 1º quadrimestre de 2007 – Relatório do TCU

Os valores das garantias tiveram um decréscimo representativo no 1º quadrimestre de 2007, tomando-se por base o saldo das garantias apurado no mesmo quadrimestre do exercício anterior. Ressalta-se que essa relação apresentou um percentual abaixo do limite proposto pelo Poder Executivo ao Senado Federal, ainda pendente de regulamentação.

As contragarantias, no exercício de 2007, mostraram-se inferiores ao montante de contragarantias de 2006, embora não tenham se igualado ao montante das garantias, fato que decorre da dispensa da exigência de contragarantia em casos previstos na LRF, conforme resumido abaixo:

- as operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União (dependente ou não-dependente), conforme ocorreu nas operações com a Emgea – Empresa de Gerenciamento de Ativos;
- operações realizadas anteriormente à Resolução do Senado Federal n.º 96/1989, a qual tornou obrigatória a vinculação de contragarantia a partir de sua edição;
- a modalidade de operações de seguro de crédito à exportação não requer contragarantia, visto que o próprio prêmio de seguro objetiva construir reserva atuarial para cobertura de eventual sinistro;

Em complemento aos esclarecimentos do item anterior, o TCU informa que a STN publicou em nota explicativa o Quadro 5 que aponta a origem da diferença entre garantias e contragarantias:

Quadro 5 – Diferença entre Garantias e Contragarantias

Valores em R\$ Mil		
DESCRIÇÃO	1.1	VALOR
1) Dispensa de Contragarantia		26.939.198,00
Organismos Multilaterais/Bancos Privados/Outros		6.699.961,00
Emgea – MP n.º 2.155/2001		20.097.317,00
MYDFA/BACEN		141.920,00
2) Contragarantia não exigida em operações de seguro		6.075.545,00
Fundo de Garantia à Exportação – FGE		5.313.555,00
Excedente Único de Risco Extraordinário – EURE/IRB		140.958,00
Seguro de Crédito Exportação – SCE/IRB – Sinistro em aberto		591.149,00
Programa de Garantia de Atividade Agropecuária – PROAGRO/BACEN		29.883,00
TOTAL		R\$ 33.014.743,00

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo - 1º Quadrimestre de 2007 (fl. 30 do volume anexo I)-TCU

3 – Conclusão da Análise do TCU

Numa perspectiva geral, o TCU considerou que os limites previstos no § 1º do art. 1º da LRF estão sendo cumpridos na esfera federal. Registra, também, o atendimento da obrigatoriedade de publicação e de encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal previstos nos artigos 54 e 55 da LRF, relativos ao 1º quadrimestre de 2007, pelos Poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da LRF e disposição do inciso I do art. 5º da Lei n.º 10.028, de 19/10/2000 (Lei de Crimes Fiscais).

A despesa líquida com pessoal realizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) ficou acima do limite previsto no inciso II, § 1º do art. 59 da LRF, correspondente a 90% do limite máximo previsto no art. 20 da dita Lei, o que ensejou expedição de alerta por parte do TCU.

Quanto às operações de crédito, às dívidas consolidada e mobiliária, bem como às garantias concedidas, permanecem constando do Relatório do Poder Executivo como meros informativos de suas evoluções, haja vista a inexistência de legislação definindo os limites para a União, apesar de o Chefe do Poder Executivo ter encaminhado ao Legislativo Federal os respectivos projetos em 2000, nos termos do art. 30 da LRF. Todavia, procurando tornar mais efetivo o exame empreendido, as realizações foram comparadas com os limites propostos pelo Poder Executivo ao Senado Federal e ao Congresso Nacional.

4- VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 102 A do Regimento Interno do Senado Federal examinar e emitir parecer sobre as matérias e documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da execução orçamentária e financeira e da gestão fiscal de que tratam os artigos 70 a 72 e 166, §1º, inciso II, da Constituição Federal.

O Relatório de Gestão Fiscal, instituído pelo art. 54 da LRF, deve ser elaborado e publicado a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e Órgãos da Administração Pública. Constitui-se em documento fundamental para a transparência das contas públicas, na medida em que permite ao Congresso Nacional, aos órgãos de fiscalização e a toda a sociedade o acompanhamento do cumprimento, pelos gestores públicos, dos limites legais de despesas com pessoal, operação de crédito e concessão de garantia, entre outras.

No caso em apreciação, a análise procedida pelo Tribunal de Contas da União culminou no Acórdão nº. 1.827/2007 - TCU, e no respectivo Voto, no qual se consideram atendidas as exigências da LRF.

Assim, com base nessa conclusão e, principalmente, levando em conta a análise por nós efetuada, VOTO no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do conteúdo do Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2007, e demais documentos que compõem o processo, e, uma vez que não há providências a tomar, determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em 27 DE NOVEMBRO DE 2007

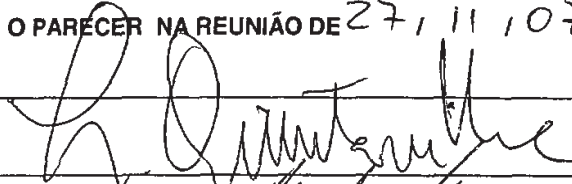

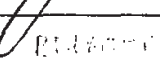
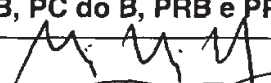
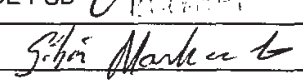
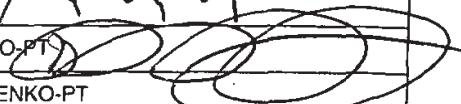

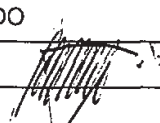
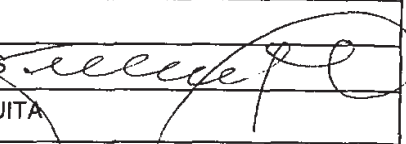

Presidente


Relatora

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: Avs Nº 90 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27, 11, 07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR: "Ad Hoc" 	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB 	FLÁVIO ARNS-PT 
SIBÁ MACHADO-PT 	AUGUSTO BOTELHO-PT 
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR 	INÁCIO ARRUDA-PC do B
EUCLYDES MELLO-PRB	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP 	GARIBALDI ALVES 
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
JONAS PINHEIRO-DEM	EDISON LOBÃO-PMDB
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB	LÚCIA VÂNIA-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB 	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	SÉRGIO GUERRA-PSDB
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 148/07 – Presidência/CCJ

Brasília, 14 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 74, de 1997.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 150/07 – Presidência/CCJ

Brasília, 14 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 49, de 2007.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 151/07 – Presidência/CCJ

Brasília, 14 de novembro de 2007

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 44, de 1997.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 152/07 – Presidência/CCJ

Brasília 21 de novembro de 2007.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta

data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 101, de 1997.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ofício nº 153/07 – Presidência/CCJ

Brasília, 21 de novembro de 2007.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pelo arquivamento do Ofício “S” nº 39, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Marco Maciel**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com relação aos **Pareceres nºs 1.268, 1.269, 1.270, 1.271, 1.272 e 1.273, de 2007**, referentes aos **Aviso nº 90, de 2007, e Ofício “S” nºs 44, 74 e 101, de 1997; 39, de 2001; e 49, de 2007**; a Presidência, em observância às suas conclusões, encaminha as matérias ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu da Presidência da República, nos termos do art. 52, V, da Constituição Federal, as seguintes Mensagens:

– **Nº 267, de 2007** (nº 967/2007, na origem), através da qual o Presidente da República solicita a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao Financiamento Adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte; e

– **Nº 268, de 2007** (nº 969/2007, na origem), através da qual o Presidente da República solicita a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destina a financiar, par-

cialmente, o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada.

As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Paulo Paim, ao Senador Marco Maciel.

V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, da representação do Estado do Amapá no Senado Federal, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero aproveitar, para destacar a presença do nobre representante do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, e agradecer o fato de haver cedido o horário, para que eu possa tecer, logo no início desta sessão, algumas considerações sobre tema de enorme atualidade.

Sr. Presidente, a Nação brasileira, com seu instinto de nacionalidade, para usar uma expressão cunhada por Machado de Assis, celebrou, no dia 15 deste mês, um século de vida de Oscar Ribeiro de Almeida de Niemeyer Soares Filho ou, como é conhecido, Oscar Niemeyer.

Ele é, certamente – perdoem o lugar-comum –, uma unanimidade nacional e talvez, no território da cultura, da ciência e das artes, o cidadão pátrio mais admirado no exterior. É, portanto, para mim, uma bênção celebrar, com sua família, amigos, autoridades nacionais e estrangeiras, pensadores, intelectuais, algumas das inúmeras homenagens que merecidamente estão sendo prestadas ao arquiteto, escultor, humanista e, sobretudo, ao cidadão Oscar Niemeyer, modelo também de coerência de vida e exemplo raro de cidadania.

Tive, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, o ensejo de conhecer Oscar Niemeyer nos idos de 1976. São, pois, muitos anos de conhecimento. À época, estava preparando-me para assumir a Presidência da Câmara dos Deputados. Havia pouco sido eleito e me preparava para, em fevereiro de 1977, ascender àquele tão importante posto político da representação nacional. O então Diretor-Geral da Câmara, hoje Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, que todos conhecemos, considerou importante que discutíssemos a necessidade de fazer algumas mudanças na Câmara Federal, visto que a nova legislatura surgiria com um número maior de representantes. Impunhasse, portanto, não somente a reforma no plenário, mas também alterações nos salões da Casa e a construção, que ao final se efetivou, de novos apartamentos,

para atender aos Parlamentares que seriam eleitos na legislatura posterior e de um anexo que desse condições para que cada Deputado tivesse um gabinete, ainda que modesto

Daí a necessidade de ir ao encontro de Niemeyer para discutir a elaboração de novos projetos para a Câmara dos Deputados. Posteriormente, como Governador de Pernambuco, nos idos de 1980, convidei Mestre Oscar Niemeyer a visitar o Estado. O meu objetivo era ouvir a opinião dele sobre programa de assentamento da população pobre no bairro Brasília Formosa no Recife, bem como sobre um centro administrativo para o Executivo do Estado.

A partir daí, não deixei de apreciar sua devoção à Arquitetura, como ciência e arte, e a conduta proba e digna, aliada a um talento que se compara aos gênios.

Ouçó, com prazer, a palavra, o aparte do nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Marco Maciel e Senador Papaléo Paes, na semana passada, alguns Senadores se manifestaram sobre Niemeyer. Na sexta, também me pronunciei. O Senador José Sarney fez um brilhante pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – É verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E, hoje, vejo um Senador da envergadura de V. Ex^a, que já foi Vice-Presidente da República, fazer o mesmo pronunciamento. Vi um belíssimo trabalho da TV Senado, um documentário sobre Niemeyer, lindo, lindo, lindo! Só vou fazer o aparte, porque, refletindo em casa, perguntei-me – e por isso me dirigi à Presidência –: será que não falhamos? Niemeyer, o grande gênio, como fala V. Ex^a, está fazendo cem anos. Nós sempre fazemos homenagem a alguém que faleceu. Será que não deveríamos ter feito ou podemos fazer, quem sabe ainda este ano, uma sessão de homenagem, com a presença dele, aqui neste espaço físico que ele criou, que ele desenhou, que ele arquitetou? Na verdade, no aparte a V. Ex^a, dirijo-me também ao Presidente Papaléo Paes: não deveríamos ter feito? Ou quem sabe possamos fazer ainda uma sessão de homenagem a esse grande homem público do nosso País e do mundo? Ele seria homenageado por iniciativa da Presidência da Casa e não deste ou daquele Senador. Neste humilde aparte, faço essa consideração. Pode ser até que já tenha sido encaminhado à Mesa requerimento de sessão de homenagem. Se não der para fazer este ano, que seja a primeira sessão do ano que vem, com a presença dele, para lhe rendermos nossas homenagens. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Muito obrigado, gostaria de informar a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP) – Senador, Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Papaleó Paes. PSDB – AP) – Acredito que V. Ex^a vá informar que será na quinta-feira.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Exatamente.

De toda maneira, gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim sua preocupação com o fato de que não passássemos em branco, *in albis*, na oportunidade de fazer uma homenagem a Niemeyer, sobretudo ainda este ano, no coroamento de um século de sua existência.

Quero também dizer que havia tomado conhecimento da proposição pelo nobre Senador Papaleó Paes e também pela Secretária-Geral da Mesa, Dr^a. Cláudia Lyra. O evento ocorrerá na próxima quinta-feira, em Sessão Especial às 11 horas. Vai ser feito por meio de uma videoconferência. Será a primeira videoconferência. Quer dizer, nós, aqui no plenário, e o arquiteto Oscar Niemeyer, no Rio.

Será possível não somente darmos um testemunho de vida, da sua contribuição para o País no campo da ciência, da cultura e das artes. É ocasião de podermos dialogar com Oscar Niemeyer e de dar depoimento sobre quem praticamente doou toda uma vida, de forma coerente, proba e digna. Ao mesmo tempo, poderemos homenagear uma pessoa que se converteu em um símbolo nacional, que tem – diria mais – uma grande acolhida no exterior.

Não quero desviar-me do roteiro do meu discurso, mas gostaria de lembrar que alguns meses atrás um grupo de especialistas, na Inglaterra, resolveu fazer uma seleção dos 100 gênios do século XX e, não sem surpresa, vi que Niemeyer se situou em 9º lugar, escolhido personalidades do mundo como gênio já, por si só, bastaria. Mas é importante destacar que ele se colocou entre os dez primeiros reconhecidos internacionalmente. O seu prestígio e a sua obra ultrapassaram, conseqüentemente, o território do nosso País para ser uma pessoa que se converteu em um cidadão do mundo.

Sr. Presidente, dentre os eventos de que participei na condição de Presidente da Fundação Oscar Niemeyer, cuja Diretora Executiva é sua neta, Ana Lúcia Niemeyer, desejo por oportuno referir-me ao Seminário Internacional sobre a obra de Oscar Niemeyer, coordenado pela UnB – Universidade de Brasília, nos dias 6 e 7 deste mês, em Brasília, cidade que Niemeyer dese-

nhou e que se converteu posteriormente, por decisão da Unesco, em Patrimônio Mundial da Humanidade.

No referido Simpósio, fizeram exposições o Embaixador da Itália no Brasil, Michele Valensise, que foi também um dos promotores do encontro; o Vice-Reitor da UnB Edgar Nabuo Mamiya; o Deputado Distrital Izalci Lucas, Secretário de Desenvolvimento Tecnológico do Governo do Distrito Federal; a Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal, Maria Amélia Telles; o Secretário de Cultura do Distrito Federal, Professor Silvestre Gorgulho, também jornalista; o Adido Científico da Embaixada da Itália, Paolo de Santis; os arquitetos Massimo Gennari e Glauco Oliveira Campello, este, aliás, meu conterrâneo e grande mestre da Arquitetura; o Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, Professor Andrey Rosenthal Sehlee; a Professora da Universidade Roma Torvergata, Marzia Mandola; o Professor Ubirajara Brito, que integra a Escola Oscar Niemeyer de Arquitetura e Humanidades, um dos projetos que Niemeyer mais deseja implantar e mais aprecia; o Dr. Cláudio Villar de Queiroz, Professor do Departamento de Projeto da FAU – UnB; Cláudia Estrela Porto, coordenadora do encontro e Professora do Departamento de Tecnologia da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAU-UnB; Sylvia Ficher e Frederico Rosa Borges de Holanda, professores do Departamento de Teoria e História da mesma faculdade da UnB; Alfonso Corona Martinez, Professor da Universidade de Belgrano – Argentina; o professor italiano Bruno Cantarini e o arquiteto Carlos Magalhães, este, aliás, mora em Brasília e é grande amigo de Oscar Niemeyer – talvez o mais antigo amigo aqui em Brasília.

A convite da Professora Cláudia Estrela Porto, Vice-Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pude, na ocasião, tecer algumas considerações sobre a vida e a obra, embora não seja perito no assunto, do acatado mestre da arquitetura.

Nas palavras que proferi, Sr. Presidente Senador Papaleó Paes, recordei a passagem do centenário do símbolo da moderna arquitetura surgida nos albores do século passado, isto é, no início, no primeiro terço do século XX, com Le Corbusier, na França e na Suíça, o movimento da Bauhaus de Walter Gropius na Alemanha, e de Frank Lloyd Wright nos Estados Unidos, que, cedo, o jovem Oscar Niemeyer a eles se acrescentou.

Na década de 30, época do desenho básico do Ministério da Educação e Cultura, construído no Rio de Janeiro por Le Corbusier, já Niemeyer e sua geração o ampliavam e completavam.

Faço um ligeiro parêntese: certa feita recebi do arquiteto Oscar Niemeyer uma solicitação logo atendida,

para que o prédio, em cujo projeto concorreu ao lado de Le Corbusier e de tantos outros, no sentido de que o denominássemos Palácio Gustavo Capanema.

Gustavo Capanema, posteriormente Deputado Federal e Senador da República – um grande político mineiro – havia sido Ministro da Educação, se não estou equivocado, durante todo o tempo do chamado Estado Novo, 1937 a 1945, e reuniu em torno do Ministério uma equipe muito conceituada. Eu citaria Niemeyer e também Rodrigo de Melo Franco, cuja obra está associada à preservação da memória nacional.

Prontamente levei, eu era Ministro da Educação à época, ao conhecimento do Presidente Sarney uma proposta para que fizéssemos um decreto denominando de Palácio Gustavo Capanema o prédio de linhas tão modernas que ainda hoje enriquecem o patrimônio arquitetônico do Rio de Janeiro.

O Presidente Sarney assinou o decreto, e, a partir daí, esse prédio passou a ser chamado de Palácio Gustavo Capanema.

Sr. Presidente, Niemeyer, escultor, fez da poesia uma arquitetura petrificada, posto que inspirada por uma visão social atenta à realidade brasileira.

Niemeyer define a preferência pela curva como sua maior inovação na arquitetura moderna, dominada, até então, pela linha reta.

Para Niemeyer, “a curva pode ser bela, lógica e graciosa, se bem construída e estruturada”. Explica a origem da preferência nas curvas das montanhas, rios e igrejas barrocas do Brasil.” E acrescentava Niemeyer que, desde o início “a curva me atraía”, e prossegue fascinando-o e a nós na admiração por Niemeyer.

A curva de Niemeyer está na sua arquitetura e escultura, lembremos que dele também muito se disse: “é o escultor do concreto armado”.

Seu desenho na pedra apresenta-se por vezes de difícil execução. Niemeyer lembra, a propósito, o amigo e engenheiro calculista, o poeta pernambucano Joaquim Cardozo, acordando-o num telefonema em plena madrugada:

“Oscar, consegui a tangente que vai fazer a cúpula da Câmara dos Deputados solta como você queria...”

Enfim, Niemeyer é um arquiteto, um escultor, um artista sempre atento a novas formas que surpreendessem pela sua leveza e liberdade de criação. E não foi por outra razão que ele uma vez disse que “a beleza é leve”.

Sr. Presidente, a solidariedade é também uma das características fundamentais da personalidade de Oscar Niemeyer. Ele nunca faltou aos compromissos com seus amigos e com o povo brasileiro. Em meio a todas as dificuldades, sempre permaneceu igual a si mesmo.

Se a arquitetura brasileira é de Niemeyer, o urbanismo do Plano Piloto de Brasília é de Lúcio Costa, assim como o paisagista aqui é Burle Marx, a escultura, ao lado de tantos outros, é basicamente de Athos Bulcão, e os vitrais coloridos são desenhados por Maria Peretti, não podemos deixar de reconhecer que essas personalidades ajudam a tornar mais bonito o sol do Planalto Central.

Oscar Niemeyer se tornou um dos maiores arquitetos do mundo. O Brasil dele só tem que se orgulhar.

Sobre seu programa de vida, disse em certa ocasião de forma sintética: “Nossa tarefa é outra: criar hoje o passado de amanhã”. Isto é, sabemos, como disse um historiador italiano, Carlo Levi, que “o futuro tem coração antigo”, ou seja, precisamos ter a consciência de que é necessário preservar o passado que fica do que passou. Daí por que – repito com Niemeyer – “nossa tarefa é outra: criar hoje o passado do amanhã”. A missão maior é o humanismo social.

E continua Niemeyer:

“Só a solidariedade pode assegurar as condições mais difusas indispensáveis aos homens”, palavras por ele escritas no seu mais recente livro, *O Ser e a Vida*, outra grande lição de vida.

Sr. Presidente, Oscar Niemeyer sempre permaneceu fiel ao seu ideário. Por isso, seus sonhos nunca envelheceram, fazem parte do melhor que tem a humanidade em várias gerações. São os sonhos de liberdade, igualdade, justiça, solidariedade.

Como Santo Tomás de Aquino conseguiu provar que fé e razão convivem em perfeita harmonia, Oscar Niemeyer fez brotar da arquitetura, através de suas linhas curvas, que estrutura e arte já nascessem juntas numa manifestação poética e numa invenção cotidiana.

No poema “Educação pela Pedra”, João Cabral de Melo Neto define arquiteto como aquele que “abre portas – por onde jamais portas-contras”, inspirando-se em Le Corbusier, que considerou a poesia como “uma máquina de comover”.

Para materializar de forma nítida suas preocupações sociais, Niemeyer está criando, tendo como diretora executiva Ana Lúcia Niemeyer, na nova sede da Fundação que tem o seu nome, a Escola Oscar Niemeyer de Arquitetura e Humanidades “para suavizar humanamente o impacto do avanço científico e tecnológico”.

É a continuação dos vínculos de Niemeyer com a vida universitária, pois essa escola não será destinada a formar apenas profissionais, mas também e concomitantemente, humanistas. Humanistas não só

brasileiros, mas humanistas de todos os espaços nesses tempos de globalização.

É, friso, a continuação dos vínculos de Niemeyer com a vida universitária, como se vê nos edifícios do *campus* da Universidade de Brasília, por ele desenhados desde os tempos do Professor Darcy Ribeiro, que foi nosso colega no Senado, seu primeiro e inesquecível Reitor.

Sr. Presidente, concluo as minhas palavras, dizendo que Brasília, especialmente, e a UnB, de modo particular, que tanto deve, camonianamente falando, “ao engenho e arte” de Oscar Niemeyer, não poderiam ficar indiferentes à passagem de tão significativa efeméride – mais que nacional, universal – do centenário de vida do seu poeta e arquiteto, escultor e humanista, cuja criatividade, característica dos gênios, muito projetou o Brasil no mundo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, sem prejuízo na ordem dos Senadores inscritos, por permuta com o Senador Marco Maciel.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, agradeço ao Senador Arthur Virgílio pela permuta – estava em quarto lugar, passei para segundo e S. Ex^a foi para o quarto lugar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador, para fazer a correção justamente justificando-me com o Senador Mão Santa. O Senador Paulo Paim fez uma permuta com o Senador Marco Maciel, e, em seguida, o Senador Paulo Paim fez uma permuta com o Senador Arthur Virgílio – por isso, está falando neste momento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está terminando 2007, ano em que trabalhamos muito. Tivemos aqui um debate muito duro, muito firme, que a sociedade brasileira acompanhou, sobre a situação do ex-presidente Renan Calheiros, que acabou renunciando à presidência.

Houve um debate forte, em que cada um manteve sua posição em relação à CPMF, que acabou caindo, mas entendo que, com certeza, no início do ano que vem, vamos retomar esse debate em cima de uma proposta de reforma tributária, de forma tal que não falte dinheiro para a saúde, para o Bolsa-Família, nem para a Previdência.

Espero eu, Sr. Presidente, que os Líderes de todos os partidos consigam construir esse entendimento, não a favor do Governo, mas a favor do povo brasileiro. E, com certeza, o Governo também há de cumprir a sua parte nessa lógica.

Sr. Presidente, no dia de hoje, falo um pouco do nosso trabalho nesse ano de 2007, balanço que faço todos os anos – fazia quando era Deputado, fiz aqui durante esses últimos quatro anos como Senador e faço agora no quinto ano.

Poderia dizer, Sr. Presidente, que, durante este ano, ampliamos as nossas relações com as Prefeituras Municipais e Câmara de Vereadores, tanto prestando informações como acompanhando os processos junto ao Governo Federal e mesmo os processos individuais e coletivos, de demandas do nosso Estado junto ao Judiciário.

Sr. Presidente, adotei, desde que cheguei aqui, um critério para indicação de emendas: emendas do parlamentar e mesmo aquelas em que eu possa interferir nas comissões levaram sempre em consideração o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

No Rio Grande do Sul, nós temos 496 prefeituras. Nesse processo de conceder emendas primeiro para os mais pobres, nós já atingimos, Sr. Presidente, 350 prefeituras com emendas individuais deste Parlamento.

Sr. Presidente, outra coisa que me moveu, mesmo nas emendas de comissões, foi a preocupação com o que chamo “corte das diferenças”, ou seja, fazer emendas que beneficiem as prefeituras e mesmos os Estados que tenham políticas públicas, em primeiro lugar, para as pessoas com deficiências e, na sequência, mas com a mesma prioridade, políticas para idosos, políticas para as crianças, políticas para os desempregados, políticas para os índios e políticas para as mulheres, isto é, que combatam todo tipo de preconceito.

Somente neste ano que termina, Sr. Presidente, quinto ano dos oito que tenho, foram priorizadas 78 prefeituras com emendas individuais em diversas áreas do Orçamento.

Sr. Presidente, à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008, foram sete emendas apresentadas: tivemos a emenda relativa à proteção social ao idoso; a emenda relativa à expansão da rede de escolas técnicas profissionalizantes; emenda de bancada para a duplicação da ponte sobre o rio Guaíba; emenda para a promoção e ações de inclusão social na linha do projeto Cantando as Diferenças, que é um projeto nacional; apresentamos emenda relativa ao controle de resíduos da Bacia do Rio dos Sinos; apresentamos emenda pensando na valorização do salário mínimo – esse, naturalmente, um projeto nacional –; também demos prioridade às metas para ações da política de igualdade racial.

Sr. Presidente, tive um carinho muito grande com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a nossa UERGS, que estava ameaçada de ir à falência. Apre-

sentei emenda de Senador integralmente dedicada à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, emenda que foi aprovada parcialmente.

O meu projeto original destinava R\$15 milhões/ano para a UERGS, o que foi aprovado parcialmente, mas foi muito importante. Espero que essa verba, efetivamente, seja liberada e fortaleça a única universidade estadual que tem o Rio Grande do Sul, que é a nossa UERGS.

Para a o Plano Plurianual de 2008, Sr. Presidente, apresentamos dez emendas individuais e oito emendas de comissão.

As individuais: recuperação – de novo, devido à sua importância – da Bacia do Rio dos Sinos; modernização e manutenção das escolas profissionalizantes; proteção social especial à pessoa idosa; estruturação da rede de educação básica fundamental; construção da ponte sobre o rio Guaíba – avançamos de novo no que diz respeito à recuperação do rio Guaíba; políticas de atenção à saúde que vão na linha do combate a todo tipo de preconceito; quadras esportivas em comunidades quilombolas; saúde da população negra, aeroporto de Santana do Livramento; UERGS; órteses e próteses para população de baixa renda.

Emendas de comissões, Sr. Presidente. Comissão de Assuntos Sociais: políticas de saúde – aí também fomos avançando na área da educação. Apresentamos, na Comissão de Direitos Humanos, políticas para preservar a cultura indígena e para a capacitação dos chamados “cuidadores de idosos”. Apresentamos, na Comissão de Educação, investimentos nas universidades estaduais – manutenção e modernização –; fortalecemos, mais uma vez, as escolas técnicas; avançamos, Sr. Presidente, nas canchas de esportes e lazer para todos, dando destaque, em algumas regiões, para as comunidades quilombolas para que tivessem nesse ginásio, além do lazer, um espaço para a educação. Avançamos também na aquisição de patrulhas agrícolas.

Depois, Sr. Presidente, à Lei Orçamentária Anual (2008), apresentamos mais catorze emendas individuais, emendas que vão atender mais oitenta prefeituras gaúchas; dezoito emendas de comissão e mais uma emenda de bancada. Aqui destacamos: proteção social básica – R\$400 mil; quadra esportiva educacional – R\$300 mil; escola de Ensino Médio – R\$100 mil; infra-estrutura urbana – R\$200mil; desenvolvimento da agricultura – R\$2,8 milhões; projetos territoriais e rurais – R\$100 mil; implantação em Memorial dos Lanceiros Negros – R\$100 mil; proteção social especializada – R\$150 mil; recursos para a saúde básica (postos de saúde, programa Saúde da Família) – R\$1 milhão; desenvolvimento do turismo – R\$ 1,8 milhão; cadeia

produtiva pesqueira – R\$100 mil; acesso aquaviário – R\$150 mil; esporte e lazer – R\$700 mil.

E assim, Sr. Presidente, fomos avançando em todas as comissões, mas sempre seguindo a mesma linha de raciocínio.

Sr. Presidente, eu quero enfatizar que todas as emendas para mim são importantes, mas há, além das relativas aos quilombolas, à saúde, à segurança e à habitação, uma especialmente importante: é a da UERGS, porque acho que fortalecer a nossa universidade estadual com R\$15 milhões por ano – verba que deve ser liberada pelo Governo Federal – é de suma importância para o nosso Estado.

Sr. Presidente, as minhas conversas com Prefeitos e Vereadores nas andanças que fiz pelo meu Rio Grande, mas também outras conversas que tive com Governadores de outros Estados, convencem-me cada vez mais de que muito mais importante do que as emendas é a discussão de um novo pacto federativo. Eu fiz uma demonstração de emendas para que ficasse claro para todos aqueles que estão assistindo à TV Senado, no Rio Grande do Sul ou em outros Estados, que é preciso discutirmos um novo pacto federativo.

Sei que V. Ex^a, Senador Papaléo, concorda com esse ponto de vista. É uma nova modalidade de interação entre União, Estados e Municípios na qual deve prevalecer, efetivamente, a igualdade na distribuição de recursos, principalmente para que os administradores regionais e locais possam assumir responsabilidades cada vez maiores: não só de receber recursos, mas também de atender diretamente à população. A gente fala muito em passar, cada vez mais, a responsabilidade pela saúde, pela educação e pela segurança para Estados e Municípios, mas é preciso também aportar mais recursos, e isso, Sr. Presidente, só acontecerá com um novo pacto federativo.

Tenho também, Sr. Presidente, dialogado muito com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Junto a eles empenhei a minha palavra – renovo aqui o meu compromisso – em defesa das reivindicações dos Municípios, como, por exemplo, a elevação de 22,5% para 23,5% dos tributos do Fundo de Participação dos Municípios – todos os Senadores assumimos um compromisso e o levamos até fim, porque aprovamos primeiramente aqui no Senado a elevação de 22,5% para 23,5% dos tributos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que hoje é uma realidade. Nós começamos esse debate aqui no Senado e, depois, felizmente, a Câmara aprovou.

Também poderia dizer que, quando finalizamos – fui o Relator – aquele trabalho da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, recomendamos à Câmara dos

Deputados que aprovasse a PEC nº 285, de 2005, por entender ser uma causa mais do que justa no que diz respeito às reivindicações dos Municípios brasileiros.

Ali também, Sr. Presidente, eu aprovei o fim do fator previdenciário e o reajuste dos aposentados e pensionistas baseado no PL nº 58, que é aquele que vai assegurar que eles voltem a receber o número de salários mínimos que recebiam na época em que se aposentaram. Remeti tudo para a Câmara dos Deputados. Está tudo pronto para ser votado no plenário da Câmara. A PEC dos Municípios já foi aprovada, mas o fim do fator previdenciário e aquele outro projeto que, como Relator, também conseguimos aprovar, que vai garantir o benefício dos aposentados e pensionistas, também está na Câmara.

Sr. Presidente, o Brasil todo acompanha, e hoje saiu o resultado de uma pesquisa – e não pensem os senhores e as senhoras que falo dessa pesquisa com satisfação – realizada em dez Estados, segunda a qual a Governadora, em matéria de prestígio, ficou em décimo lugar. A manchete é “Rio Grande do Sul em último lugar”. É a crise financeira, Sr. Presidente.

O Rio Grande do Sul atravessa uma crise financeira, e sabemos que isso não é de agora. Sabemos também que o Estado só vai sair dessas águas bravias, como falamos no Rio Grande, se ancorar num porto seguro onde todas as forças da sociedade gaúcha possam se juntar na busca de soluções.

Sr. Presidente, entreguei um documento, em mão, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em nome dos três Senadores gaúchos – Senador Sérgio Zambiasi, Senador Pedro Simon e deste Senador –, que continha as reivindicações do Rio Grande. Nesse documento, também convocávamos uma grande reunião com todos os setores da sociedade gaúcha – Governo, Poder Legislativo, empresários e trabalhadores – que, felizmente, aconteceu nesta sexta-feira, Sr. Presidente.

Nessa sexta-feira, em Porto Alegre, a Ministra Dilma Rousseff se encontrou com as chamadas forças vivas do Rio Grande, onde estavam representantes da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado, dos empresários e dos trabalhadores, para discutirem uma reestruturação na matriz econômica e social do nosso Rio Grande.

Estou animado para que, dessa reunião, possamos sair para outras reuniões até termos um arcabouço econômico que faça com que o Rio Grande do Sul volte a ser a potência que foi no passado.

Achei importante dar o destaque, porque o que se espalhava na mídia é que o Governo Lula, em virtude da CPMF, ia começar a retaliar principalmente os governos do PSDB. Ocorreu exatamente o contrário. Quero deixar bem claro que sou contra qualquer tipo

de retaliação. V. Ex^a sabe da minha posição, que, inclusive, está no *Jornal do Senado* de hoje.

Houve uma série de equívocos. Não estou procurando culpados. Temos é que voltar a conversar e buscar uma saída para que, efetivamente, não falte dinheiro – V. Ex^a e o Senador Mão Santa, que são médicos, sabem disso –, principalmente para a saúde. E isso se resolve com muita conversa entre Senadores, Deputados e o Governo.

Sr. Presidente, quero aqui, mais uma vez, reafirmar que o Rio Grande do Sul possui uma série de reivindicações junto ao Governo Federal. São mais ou menos R\$2 bilhões a receber da União, por conta de um retorno de investimentos que fizemos ainda em governos passados. Só com a Lei Kandir, perdemos R\$3,2 bilhões. E a dívida que a União tem em relação a CE seria algo em torno de R\$2 bilhões.

Por isso, Sr. Presidente, considero correta a posição do Presidente Lula, que diz que é preciso um grande pacto entre todos os setores do Rio Grande, e com o apoio do Governo Federal, para encontrarmos saídas para as dificuldades enfrentadas pelo nosso Estado.

Creio eu que os bons ventos haverão de chegar ao Rio Grande. O Governo Federal já deu o aval para o empréstimo junto ao Banco Mundial. São recursos de mais ou menos US\$1 bilhão. Segundo o Secretário da Fazenda, Aod Cunha, esses recursos podem auxiliar na redução dos déficits do Estado e aumentar os investimentos. Com esses recursos que o Governo do Presidente Lula avaliza para o Governo do Rio Grande do Sul poderemos pagar parte da dívida e deixaremos de pagar em torno de 18% da receita líquida do Estado, que vai baixar para 13%. E a expectativa, Sr. Presidente, é que o financiamento seja liberado no início deste ano.

Eu sei porque já falamos aqui – os três Senadores – com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Aloizio Mercadante, que indicou a Senadora Serys Slhessarenko como Relatora. Esse processo de empréstimo deve chegar à Casa entre hoje e amanhã e tem todas as condições de ser votado até, no máximo, a próxima quinta-feira. Podem ter certeza de que é uma situação especial e de emergência. Por isso, o Senado não há de negar a aprovação desse empréstimo, junto ao Banco Mundial, para o Estado do Rio Grande do Sul.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que quando dialogamos com o Governo Federal, com o governo do Estado e com a Assembléia Legislativa, tivemos muita consciência da nossa responsabilidade – não só eu, mas todos os três Senadores do Rio Grande do Sul – na busca de um entendimento. Penso dessa forma e

entendo que assim pensam todos os Srs. Senadores. Se o Estado for mal, vai mal o povo gaúcho, e estamos aqui para fazer a defesa do nosso povo, como cada um dos Senadores aqui, dos mais variados Estados, está fazendo também a defesa de seus Estados.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, nesse período de tempo que ainda possuo, quero dizer que, para mim, foi importante termos aprovado aqui no Senado a criação da Sudesul, o FAT Rural, as ZPEs do Vale dos Sinos, da região norte do Rio Grande do Sul, a regulamentação da profissão do setor comerciário e termos feito o debate da universidade do Mercosul. E embora ainda não tenha sido aprovada a Universidade do Mercosul, vimos, com alegria, que, na última quinta-feira, o Poder Executivo encaminhou para o Senado o projeto criando a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Essa universidade, em seu conjunto, repete aquilo que gostaríamos que fosse a universidade do Mercosul. Sempre digo a todos que não estou preocupado com a paternidade, mas com a aprovação do projeto.

Assim, deixo aqui meus cumprimentos ao Executivo. Sei que muitos Senadores e Senadoras, Deputados e forças vivas do Mercosul sonhavam com essa universidade, e, agora, o Presidente Lula encaminhou um projeto nesse sentido. Espero que possamos votar, no máximo no primeiro semestre, a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, nos moldes daquilo que todos defendíamos, que era o Mercosul.

Sr. Presidente, eu ainda poderia falar dos 48 projetos de leis apresentados, requerimentos, decretos legislativos, inúmeras emendas constitucionais, projetos relatados, mas o mais importante é dizer que o balanço, no meu entendimento, é positivo. Depois vou encaminhar o discurso à Mesa. Nele, relato projeto por projeto, entre tantos que apresentamos, e mais de uma dúzia, com certeza, já se tornaram leis, aprovadas no Senado e na Câmara.

Também espero que sejam votados ainda nesta semana, Sr. Presidente, o projeto da Universidade da Região da Campanha, um projeto do qual fui Relator, de iniciativa do Executivo, e um outro projeto que transforma a Faculdade de Porto Alegre em Universidade da Ciência da Saúde de Porto Alegre.

Sr. Presidente, concluo dizendo a V. Ex^a que seria impossível falar do que foi todo o ano em pouco mais de 40 folhas, mas ressalto a importância que foi, para mim, ter trabalhado e aprovado no Senado o reconhecimento das Centrais Sindicais, ter contribuído para a recuperação da Kepler Weber, ter participado do debate da Braskem/Petrobrás/Ultra, do Proágua, entre tantos outros projetos.

Também quero cumprimentar toda a equipe que trabalha na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Foram em torno de 58 audiências públicas de debates. Foram dezenas de reuniões com caráter deliberativo. Foram dezenas e dezenas de projetos lá aprovados, alguns com caráter terminativo; outros foram direto para sanção.

O importante, Sr. Presidente, é que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa cumpriu seu papel.

Amanhã, teremos outra audiência pública para discutir a violência dentro dos presídios com meninos e meninas, que convivem com adultos em uma única cela, em doze Estados. Eram dezoito Estados, agora diminuiu para doze.

Também vamos discutir amanhã, Sr. Presidente, o que estão fazendo com as meninas índias de doze, treze anos, que praticamente são seqüestradas nas aldeias e abusadas sexualmente. Essas denúncias chegaram hoje, Sr. Presidente. Já fiz a convocação. Também vamos colocar na pauta de amanhã.

Em resumo, Sr. Presidente, termino com esta frase: como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, toda denúncia que vier à Comissão trarei à tribuna e a TV Senado transmitirá, ao vivo, a todo o Brasil. Se eu souber, falarei o nome da cidade, o nome do presídio, o nome da aldeia e o nome daqueles que estão cometendo este crime hediondo – aprofundaremos o debate amanhã – de seqüestrar meninas de doze, treze anos nas aldeias e cometer abuso sexual. Esse é o nosso papel, Sr. Presidente.

Termino o ano ciente do dever cumprido, com a consciência tranqüila. Vamos nos preparar para produzir muito mais no ano que vem. Sempre digo, Sr. Presidente – permita-me –, que o homem público, por melhor que faça, não faz nem 70%. O Brasil espera muito mais. Quem sabe, no ano que vem, eu possa voltar aqui, no encerramento do ano, e dizer que atingi 80%, pelo menos em matéria de trabalho, porque o nosso objetivo é atingir o máximo, sabendo que nunca chegaremos a 100%, mas, pelo menos, teremos a consciência tranqüila para dormirmos o sono dos justos.

Obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR PAULO PAIM.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos no findar dos trabalhos legislativos de 2007. O ano que passou foi desgastante para todos nós, mas ao mesmo tempo produtivo. Por isso no meu

pronunciamento de hoje vou fazer um pequeno balanço das minhas atividades aqui no Senado Federal.

Alargamos o nosso relacionamento com as prefeituras municipais e câmaras de vereadores, prestando todas as informações solicitadas para a obtenção de recursos federais, além de acompanharmos os projetos por elas apresentados ao Poder Executivo.

Mantivemos os mesmos critérios adotados para a indicação de emendas. Ou seja, continuamos dar prioridade para aqueles municípios que ainda não foram contemplados. Para aqueles municípios que possuem menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); E para aquelas administrações que adotem de fato o corte das diferenças, ou seja, tenham políticas públicas para as pessoas com deficiência, idosos, crianças, desempregados, índios, política para as mulheres, e que combatam todo o tipo de preconceito.

No exercício deste ano foram priorizadas 78 prefeituras com indicação de emendas individuais em diversas áreas do Orçamento. A distribuição dessas emendas ficou da seguinte maneira:

Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2008: 7 emendas apresentadas. Proteção Social ao Idoso; Expansão rede escolas profissionalizantes; Construção Ponte Rio Guaíba; Promoção e ações de inclusão Social – Cantando as diferenças; Controle de resíduos da Bacia do Rio dos Sinos; Reajuste do salário mínimo; e Prioridade de metas para ações de Igualdade Racial. Foi aprovada no anexo das metas da LDO prioridade para a UERGS. Apresentamos uma emenda na Bancada.

Para o Plano Plurianual 2008. Apresentamos 10 emendas individuais e 8 emendas de comissão, e que passo a citar:

Individuais: Recuperação da Bacia do Rio dos Sinos; Modernização e manutenção das escolas profissionalizantes; Proteção social especial à pessoa idosa; Estruturação da rede de educação básica e fundamental; Construção da ponte sobre o Rio Guaíba; Políticas de atenção à saúde da pessoa negra; Quadras esportivas em comunidades quilombolas; Aeroporto de Santana do Livramento; UERGS; Órteses e Próteses para população de baixa renda.

Emendas de Comissões: CAS – Políticas de atenção à saúde da pessoa negra; Órteses e Próteses para população de baixa renda; CDH – Divulgação e preservação da cultura indígena; Capacitação de cuidadores de idosos – ILP; CE – Universidades Estaduais – manutenção e modernização; Escolas profissionalizantes – manutenção e modernização; Esporte recreativo e de lazer para comunidades quilombolas; CRA – Aquisição de Patrulha Agrícola.

Na Lei Orçamentária Anual 2008. Apresentamos 14 emendas Individuais que irão atender 80 prefeituras gaúchas, 18 emendas de Comissão e 1 emenda de Bancada. São elas:

Individuais. Proteção Social Básica – R\$400 mil; Quadra esportiva educacional – R\$300 mil; Escola de Ensino Médio – R\$ 100 mil; Infra-estrutura urbana – R\$200 mil; Desenvolvimento da Agricultura – R\$2,8 milhões; Projetos territórios rurais – R\$100 mil Implantação Memorial Lanceiros Negros – R\$100 mil; Proteção Social Especializada – R\$150 mil; Recursos para Saúde Básica (Postos de saúde, Programa de Saúde da Família) – R\$1 milhão; Estruturação Saúde hospitalar – R\$100 mil; Desenvolvimento do Turismo – R\$1,8 milhão; Cadeia produtiva pesqueira – R\$100 mil; Acesso aquaviário – R\$150 mil; Esporte e lazer – R\$700 mil.

Comissão. CAS – Atenção à saúde da pessoa negra – R\$50 milhões; Estruturação rede de atenção ao idoso – R\$100 milhões; CDH – Implantação de Conselhos de PCD's – R\$50 milhões (aprovado R\$300 milhões); Combate trabalho infantil – R\$50 milhões; Atendimento a mulheres em situação de violência – R\$40 milhões; Apoio iniciativas da igualdade racial – R\$100 milhões (aprovado R\$300 milhões); CDH – Prevenção e combate à homofobia – R\$40 milhões; Implantação de Centros Integrados de enfrentamento violência contra o idoso – R\$50 milhões; CE – Fomento da Educação Profissional – R\$200 milhões (aprovado R\$300 milhões); Expansão rede profissional e tecnológica – R\$50 milhões; Promoção de acessibilidade na educação especial – R\$50 milhões; Reestruturação educação básica pública – R\$100 milhões (aprovado R\$800 milhões); Desenvolvimento Educação Quilombola – R\$50 milhões; Universidade Estadual – R\$100 milhões; CRA – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – R\$60 milhões; Recuperação Bacia do Rio dos Sinos – R\$300 milhões; Desenvolvimento cadeia produtiva da Pesca – R\$50 milhões; Desenvolvimento aquicultura – R\$100 milhões (aprovado 100 milhões).

Emenda de Bancada: UERGS – 15 milhões (aprovado R\$15 milhões).

Sr. Presidente, nas minhas conversas com prefeitos e vereadores e nas andanças nos mais longínquos rincões, não só do meu estado, mas de outros cantos do país, pude perceber claramente a necessidade de um novo pacto federativo. Uma nova modalidade de relacionamento entre União, Estados e Municípios. Onde prevaleça efetivamente a igualdade na distribuição de recursos e principalmente que os administradores regionais e locais atuem com responsabilidade social.

Tenho dialogado com a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e com a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Sem titubear empenhei a minha palavra em defesa de todas as reivindicações dos munícipes, como, por exemplo, na elevação de 22,5% para 23,5% dos tributos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Quando finalizei o relatório da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo recomendei que o Congresso Nacional aprovasse a PEC 285/2005, por entender que é uma justa causa dos municípios brasileiros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Rio Grande do Sul atravessa uma séria crise financeira. Sabemos que isso não é de agora. E sabemos também que o estado só vai sair destas águas bravias e ancorar num porto seguro se todas as forças vivas da sociedade se juntarem para buscar soluções.

Em abril, em nome dos três senadores gaúchos, entregamos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma carta contendo algumas iniciativas para ajudar a tirar o estado deste verdadeiro atoleiro financeiro.

Sugerimos ao presidente Lula que ouvisse o governo gaúcho, a Assembléia Legislativa, os as entidades empresariais e o movimento sindical de trabalhadores. Na semana passada, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, esteve lá no estado dialogando com esses atores.

O Rio Grande do Sul possui uma série de reivindicações junto ao governo federal. O ressarcimento de R\$ 2 bilhões por conta de investimentos feitos em estradas federais, as perdas de Lei Kandir, estimadas em R\$3,2 bilhões, a dívida que a União possui com a CEEE, entre outras.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está empenhado nessa luta e, inclusive disse publicamente que quer um grande pacto de todos os gaúchos para sanar as dificuldades enfrentadas pelo estado.

Creio que os bons vento já estão chegando no Rio Grande do Sul. O governo federal deu aval para empréstimo do Banco Mundial ao Rio Grande do Sul – Os recursos provenientes dessa economia servirão, segundo o secretário da Fazenda, Aod Cunha, para auxiliar na redução do déficit do Estado e aumentar os investimentos.

A expectativa é de que o financiamento seja liberado em maio de 2008. O Estado terá 20 anos para pagar o empréstimo com juros menores. O financiamento de US\$1 bilhão para a reestruturação da dívida é inédito no Brasil e será o maior volume individual repassado pelo Banco Mundial a um Estado subnacional.

Nesta semana chega a Comissão de Economia do Senado a Mensagem Presidencial dando o aval necessário para o empréstimo. Já solicitei ao Senador

Aloísio Mercadante que priorize a sua votação. A Senadora pelo Mato Grosso, Serys Slhessarenko, gaúcha de Cruz Alta, deverá ser a relatora.

Mas, Sr. Presidente, além de executarmos o nosso papel na defesa dos interesses do Rio Grande, tivemos também a oportunidade de realizarmos diversas iniciativas legislativas para o desenvolvimento social e econômico do Estado e do País.

Apresentamos 46 projetos de lei (PLS). Destaco neste sentido a criação da Sudesul, o Fat Rural, as ZPE do Vale dos Sinos e Região Norte do RS, regulamentação da profissão de comerciário, e a Universidade do Mercosul.

É importante destacar que na semana passada o Poder Executivo encaminhou projeto para a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

Foram 28 requerimentos (RQS), 1 projeto de decreto legislativo (PDS), 4 propostas de emenda à Constituição (PEC), relatamos 8 projetos do Senado e 4 oriundos da Câmara.

Aprovamos 14 projetos em 2007 e, já encaminhados a Câmara dos Deputados. São eles:

PLS 1/07 – Cria a Escola Técnica Federal de Erechim (RS);

PLS 64/07 – Cria a Escola Técnica Federal do Vale do Taquari (RS);

PLS 143/07 – Cria a Escola Técnica Federal de Porto Alegre;

PLS 215/07 – Cria a Universidade Federal da Região das Missões no Rio Grande do Sul;

PLS 225/07 – Institui o ano de 2008 como “Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa”;

PLS 256/07 – Cria a Escola Técnica Federal de Gravataí (RS);

PLS 126/06 – Dispõe sobre a divulgação da existência de contas inativas do FGTS e dos pressupostos para sua liberação; PLS 286/06 – Institui o Dia Nacional de reflexão do “Cantando as Diferenças”;

PLS 127/05 – Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio;

PLS 351/04 – Altera a Lei nº 9.998, de 17/08/2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos 30% dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação;

PLS 39/03 – Cria o Fundo de Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul (Fundap);

PLS 178/03 – Modifica dispositivo da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

PLS 298/03 – Dispõe sobre a assistência gratuita aos filhos e dependentes dos trabalhadores urbanos e rurais desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas; PLS 609/07 – Cria a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Rio Grande (RS).

Não posso deixar de fazer um rápido comentário sobre dois projeto do Executivo, que tivemos a honra de relatar.

O primeiro criou a Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Essa universidade já está impulsionando o desenvolvimento da região de Bagé e demais cidades que possuem campus como Alegrete, Rosário, São Gabriel e Dom Pedrito.

Já o PLC 97/97 cria a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. A medida vai propiciar melhores condições para a instituição seguir ampliando e diversificando suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, inclusive com a oferta de cinco novos cursos que são os de enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e licenciatura em ciência biológicas”, ressaltou o Senador Paim.

Sr. Presidente, quando chegamos a esta casa com o apoio de mais de dois milhões de votos, sabíamos que a tarefa seria árdua.

Estimulados por aqueles que acreditam em nosso trabalho não desistimos nunca, sempre com a certeza de que estamos ajudando a construir um estado e um país melhor para todos.

Várias foram as ações. Mas há algumas que marcaram como a questão do Aerus, o biodiesel, zoneamento agrícola, periculosidade dos carteiros, setor calçadista, ligação asfáltica entre os municípios, o reconhecimento das centrais sindicais, Kepler Weber, Brasken/Petrobras/Ultra, Proágua, entre outros.

Sr^{as} e Srs. Senadores, entendo que para mim está sendo um grande desafio presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Sei que o caminho que estamos traçando só é possível graças ao empenho de todos os senadores que compõem a CDH. Minha eterna gratidão a todos os queridos colegas e funcionários.

Durante o decorrer do ano, foram realizadas 58 reuniões, das quais 37 eram audiências públicas, 19 reuniões deliberativas para a análise de projetos em tramitação ou apresentados na comissão, e dois encontros foram dedicados à votação de emendas ao Plano Plurianual (PPA) e à Lei Orçamentária Anual (LOA).

As audiências públicas tiveram ampla participação da sociedade organizada. Tratamos de diversos temas e, que passo a citar alguns:

Violência urbana, preconceito e racismo, sistema prisional, idosos, pessoas com deficiência, meio ambiente, direitos indígenas, previdência social, trabalho escravo, estrutura sindical, entre outros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Quero parabenizar V. Ex^a pelo trabalho sério e competente que faz na Casa, especificamente na condução da Comissão de Direitos Humanos, onde faz um trabalho muito importante para o País.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. V. Ex^a, como orador inscrito, terá vinte minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de segunda-feira, 17 de dezembro; Parlamentes aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos assistem pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado, integrado pela Televisão, pela Rádio AM, pela Rádio FM, pelo *Jornal do Senado*, pela Agência Nacional, nos momentos mais difíceis, eu dizia ao Brasil que este era o melhor Senado da República, nesses 183 anos. Houve problemas, há e haverá problemas, mas olho ali para Cristo, que fez um senadinho bem pequenininho. Senador Eurípedes, eram treze com Ele, eram só treze. Esse era o senadinho de Cristo, onde Ele pregava as mensagens, onde escolhia, onde confiava. Naquele senadinho de Cristo, correu dinheiro, houve traição e força. Não seria este aqui que não iria ter problemas.

Mas dizia eu que iríamos falar daquele Senado símbolo da democracia, o Senado romano, onde avançou a democracia representativa, iniciada na Grécia. Era o local onde todo o povo falava. Era o Areópago. Começava de madrugada, Paim, e ia chegando todo o povo. Mas não dava certo, era muita confusão. Eles evoluíram para a democracia representativa. Somos o povo: não se podem trazer 187 milhões para cá. Somos isso, Paim!

Ô Luiz Inácio, entenda: V. Ex^a é o povo, é o desejo do povo, mas também o somos; somos filhos do povo e do voto, da democracia.

Eles dão um exemplo para a história. E as outras nações pegaram o exemplo. E como foi difícil! Uma vez, um quis se tornar Deus. Júlio César estava pensando em ser Deus mesmo, imperador, rei. E houve aquela mulher bonita, Cleópatra, egípcia. Mataram Júlio César no meio. Aliás, neste Senado, já houve bala. A história diz, e ninguém pode negar. Mas é isso. Aqui, já houve isso. E tiraram Júlio César e gritaram: “O Senado e o povo de Roma!”.

Depois veio um petulante, arrogante: “Quero que meu cavalo seja Senador”. Mandou-o para lá, porque tinha de ser Senador. Era Incitatus. A história se repete. No poder, a gente fica meio doido. É, Paim, a gente precisa se acostumar com o poder! É um bocado de aloprados, puxa-sacos, não sei o quê. Se não tiver muito eixo... Fui Prefeitinho e Governador. Papaléo, Calígula nomeou o cavalo, e a turma se curvou, mas, depois, colocaram-no para fora, junto com o cavalo.

E houve Cícero. É o Senado e o povo de Roma! Veio outro, um cara que quis mudar tudo, colocou fogo em Roma. Foi Nero. É o Senado e o povo de Roma! E a democracia continua.

Então, temos de falar como falamos, Paim. O Senado e o povo do Brasil enterram a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que é mentira no começo, no meio e no fim.

A ignorância é audaciosa! Ouvi isso do meu professor de cirurgia. Mas, Paim, ele era estudioso. Tinha de ser, não é, Papaléo? Já ouvi dizer que foi Goethe que disse um negócio destes: o maior perigo é a ação da ignorância.

Então, não entendiam que os três Poderes têm de ser equipotentes, para um frear o outro. Foi por isso que o povo foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade!”. Caíram, com esse grito, os reis, que eram o poder absoluto. Eles eram tudo, eram como Deus na terra; Deus era o meio do céu. Caíram, e dividiu-se o poder. Mas é para ele ser dividido, equipotente, um tomando conta do outro, um freando o outro. É para o Judiciário nos frear, mas também nós o frearmos! É para isso! É desse equilíbrio que nasce a democracia.

Sei que foi Montesquieu quem fez isso. Depois, escreveu *O Espírito das Leis*. Mas, Paim, é enorme a vaidade!

Já fui Poder Executivo, já fui Prefeitinho e Governador do Estado; já fui do Poder Legislativo, fui Deputado e Senador. Só não fui do Judiciário, porque não sou advogado. Mas, sem os encantamentos do Poder Judiciário e da força, sou daqueles, Paim, que meditam sobre quando Cristo subiu as montanhas e disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de Justiça”. Sou daqueles que entendem que Deus entregou leis a Moisés. A Justiça é divina; há uma intenção divina. Erros? Há muitos. Como há erros! *Errare humanum est*. São homens que estão lá dentro, mas a inspiração é divina. Vejo como Aristóteles: “Que a coroa da Justiça brilhe mais do que a dos reis, que esteja mais alta do que a dos santos!”. Mas isso não é aplauso total para a Justiça, não, porque ela é feita por homens. E como erram, como falham! Há gente boa, muito boa, aqui mesmo, no Brasil! Ali, há um, mas ele não foi do

Executivo, mas, sim, do Poder Judiciário. É advogado, mas não foi do Poder Legislativo. Eu fui.

Mas, Paim, acho que aquilo mudou. Há este negócio de dizer: Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, meritíssimo, excelentíssimo! Descartes disse: “Penso; logo, existo”.

Está errado. Paim, está errado! Isso é vaidade nossa. Poder? Não entendo que somos instrumentos da democracia, instrumentos do Executivo, instrumentos do Legislativo, instrumentos do Judiciário. Poder é o povo. Entendo assim. É o povo que paga a conta, é o povo que trabalha, é o povo que paga imposto. Então, vamos entender as coisas. Acho que “devemos baixar a bola”, como se diz, e olhar o povo. Daí eu estar tranquilo agora. Expedito Júnior, poder é o povo, é o que paga a conta – e paga demais.

Quanto a imposto, ninguém é contra. Há um episódio nesse sentido com o próprio Cristo, quando andou pelo mundo: “Cristo, é justo pagar a César?”. Ele respondeu: “O que está nessa moeda? É a cara de César que está cunhada na moeda. Dê a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”. Cristo nem contestou. Não vou contestar imposto, mas este, em demasia, mata a galinha dos ovos. É a sabedoria popular.

Brasileiras e brasileiros, o pescoço de Tiradentes foi-se, porque diziam que havia muito imposto: “Esses portugueses estão nos lascando. Ah! portugueses desgraçados!”. O João IV, o V e o VI eram piores! E não eram. Era 1/5, eram 20% – 1/5 representa o percentual de 20%. De cinco quilos de ouro, um ia para Portugal; de cinco bois de Rondônia – saíam do Ivo Cassol –, um ia para Portugal; de cinco bodes do meu Piauí – lá há muitos bodes –, um ia para Portugal.

A derrama agora é de 40%. Dobrou! É matemática! São 76 impostos. Fui o primeiro brasileiro a demonstrá-los aqui. Cada brasileira e brasileiro paga cinco meses de imposto, porque são 12 meses, e ainda há o 13º mês. A Globo fez isso em dias, mas quem falou isso fui eu, em meses. E há os juros, que são altos, altíssimos. É um mês. Então, a realidade do Brasil é que quem trabalha é explorado. A metade do ano trabalhado corresponde a tributo ou juros bancários. Em lugar nenhum, é assim.

Deus escreve certo por linhas tortas. Eu havia sido convidado para receber uma homenagem. Era uma instituição criada por Ulysses Guimarães, em 1976: a Organização Parlamentar do Brasil. Um dos meus maiores orgulhos, Expedito Júnior, é que, no primeiro ano de Senado – e não há mais essa medalha; nem V. Ex^a nem ninguém vai ganhá-la –, recebi a medalha. Posso esnobar, porque nem nosso Garibaldi vai ganhá-la, porque já acabou o centenário de Juscelino.

Eles deram duas medalhas para serem entregues a Parlamentares deste Congresso. Uma delas foi entregue ao brilhante Senador Paulo Octávio, que teve o privilégio de se casar com a neta de Juscelino. Portanto, ele realmente a mereceu, pelas raízes familiares, pela competência. E ele me assoprou que eu poderia ganhar a segunda, Expedito Júnior. Não acreditei, Papaléo. Começamos juntos: Papaléo e eu, médicos. O grande e extraordinário Antonio Carlos Magalhães estava na disputa. Eu não concebia a idéia de vencer; eu, que sou do Piauí, médico! Eu desejava e queria a comenda, mas a esperança era pequena. Pensei que Antonio Carlos Magalhães a ganharia. Era conhecido. Mas ganhei a comenda. O General que tomava conta do Memorial me disse: “Você foi o Congressista que mais falou em Juscelino Kubitschek”. O Papaléo é testemunha disso, porque estava aqui, assim como o Paim e o Augusto. Não tive nem tempo de convidar o Jornalista Ibrahim Sued, lá do Piauí, para ir à festa.

Foi com muito orgulho que recebi a comenda no Memorial. E não há mais, Paim, porque o século acabou. Essa comenda não haverá mais. Também uso esta aqui, com muito orgulho, porque é do Ulysses Guimarães. Ele fundou a instituição. “O homem é o homem e suas circunstâncias”. Quando Ulysses Guimarães a criou, em 1976, não havia Parlamento aberto para dizermos o que queríamos, Paim. Era a época da ditadura. Hoje, digo aqui o que penso. Falei que o xampu estava caro e que não só Dona Marisa e minha Adalgisinha deveriam tê-lo para usar, porque são 54% de impostos embutidos em um xampu. Antigamente, não se podiam dizer essas coisas, mas nós podemos fazê-lo. E a imprensa? Às vezes, pode; às vezes, não pode. Boris Casoy dizia: “Isso é uma vergonha!”. E veio a vergonha maior: cadê Boris Casoy? Posso dizer.

Ulysses Guimarães criou essa entidade – precisamos entender as coisas – para juntar tudo o que fosse Parlamento, Assembléia, Câmara, a fim de se unirem e de falarem pela redemocratização. Os tempos são os de hoje, mas os amigos deles continuam com a instituição. Assim, eles a mantêm, e acho que estão certos, porque eles prestigiam e homenageiam políticos, homenageiam pessoas da Justiça, homenageiam professores liberais e empresários. Ela continua viva, não com aquelas características de Ulysses Guimarães, mas integra a sociedade democrática brasileira. Ela tem vida, e eles me convidaram para receber a comenda. Tudo normal! Poderia ter sido o Paim, porque ele disse que já recebeu uma; poderia ter sido o Papaléo – e sugiro isso, porque ele também a merece. Mas fui eu que a recebi. Tudo normal! Fui lá, enviaram-me a passagem. A homenagem foi feita no Holiday Inn.

Papaléo, na hora, havia alguns homenageados políticos. Estava lá o Vereador mais novo de São Paulo – é um critério deles –, um rapaz bem jovem, de 21 anos. Havia homens da Justiça, da área de segurança e da Polícia Federal, empresários, professores, cientistas e eu. Evidentemente, nessa solenidade, eram muitos, e eles acharam que eu deveria falar, em agradecimento, por todos os homenageados.

V. Ex^a sabe que não é bom o sujeito falar em jantar, com música. Em São Paulo, eram 650 pessoas jantando, oficialmente, fora o *staff* de recepção: músicos, garçons. Eram umas mil pessoas no Holiday Inn. E cumpri a missão de agradecer em nome dos homenageados.

Paim, ele disse que o motivo de eu ter sido escolhido, de estar ali como destaque político deste ano, foi o fato de eu ter sido um dos autênticos – que são muitos, estão aqui vários – defensores do povo contra os impostos e contra a CPMF. Que foi, foi!

Paim, olha, hoje, aplaudir político é difícil! Vemos as pesquisas. Aplaudiram-me de pé, e Deus me inspirou. Não sei o que eu disse, mas, várias vezes, ouvi os aplausos entrecortando meu pronunciamento.

Então, isso mostra a satisfação dos que trabalham por aquele feito, porque construímos aquilo que eu dizia. Atentai bem!

O dinheiro está aí, está no Brasil. O Luiz Inácio já baixou a bola, já deu um carão no Mantega, que é o aloprado que enganou. Enganaram meu amigo Pedro Simon, porque ele, cansado, pegou uma carta na calada da madrugada. O Luiz Inácio, acho que com boa intenção, fez umas seis linhas, alinhavadas, e disse: “Em anexo, vai o acordo”. E Mantega escreveu a mais vergonhosa página da República. A mim ele não enganou, porque fui logo contra. Mas aquele ... botou o último item, na calada da madrugada, que ninguém leu, e usou a boa intenção, a idade de Pedro Simon. Agora, identifiquei quem é o chefe dos aloprados, quem mente para o Luiz Inácio. Foi no último item. O Tuma o viu; não sei quando descobriu. O Tasso Jereissati berrou ali. Só fui ver no outro dia, às 16 horas.

Como é que se manda isso para um Plenário deste, para negociar, para trazer a verdade, na calada da madrugada? É a liturgia do Senado: a matéria veio da Câmara e, por cinco dias, foi discutida; depois, foi apresentada e encaminhada. Aí, no último item, havia aquilo. É claro que esse dinheiro pode ser utilizado também para pagar os inativos e os aposentados.

Aquele ... fez de conta que éramos abestalhados. E o Pedro Simon...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ainda bem que São Francisco baixou nele e disse: “Vamos pedir 12 horas”. Em 12 horas, todo mundo ia ler e ia ver essa aberração. Ele ainda tem esse atenuante. Mas o Sr. Mantega foi um... A mim ele não enganou, não enganou o povo e não enganou o Senado, mas enganou Luiz Inácio da Silva. Está lá, na última frase.

Então, a CPMF iria para a Saúde, isso poderia ocorrer, estava aberto, mas não dizia quanto e qual o limite. Para cima de mim?

Hoje é dia 17 de dezembro, ô Mantega, e completei ontem, 16 de dezembro, 41 anos como médico. Na carta, o Luiz fez seus alinhamentos, disse: “Vem a proposta do Secretário”. E, na última linha, havia isso. Era um cheque em branco para ele pagar tudo.

Não estou contra o aposentado, nem vale isso. Pelo contrário, na medida provisória, Paim, Heloísa, Papaléo, Augusto Botelho e eu, todos defendíamos os velhinhos quando lhes tiraram direitos. Fizemos uma lei boa e justa, garantindo aos aposentados 16,7% de aumento. Luiz Inácio, talvez orientado por esse Mantega, baixou para 4% o aumento dos velhinhos. Ele vetou. Acho que essa nós descobrimos, porque o Inácio parece ser uma pessoa generosa. Então, detectamos quem era o aloprado chefe. Assim, ele baixou.

Mas sacrifício era para o velhinho aposentado, no fim da vida, precisando mais de remédios caros – Papaléo, que é cardiologista, sabe. Pela inflação, demos 16,7% de aumento, e Luiz Inácio baixou para 4%. Aí é que é aperreio! Esse Governo quer aperreio. Se ele diz que tem 200 bilhões em caixa, o aloprado, o Mantega, por que aperreio? No aperreio, estão os velhinhos aposentados, que não tiveram aumento.

Quero tranquilizar V. Ex^a, ô Paim, que é um homem do PT, de juízo, de bom caráter e de decência. Olha, esse dinheiro está em boas mãos. É de todos os brasileiros. Fui aplaudido de pé em São Paulo. Saí da minha Parnaíba, no Piauí, para ser aplaudido em São Paulo, de pé, Papaléo, depois de um drama desse. O pessoal pensa, o pessoal trabalha, o pessoal exige.

Um empresário piauiense me disse: “Senador Mão Santa, tenho uma firminha de calçados. Fiz o cálculo e vou economizar, por mês, R\$8 mil de CPMF. Vou dar dez empregos a mais”. Isso é um retrato!

Luiz Inácio, Vossa Excelência mandou me convidar, na última hora, para um jantar. Mandou até um cantor do Piauí que é seu amigo, em qualquer lugar. Não ficava bem. Aprendi – já que falei – que a mulher de César não tem de ser honesta, não; tem de aparentar. Se eu fosse jantar com Vossa Excelência, na véspera, iam dizer que eu estava negociando, não é? Iam dizer que eu queria me vender, que não tinha chegado ao meu preço.

Então, é essa a história, mas se tranquilize, que quero dar um ensinamento, Paim. Ele vai consentir, porque é importante. O Papaléo foi Prefeito e sabe disso.

Deus me permitiu ser Prefeito no pior momento deste País. Houve um mês em que a inflação foi de 84%. Isso ocorreu em um mês, não em todos. Expedito, todo mês, eu ficava, na calada da madrugada, fazendo o reajuste de salário, e dizia: “Estou lascado, não vou pagar. Estou lascado, não vou pagar! É o aumento do salário mínimo. Estou lascado!”. Eu era Prefeito.

Olhe, Luiz Inácio, quero dar minha experiência para Vossa Excelência. Estou aqui e paguei tudo. Por quê? Porque, quando esse dinheiro sai para o funcionário, para o povo, ele circula e aumenta um imposto chamado Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Quando se compra ou se paga o que for, ô Luiz Inácio, cachaça, pão ou luz, paga-se esse imposto embutido no preço. Nos Estados Unidos, é diferente. Compra-se, e, ao lado, todos sabem o que estão pagando. Aqui, é no bolo, para não se saber que está pagando e para enganar o povo.

Então, se o dinheiro circulava mais e se eu dava aumento, no outro mês, vinha mais ICMS para minha Prefeitura. ICMS é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.

Se esse dinheirinho, R\$50,00, R\$60,00, ficar na casa de uma família pobre, ela vai comprar mais pão, mais remédio. Então, circulando, gera-se ICMS. A diferença é que esse imposto não vai para o Presidente, mas para o Prefeito, que está perto do povo (são 25%), e para o Governador do Estado.

Então, nesse mês, a renda de todos os Prefeitos do Brasil vai aumentar, bem como a de todos os Governadores de Estado. Vai diminuir, realmente, a de Luiz Inácio. Por quê? Porque desobedece à Constituição. A Constituição é para ser obedecida. Ela reza que 53% do dinheiro são para a União; do restante, 47%, 22,5% são para os Prefeitos; 21,5%, para os Governadores; e 3%, para os fundos constitucionais. Todas essas taxas, as contribuições, CID, CPMF, não são divididas para o Governador nem para o Prefeito, vão todas para o Presidente. Os Prefeitos ganhavam 21,5%, e baixaram seu ganho para 14%. Fizemos um movimento para aumentar 1%. Com esse dinheiro circulando, vão ganhar mais. Eles estão próximos do povo.

Concedo um aparte a S. Ex^a. Hoje é segunda-feira. O Senador Papaléo Paes foi um extraordinário Prefeito. Por isso, estamos aqui. O Senador Papaléo foi prefeito; fui prefeito. Em nosso tempo, a divisão era constitucional. Os Prefeitos tinham, do bolo, 21,5%. Agora, o Governo Federal foi garfando esse dinheiro

e tem mais de 60%, e os Prefeitos têm 14%. Tentamos aumentar 1%.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– S. Ex^a desistiu do aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, pronto.

Quero dizer que, com muito orgulho, recebi a comenda Ulysses Guimarães. Estou orgulhoso, porque ele, que imaginou tudo isso, disse o seguinte, da tribuna: “Desobedecer à Constituição é rasgar a Bandeira do Brasil”. Nós estamos desobedecendo à Constituição. Então, devemos fazer com que Luiz Inácio reflita e volte aos trilhos da Constituição.

Rui Barbosa está ali, porque disse: “Só há um caminho e uma salvação. É a lei e a Justiça”. Temos de fazer uma lei boa e justa para a saúde, como há para a educação. A educação tem uma lei: 25%. A saúde tinha essa mazela. Então, temos de fazer uma lei boa e justa. Estou aqui e me ofereço, Paim, ao Luiz Inácio para fazer essa lei boa e justa para a saúde, para que, enfim, possamos levar este País à prosperidade e à felicidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Mão Santa. Quero parabenizar V. Ex^a pela condecoração que, tenho certeza absoluta, é muito justa para V. Ex^a, que é um brasileiro que mostra nesta Casa seu compromisso não só com o povo do Piauí, mas também com o povo brasileiro.

Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Expedito Júnior, sem prejuízo na ordem dos oradores inscritos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é a primeira vez que retorno à tribuna após a votação da CPMF. Portanto, antes de entrar no assunto do meu discurso, registro o meu elogio ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, pela forma incansável como tentou, até o último minuto, realizar a difícil tarefa de conseguir recompor a base de apoio ao Governo na busca dos 49 votos de que o Governo precisava para ver a CPMF prorrogada na madrugada de quarta-feira.

O Senador Romero Jucá, mais uma vez, mostrou que é um parlamentar que honra sua palavra e teve a nobreza de caráter dos grandes políticos ao afirmar, daquela tribuna, antes da votação, já em plena madrugada, a seguinte frase: “Temos que ter elegância para ganhar ou para perder”.

Diferentemente do que disseram outros parlamentares, não creio que o Senador Romero Jucá errou ao manter a palavra. Ao contrário. No meu entendimento, independentemente do mérito daquela matéria, a votação em si engrandeceu – acredito eu – esta Casa,

o Senado brasileiro. E creio que estamos no caminho para a reconstrução da imagem da nossa instituição.

O Senador Romero Jucá tem todas as condições de reconstruir as relações da nossa base de apoio e de pavimentar uma nova estrada em que o respeito no tratamento e o diálogo sejam princípios inabaláveis.

O momento, Senador Paulo Paim, é de diálogo. Conversei com V. Ex^a no mesmo dia, ainda na quarta-feira, aqui no plenário. Eu dizia que era hora de serenar os ataques. Alguém tem que sinalizar com uma possibilidade de se pavimentar um caminho de diálogo entre nós, desta Casa, e o Governo.

Em agosto, quando eu usava a tribuna pela primeira vez para falar sobre a CPMF, eu já cobrava isto: que era necessário, importante que se buscasse um diálogo com o Senado. O Senado não é a Câmara dos Deputados. Lá, há um rolo compressor, lá passa tudo. Aqui não, aqui é diferente. E o Governo sabe que a maioria aqui é apertada. Esse diálogo é importante, Senador Paulo Paim. Vi V. Ex^a, no mesmo dia, preocupado em construir isso. É importante para todos nós, para a Casa, para o Governo.

Não é porque votei a CPMF que, a partir do dia seguinte, já não sou da base aliada. Devem ser respeitadas as convicções dos Senadores. Devem ser respeitados os compromissos que fizemos nos nossos Estados. E não foram diferentes os meus compromissos em Rondônia.

Naquela madrugada, um dos melhores discursos desta Casa foi aquele que demonstrava que o Governo errara, que o Governo falhara. Falhou quando acreditou que tinha a votação necessária na sua base, mas não tinha e foi buscar o apoio da oposição, foi negociar com a oposição. Acho que houve uma falha de estratégia, mas, com certeza, podemos reconstruir isso. O momento agora, repito, é de serenar os ataques e as ameaças que têm continuado via imprensa – creio até que plantados por algum ministro. Isso tem de acabar, tanto por parte do Executivo, como por nossa parte; temos de dar uma certa pavimentada nessas relações. Do contrário, daqui a pouco, isso vai virar um barril de pólvora, isso vai explodir. Agora, neste momento, é hora de buscar a reconstrução.

Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Expedito Júnior, fui Deputado Federal, com V. Ex^a, durante um longo período e quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. Eu não preciso nem dizer que concordo, na íntegra, com seu pronunciamento. Particularmente, posso lhe dizer que discordo do encaminhamento do Senador Romero Jucá; tentei uma rebelião na base para nos retirarmos do plenário e evitar a votação, mas ele disse que não, que a orientação que tinha

era para votar. Naturalmente, respeitei a posição de S. Ex^a. Mas quero cumprimentar V. Ex^a pelo equilíbrio, pela tranquilidade com que foi à tribuna, fazendo um apelo para o bom senso, na linha que também defendo. Não podemos estar aqui dizendo quem foi o vencedor e quem foi o vencido; mas, sim, o que podemos fazer na busca de um entendimento. O Senador Mão Santa sabe do respeito que tenho por ele. Eu pretendia fazer um aparte ao seu pronunciamento. Só não o fiz, Senador Papaléo Paes, porque o tempo havia terminado, e eu quis seguir o Regimento. Portanto, aproveito este momento para dizer que discordo de que se chame o Ministro Mantega de ... Naquele documento enviado à Casa, o Ministro Mantega tentou buscar um acordo. Pediu à Casa mais 12 horas para ver se, ao lermos o documento, concordávamos ou não com ele; ou se queríamos alterá-lo. V. Ex^a, que era a favor da votação, faz aqui a defesa do seu ponto de vista, mas chamando para o entendimento, e não – como diríamos – chorando o leite derramado porque as partes não conseguiram construir o entendimento nesse momento. Faço essa citação do Ministro Mantega em respeito a sua história e a sua vida. Sabe como eu me coloco neste momento? Eu disse aqui a V. Ex^a e vou dizer da tribuna: é como se eu estivesse em casa e um Senador fosse à tribuna e me chamasse de... Eu ficaria tão indignado que falaria com ele, com todo o respeito que ele merece. Mas conversaria com ele. Como o Ministro Mantega não está aqui – não importa se ele errou ou acertou, até em suas declarações recentes –, e o Senador Mão Santa sabe do respeito que lhe tenho, tanto que no aparte que eu faria a S. Ex^a eu iria dizer que essa medalha e essa placa que ele recebeu não foi só em razão da CPMF, mas devido a sua história de luta e de postura em defesa dos homens e das mulheres deste País, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, se for possível, que retire dos Anais a palavra “pilantra” em relação ao Ministro Mantega. O Senador Mão Santa sabe que tenho o maior carinho também por ele. Muito obrigado, Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Mão Santa, solicito seu consentimento para tal procedimento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A pedido do Paim. Mas vamos entender a coisa: o Luiz Inácio é que foi enganado. O Luiz Inácio mandou uma cartinha muito curta – ele não gosta de escrever, talvez –, e disse a este Poder que valeria a carta anexa. E na carta anexa está dito que iriam utilizar o dinheiro para pagar inativos e aposentados. Se ele vai pagar inativos e aposentados, ele não vai dar o total, 100%, para a saúde.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senador Mão Santa, entendemos a sua indignação. Portanto, a pedido do Senador Paulo Paim e com o consentimento de V. Ex^a, vamos retirar a palavra.

Continua com a palavra o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO)

– Sr. Presidente, aproveito a oportunidade oferecida pelo Senador Paulo Paim para contar uma pequena história a respeito da CPMF.

A imprensa brasileira – e devemos reconhecer o grande trabalho da imprensa, principalmente como sendo o grande termômetro em todo esse processo da CPMF –, todos os dias, me questionava: “Senador Expedito Júnior, mudou o seu voto?”, “Recebeu algum telefonema?”, “Que Ministro te ligou?”, “O Presidente já te ligou?”. E eu, com respeito, sempre atendi bem à imprensa, mas fazia questão de dizer: “Anunciei que não iria ao Palácio do Planalto e que só falaria com o Presidente Lula – se Sua Excelência quisesse falar comigo – após a votação da CPMF”, até para não gerar os comentários que estavam sendo gerados. Disse, também, que não falaria com nenhum Ministro, a não ser o Ministro Alfredo Nascimento, que era do meu partido, com quem estávamos conversando durante todo esse processo da CPMF, e que, por várias vezes, apeli para que eu votasse a favor da CPMF; e eu, por várias vezes, disse que não votaria.

Conversei com o Múcio uma vez, e, honrando meu compromisso e minha palavra, não fui ao Palácio. Eu o recebi na casa do Líder João Ribeiro. Nessa conversa, nunca tratei sobre cargos, não tratei sobre nada. Disse apenas do respeito que eu tinha pelo Deputado Federal e que ele teria muito trabalho na nova empreitada que estava assumindo, mas que meu voto já estava decidido e que eu manteria meu voto contrário. Ele me fez vários apelos, pediu respeitosamente. Não houve conversas sobre questões dos Estados. Não houve nenhuma conversa, a não ser no sentido de que eu repensasse e votasse com a base aliada. Eu anunciei que já havia tomado uma decisão. E foi a única conversa que mantive com o Ministro Múcio.

Aproveito, ainda, o aparte de V. Ex^a para dizer que tive uma conversa, quase às 6h da tarde, próxima à votação, com o Ministro Mantega, o único Ministro que me ligou, que disse que esteve com o Governador do meu Estado, Ivo Cassol, que havia feito alguns pleitos em relação ao Estado, mas que ele, como homem responsável, tinha de dizer que não poderia atender ao Estado de Rondônia naquele momento. E o Governador falava das duas bandeiras que eu mais defendo nesta Casa. Uma delas é a transposição dos servidores do meu Estado do quadro estadual para o

quadro federal. É uma reivindicação justa, não é necessário estar com o pires na mão para o Governo. Isso já aconteceu no Amapá e em Roraima, e tem de acontecer também em Rondônia. Trata-se de fazer justiça aos trabalhadores do meu Estado. É a bandeira e o compromisso que assumi em Rondônia, quando ainda estava em campanha política. Eu peregrinava pelos quatro cantos de Rondônia e pedia apoio ao povo do meu Estado para que eu viesse para cá representá-los e defender suas bandeiras. Com certeza, as deles seriam as minhas.

E, hoje, eu gostaria de anunciar isso para a população. Ontem, falei para mais de 15 mil pessoas em Porto Velho, em uma grande festa promovida pela Primeira Dama, Ivone Cassol, e por minha esposa, Val Ferreira, na campanha Natal Sem Fome. Falei para cerca de 15 mil pessoas, Senador Mário Couto, que eu não gostaria de ser o Papai Noel, mas gostaria de anunciar a solução da dívida do Beron e também a transposição dos servidores do meu Estado, que passei um ano inteiro defendendo da tribuna desta Casa. Amanhã, acredito que teremos a possibilidade de pelo menos discutir essa questão novamente, se o Presidente da CAE, Senador Aloizio Mercadante, entender que é possível, pois a matéria está na pauta desde 2003. O Governador pede a revisão da dívida do Beron. Acredito que amanhã poderemos rediscuti-la na Comissão, e, quem sabe, votá-la. E, talvez, ainda haja tempo de eu anunciar ao meu Estado pelo menos uma das bandeira que assumi: a revisão da dívida do Beron e a transposição dos servidores. Em um grande entendimento entre a oposição e a base aliada, quem sabe, poderemos votar na Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, trazer a matéria para o plenário.

Sr. Presidente, gostaria, ainda, de falar da grande imprensa. E cito a revista *Veja* e o jornal *Valor Econômico*, que publicaram notas – acredito eu – “plantadas” por algum desses ministros que ainda não conseguiram conviver com a ressaca da derrota. Aqui, não houve derrotado nem vitorioso. Quem saiu ganhando foi o Senado brasileiro. Infelizmente, são matérias plantadas para tentar descaracterizar nosso voto, que, como sempre defendi, era um voto de compromisso, um voto convicto. Publicaram que eu queria cargos no Dnit. Depois, publicaram que eu pleiteava a liberação de R\$470 milhões para o PAC. Esse montante diz respeito a um convênio que o Presidente Lula está fazendo com Rondônia. Não se trata de um presente para o meu Estado, mas de um financiamento que o povo de Rondônia e o povo do Município de Porto Velho terão de pagar. É como se estivessem fazendo festa com o chapéu alheio. Eu jamais negociaria com o Governo em cima da liberação de recursos do PAC.

Não satisfeitos, publicaram outras notas. Publicaram nota afirmando que eu tentava negociar – olha o absurdo – o resultado de um processo contra mim no TSE. E, agora, passaram a publicar notas afirmando que meu desejo é um cargo na BR Distribuidora.

Senador Mário Couto, não sei nem onde fica a BR Distribuidora. Nunca tratei desse assunto com ninguém, e acho que os meus amigos jornalistas, que fazem o jornalismo sadio de fiscalizar esta Casa, os Poderes, deveriam repensar essa fonte que passa essas matérias à imprensa.

Senador Papaléo Paes, ouço V. Ex^a.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Senador Expedito Júnior, parablenizo V. Ex^a pelo pronunciamento, pois reconheço a sua importância, e, mais uma vez, parablenizo V. Ex^a por sua correção, responsabilidade, determinação, por trazer para nós a confirmação de que é um homem de bem. Nós, que não temos uma vida longa na política, com mandato, e que estamos nesta Casa pela primeira vez, temos o nosso valor maior, que é a nossa palavra; temos o nosso valor maior, que é a nossa consciência; temos o nosso valor maior, que é a nossa responsabilidade com o povo que nos elegeu. E V. Ex^a prova todos esses valores aqui. Então, por isso, entendo sua indignação – claro que qualquer um fica indignado com inverdades –, mas saiba V. Ex^a que essas são notícias plantadas, na tentativa de denegrir sua determinação, pelo voto de consciência que V. Ex^a deu. Com certeza absoluta, V. Ex^a se comportou de maneira tal que esta Casa está agradecida, não pelo voto, mas pelo comportamento digno que V. Ex^a tem nesta Casa. Por isso, além de parablenizar V. Ex^a, um jovem que está representando seu Estado aqui no Senado Federal, quero pessoalmente reconhecer minha admiração por V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Expedito Júnior, já elogiei V. Ex^a na quinta-feira, até o considere um herói, e não exagerei, porque tenho certeza de que V. Ex^a foi um dos mais pressionados – e muito pressionado! Desde que V. Ex^a se colocou ao lado dos brasileiros, desde que V. Ex^a disse que esta Nação não teria mais condições, por intermédio de seu povo, de pagar impostos; desde que V. Ex^a disse à Nação que a carga tributária deste País é uma das maiores do mundo – entre os países em desenvolvimento, é a maior; desde que V. Ex^a disse ao povo brasileiro e ao povo da sua terra: “Basta! Não podemos mais sacrificar o bolso dos brasileiros. Pare! Conttenham as despesas!”, e ao Presidente Lula: “Diminua seus gastos, conttenham as despesas!”, a partir daí, V. Ex^a começou a ser pressio-

nado e cobiçado. Eu não fui cobiçado; até fiquei com inveja de V. Ex^a. Em nenhum momento me cobiçaram, em nenhum momento! Não ligaram para mim, nem bateram à minha porta, nem me consultaram. Não fizeram nada comigo. Deixaram-me em paz. Mas V. Ex^a, não. V. Ex^a foi pressionado, o mais cobiçado, e disse: “Eu fico com o povo brasileiro! Eu fico com o meu Estado! Eu fico com a minha Nação!” Não há nada a se questionar na postura e na lisura de V. Ex^a. Fico muito feliz em ter neste Senado um Senador amigo do seu quilate. Parabéns pela sua postura!

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agradeço a V. Ex^a. Só havia uma pessoa que me poderia fazer mudar o voto: o Governador de Rondônia, Ivo Cassol, que deu a cara a tapa, percorrendo os quatro cantos de Rondônia, pedindo ao meu povo que me desse a oportunidade de ser Senador pelo meu Estado. Fui o Senador mais votado na história de Rondônia e acredito que só vou perder esse posto nas próximas eleições, quando o Governador vier a ser candidato ao Senado. Com certeza, será um dos Senadores mais votados na história de Rondônia.

Nem a ele atendi. Tive que negar isso ao Governador Ivo Cassol. Ele esteve aqui, inclusive; teve audiência com o Presidente Lula, com o Mantega e com o Múcio. Ele teve audiência com todo mundo, e não mudei o meu voto. Mantive o meu posicionamento, Senador Mão Santa; mantive a minha ética.

Desde agosto, tanto a imprensa quanto os meus amigos Senadores cobravam: “Expedito, seu voto”. Eu respondia: “Já decidi: vou votar contra essa contribuição, contra essa prorrogação”.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de um gesto simples, que recomenda o bom jornalismo: o de que a imprensa pelo menos checasse a fonte, a notícia. Era, pelo menos, para pegar o telefone e ligar para o Senador Expedito Júnior para saber se isso era verídico, se era verdade ou não, e não publicar uma nota sem ouvir os dois lados. O bom senso recomenda que se ouça antes. O meu telefone fica ligado 24 horas; deixo meu telefone ligado 24 horas por dia. Com certeza, se alguém tivesse ligado, eu teria justificado, desmistificado essa notícia plantada, que a revista *Veja* publicou, com todo respeito que tenho a uma das maiores revistas do Brasil.

Portanto, quero aqui afirmar de público, para que fique de uma vez esclarecido: não tenho emendas a serem liberadas, pelo motivo óbvio de que estou no primeiro ano de mandato e, portanto, minhas emendas somente estarão aptas a ser liberadas no segundo semestre do ano que vem. Não tenho nenhum cargo no Governo e nunca pleiteei qualquer cargo em troca de minhas convicções. Cargo eu tenho de monte

no Estado de Rondônia, junto com o Governador Ivo Cassol. Nunca pleiteei isso em troca de voto. Não vou nem comentar o processo do TSE, porque é uma nota tão absurda e fora da realidade que não merece comentários.

Já demonstrei, ao longo deste meu primeiro ano de mandato aqui no Senado, que voto sempre com o Governo, porque sou um parlamentar da base, mas desde que dentro das minhas convicções, dentro do que penso que seja melhor para o Brasil e para Rondônia; desde que a matéria em discussão não entre em colisão com esses meus princípios.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Vou concluir, Sr. Presidente, vou tentar abreviar.

Foi por essa razão que votei contra, por exemplo, a divisão do Ibama – eu tinha compromisso com os servidores do meu Estado –, votei contra a criação da Sealopra, a Secretaria tão criticada pelo Senador Mão Santa, e contra a prorrogação da CPMF. Mas o fato de eu ter votado contra a CPMF não significa que votarei sistematicamente contra o Governo em todas as matérias.

Portanto, ao mesmo tempo em que faço um elogio ao Líder do Governo, Senador Romero Jucá, faço também o registro de que estou aberto ao diálogo, para prosseguir votando as matérias que são importantes para o Governo, desde que sejam igualmente importantes para o Brasil e, acima de tudo – algo de que não abro mão –, para o meu Estado de Rondônia.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Expedito, só para lembrar a V. Ex^a...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... a grandeza, a altivez e o compromisso desta Casa com a Pátria: a DRU foi, logo em seguida, aprovada.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, vou finalizar. Podem ter certeza, tenho 44 anos e espero que meus filhos – tenho dois filhos, um casal – possam sempre olhar para mim e elogiar as atitudes que estou tomando no plenário desta Casa.

Estive 12 anos em Brasília como Deputado Federal, e, agora, meu primeiro mandato como Senador da República. Quando recebi aqui o pedido do Governador Ivo Cassol, que é um dos políticos com quem mais tenho compromisso, naquele mesmo dia, recebi também o pedido da minha mãe, dentro da minha própria casa, para que votasse contra a prorrogação da CPMF. Não que tenha atendido à minha mãe; tenho compromisso com o povo brasileiro; sei que sou Senador do Brasil, mas, acima de tudo, sou Senador do meu Estado de Rondônia, um Estado pequeno,

mas que se orgulha de ter um representante como o Senador Expedito, que defende os interesses daquele Estado nesta Casa. Não vou abrir mão, Sr. Presidente. Vou ser intransigente mesmo quanto às questões do meu Estado.

Quando a revista *Veja* fala das questões do Beron e da questão da transposição dos servidores, é verdade! Não que eu estivesse negociando votos, porque quem estava tratando desse assunto era o Governador Ivo Cassol. Mas são temas que jamais vou deixar de trazer a esta tribuna, como é o caso amanhã, quando nós teremos oportunidade, quem sabe, com o apoio de V. Ex^a na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com o apoio dos demais Senadores, Senador Paulo Paim, de resolver um dos problemas cruciais do nosso Estado, que está engasgado na garganta do povo brasileiro, que é essa dívida injusta que o povo de Rondônia paga, que é a dívida do Beron.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Expedito Júnior, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Agradeço ao Senador Expedito Júnior.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, sem prejuízo da ordem de inscrição. A seguir, o Senador Pedro Simon.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de dar início ao meu pronunciamento, comunico que recebi ainda há pouco, junto com o Senador Paulo Paim, uma nota do *blog* do Noblat, que envolve o Amapá e que envolve a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, já que foi solicitada e que o Senador Paulo Paim é o seu Presidente.

A nota diz o seguinte: “Índias de 11 anos estupradas e trocadas por droga”, da jornalista Alcinéa Cavalcante. Essa jornalista tem credibilidade no Estado do Amapá.

“Índiazinhas, de 11 anos de idade, estão sendo estupradas, seviciadas e trocadas por drogas na localidade de Tucano, na Perimetral Norte, no Amapá.

A denúncia foi feita nesta sexta-feira (14), ao Deputado Estadual Paulo José, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, por agentes da Polícia Civil que trabalham no Município de Serra do Navio, onde se localizam várias aldeias. (Isso fica mais ou menos a 220 quilômetros da capital do nosso Estado, e o acesso não é difícil.)

Homens brancos, principalmente garimpeiros, ainda não se sabe como, tiram as meninas das aldeias

e levam para Tucano, onde elas sofrem todo tipo de exploração, são abusadas sexualmente e usadas como moedas de troca, disse o Deputado Paulo José.

Ele vai apresentar a denúncia na próxima sessão da Assembléia Legislativa e exigir que seja formada uma Comissão de Deputados para ir ao Município de Serra do Navio e à localidade de Tucano, para investigar o caso.

O Deputado Paulo José conversou nesta sexta-feira (14) sobre o assunto com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o jovem Deputado Camilo Capiberibe do PSB.

Camilo afirmou que abre mão do recesso parlamentar para investigar o caso. Essa questão é muito séria e muito grave. Não podemos deixar para depois. A Assembléia tem que tomar providências agora, já, afirmou Capiberibe.

Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, quero comunicar à Casa que V. Ex^a conversou comigo sobre este tema e me fez uma solicitação, que já combinamos. Amanhã pela manhã, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa estará reunida para debater o tema *Exploração de meninos e meninas em presídios*. Já me comprometi com V. Ex^a que, no mínimo, chamaria alguém da Funai. Recebi também telefonema do Deputado Carlos Camilo Góes Capiberibe – V. Ex^a deve conhecê-lo –, Presidente da Comissão de Direitos Humanos – CDH, da Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, que, neste momento, está reunido com todos os setores que receberam a denúncia e disse que, até as seis horas, nos mandará um documento – para V. Ex^a e para mim – sobre essa questão. Mas, amanhã de manhã, a CDH, a pedido de V. Ex^a, já convocará alguém da Funai para nos falar sobre mais esse crime hediondo praticado contra as meninas índias. Parabéns pela denúncia de V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. Eu ia fazer o registro exatamente da sua determinação em convocar um representante da Funai para dar explicações à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual V. Ex^a é o Presidente.

Reafirmo também a esta Casa que o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, na Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, Deputado Camilo Capiberibe, está de parabéns. Confio muito no Deputado Camilo e nos membros da comissão, no sentido de fazerem a devida apuração e punição daqueles infratores que estão praticando esse crime hediondo.

Ficam aqui nosso registro e meus agradecimentos, em nome do Amapá, ao Senador Paulo Paim pelo cuidado que tomará, como Presidente da Comissão

de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no sentido de conduzir essa matéria até os responsáveis por ela. Muito obrigado, Senador Paim.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após a votação da CPMF nesta Casa, viajei para o meu Estado na quinta-feira e, pela primeira vez, ocupo a tribuna após aquele dia de votação. Ontem, vendo a repercussão na imprensa falada e escrita, li um artigo muito interessante no jornal *O Liberal*, do Estado do Pará, assinado, na página atualidades. O jornal, portanto, datado do dia 16.12.2007, sob o título *A derrota da hipocrisia*, assinado pelo jornalista Augusto Nunes.

Começava assim o artigo:

Foi a derrota da irresponsabilidade. Em janeiro de 2003, ao assumir a Presidência, Lula sabia que quase dois anos antes, ao prorrogar a CPMF, o Congresso também marcara a data do funeral: o imposto do cheque seria sepultado em 31 de dezembro de 2007. Um estadista trataria imediatamente da montagem de uma reforma tributária de verdade. Lula se proclama o maior governante desde as caravelas, mas é apenas um político brasileiro. E transferiu a tarefa para o seu sucessor: ele que cuidasse de fechar o buraco aberto no orçamento pelo fim da CPMF.

Foi a derrota da amnésia oportunista. Ao reeleger-se, Lula descobriu que, sucessor de si mesmo, teria de fazer a reforma que não fizera. Como renunciar à dinheirama da CPMF sem aumentar por outras vias a monstruosa carga tributária? Como se no Brasil, assim como os remédios, também as decisões do Legislativo tivessem prazo de validade, resolveu esquecer o que fora estabelecido em março de 2001. Até a madrugada de quinta-feira, achou que tudo continuaria como estava. Errou feio.

Foi a derrota do cinismo. Embora estivesse perto da perfeição, embora fosse um dos melhores do mundo, conforme o diagnóstico famoso do doutor dos palanques, o sistema nacional de saúde não poderia dispensar a cota da CPMF que lhe cabe. Graças ao imposto, sumiram as filas e apareceram remédios para tudo, fantasiou o Presidente. O truque fracassou.

Foi a derrota da arrogância. O Governo deveria ter produzido, ainda no início do ano, uma proposta redigida de modo a desmatar a trilha do entendimento com os oposicionistas e aliados insatisfeitos. Ao longo do caminho, necessariamente ocorreriam concessões e ajustes sem os quais não se costura um acordo. Em vez disso, a proposta remetida ao Congresso pelo Planalto lembrava uma fala do trono.

Foi a derrota da improvisação. Sobre tudo depois de vê-la aprovada por ampla maioria na Câmara, o Governo dispensou-se de planejar o que fazer se houvesse problema no Senado. Havia, e de bom tamanho.

Assustados os negociadores federais primeiro agiram no próprio quintal, depois em território inimigo e, enfim, voltaram aos porões dos aliados recalcitantes. Não conseguiram um único voto.

Foi a derrota da esperteza brazuca. Compelidos a buscar votos na oposição, os emissários de Lula tentaram seduzir adversários com promessas que, além de raquíticas, só seriam materializadas depois de aprovada a prorrogação da CPMF. Os antigovernistas concluíram que não valia a pena perder tempo por tão pouco, e em reuniões com interlocutores sem compromisso com a palavra empenhada.

Foi a derrota da hipocrisia. Críticos ferozes do imposto do cheque quando o poder era só um brilho nos seus olhos, Lula e seus ministros descobriram só nesta primavera que a CPMF é um imposto justo, que tira dinheiro dos ricos para dar aos desvalidos, que fez do sistema de saúde um exemplo para o mundo, que incluiu milhões de brasileiros no universo do Bolsa Família. Só se opunham ao imposto do cheque os inimigos da pátria e (os inimigos) dos pobres.

Foi um discurso que o Presidente elaborou e começou a repassar aos interlocutores, na tentativa de nos constranger perante o povo brasileiro.

Foi a derrota da prepotência. No papel de Senhor da Guerra, Lula incorporou o sindicalista grosseiro, o oposicionista desbocado, o chefe intolerante. Insultou os adversários do Democratas, reduzidos a “demos do PFL, que manda no Brasil há 500 anos”. O homem que considera inocentes quaisquer companheiros – dos aloprados aos mensaleiros, dos comerciantes de dossiês aos mafiosos das ambulâncias – decretou que todos os que se opunham à prorrogação da CPMF eram sonegadores.

Mas foi, sobretudo, o triunfo da razão. Na madrugada do dia 13 de dezembro – 39 anos depois da decretação do AI-5 – nasceu no Senado uma nova resistência democrática, formada pelos que, apesar das pressões e ameaças, não capitularam. Ao enterrarem a CPMF, esses homens sem medo, liderados pelo valente e correto Arthur Virgílio, obrigaram um governo perdulário a dar um jeito na ganância irresponsável. E mostraram a Lula e seus parceiros que há limite para tudo. Até no Brasil.

V. Ex^a deseja um aparte, Senador Mão Santa?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não. Esse artigo, volto a dizer, do jornalista Augusto Nunes saiu no jornal *O Liberal*, do Pará, ontem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, isso foi uma luta, uma das páginas mais belas deste Senado da República.

Eu mesmo me excedi com palavras contundentes no calor da luta, do entusiasmo. V. Ex^a também, mesmo estando fechado, ecoou. V. Ex^a manteve a unidade lá dos Senadores do brio. V. Ex^a é um bravo. Mas foi uma luta, uma luta. Agora, o que quero lhe dizer é que estava revendo aqui este jornal, que está muito bom, o *Jornal do Senado*, semanal. Aliás, eles foram até generosos comigo, pois tem duas reportagens comigo. Mas, de tudo, para irmos para frente, para sermos a luz, o porvir, o vir a ser, que é importante, que é capital na nossa vida, eu pediria uma reflexão e que V. Ex^a juntasse aí com esse artigo tão bem escrito, que refletiu a luta do passado, aquilo que vai nos guiar para o futuro, para engrandecer este Senado. Está pinçada aqui uma frase de Paulo Paim do jornal semanal do Senado. Há muitas frases, mas nenhuma serve com tanta grandeza para nos guiar para o futuro, o porvir, o vir a ser. Paulo Paim diz, após a prorrogação da CPMF ser rejeitada: “O momento deve ser de diálogo e respeito, sem demonizar quem votou contra ou a favor”. Então, sem dúvida, gostaria que V. Ex^a colocasse nessa sua retrospectiva da luta que engrandeceu este Congresso, a Pátria, que salvaguardou os que trabalham para o Brasil, essa luz para o futuro, para a grandeza do Senado, a frase de Paim: “O momento deve ser de diálogo e respeito, sem demonizar quem votou contra ou a favor”.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quero incorporar o aparte de V. Ex^a e usar esta frase do Senador Paulo Paim como a fôrma, ou o formato, das negociações futuras que deverão ser feitas com o Senado e com a Câmara, logicamente, no sentido de fazermos os reajustes que devem ser feitos na economia e as compensações necessárias.

Mais especificamente, Senador Paim, o que devemos sempre respeitar é a opinião de cada um. Os Senadores aqui são livres, cada um pode dar sua opinião, cada um tem sua consciência, cada um tem direito de votar no que bem entender, desde que esteja embasado na sua consciência, desde que esse voto seja honesto, e foi o que aconteceu aqui.

Então, por que demonizar quem votou contra ou a favor? De forma alguma. Nós temos é que, cada vez mais, equilibrar esta Casa, para que possamos ter, principalmente do Executivo, no caso, o respeito que merecemos, e que o Executivo não negligencie mais a Casa. Foi muito fácil na Câmara. É fácil na Câmara, onde o Governo tem a maioria; mas aqui no Senado, com a estrutura de 81 Senadores, pessoas equilibradas, independentes, com muita experiência em cargos públicos, não se vão dobrar para reverenciar um Presidente da República; não se vão dobrar porque receberam um, dois, três, quatro carguinhos, ou cargos significantes.

Não nos vamos dobrar, não! Nós nos dobramos aqui, única e exclusivamente, às questões partidárias e às questões de consciência individual, que são levadas para dentro do partido, onde são discutidas.

Vou conceder um aparte a V. Ex^a, mas antes quero dizer que este artigo chama atenção para o fato de que o Governo não teve nenhuma habilidade para negociar. O Governo subestimou a Casa, tanto que não conseguiu recuperar nenhum voto perdido da base; depois, partiu para uma tática terrorista, no sentido de fazer um terror psicológico, tentando imputar aos Senadores que iriam votar contra a responsabilidade para com a saúde, com a falta de dinheiro para a saúde, mas hoje já vemos um discurso mais temperado, mais sóbrio. O Presidente da República já está falando para não fazer tempestade em um copo d'água, porque não é tanto assim também.

Claro que o Governo tem que defender o que iria perder, mas aquele dinheiro da CPMF ia para uma caixa-preta. Até hoje não sabemos, na realidade, o que ia para a saúde, o que participava da saúde. Tive até uma conversa séria com o Deputado Darcísio Perondi. Um grupo de parlamentares ligados à saúde estava lutando, equivocadamente, mas, claro, pelo seu partido, para salvar a CPMF. Deveriam ter usado esse tempo para lutar pela regulamentação da Emenda nº 29.

Não podemos, na saúde, viver eternamente na expectativa da prorrogação ou não da CPMF. Precisamos, na saúde, de recursos permanentes. Precisamos ter segurança do que vamos receber. Esse foi outro fator muito grave.

Por exemplo, no meu Estado, fui quase insultado, porque houve um pedido para o meu Governador, feito pelo Presidente da República, no sentido de que ele conversasse comigo, porque senão ia ser um dos responsáveis pela debilidade da Saúde.

Quero dizer a todos os brasileiros e brasileiras que o Estado do Amapá tem uma característica: praticamente é o Governo do Estado que sustenta toda aquela estrutura de saúde; não temos lá órgãos federais que façam saúde curativa nem preventiva, é o Governo do Estado que arca com as despesas necessárias para cobrir esse atendimento. O recursos que o Estado recebe do Governo Federal são insignificantes, não são suficientes para sustentar nem para manter o que temos lá, nem um terço do que temos lá.

O que queremos é que o Governo Federal olhe, realmente, com mais carinho e com mais atenção para a Saúde do Amapá. Por exemplo, outro dia veio aqui o Vice-Governador, Dr. Pedro Paulo, reivindicar os recursos de uma emenda do Deputado Benedito Dias para comprar um tomógrafo, porque o Estado não tem

dois milhões de dólares para comprar um tomógrafo, precisamos dos recursos federais.

Pensando em meu Estado, mais uma vez votei conscientemente. Nós precisamos ter a Emenda nº 29, que é segura, que é correta, que é permanente, e podemos dispensar sim a CPMF. O Governo, para equilibrar suas contas, vai buscar alternativas.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Pretendo ser breve – não sei se vou conseguir! Senador Papaléo, inicialmente quero dizer da felicidade de tê-lo como companheiro. Foi brilhante a sua atuação durante as discussões da CPMF, não só nas discussões aqui no plenário, mas também nas discussões havidas em nossas reuniões de bancada. V. Ex^a representou muito bem o povo de seu Estado, por isso é que quero parabenizá-lo. Quero dizer a V. Ex^a que debilitada a Saúde do nosso País está há muito tempo, Senador. Será que só os Senadores de oposição enxergam isso? Onde há Saúde digna para o povo brasileiro? Em que Estado? Em nenhum! V. Ex^a disse esta tarde uma coisa que oxalá possa acontecer: que o Presidente Lula supere aquela fase de frases de efeito, volte a si, gaste menos e, agora, tenha a compreensão de que o País necessita imediatamente da tão famosa e esperada reforma tributária – que não faça como o Ministro Mantega, que agora começou a querer impensar os Senadores de oposição na parede. Isso não vai acontecer comigo! Ele disse que vai cancelar emendas. Cancele as emendas que quiser! Ele não está fazendo mal a mim, mas à população. Sempre disse desta tribuna e direi até o último minuto do meu mandato: eu não quero cargos públicos, não preciso disso! Não vou andar com pires na mão atrás do Governo pedindo o que quer que seja. A única coisa que eu quero neste Senado, de fato e de direito, é estar ao lado do meu Estado, do povo do meu querido Brasil! Corte as emendas que quiser do Senador Mário Couto! Muito obrigado, Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço, Senador Mário Couto, e reconheço a sua brava participação também nesse processo.

Senador, V. Ex^a chama a atenção para a questão das emendas. Acho que essas emendas parlamentares tinham de terminar mesmo, de uma vez por todas. Essas emendas, a meu ver, são emendas anti-democráticas, porque são discriminatórias. Por exemplo, num momento como esse, muitas vezes o Governo usa as emendas, que são lícitas e legais, para tentar cooptar votos. É só vermos aqui os Senadores da situação e os Senadores da oposição e fazer um levantamento das emendas liberadas: somos discriminados porque

não pertencemos ao partido do Governo, é uma discriminação clara e nítida.

Então, Senador Mário Couto, quero ressaltar que a sua participação, assim como a do Senador Alvaro Dias, foram participações vitais. E quero fazer uma referência ao nosso partido, ao PSDB. O PSDB fez a sua parte no momento em que deveria fazer. O Governo subestimou o Partido e não agiu com a responsabilidade com que deveria agir, como alguém que queria discutir com a Oposição essa questão da CPMF.

Quero também citar e registrar a participação responsável e importante dos Governadores.

Os Governadores do PSDB, principalmente o de São Paulo, José Serra, o de Minas Gerais, Aécio Neves, e a do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius, pela responsabilidade que eles têm, participaram ativamente no sentido de fazermos uma composição e reavaliarmos o posicionamento. Lamento apenas que o Governo não tenha dado a importância devida a esse gesto e, no final das negociações, fizesse com que os Governadores ficassem numa situação difícil, visto que não tinham mais tempo para negociar.

Então, quero ressaltar a importância dos Governadores, agradecendo a sua participação, e também louvar o PSDB nesse episódio. O PSDB agiu com responsabilidade, provocando uma discussão lúcida para o ano que vem, uma discussão que o País precisa principalmente em relação à reforma tributária.

Senador Alvaro Dias, ouço V. Ex^a com muita honra.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Papaléo, também não poderia deixar de enaltecer o comportamento de V. Ex^a. Alguns se apresentam com altos e baixos; outros tantos, só com baixos. V. Ex^a, só com altos. Não houve nenhum momento de dúvida, de insegurança, a exemplo do que ocorreu com o Senador Mário Couto. O PSDB nos ofereceu uma preciosa oportunidade: de enfrentarmos essa situação de forma transparente, com o debate democrático no interior do Partido. Ao final, alguém disse: “O PSDB saiu conflagrado desse debate”. E eu respondi: “Melhor o partido conflagrado internamente, mas unido, votando unido, do que o partido arrebatado diante da opinião pública por uma posição que contrariasse as aspirações da sociedade”. Por isso, Senador Papaléo Paes, eu quero cumprimentá-lo por ter cumprido o seu dever. V. Ex^a repercutiu aqui aquilo que o seu povo desejava que fosse repercutido, e é isto que nos cabe: entre ficar com os interesses do Governo ou com os interesses da população, o nosso respeito ao povo está em primeiro lugar. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias. Realmente,

precisamos deixar bem claro que a nossa bancada foi digna, que soube discutir internamente e respeitar a decisão da maioria.

Quero fazer uma referência ao nosso Presidente, Senador Sérgio Guerra, à participação de S. Ex^a nas discussões, ao nosso ex-Presidente, Senador Tasso Jereissati, ao nosso grande Líder aqui no Senado, Senador Arthur Virgílio, à Senadora Marisa Serrano, à Senadora Lúcia Vânia, ao Senador Marconi Perillo, ao Senador Flexa Ribeiro, enfim, a todos os nossos companheiros, que realmente honraram a nossa luta e a nossa responsabilidade com referência à discussão da CPMF.

Agradeço ao Sr. Presidente pela tolerância e agradeço, mais uma vez, aos meus companheiros do PSDB pela liberdade que nós tivemos de discutir e pelo respeito às idéias discutidas dentro do partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Papaléo Paes.

Concedo a palavra, seguindo a lista de inscrições, ao Senador Pedro Simon.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem antes que o maior orador de todos os tempos, o Senador Pedro Simon, chegue à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa por dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a sua aquiescência, o significado e a grandeza deste:

“Câmara Municipal de Ibirité

Estado de Minas Gerais

Exm^o Sr.

Senador Mão Santa

Ibirité, 14 de novembro de 2007

Senhor Senador,

Venho, pela presente, parabenizar a V. Ex^a pelo posicionamento contrário à aprovação da CPMF, quando, nesta semana, o Brasil todo assistiu a derrota do Presidente Lula, que insistia em manter uma contribuição compulsória nas movimentações financeiras; contribuição esta que penalizou a todos, principalmente o trabalhador assalariado, que dependia de uma conta bancária para receber o seu salário.

Parabéns, Senador. São atitudes corajosas como a que V. Ex^a tomou, votando contra o Palácio do Planalto, que reavivam a esperança do povo brasileiro na importância das Casas

Legislativas para fortalecimento da democracia em nosso País.

Respeitosamente, – Jorge Melquiades Pimenta, Presidente da Câmara Municipal de Ibirité – MG.”

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

V. Ex^a tem a palavra por vinte minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é interessante quando não começamos e não conseguimos fazer com que a sociedade, principalmente o nosso Congresso Nacional, engrene em um assunto que é importante.

Estamos no final de ano. Tivemos aqui um processo tumultuado, um projeto que gerou uma longa discussão, sobre o qual estamos debatendo, analisando. E cada um faz a sua versão. Mas numa hora como esta, quando tínhamos condições de buscar aquilo que nos une, só estamos buscando aquilo que nos separa.

O que é realmente significativo nesta hora que estamos vivendo aqui no Senado Federal? Aqui no Congresso Nacional? Desde o final do regime militar, durante todo o Governo Sarney, durante a Assembleia Nacional Constituinte, buscamos, com garra e amor, fazer uma reforma tributária. E o que quer dizer isto? O Brasil tem um sistema tributário anárquico. É triste! Tem gente que paga demais, e paga o que não tem condições de pagar. O trabalhador que ganha salário mínimo, por exemplo, o que ele paga comprando o que lhe é absolutamente necessário é absolutamente indescritível. Isso porque, no Brasil, os impostos que valem para valer são os indiretos. Desses, o cara não pode fugir. Agora, uma grande empresa, um grande médico, um grande advogado, um grande profissional liberal, um banqueiro, esses distribuem a tributação da maneira que querem. Todo mundo sabe disto: o Brasil precisa de uma reforma tributária.

Todos tentaram isso, não dá para negar. Ninguém conseguiu, não dá para negar. Tivemos grandes debates, como tributar as heranças milionárias. Não deu. Tributação das multinacionais, do grande capital. Como é que deve ser, como é que não deve ser? Não sei.

E, no Brasil, o problema da tributação, o problema dos impostos, o problema da arrecadação... Impressionantemente, tem aumentado a arrecadação para o bolso do Governo Federal, mas tem esvaziado, empobrecido a arrecadação para os Estados e para os Municípios.

O Senador Sarney falou, outro dia aqui, que, no Governo dele, o Brasil arrecadava em tributos cerca

de 24% a 25%. Hoje, a tributação está em 38%. E todo esse aumento de tributação foi para a União, porque a União criou uma série de tributos que não tem o retorno para os Estados e Municípios. Desse imposto sobre cheque, que arrecadava R\$40 bilhões, não retorna um centavo para o governo do Estado ou o governo municipal. E assim tem outros tantos. E o Município foi se esvaziando na sua arrecadação; os Estados foram se esvaziando na sua arrecadação; e a União foi implodindo em dinheiro na sua arrecadação.

Dizem que o Governo Federal – e não estou falando neste – os Governos Federais fazem isso de propósito. Eles querem que o Governador e o Prefeito venham pedir “por favor” ao Governo Federal; e não venham aqui protestar e reclamar aquilo que têm direito. E o todo-poderoso Governador de São Paulo, essa potência de Estado, vem aqui e fala – todos, não apenas o atual – devagar com o Governo Federal, porque sabe se o Governo quiser bater, ele bate e corta dinheiro do governo de Estado.

Os Municípios, coitadinhos, meu Deus! Meu Deus! E olha que Municípios do interior... Eu me lembro que quando eu era Vereador em Caxias do Sul, o juiz morava em casa que a prefeitura alugava para ele; a Justiça funcionava porque tinha meia dúzia de funcionários pagos pela prefeitura; toda a gasolina, enfim, todo o necessário para os carros da polícia e da brigada militar funcionar era a prefeitura quem pagava; o alistamento militar era pago por funcionários da prefeitura; a prefeitura dava os funcionários para os cartórios funcionarem. Até hoje deve ser assim.

Isso para não falar nas escolas municipais. Em Caxias do Sul, por exemplo, as escolas eram estaduais; havia uma ou duas escolas municipais, primárias. Hoje é praticamente tudo municipal; o ensino passou para a prefeitura.

No Rio Grande do Sul, e penso que nos outros Estados também, estão fechando algumas escolinhas porque, com a distribuição, divisão e criação de novos Municípios, a escolinha ficou com poucos alunos. E uma escolinha com poucos alunos não pode ter muitos professores, não pode ter muita qualidade no ensino. Assim, um ônibus passa ali e leva os alunos para uma escola que fica a dois, cinco, seis quilômetros, onde o ensino é bem melhor. E quem paga o transporte escolar? A prefeitura. E a arrecadação? A arrecadação diminui a cada ano.

Então, todos esperamos a reforma tributária. Mas dizem que o Governo Federal não quer porque não quer abrir mão e não quer ver os Estados fortes e os Municípios se expandindo, com autonomia. Se é verdade, não sei. O que sei é que a reforma tributária nunca foi adiante. No Governo Fernando Henrique

Cardoso, ela chegou a estar na Ordem do Dia, e ele mandou tirar. No Governo Lula, ela chegou a estar na Ordem do Dia, e ele mandou tirar. Empatou em um a um. Nenhum foi diferente do outro.

Nas duas, o hoje Governador Germano Rigotto foi Presidente da Comissão, e o ex-Ministro da Fazenda Antonio Palocci foi Relator. Conseguiram um milagre. Os interesses dos governadores são difíceis de serem esclarecidos. Para dar um exemplo bem singelo: São Paulo fabrica automóveis e quer que o imposto sobre automóveis seja pago em São Paulo, porque lá o automóvel foi produzido. O Piauí quer que o imposto seja pago no Piauí, onde será consumido o automóvel. É preciso discutir quem irá receber o imposto do automóvel: São Paulo, que o produziu, ou o Piauí, onde a pessoa está comprando? Pois os Deputados, os prefeitos, os governadores, o Ministro da Fazenda, que era o Palocci, chegaram à conclusão. Foi para a Ordem do Dia. Mandaram tirar e não deixaram votar. Aí é que quero chegar.

Muita gente não entendeu – e não vou mais repetir porque é assunto passado – o problema da minha manifestação na semana passada. Quando eu vi que as negociações entre o PSDB e o Governo estavam conduzindo para uma reforma tributária, pensei: vale a pena, vale a pena, porque aí é uma grande conclusão. É uma grande conclusão!

Toda interrogação era esta: se o Governo ganhar a CPMF, não falará mais, não cumprirá aquilo que promete, não dá para confiar no Governo. Mas a proposta tinha uma coisa importante. A CPMF ia valer por um ano só, só para o ano que vem, quando se teria de fazer a reforma tributária. Então, aquilo que imaginávamos que o Governo ia fazer – ganhar o imposto sobre o cheque e não falar mais com o Congresso – mudava, porque ele ia querer falar já que daqui a um ano morria a CPMF. Não deu! Não deu!

Mas hoje, com toda sinceridade, poderíamos voltar e analisar o seguinte: o Governo fez uma proposta, que era um ano com CPMF, tudo para saúde – o que sempre se quis – e, em um ano, fazer a reforma tributária. A Oposição queria isso. Morreu o tributo sobre o cheque.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um pouquinho só.

Na minha opinião não se deve falar mais. Isso já morreu. Está morto. O que está valendo na minha opinião? Está valendo a reforma tributária. Vamos fazer a reforma tributária. Essa está de pé.

Venho a esta tribuna, porque estou sentindo que não se está caminhando para isso. Felizmente, o Presi-

dente Lula chamou a atenção, na hora, do Ministro da Fazenda, que não foi feliz ao dizer que já estava criando um tribuno novo igual ao anterior. Poderia até pensar, mas não poderia falar agora sem ter entendimento. O Presidente Lula o mandou parar quieto, disse que não tem nada. Foi bem nisso. Na minha opinião, foi bem, no sentido de que deve saber o que vai ser feito.

Agora estamos vivendo o clima de uma reforma tributária. Quando o Ministro da Fazenda teve um encontro com o PSDB em seu gabinete, chegaram a um acordo de que o Presidente da República mandaria, até o dia 30 de novembro, um projeto de reforma tributária para esta Casa. Quando a imprensa me perguntou o que eu achava, disse: “Mandar pode, mas não há tempo.

Como vai mandar, entre os dias 17 e 30, um projeto de reforma tributária para o Congresso?” “Pode, tem mais de dez prontos. É só escolher o que ele quer”.

Porém, duvido que o Governo vote, até o fim do ano, a reforma tributária. Isso eu duvido! Mandar, pode. Estou dizendo isso, porque o Governo pode, até 5 de janeiro, reunido com a Oposição e com as Lideranças, escolher um projeto enxuto – não precisa ser completo, amplo, mas enxuto no seu geral – para mandar para esta Casa. E esta Casa, então, vai viver um grande momento.

Por isso, digo: Senador Garibaldi, na minha opinião, V. Ex^a deve convocar o Congresso para janeiro e para fevereiro. Primeiro, V. Ex^a disse, li no jornal, que iria convocar – e lhe felicitei desta tribuna. Mas, ontem, disse que acha muito difícil. Difícil não é impossível. E até o impossível não é definitivo. Se V. Ex^a convocar, junto com o Presidente da Câmara, pode dar e pode não dar, mas não convocando, não vai dar – e V. Ex^a nem tentou fazer. Acho que o Senador Garibaldi, Presidente desta Casa, deve procurar o Presidente da Câmara e fazer essa convocação. Acho absolutamente necessária.

Agora, meu amigo Alvaro Dias, ao contrário do que muita gente pode pensar, tenho o maior respeito e o maior carinho pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não digo que tenho a amizade que eu tinha com o Mário Covas – dentro do MDB, éramos da mesma linha –, lembro-me do esforço que ele fez, quando eu era Governador, de ir a Porto Alegre e insistir comigo para acompanhá-lo na saída. Lembro que eu lhe disse que ele seria o futuro governador de São Paulo e que Quércia, inclusive, dizia que ele o seria. É interessante em questão de Mário Covas dizer isso. Na reunião que tivemos aqui, quando fui comunicar-lhe, ele disse: “Eu também sei. Não que o Quércia queira que eu seja governador de São Paulo, a depender dele. É que, lá em São Paulo, chegou a minha vez”. Franco

Montoro era o candidato natural a primeira vez. Quércia quis disputar com ele. Quércia pensou que tinha a máquina do partido. E Montoro ganhou estourado. Então, Quércia foi Vice-Governador. Montoro meio que fechou um olho e, como Vice-Governador, fez um esquema enorme. Então, foi para a Convenção, e eu fui com Quércia. Mas era a vez dele – ele estava com a máquina partidária – e ele ganhou. “Agora é a minha vez. Ninguém me tira a candidatura no MDB”. Então, saiu pelo Richa no Paraná, pelo Serra e pelo Fernando Henrique em São Paulo, pelo Pimenta da Veiga em Minas Gerais, mas não saiu em causa própria, porque tinha interesse – concorda, Senador Alvaro Dias? – de ser candidato lá fora. Não, se ele ficasse, também seria candidato. E ele teve grandeza nesse sentido.

Mas Fernando Henrique era um grande candidato. Foi um grande Ministro da Fazenda. Foi com ele que Itamar iniciou o Plano Real. Ele era Ministro da Fazenda e depois saiu para ser candidato e o plano continuou. E, como Presidente, em termos de Plano Real, levou adiante o problema da estabilização econômica no tocante à inflação galopante que então vivíamos.

Mas venho aqui porque o *Zero Hora* de ontem, Senador Alvaro Dias, publicou uma matéria que tenho obrigação de analisar e pedir ao Presidente Fernando Henrique – vou ser muito sincero – que desminta, porque não acredito que isso tenha acontecido.

A matéria é “A mão invisível contra o imposto. O Brasil sem CPMF”. Não sabia, mas agora fiquei sabendo, que foi na Organização Não-Governamental do Fernando Henrique, no edifício CDI, em São Paulo, Instituto Fernando Henrique, que a operação teria sido efetuada.

Não tenho dúvidas de que FHC esteve por trás de tudo que aconteceu. Foi dele a ordem, na quarta-feira, pela manhã, para que o Líder do PSDB revisasse tudo o que eles haviam acertado com o Governo.

Na terça-feira, o comando do PSDB se reuniu – inclusive estaria o ex-Ministro Palocci – e chegou à conclusão de que a proposta era esta – é o que diz a notícia: prorrogação por um ano, todo o tributo ia para a saúde e a reforma tributária seria feita este ano.

Compromisso aceito, foram todos dormir. De manhã, cedo, o Líder do PSDB veio e disse que não aceitava. Voltou atrás do compromisso que teria sido feito. Aí fala o Senador Cícero Lucena, do PSDB, e Palocci.

Garantiram, em nome do Governo, que a CPMF duraria apenas mais um ano. Virgílio aceitou. Horas depois, na manhã de quarta, quando Lula era informado de acordo, Virgílio voltava atrás.

Ficava claro para governistas e tucanos que Virgílio fora puxado de volta para o confronto por um te-

lefonema de FH. Deflagrou-se a tática dos telefonemas para o Instituto FH. (...)

A base governista convocou, então, um parlamentar gaúcho (um Parlamentar gaúcho) próximo de FH, que ouviu este argumento do ex-Presidente, na manhã de quarta-feira.

É aqui, Alvaro Dias, que quero salientar que não acredito, mas acho que o ex-Presidente deveria responder. Teria dito Fernando Henrique ao Parlamentar: “Este é um momento político, a decisão é política. Precisamos olhar também para a eleição, não só para a Nação”.

Não acredito que ele tenha dito essa frase. Não consigo enxergar o Fernando Henrique dizendo esta frase, que vou repetir:

Este é um momento político, a decisão é política. Precisamos olhar também para a eleição, não só para a Nação.

FH demonstrou preocupação com a fatura da arrecadação de impostos à disposição de Lula. Disse que seria um erro político ignorar o fortalecimento do petista e enfatizou que era a hora de o PSDB finalmente se firmar na oposição.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro!

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, sempre percebi uma fixação exagerada do Governo em torno da imagem do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o início da gestão Lula. E, nesse episódio da CPMF, esse fato se repete com setores da Imprensa dando guarida a essa espécie de fixação exagerada. Ou seja, tudo é Fernando Henrique! Aliás, fazem-nos aqui de marionetes. Senador Mário Couto, V. Ex^a não tem autoridade política, não tenho autoridade política, para tomar uma decisão. Imaginam que sempre está o Fernando Henrique Cardoso por detrás! Tenho certeza de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não telefonou para V. Ex^a, como não telefonou para mim. Em nenhum momento abordou a questão CPMF. O Senador Arthur Virgílio fala com o Presidente Fernando Henrique Cardoso sempre. Então, é natural que ele tenha conversado com o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas jamais, em momento algum, transmitiu à nossa Bancada qualquer apelo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quanto a mim, Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acredito.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – ...e a outros Senadores do PSDB, tranqüilamente, quero dizer que estamos aqui para assumir a responsabilidade. A res-

pensabilidade é nossa. Não é do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Não foi o Presidente que nos elegeu. O Presidente não é eleitor no Pará, para votar no Mário Couto; não é eleitor no Paraná. Nós o respeitamos como Liderança política. No entanto, em nenhum momento, interferiu; em nenhum momento apelou. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não participou. O que li no jornal nesse fim de semana me deixou até surpreso. V. Ex^a leu agora, no *Zero Hora*, que partiu da Fundação Henrique Cardoso a estratégia para derrotar o Governo. Isso não ocorreu. Com absoluta sinceridade, isso não ocorreu. E também não acredito que o Presidente pudesse ter dito a frase lida por V. Ex^a. V. Ex^a não acredita, eu também não acredito, porque conhecemos o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aliás, no início – e o Senador Mário Couto é testemunha disso –, o que ouvimos na nossa Bancada, por intermédio do Líder Arthur Virgílio, é que o Presidente gostaria até que o nosso Partido se entendesse com o Governo, fizesse um entendimento com o Governo sobre o assunto, CPMF. Foi essa a palavra que ouvimos. A única. Quanto à decisão do Senador Arthur Virgílio...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A mudança de terça para quarta?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – ...essa alteração de posição que V. Ex^a relata...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu, não; a Imprensa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – A Imprensa relata. Exato. V. Ex^a faz referência à Imprensa. Realmente, o Senador Arthur Virgílio disse que, na quarta-feira de manhã, leu todos os jornais, refletiu sobre o assunto e chegou à conclusão de que não ele não teria condições de votar favoravelmente à medida proposta pelo Governo, mas que respeitaria a posição da Bancada. Aliás, já votei contra a prorrogação da CPMF em 2003; quando a matéria estava aqui, no Senado Federal, já votei contra. Mantive minha posição agora. Na nossa Bancada, vários Senadores foram intransigentes desde o primeiro momento. Nunca titubeamos, não tivemos altos e baixos, em nenhum momento aceitamos votar favoravelmente a prorrogação da CPMF. E posso assegurar que o Senador Arthur Virgílio teve um comportamento à altura da liderança que exerce. Em nenhum momento impôs condições ou posição e aceitou a deliberação da Bancada. A Bancada deliberou votar em unidade contra a CPMF. Foi o que ocorreu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fico satisfeito.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Apenas para concluir, digo a V. Ex^a que o endereço – eu vi, por exemplo, o Ministro Tarso Genro responsabilizando

Fernando Henrique Cardoso – está errado. Podem nos responsabilizar. Somos nós, os Senadores, que votamos. Podem nos responsabilizar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fico satisfeito com V. Ex^a. Concordo com V. Ex^a que a frase é muito pesada.

Não concordo tanto com V. Ex^a ao dizer que o ex-Presidente ficou completamente de fora. Estamos sabendo que houve uma divergência entre ele, o Governador Serra e o Governador de Minas Gerais. Mas daí a pronunciar uma frase como essa, há uma diferença; há uma diferença muito grande. E acho que, se S. Ex^a desmenti-la, fará bem.

Pois não.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Pedro Simon, quero dizer a V. Ex^a que concordo quando V. Ex^a pede ao Congresso, ao Presidente, a todos nós que comecemos a pensar em reforma tributária. E isso há muito tempo, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Essa matéria já deveria estar aprovada há muito tempo. Vamos insistir: “água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. Quem sabe não se consegue? Depois desse fato da CPMF, quem sabe não se consegue, quem sabe se isso não é motivação para se acelerar a reforma tributária? Uma das coisas que mais me orgulham na minha vida recente, nos meus 61 anos de idade, é participar das reuniões da minha Bancada. E externo isso com a mais profunda sinceridade, lá do fundo do meu coração. Tenho alguma militância política: dezesseis anos como Deputado Estadual, sempre no PSDB, e, algum tempo, bem pouco, no PMDB. Mas a organização da nossa Bancada aqui, no Senado, é de fazer inveja. Todas as terças-feiras estamos lá, no almoço, discutindo os problemas do Brasil, dos nossos Estados, e a maioria sempre vence. Não há questionamento. Passou a maioria, pronto! E, com a CPMF, não foi diferente. Quem decidiu vir ao plenário votar “não” foi a Bancada. Como disse o Senador Alvaro Dias, foi a Bancada. Vou repetir as palavras do Senador: se alguém pode pagar alguma responsabilidade, a Bancada paga.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Não tenho dúvida, Senador, de que votamos com a nossa consciência.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço.

Com todo o respeito, deveríamos ter dado as dez horas que faltavam. Vale a pena repetir aqui: eu nunca pedi, desta tribuna, para se votar a favor da mensa-

gem do Presidente Lula. Não. Nunca pedi. Pedi que suspendêssemos a sessão por dez horas e, ao invés de votarmos às 2 horas da madrugada, como votamos – e nem era para transferir para o dia seguinte, porque já estávamos no dia seguinte –, que votássemos às 2 horas da tarde. Durante esse espaço de tempo, passaríamos a noite em claro para tentar chegar a um entendimento.

Qual era o entendimento que o PSDB tinha topado, reunindo-se lá no Ministério da Fazenda com o Governo? Todo dinheiro do tributo sobre cheques iria para a Saúde por um ano e, durante esse ano, far-se-ia a reforma tributária.

O que, pelo menos quem me procurou me disse isso, Lula estava pedindo? Um ano para o tributo, só para a Saúde, e, nesse ano, fazer a reforma tributária.

O que eu pedia? Vamos sentar à mesa e vamos ver se com aquilo que o PSDB pedia e com aquilo que o Lula estava propondo não poderíamos chegar a um entendimento. Se chegássemos, votaríamos por unanimidade; se não chegássemos, eu iria votar contra.

O meu voto, eu havia dito, seria contra. Seria contra se não chegássemos a esse entendimento. O que não entendi foi por que, no meio de toda essa onda, não demos dez horas a mais para se debater a matéria. Eu não consigo entender. Isso eu não consigo entender.

É claro que o Governo errou muito.

Reparem V. Ex^{as} que o Líder do PSDB, na terça-feira, concordou e todos foram dormir tranquilos. No outro dia, disse a imprensa que o Presidente Fernando Henrique teria telefonado. Diz o Senador Alvaro Dias, e eu concordo com ele, que não foi isso. Acho que também não foi – não vamos botar o Covas na jogada – uma missão mística de conversa com o Covas, porque essa frase que está aqui eu tenho certeza de que o Covas nunca aceitaria.

Todavia, seja o que for – concorda V. Ex^a, Senador Álvaro? –, se naquela reunião já houvesse a proposta do Governo seria diferente. Se na hora de discutir, de reunir a bancada para decidir houvesse a proposta do Governo, provavelmente o PSDB a aceitaria. Agora, na última hora, à meia-noite, quando 35 Senadores já haviam manifestado o voto, ficou mais difícil. Mal do Governo, mal do Governo, mas mal nosso de não termos aceitado essa proposta.

Hoje, Sr. Presidente, só estou nesta tribuna por uma razão. Por que o Senador Pedro Simon voltou à tribuna? Porque estou sentindo que cada um está para um lado, o Governo quer fortalecer a sua base, restabelecer a base, enquanto eu acho que a grande tese era sentar e encontrar uma saída.

Já estamos vivendo o sentimento natalino. Eu sempre, na minha vida, entendi que o final de ano é um momento místico, em que todas as pessoas se sentem inclinadas a falar bem e a olhar as coisas boas da vida, dos amigos e dos adversários. Vamos aproveitar esse ambiente, esse momento para fazermos um entendimento. Não se diga: “Ah, em janeiro e fevereiro não dá”. Querendo, dá.

Não veio de uma hora para outra aquilo pelo que o PSDB e o Governo ficaram o tempo todo brigando: “Como é que vai ser, como é que não vai ser?” Cinco anos! Há cinco anos já sabíamos que o tributo sobre os cheques iria acabar em 31 de dezembro, e o Governo foi-se lembrar de olhar para ele às 10 horas da noite, na última hora. Se quisesse, teria feito. A reforma tributária é isto: se nós quisermos fazer, faremos com a maior tranquilidade, e nada melhor do que um prazo – janeiro e fevereiro. Vamos nos reunir para isso e vamos fazer isso, que é uma reforma tributária.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, a decisão deste grandioso Senado foi amadurecida, foi correta e foi determinante. Uns vinte dias antes, fui convidado pelo Líder Arthur Virgílio para comparecer – eu nunca tinha ido – à Liderança do PFL. Quando me sentei e olhei, vi o retrato do Senador Hugo Napoleão, que foi meu forte adversário uma vez. Eu até ri. Lá, na Liderança, naquele exato momento, havia 32 Senadores, um olhando para a cara do outro. Lembro-me muito bem de que o Arthur Virgílio disse, na sua competência de Líder: “Para ganharmos, tem de ser umas oposições do Brasil. Eu quero que o Mão Santa seja o Vice-Líder das oposições”. E fui aclamado lá. Naquele instante, havia 32 Senadores, um olhando para a cara do outro, homens como V. Ex^a, e eu levava a palavra, ainda, desse extraordinário homem, símbolo de firmeza e grandeza, que é Geraldo Mesquita. O José Agripino falava por César Borges. Eram 34, e houve uma decisão. Quanto a Fernando Henrique Cardoso, quero dizer a V. Ex^a que aprendi, de um filósofo, que quem tem bastante luz própria não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Luiz Inácio esqueça! Fernando Henrique é um estadista, ele e a mulher dele, Dona Ruth. Nunca votei nele. V. Ex^a sabe que sou firme: votei em Quércia. Poucos votaram, mas eu era do PMDB! Eu votei em Quércia. No segundo, porque a minha cidade é vizinha de Sobral, por uma amizade do Ceará e do Piauí e porque não tínhamos candidato, votei em Ciro Gomes; mas, hoje, dou um testemunho para o País e para a História. Fernando Henrique é um estadista. Olhai a transição que foi feita neste País. Se fosse outro, tinha usado esse negócio de bolsa-escola. Ele não comprou voto e permitiu a

alternância do poder, numa das mais belas páginas da história da democracia do mundo. Ainda mais, ele aconselhou o Luiz Inácio, que não foi humilde. Eu ouvi esse depoimento; não sei se V. Ex^a ouviu. Olha, ninguém escolhe a época de governar. Cada um tem seus problemas. O maior problema dele foi a inflação e ele foi um vitorioso – ele e o Itamar o foram, ou Itamar e ele, uma questão de DNA. Mas era o monstro da inflação. Houve aquela Lei de Responsabilidade Fiscal, o ajuste, essa democratização. Até no que o atacam, esse negócio de reeleição, eu acho que foi uma visão de estadista, porque somos mais atrelados à política norte-americana, que tem eleição. Na política inglesa, há o Primeiro Ministro, mas ele passa “n” anos no poder. Na França, Mitterrand passou 14 anos. Então, o Luiz Inácio tem de ser humilde. O outro tem essa visão de mundo muito grandiosa. Nós, brasileiros, não esquecemos a mais bela transição democrática que houve no mundo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Ele permitiu. Se ele quisesse, tomava. Não se toma eleição? Já não havia essa bolsa-família? Eu era do PMDB e fui reeleito contra um candidato extraordinário do PSDB. Ele não fez nenhuma maracutaia e, Senador da República, eu venci um do PSDB, presidente extraordinário, o Senador Freitas Neto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Fernando Henrique Cardoso, não adianta: o homem ficou para a história. É um estadista, e eu acho que ele deve ficar aí, a orientar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – O Brasil precisa da inteligência, da competência...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Em todo o mundo é assim: se ouvem os ex-presidentes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, faço um grande apelo neste final de ano: é possível que o nosso Presidente, Senador Garibaldi, fale com o Presidente Lula e fale com as lideranças de todos os partidos nesta Casa, para que tentemos. Convocamos o Congresso para janeiro e, em janeiro e fevereiro, nós vamos tentar fazer a reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a tem a palavra por vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse fim de semana, na chamada ressaca cívica que marcou o **day after**, houve muitas especulações, especialmente de bastidores, relativamente aos lances que culminaram com o sepultamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Essas especulações devem ser recebidas com tranquilidade, mesmo que incorretas. Mas há questões essenciais que devem ser destacadas.

Quando se admite a hipótese de recriar a CPMF no próximo ano, afronta-se a sociedade brasileira, que comemorou a decisão do Senado Federal, marcando um reencontro histórico, já que esta Instituição estava lastimavelmente desgastada em razão dos últimos acontecimentos.

Admitir recriar a CPMF?! Meu caro Senador Mário Couto, desde já, quero antecipar, antes de qualquer reunião do nosso partido, que não há hipótese de aceitarmos a alternativa de reposição da carga que retiramos e que pesava exageradamente sobre os ombros do povo brasileiro. Todos nós proclamamos que há uma carga tributária excessiva que esmaga a produção, que impede o crescimento econômico. Todos nós admitimos que é uma carga tributária exagerada e injusta, porque alguns pagam demais, outros pagam menos, outros nada pagam, até porque são obrigados a sonegar tudo para sobreviver.

Nosso modelo tributário é do quinto mundo, Senador Augusto Botelho, não do terceiro mundo. Em matéria tributária, não estamos no terceiro mundo, estamos no quinto mundo. Precisamos dar um salto de qualidade, aproximarmo-nos do sistema tributário da Europa, dos Estados Unidos, dos países avançados que competem conosco, levando extraordinária vantagem quando comercializamos nossos produtos.

Falar em repor o que retiramos? Não, Sr. Presidente, isso não se admite! O Presidente Lula desautorizou hoje o Ministro Guido Mantega relativamente à criação de novo imposto e a cortes em programas sociais; mandou o Ministro da Fazenda se acalmar e pediu mais reflexão do que reação da sua equipe econômica. Aplausos ao Presidente Lula!

Senador Papaléo Paes, como é bom poder aplaudir de vez em quando o Presidente Lula! Como gostaríamos de aplaudi-lo sempre! Tenho a certeza de que V. Ex^a e o Senador Mário Couto, críticos contundentes

do atual Governo e do Presidente, ficariam felizes se pudessem aplaudi-lo mais vezes. Por essa afirmação, eu o aplaudo. Aplaudo-o, quando ele diz: “Não existe razão para que ninguém faça a loucura de aumentar a carga tributária”. É isso mesmo, Presidente! Seria loucura aumentar a carga tributária agora. Vossa Excelência não é um louco e não vai praticar essa loucura, nós esperamos. Que se registre isso nos Anais do Senado Federal! Que o povo brasileiro guarde estas afirmações do Presidente Lula: “... que ninguém faça a loucura de aumentar a carga tributária”.

O Presidente questionou: “Acabou o mundo? Não. Agora, vamos ter de pensar, ter de refletir, ter de ver como vamos arrecadar uma parte desses recursos, porque não podemos ser irresponsáveis com a saúde brasileira em função dos votos de alguns Senadores. Vamos trabalhar com muita maturidade, com muita compreensão, e vamos encontrar uma solução”. Essa é a declaração feita pelo Presidente no programa “Café com o Presidente”. Já não posso aplaudi-lo! Antes, falou que é loucura aumentar a carga tributária; agora, já fala em arrecadar parte desses recursos.

Senador Mário Couto, o Governo já arrecada demais, não precisa arrecadar mais. Neste ano, são R\$60 bilhões a mais! Portanto, é uma CPMF e meia. Se desoneramos R\$40 bilhões, retirando a CPMF, ainda sobram R\$20 bilhões. O Governo tem de aplicar bem esses recursos, não deve falar em aumentar impostos. Não podemos compactuar com qualquer alternativa que implique aumento de impostos. Essa é nossa palavra hoje, será amanhã, e podem conferir depois.

O que o Governo deve falar agora, a meu ver... É claro que, para o Governo, a Oposição não é boa conselheira, mas, afinal, temos de falar. O discurso do Governo deve ser outro, não deve ser o do aumento, deve ser o da redução, o do corte; não deve ser o do aumento de impostos, deve ser o da redução dos gastos.

É um Governo gastador, sim; é um Governo perdulário, sim; é um Governo que gasta exageradamente onde não deveria gastar; é um Governo que mantém estruturas desnecessárias, paralelas, superpostas. É um Governo que contrata demais, que cria cargos comissionados, que cria ministérios, secretarias, departamentos, diretorias. Gasta excessivamente com publicidade, com mordomias, com cartões corporativos. O Governo vê crescer as despesas correntes sem adotar nenhum mecanismo de controle dos gastos públicos; não aprendeu, em que pese estar no segundo mandato, a priorizar com coerência, com competência, estabelecendo a necessária relação custo/benefício dos gastos que empreende.

Este deve ser o discurso, esta deve ser a prática do Governo: discutir reforma administrativa e reforma tributária e impor austeridade.

Senador Mário Couto, Senador Papaléo e Senador Mão Santa, há pouco, na tribuna, o Senador Pedro Simon trouxe uma especulação que, no fim de semana, esteve presente em jornais e em revistas no País: a de que foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso que derrotou o Governo aqui, no plenário do Senado Federal. Alguns tentam convencer o povo brasileiro de que foi isso que ocorreu. Faltaram – e tenho de dizê-lo – com o respeito para com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não merece ser atacado por algo que não fez, se em que não considero esse um ataque; trata-se de elogio, porque derrubar a CPMF era o que desejava o povo brasileiro. Não agimos aqui contrariando as aspirações da sociedade, ao contrário. Todas as pesquisas podem retirar qualquer dúvida a esse respeito. Não há quem possa questionar essa realidade. A maioria esmagadora, quase a unanimidade do povo brasileiro, não quer pagar mais impostos, não aceita essa carga exorbitante.

Portanto, se pretendem desgastar a imagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso, fazem mal, porque acabam, ao contrário, enaltecendo-o por uma ação patriótica, cívica, de respeito às aspirações da sociedade. Mas não é verdade que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha interferido nesse processo. Ele pode ter conversado com seu amigo Arthur Virgílio. Conversam sempre. O Senador Arthur Virgílio é de uma lealdade absoluta ao ex-Presidente da República, de quem foi Líder na Câmara e Ministro. E não poderia ser diferente. Cultiva o sentimento da gratidão como ninguém. É evidente que ele não abandona o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ninguém fala, diante de Arthur Virgílio, contra o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sem que ele reaja à altura da reação necessária. Mas isso não significa que ele tenha transferido à bancada qualquer tipo de apelo do ex-Presidente. Em nenhum momento, transmitiu apelos do ex-Presidente. Em nenhum momento, fez isso. O Senador Arthur Virgílio procurou ser porta-voz da vontade da sua bancada. No início, aceitou negociações com o Governo e, quando entendeu que a bancada, pela sua maioria, era contra a continuidade daquelas negociações, abraçou a causa da bancada e reagiu contra a tentativa do Governo de prorrogar a CPMF.

Mais tarde, essas negociações foram restabelecidas. Não sei se, em algum momento, a imprensa relata que o Senador Arthur Virgílio aceitou a proposta do Governo. À bancada, não comunicou o fato. O que comunicou à bancada foi sua convicção pessoal de ser obrigação nossa rejeitar a CPMF, e o fez na reunião, no

almoço que realizamos antes da sessão deliberativa. E não transmitiu, em nenhum momento, ter recebido do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso qualquer apelo a favor da derrubada da CPMF nesta Casa.

Concedo ao Senador Papaléo Paes o aparte que solicita.

O Sr. Papaléo Paes (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a. Inicialmente, evidencio a participação de V. Ex^a em toda a discussão relativa à CPMF, com sua postura equilibrada, cristalina, que, de fato, tecnicamente, levou-nos a decidir pelo voto contrário. Aproveito a oportunidade para falar sobre o assunto, visto que, ainda há pouco, tentei um aparte com o Senador Pedro Simon, que veio dar a notícia que leu na imprensa de que o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso teria tido interferência nesse processo ou teria derrubado ou derrotado o Governo em plenário. Reconheço no Presidente Fernando Henrique um homem extremamente inteligente, que dirigiu o País com grande responsabilidade. Foi quem instituiu a estabilidade da economia brasileira, a que hoje o PT dá continuidade, e fez mudanças e propostas de mudanças que hoje o PT é obrigado a seguir, porque, senão, quebra a economia brasileira. É um estadista e jamais iria interferir na bancada do Senado. Participei de todas as reuniões do PSDB sobre a discussão da CPMF. Em momento algum, foi levado algum recado, alguma orientação do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em momento algum, isso ocorreu. Ou seja, se querem fazer maldade com o Presidente Fernando Henrique, que o façam, mas S. Ex^a não teve interferência direta nesse assunto. Teve interferência sobre as discussões partidárias, mas jamais sobre o voto dos Senadores, assim como, Senador Alvaro Dias, quero deixar bem claro aqui que os Governadores do PSDB, em momento algum, quiseram interferir na decisão da bancada. A decisão da bancada foi soberana e lúcida e fez com que todos nós, os 13 Senadores, votássemos contra a CPMF. É o registro que faço, porque é uma grande injustiça que fazem ao Presidente Fernando Henrique, tentando jogar em suas costas algum tipo de interferência nesta Casa, o que não houve. A responsabilidade é do Governo, que quer jogá-la nas costas de alguém. Parabéns a V. Ex^a pela postura, pelo conhecimento sobre o tema tributário, que fez com que tomássemos essa decisão! Parabéns, Senador Alvaro Dias!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Papaléo Paes. Já fiz referência à participação consistente de V. Ex^a nos debates do nosso Partido. Sem dúvida, sua firmeza de convicção, desde o início, foi fundamental para que o Partido adotasse a posição que adotou.

Concedo o aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Alvaro Dias, concordo com todos os aspectos que V. Ex^a abordou hoje na tribuna. Inicialmente, não podemos colocar novos impostos em cima da população brasileira. Concorde com isso. Nem temos mais por que discutir isso, a não ser, Senador, que se comece a discutir a reforma tributária. Aí, penso que V. Ex^a também concordaria. Mas se posicionar a favor de outro imposto para compensar a perda da CPMF? Não acredito, sinceramente, que o Governo seja tão irresponsável assim! Hoje, tenho a certeza, Senador, de que o Presidente Lula está dizendo: “Não dá mais para tirar dinheiro do bolso da população brasileira. Temos de gastar menos”. Senador, olhe para mim. Com R\$50 mil, está sendo confeccionada a faixa do Presidente da República! Senador Mão Santa, são R\$50 mil! O que há nessa faixa? Não entendo isso. São essas coisas que o povo brasileiro não quer, e o estamos defendendo aqui, com sua postura, com a postura da nossa bancada, com a postura do DEM, de alguns Senadores como Mão Santa, como Jarbas Vasconcelos, como César Borges e como Expedito Júnior. São esses Senadores que se devem orgulhar de ter defendido o povo desta Nação, tão maltratado pela cobrança de impostos! Portanto, Senador, V. Ex^a tem a minha palavra de que não poderemos voltar a cobrar impostos da população brasileira. Este é o País que mais cobra impostos na face da terra, entre os países em desenvolvimento. E isso não pode acontecer com a população brasileira, que é muito carente. E a classe média, Senador? Cadê a classe média? Onde está a classe média? Neste País, desapareceu. Esmagaram, acabaram, soterraram a classe média. É isso o que estamos defendendo neste País. Entre os *e-mails* que V. Ex^a deve ter recebido, duzentos devem ter sido de críticas contra um de elogios. No dia da votação, chegamos a 80% em todas as pesquisas, e o povo dizendo: “Não queremos mais pagar impostos”. O resto é balela, é conversa, e temos a certeza de que não arredaremos pé. Parabéns pela sua postura!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Ao invés desse terrorismo econômico liderado pelo Ministro Mantega, que vê tragédia, catástrofe... Aliás, o Presidente diz que o mundo não acabou. Também acho. O mundo não acabou, e o dia ficou muito mais lindo lá fora, Senador Papaléo Paes. Vi o sorriso na face de muita gente pelas ruas de Curitiba, de Londrina, onde estive nesse fim de semana. Não há nenhuma razão para a preocupação da tragédia. Não! Ao contrário, o Governo tem de aprender a governar, tendo em conta a realidade econômica e social do nosso País. Quem tem de cortar é o Governo, porque

o povo – os empresários, os trabalhadores – já cortou no limite das suas possibilidades. O Governo sempre esticou o braço longo com a mão grande no bolso do contribuinte, para tapar os buracos abertos pela sua incompetência e pela corrupção. O Governo é que tem de mudar de rumo.

Vamos deixar aqui, já nesta segunda-feira, nossa declaração-compromisso: não aceitaremos – e sei que V. Ex^s pensam da mesma forma, o Senador Mário Couto e o Senador Mão Santa – aumento de imposto, venha por qualquer alternativa proposta pelo Governo, como CPMF ou com outro nome! Não o aceitaremos! Essa é nossa posição, que queremos já anunciar, para evitar qualquer tipo de especulação.

Queremos entendimento com o Governo? Queremos entendimento em torno de uma reforma tributária que permita desenvolvimento econômico e distribuição de renda sem injustiça e que confira ao País um modelo tributário moderno, que se aproxime do modelo europeu e do norte-americano, um salto, portanto, de quinto mundo para primeiro mundo. É o que desejamos.

Se o Governo pensar assim, contará conosco; de outra forma, não!

Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de tempos em tempos, volta à baila, à tona, a discussão sobre a necessidade de utilização de nossas forças militares, mas isso é resultado principalmente da desinformação que permeia grande parte da nossa sociedade.

Quando chamado a atuar, o Exército, por exemplo, sempre demonstrou eficiência e objetividade. Foi o que ficou demonstrado, quando os militares fizeram a segurança dos chefes de estado que participaram da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em 1992, a Eco-92, Rio-92, realizada no Rio de Janeiro.

Foi marcante também sua presença nas ruas, durante os Jogos Pan-Americanos, que ocorreram recentemente, no Rio de Janeiro, e que deixou os moradores da cidade felizes com a súbita queda de assaltos e crimes.

Apesar disso, ele não escapa à crítica em reportagem sobre as Forças Armadas, publicada na revista *Veja*, de 28 de novembro de 2007. A certa altura, o texto afirma:

À falta de gente e dinheiro alia-se um defeito geográfico produzido por eles mesmos: os militares estão presentes onde não se precisa deles e ausentes onde são necessários. Há mais fardados no Rio do que na Amazônia. Em parte, o descompasso geográfico decorre dos altos custos de deslocamento, mas também da resistência dos militares em deixar a boa vida à beira-mar.

Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar dessa constatação, que contradiz a razão de ser das Forças Armadas, a própria reportagem ressalta o fato de que o Exército, ainda hoje, mantém a chamada “estratégia da presença”, espalhando quartéis por todo o território nacional.

Entretanto, uma extensa parcela do território nacional, a Amazônia, ao nosso ver, não está suficientemente protegida – a sua terra, o Amapá; a minha, Roraima; e os outros Estados da Amazônia. Depois de ficar conhecida pelo epíteto de “pulmão do mundo” e de suas imensuráveis riquezas se tornarem por demais conhecidas e cobiçadas, os cuidados para manter íntegro o nosso território têm de ser condizentes com o valor atribuído internacionalmente a essa região.

É quase consenso entre os militares que a Amazônia corre risco de sofrer ocupação estrangeira (pensamento de 82,6%, segundo pesquisa CNT/Sensus citada na revista). A pesquisa comprovou também que a maioria dos civis compartilha dessa idéia (72,7%), ou seja, acredita nessa possível ocupação estrangeira da Amazônia.

E o temor da ocupação territorial não diz respeito aos países vizinhos, mas às potências estrangeiras, que podem estar interessadas nas imensas riquezas da região.

Como os vizinhos que também detêm parte da Amazônia, como Colômbia, Venezuela e Peru, o Brasil tem realizado exercícios conjuntos, para coibir o contrabando e o narcotráfico nas nossas fronteiras.

Nossas forças militares são muito importantes na região, ainda que pelas ações sociais que desenvolvem nas áreas mais carentes, principalmente oferecendo tratamento médico e odontológico diretamente às comunidades, principalmente àquelas a que nunca chegou esse tipo de atendimento.

Mas o que se pode constatar é que, apesar da preocupação com a floresta, os militares não conseguiram ocupá-la, como seria razoável, Senador Papaléo Paes. Lá estão menos de 10% dos nossos militares. O Exército tem números um pouco melhores, mas mes-

mo assim insuficientes: dos 190 mil homens, apenas 25 mil estão na Amazônia, o que perfaz um total de 13% da força.

É inquestionável que a região necessita de um contingente militar proporcional às suas dimensões territoriais, sem o que corre um sério risco de expansão das atividades ilegais, já observadas atualmente, como o crime organizado, o narcotráfico, o tráfico de pessoas e de espécimes animais e de nossa flora, entre outros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se depender dos brasileiros, a Região Amazônica terá seu desenvolvimento em clima de muita paz e respeito ao meio ambiente e aos países vizinhos. Porém, causa calafrios e apreensão a muitas pessoas a política de investimentos militares conduzida pelo Presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

A Venezuela adquiriu recentemente 24 caças russos Sukhoi 30, os mais modernos da região. Além deles, 53 helicópteros e 100 mil fuzis de assalto AK-103. A intenção é transformar também a força naval da Venezuela na mais avançada da região. Os investimentos militares totalizarão US\$4,3 bilhões nos próximos cinco anos. Mesmo assim, a maioria dos brasileiros não acredita que esse vizinho venha a trazer perigo para o nosso País.

Nós em Roraima consideramos a linha de fronteira entre os dois países como a que nos une, a linha que une os dois povos. Na realidade, os habitantes das áreas de fronteira têm outras preocupações, mais reais, que se referem a tráfico de armas e de entorpecentes, a contrabando e à falta de apoio às instituições mantenedoras de segurança e de recursos para ações administrativas. Essa foi a pauta do I Encontro dos Municípios de Fronteiras do Arco Norte, que se realizou recentemente. Os Prefeitos esperam sensibilizar o Parlamento para o debate e para a proposta de ações concretas que beneficiem essa área tão importante de nosso território.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro tema que gera controvérsias na região, com reflexos indiscutíveis na área política, é o que diz respeito à ocupação de áreas indígenas por agricultores.

Aqui, cabe ressaltar a declaração do próprio Presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur), meu amigo Lauro Joaquim Barbosa, que afirma: “Não queremos viver isolados, pois a integração entre índios e não-índios já aconteceu há muito tempo. (...) No que depender do nosso grupo, não acontecerá a retirada dos produtores da área”.

O Presidente da Sodiur também afirmou que a sociedade indígena que representa sempre foi contrária à demarcação contínua, por acreditar que essa é

uma forma de exclusão do povo indígena que habita o Estado de Roraima.

Mas também há opiniões em sentido contrário, como a do Coordenador-Geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Dionito José de Souza, que repudiou declarações recentes do General Barros Moreira em favor da permanência dos agricultores nas áreas indígenas. O Coordenador-Geral do CIR declarou que “a operação de retirada dos ocupantes deve acontecer o mais rápido possível; caso contrário, a situação, que já é delicada, pode-se tornar insuportável”.

Eu acredito que vai haver uma solução de consenso e de negociação para que não haja violência de nenhuma das partes.

Como podem ver os nobres colegas, a pendência da ocupação de terras indígenas é um problema que exige atenção cuidadosa dos setores competentes para uma solução de consenso que favoreça os interesses de desenvolvimento do nosso Estado de Roraima e da Região Norte.

E quanto aos aspectos de ocupação, para assegurar o domínio brasileiro, e de combate à criminalidade, é evidente que só se resolverá por uma postura firme do Poder Executivo, incrementando a proteção ao nosso território e às nossas fronteiras com ações enérgicas também por parte da Polícia Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Couto.

V. Ex^a, como orador inscrito, terá vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda hoje, nesta segunda-feira, Sr. Presidente, V. Ex^a deve ter notado que o tema de discussão ainda é a CPMF. Nenhum senador, até agora, subiu a esta tribuna sem que falasse da questão CPMF.

Recebi, inicialmente, Presidente – quero dizer a V. Ex^a –, centenas de correspondências, milhares até – tenho certeza de que V. Ex^a também –, umas até pedindo que eu citasse nomes. Infelizmente não podemos fazer isso, porque são milhares e milhares de pessoas que nos deixam muito satisfeitos por se corresponderem conosco. Em Oriximiná, por exemplo, no oeste do Pará, as pessoas pediam que se falasse sobre o assunto que eles tinham colocado nos seus *e-mails*.

Mas, Presidente, todos eram favoráveis à nossa postura naquela tarde e noite. Isso me deixa tranquilo, orgulhoso, sereno, certo de que, Senador Mão Santa,

sem nenhuma dúvida, cumprimos com a nossa obrigação: votar a favor do povo brasileiro. Dessa postura, não arredamos pé nenhum milímetro sequer.

O nosso Líder Arthur Virgílio – e aqui quero publicamente parabenizá-lo pela sua postura –, eu não vi, em nenhum momento, a não ser que eu não estivesse bom da cabeça, em todas as reuniões em que estive-mos, Senador Presidente Papaléo, não vi, em nenhum momento sequer o Senador Arthur Virgílio ser oscilante nessa questão da CPMF. Em nenhum minuto! Em todos os minutos, o Senador Arthur Virgílio disse que votaria com a Bancada, respeitaria o voto da Bancada. Não se tem nenhuma dúvida a respeito do caráter do Senador Arthur Virgílio. Cumpriu com dignidade o seu papel; cumpriu com dignidade o seu papel de Líder da nossa Bancada, o que nos orgulhou não somente naquela noite, mas sempre nos orgulhou neste Senado com sua postura firme, digna, honrando o nome de seu pai, a postura memorável de seu pai.

O que temos de dizer agora de Arthur Virgílio, Senador Papaléo, é que a Nação brasileira neste momento deve estar dizendo “muito obrigada” ao Líder do PSDB, que fez toda essa coordenação para que o povo brasileiro não fosse mais lesado, para que o povo brasileiro tivesse o descanso dos seus bolsos.

Por isto, sim, é que nós deveríamos estar contentes e felizes nesta tarde e em todos os momentos da nossa vida, por aqueles que votaram “não” à carga tributária que o povo brasileiro não aguenta mais.

Portanto, Senador Papaléo, se eu fosse professor e tivesse de dar uma nota a Arthur Virgílio, eu daria dez com louvor. Lógico! Se o Governo quer conversar – a nossa Bancada jamais se postou em termos radicais; não faz parte da nossa disciplina nem da nossa educação –, conversamos.

Por que o Governo não fez uma proposta digna a favor do povo brasileiro? Eu disse aqui desta tribuna, por várias vezes, que nós podíamos até conversar se esse dinheiro todo fosse empregado na saúde. Olha a irresponsabilidade do Governo! É dura a palavra irresponsabilidade? Talvez seja; mas é uma irresponsabilidade! E tem que se dizer que é uma irresponsabilidade. A meia hora da votação, o Governo manda uma proposta para a Oposição. É brincadeira! Eu nem li, nem quis ler! Mas ouvi o Senador Tasso Jereissati ler. E não é esta história, não, Presidente, de dizer que vai tudo para a saúde e, dentro de um ano, se faz a reforma tributária. Não foi essa a proposta que veio, não. Não foi essa a proposta que estava escrita, não. Foi: vai-se tirando devagar das outras compensações e colocando para a saúde até terminar a reforma tributária. Quantos anos levariam? Não se sabe. E haja a população pagar, pagar, pagar. Pela real proposta,

Presidente, se tiraria da área da Previdência, das áreas para as quais o dinheiro da saúde foi desvirtuado, e, aos poucos, repondo para a saúde. Não seria a totalidade de uma vez, não. Viu, Mão Santa, não era a totalidade de uma vez, não.

Meu caro Senador Mão Santa, V. Ex^a que tanto batalhou e que está de parabéns, é muito fácil a população entender. É muito fácil. Tenho certeza de que toda a população brasileira já entendeu o quanto batemos aqui, o quanto alertamos aqui, o quanto dissemos aqui que iríamos lutar pelo povo deste País, para que o povo deste País não viesse mais ser sacrificado nos seus bolsos, Senador Papaléo.

Senador Papaléo, meu caro Presidente, os gastos do Presidente da República precisam ser contidos imediatamente.

Um dia após a derrubada da CPMF, os jornais estampam uma faixa presidencial que custou R\$50 mil. De onde sai isso, Senador Mão Santa? De onde sai isso, meu Presidente? Sabe de onde sai isso, meu Presidente? Do bolso da população brasileira. As despesas correntes são demais. Já falei inúmeras vezes isso aqui. Mostrei, em quase todas as semanas, os gastos do Presidente da República. Que necessidade nós temos de ter 37 ministérios? Que necessidade?

E é simples, Mão Santa. É muito simples, Mão Santa! Se diminuirmos as despesas, não precisa acabar. É só enxugar, gastar menos. Se o Presidente da República diminuiu à metade, à metade, as despesas, cobre três vezes a CPMF, três vezes a CPMF. Não estou nem falando no excesso de arrecadação.

Dizem alguns – já vou lhe dar o aparte, com todo prazer –, que não querem estar do lado do povo brasileiro: “Ora, se tiraram o dinheiro da saúde, a saúde vai piorar”. Senador Papaléo, o que a saúde brasileira tem a piorar mais? O que vai piorar mais? Tem alguma coisa a piorar mais? Não há como piorar mais, Senador. Está tudo muito ruim, Senador, em toda a Nação brasileira, em toda a Nação brasileira. Em toda!

O Presidente Lula se convenceu do seguinte: “Eu vou dar Bolsa-Família”. Ótimo! Quem disser que esse programa é ruim, não acredito que esteja dizendo em sã consciência. Digo que já deveria haver um plano para modificá-lo, mas não tirá-lo.

O País é pobre. Mão Santa, se tu não tens nada, e eu te dou R\$130,00, tu adoras quem? Ao Mário Couto. Mas o Presidente Lula tem de entender que isso aí não é o suficiente para diminuir a desigualdade social. O Presidente Lula tem de entender que ele não pode deixar este País sem infra-estrutura, Presidente! O Presidente Lula tem que entender que, além do Bolsa-Família, que não é tudo neste País, ele tem de investir na saúde; ele tem de investir na segurança deste País,

que é uma desgraça; ele tem de investir nas ferrovias, nas rodovias, nos portos, nas estradas brasileiras; ele tem de investir nos aposentados! Vamos falar, eu e V. Ex^a, daqui a pouquinho, dos aposentados. Como estão os aposentados deste País?

Agora que o povo brasileiro foi libertado desse maldito imposto, batemos no nosso peito, aqui nesta tribuna, Senador Papaléo! Dissemos à Nação brasileira que íamos lutar até o fim. Lutamos até o fim, mas não em nosso favor, mas em favor do povo brasileiro. Estamos ameaçados agora.

Olhe a minha cara, Sr. Presidente, de preocupação. Não estou nem um pouquinho preocupado, nem devo estar. Nem devo estar. Primeiramente, fiz um bem à sociedade diminuindo a carga do bolso do brasileiro. Depois, Senador, não tenho sequer um cargo público no Governo Lula. Não desejo cargo público. Não pretendo cargo público. Se me for oferecido, eu digo não. Não quero! Não quero cargo público! Nem Sudam, nem Sudene, nem perereca, nem “meleleca”, nem nada. Absolutamente nada. Não quero um sequer! Quero, sim, viver com minha consciência tranqüila, do meu dever cumprido com o povo do meu querido Pará, do meu glorioso Pará, da minha estrela azul, Pará.

Que o povo paraense possa olhar para mim e dizer que não sou um Senador que se vende, que se troca. Eu não sou! E não vou mudar minha postura jamais neste Senado, em honra da minha família, em honra da minha filha de três anos de idade, que tenho na minha casa. Doa a quem doer, Senador! Podem me perseguir. Já estão me perseguindo. Podem me perseguir, cortar emendas, Senador Agripino. Podem cortar minhas emendas, Governo, que não tenho nenhuma preocupação com isso. Tenho meu caráter, meu trabalho. Tenho minha dignidade. Tenho minha postura racional. Tenho o dever cumprido de proteger o povo. Não tenho medo de perder emendas, mesmo porque, se fazem isso, fazem mal ao povo que iria receber, não a mim. Querem cortar? Cortem! Cortem! Mas eu continuarei denunciando e fiscalizando o Governo desta tribuna. Aquilo que não podem meus eleitores falar, aquilo que não pode o povo brasileiro falar, Mão Santa, temos de falar por eles. E, para isso, ninguém quer e ninguém precisa de ninguém, só da nossa saúde, da nossa dignidade e de Deus, protegendo-nos. Só disso, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um aparte, por favor.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, Senador Papaléo, que está aí, esse movimento foi tão bonito que parece aquele filme que tem aí: “300”, de Esparta. Os

trezentos espartanos defendendo a história, a pátria deles, que era a Grécia, a Esparta, contra a Pérsia, do Xerxes, dando tudo. Foram os 35 Senadores aqui. E os aplausos traduzem isso. Olha, Papaléo, no sábado, fui homenageado e recebi aplausos de pé, em São Paulo. E o José Agripino, que está ali, recebia no Rio de Janeiro uma homenagem de cidadão carioca. Quer dizer, nós, traduzindo aquela grandeza histórica dos trezentos de Esparta, os 35 salvaguardamos os interesses da democracia, a altivez deste Senado. E V. Ex^a, dentre todos os 35, igualou-se ao nosso comandante Arthur Virgílio e ao outro comandante José Agripino. Foi um bravo. Não só o Pará, mas o Brasil todo se orgulha do comportamento do Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Parabéns pelo prêmio que V. Ex^a recebeu com muito mérito. V. Ex^a é um verdadeiro representante do povo brasileiro nesta Casa. Já vi muitos piauienses me dizerem que se orgulham de tê-lo como Senador. E é verdade: é um orgulho ser seu companheiro, seu colega de trabalho e seu amigo, porque tenho certeza de que essa amizade, desde que comecei meu trabalho nesta Casa, é muito sincera. Parabéns, Senador Mão Santa.

Vamos falar um pouquinho agora sobre um determinado assunto, saindo um pouco da CPMF e mostrando como o Governo Lula é.

Olhe, Senador Mão Santa, como estão os aposentados do meu País. Há um projeto nesta Casa há quanto e quanto tempo, Senador Mão Santa? É para isso que o Presidente Lula devia ter sensibilidade. É isto que não comungo, não admito, Senador Papaléo Paes: como matar os aposentados desta forma, à míngua, aos poucos?

Olhe como matam aos poucos: em 2003, o salário mínimo era de R\$240,00; o reajuste do salário mínimo foi de 20%, o dos aposentados, 19,71% – tiraram uma bocada, mas até aí é suportável. Em 2004, o salário mínimo era de R\$260,00; reajuste do mínimo: 8,3%, reajuste dos aposentados: 4,53% – aí já deram a primeira guilhotinada, Senador Mão Santa. Em 2005, o salário mínimo era de R\$300,00; reajuste do salário mínimo: 15,40%, reajuste dos aposentados: 6,35% – brincadeira! Minha Santa Filomena, onde vamos parar? Minha Nossa Senhora de Nazaré! Em 2006, o salário mínimo era de R\$350,00; reajuste do salário mínimo: 16,67%, reajuste dos aposentados: 5%. Calcule como estão os aposentados!

Sabe quanto o Presidente Lula ganha de aposentadoria? Oito mil e quinhentos reais. Sabe com quantos anos o Presidente se aposentou? Com 22 anos de trabalho – se é que teve!

A Lei da Anistia. Que anistia teve o Presidente da República? Para ele está tudo bem. E para os outros, que estão morrendo à míngua? Dizia ele num comício durante a campanha pela Presidência da República – é bom que o País todo saiba disso e não se esqueça – que ele não admitiria jamais que um trabalhador que ganhasse dez salários mínimos, poucos anos depois, pudesse vir a ganhar a metade do seu salário. Ele disse que jamais admitiria isto: que em tão pouco tempo caísse à metade. Ora, é muito fácil: é só votar no Presidente Lula que isso acontece. É só votar no Presidente Lula que isso acontece!

Arrecadação tem demais, receita tem demais, dinheiro – para falar a língua popular – tem demais. O que falta a este Governo é gestão, é isto que falta ao Governo Lula, é gestão. Se ele quisesse melhorar a saúde, já tinha melhorado há muito tempo; se ele quisesse melhorar a educação, já tinha melhorado há muito tempo; se ele quisesse melhorar a segurança deste País, já tinha melhorado há muito tempo; se ele quisesse melhorar a questão dos aposentados, já tinha melhorado há muito tempo. É que não tem gestão. Não sabem administrar o País. Deram o Bolsa-Família, se popularizaram e até logo. E o País está aí...

E querem cobrar imposto do brasileiro. Não! Não vão cobrar não! Neste Senado, a Oposição funciona. Neste Senado, a Oposição protege a população. Neste Senado, a Oposição fala e vota pela população brasileira, defende a população brasileira com unhas e dentes, Presidente. Com unhas e dentes!

Por isso, desço desta tribuna, Senador Agripino, parabenizando-o e dizendo que o povo brasileiro pensa hoje deste Senado algo bem diferente do que pensava a alguns meses atrás. O povo brasileiro hoje, Presidente, tem a certeza de que, neste Senado, há uma Oposição responsável, ética, e que, na hora de lutar pelo povo, luta. Luta e luta com muita convicção, luta com muito amor à sua Pátria, luta com muito desejo de acertar!

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Mário Couto, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. José Agripino (DEM – RN) – Senador Mário Couto, é muito rápido, até porque vou falar em seguida como Líder – peço, a propósito, que o Presidente faça a minha inscrição. Queria prestar um testemunho. V. Ex^a acabou de falar e quero me manifestar com base no que V. Ex^a acaba de dizer. A luta que enfrentamos semana passada foi extremamente estressante, angustiante, trouxe-nos momentos de muita tensão. Por alguns que votaram a favor do fim da CPMF, algumas dúvidas sobrevieram. Mas quero dar um testemunho:

V. Ex^a foi, como todos, firmíssimo do começo ao fim do processo. V. Ex^a nunca tergiversou, nunca deixou margem nenhuma para que se interpretasse que V. Ex^a tinha dúvida com relação ao acerto de seu voto. V. Ex^a deve estar vendo nas ruas do Brasil o povo feliz com o fim de um imposto que significa mais do que o fim de um imposto: é a sinalização de que este País tem uma Oposição que está levando o Brasil para um caminho de carga tributária declinante, para que este País fique competitivo. O fim desse imposto mostrou que a Oposição tem visão de futuro e não se dobra a um governo imperial. É essa a percepção popular. V. Ex^a, com a sua postura firme, com seus discursos veementes, deu uma ajuda importante na vitória que tivemos na madrugada da quinta-feira passada. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador. Tenho certeza de que V. Ex^a foi um dos baluartes nessa grande vitória do povo brasileiro. Vamos ainda ter de lutar muito por nossa sociedade, precisamos lutar muito. Precisamos, como naquela noite, derramar o nosso suor em favor do povo brasileiro tão sofrido. Por isso, Senador, quero dizer a V. Ex^a dos meus sinceros agradecimentos pela postura de V. Ex^a, pela postura do meu grande Líder Arthur Virgílio, que em nenhum momento, repito, oscilou quanto a votar a favor do querido e amado Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Francisco Dornelles.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estou apresentando hoje um projeto de lei que institui o Conselho de Defesa Comercial, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O sistema de defesa comercial do Brasil, Sr. Presidente, precisa de uma formulação que lhe dê maior agilidade na tomada de decisões para proteger a indústria nacional contra a entrada no País de grande quantidade de produtos com subsídios vedados pela lei do comércio internacional.

Hoje, com o problema que temos, ou seja, com a situação decorrente da valorização do real, uma grande quantidade de produtos, principalmente asiáticos, estão entrando no Brasil com subsídios, com práticas de *dumping*, com práticas desleais na área do comércio internacional. E o nosso sistema de defesa, embora constituído por pessoas altamente competen-

tes, está muito lento, principalmente na imposição de direitos provisórios.

O que ocorre hoje é que, quando entra um produto subsidiado, a empresa brasileira pede a colocação do direito compensatório ou da medida *antidumping*, mas leva-se muito tempo para colocar o direito provisório. De modo que, quando se coloca, a empresa brasileira praticamente não resistiu ao impacto das importações subsidiadas.

Isso está ocorrendo em relação a têxteis, calçados e produtos siderúrgicos, e a tendência é ampliar muito. De modo que estou propondo a criação de um Conselho de Defesa Comercial bastante técnico.

Hoje, existe ainda uma distorção muito grande no sistema comercial do Brasil. É que o direito compensatório ou medidas *antidumping*, quando impostas ou quando o órgão técnico propõe que elas sejam colocadas, precisam da aprovação quase de um conselho de ministros, e muitas vezes há interesses conflitantes. Por exemplo, um determinado produto que entra subsidiado no Brasil, com preço baixo, se ele atinge o setor industrial do Brasil, contribui para baixar o preço. De modo que, muitas vezes, o voto de um representante da Fazenda, mesmo sabendo que aquela entrada subsidiada está atingindo setores da indústria nacional, no conselho de ministros, é contra a colocação do direito, porque vê naquilo uma medida anti-inflacionária.

Já vi situações em que todos os órgãos técnicos propugnavam pela colocação de um direito compensatório, de uma medida *antidumping*, mas o Itamaraty, por razões de natureza política, opinava no sentido de que a medida não fosse colocada.

A proposta que tenho é de um Conselho de Defesa Comercial formado por seis pessoas, sendo três indicadas pelo Ministério da Indústria, Comércio e Desenvolvimento; os outros três, pelo setor privado, sendo uma pela Confederação Nacional da Indústria, outra pela Confederação Nacional de Comércio, e a outra pela Confederação Nacional de Agricultura.

Ele teria como atribuições a colocação dos direitos compensatórios contra subsídios condenados pela Organização Mundial de Comércio para as medidas *antidumping* que ferem as leis do comércio internacional, inclusive para homologar compromissos assumidos pelo Brasil nas negociações internacionais.

Eu coloco, Sr. Presidente, este projeto. Estou certo e espero que ele seja amplamente debatido e que receba muitas emendas no Congresso Nacional. Mas considero urgente que, em um momento de abertura da economia, em um momento de globalização, em um momento em que participamos cada vez mais do comércio internacional, tenhamos um órgão de defesa comercial para atuar com agilidade, para impedir que

práticas desleais de comércio, que cada dia se tornam mais comuns no comércio internacional, tenham reflexo sobre o Brasil, atingindo o nosso parque industrial, principalmente setores intensivos de mão-de-obra, principalmente o setor têxtil, o setor calçadista e, mesmo agora, atingindo o setor siderúrgico.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu tinha a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, pela Liderança do Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Expedito Júnior, Senador Mão Santa e Senador Márcio Couto, tenho a impressão de que deve ter acontecido com V. Ex^{as}, neste final de semana – e suponho que o Senador Mão Santa tenha ido ao Piauí; o Senador Mário Couto, ao Pará; e o Senador Expedito Junior, a Rondônia –, o que aconteceu comigo: cumprimentos por toda parte. As pessoas achando que finalmente o Senado conseguiu ganhar uma em nome da sociedade; que o Senado se redimiu de alguns episódios tristes, como a absolvição de Renan Calheiros etc., etc.

Vi até curiosas manifestações, como a de um cidadão, no Rio de Janeiro – aqui está o Deputado Rodrigo Maia, Presidente do meu Partido, juntos estivemos numa bonita solenidade, na sexta-feira, na Assembléia Legislativa, onde tive a honra de receber o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro e a medalha Pedro Ernesto da Câmara Municipal da cidade do Rio –, que me disse: “Curioso, Senador, foram os mesmos 35 os que votaram contra Renan e os que votaram contra a CPMF. No caso de Renan, não deu para ganhar, mas, no caso da CPMF, deu”.

Fazem até esse tipo de ilação. Pode corresponder à realidade, pode não corresponder, mas a percepção popular é muito sábia.

O que é fato é que a população do Brasil está agradecida ao Senado.

Agora, curiosamente, Senador Expedito Júnior, li no final de semana – Senador Papaléo Paes, esqueci de mencionar V. Ex^a, que deve ter ido ao seu Amapá e deve ter sido vivamente cumprimentado pelas suas posições firmíssimas; hora nenhuma tergiversou ou deixou margem para interpretação de que o voto de V. Ex^a não seria no rumo do que foi. Assisti até a embates duríssimos de V. Ex^a com colegas do PT, fui testemunha –, e V. Ex^a deve ter lido, Senador Papaléo Paes, algumas notícias de pessoas ligadas ao Governo fa-

lando que estaríamos inclinados a votar um pacote de tributos novos porque estaríamos arrependidos.

Arrependidos de ter feito bem ao Brasil, aos Estados e aos Municípios? Arrependidos daquilo que estamos sentindo nas ruas do Brasil? Arrependimento de quê? “Ah! Não. Só 17 milhões de brasileiros pagam CPMF.” Que conversa é essa? Os brasileiros todos pagam CPMF e todos vão se beneficiar do fim da CPMF. Os que têm conta em banco vão deixar de pagar o imposto, a CPMF, a partir de 1º de janeiro; os que não têm vão passar a comprar o pão, o leite, a farinha, o arroz, o feijão, a carne, seja o que for, mais barato, porque não vão ter mais a incidência perversa da CPMF, cobrada por quem vende no retalho a quem compra em dinheiro. Quem compra e paga com cheque, paga direto; quem compra e paga com dinheiro, paga com dinheiro a quem comprou alguma coisa que lhe vendeu e que comprou com cheque. Pagou a CPMF e vai descontá-la dele, que pagou em dinheiro. E gerando o quê? Inflação, claro! Fica tudo muito mais caro.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a é um homem de bem. Compreendo as razões de V. Ex^a. Eu ouvi uma observação muito interessante. Eu não sei se V. Ex^a sabe, mas a taxa de juros do mercado internacional – da *city* londrina e de *Wall Street* em Nova York – anda em volta de 5%. Se você tiver dinheiro para comprar títulos americanos, vai receber um rendimento da ordem de 5%. Cinco por cento significa 0,4% ao mês. Na *city* londrina, a taxa de juros é equivalente. As multinacionais que estão no Brasil, que produzem coisas e querem vender, vendem parceladas em 36 ou 48 meses, porque a inflação, hoje, no Brasil, é baixíssima; está na faixa de 4%. Tem multinacional vendendo abaixo de 1% ao mês; tem multinacional vendendo com a taxa de juros a 0,56% ao mês.

E uma pessoa me disse: “Já pensou, Senador, o que é que vocês fizeram?”. O Brasil, hoje, pela inflação praticamente bem perto de zero, que começou lá com Fernando Henrique, no Plano Real, baixando, baixando, até se estabilizar agora, possibilitou a que os brasileiros pudessem comprar o liquidificador, a geladeira, a motocicleta e até o automóvel, que nunca tiveram a oportunidade de comprar, porque podem pagar em 48, 72 meses, com uma taxa de juros confortável para eles. Há pessoas que produzem e conseguem trazer o dinheiro lá de fora para fazer um financiamento, com desconto em folha, por exemplo, com garantias, a 0,56% ao mês.

Senador Mão Santa, veja a loucura que estava acontecendo e que nós matamos! O cidadão comprava um bem, financiado pela financeira de uma multinacional, que trazia o seu dinheiro, para financiar a taxa de juros do exterior a não 0,4%, mas a 0,56%, 0,60%,

0,70%, 0,80%, 0,90%, que é o caso dos automóveis. E a CPMF equivalia a 0,38%; e ainda equivale. Ou seja, financia-se para pagar 0,56% e, na hora de pagar, tome-lhe 0,38% de CPMF, quase igual aos juros do financiamento do bem que se compra. Que loucura que estávamos vivendo! Que loucura que estávamos vivendo! E as pessoas percebem isso, sabem disso, pagam isso, vivem isso. Estão satisfeitas, aplaudem aqueles que os livraram desse ônus.

Senador Papaléo Paes, falam de arrependimento. Arrependimento de ter colocado R\$40 bilhões nas mãos da população brasileira toda, dos pais, das mães, das crianças, dos avôs, das avós, dos netos? Os R\$40 bilhões que deixam de ir para os cofres do Estado – só da União, Estados e Municípios não – agora ficam de posse da população.

O brasileiro, a partir de 1º de janeiro, não vai mais pagar aquele imposto do cheque, que é de 0,38% para rico, para médio e para pobre; igual para todo mundo, pois todo mundo paga, direta ou indiretamente. Esse dinheiro vai ficar no bolso dele. Para fazer o quê? Para fazer o que quiser, cidadãos ou empresas. A empresa que não vai ter mais de pagar a CPMF – veja só se há razão para arrependimento de nossa parte – vai se capitalizar. Se não vai pagar a CPMF, vai se capitalizar. Capitalizar para quê? Ou para comprar mais máquina e equipamento, ou para contratar mais gente. E, comprando máquina, equipamento e se capitalizando para crescer, pagará imposto, pagará ISS a Município, que não recebia uma prata da CPMF; pagará ICMS do que comprar, beneficiando os Estados, que não recebiam uma prata da CPMF; ou pagará IPI, ou pagará PIS, ou pagará Cofins. Aquele dinheiro que ia para as mãos do Governo fica nas mãos do cidadão ou das empresas. O cidadão vai fazer o que quiser com esse dinheiro, vai ser o organizador da atividade que ele vai querer fazer ou praticar com aquele dinheiro que agora é dele, que não tem mais obrigação de dar à União.

E o que vai acontecer? Se fica com as empresas, elas se capitalizam e crescem. Crescendo, pagam imposto a Estado, a Município, que não viam coisa alguma, ou à União. Retorna em imposto, para que a União, aí sim, possa aplicar, por exemplo, na saúde ou no Bolsa-Família. Mas o mais importante disso tudo, Sr. Presidente Papaléo, é que, na hora em que se tem R\$40 bilhões nas mãos da União, isso faz parte do Produto Interno Bruto, mas só que estanque, fechado; não se reproduz, não se multiplica. Nas mãos da população, das empresas, é um capital dinâmico, que tende a crescer o PIB. Crescendo o PIB, cresce vantagem para todo mundo no Brasil.

Por isto que votamos pelo fim da CPMF: para beneficiar Estados, Municípios, para beneficiar o cidadão

e para dizer, evidentemente, a este Governo que está na hora de pensar em baixar a carga tributária, está na hora de o Governo se obrigar a fazer a reforma tributária, que agora vai fazer. Agora vai, porque...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com muito prazer, ouço V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, não vou dizer que V. Ex^a é a maior inteligência, mas, dos 183 anos, V. Ex^a é uma das maiores inteligências. Eu vi V. Ex^a contestar aquele programa da mamona, do Piauí. Economicidade. Atentai bem! Isso muito antes. Aquilo que dizia Henri Ford, o pioneiro da indústria: “maior quantidade em menor tempo e menor custo”. Eles não viram e saiu. Quero colaborar com V. Ex^a. V. Ex^a disse que estaríamos cada um no nosso Estado. Eu gostaria de estar no Piauí. Senador José Agripino, atendi a um convite, já tinha tido um antes – já falei, mas V. Ex^a não estava aqui, um quadro vale por dez mil palavras –, de uma instituição fundada por Ulysses Guimarães em São Paulo. Hoje ela mudou, porque as necessidades são outras. Eles valorizam e prestigiam empresários, professores, químicos, médicos, cientistas e políticos. E eu fui convidado. Senador José Agripino, o evento foi no Hotel Holiday Inn, em São Paulo, com umas mil pessoas. Quando o Presidente da instituição, que faz 31 anos, fundada pelo Ulysses Guimarães, disse “Está aqui o Senador que convidamos para ser homenageado como destaque. Ele foi um dos que lutou contra a CPMF...” José Agripino, aplaudiram de pé. Sei que aquilo não foi para mim, de maneira nenhuma, foi para a grandeza do Senado que enterrou a CPMF. Senti e vi ali, em São Paulo! São Paulo é São Paulo, não era no meu Piauí. Os que se aproximavam chegavam a dizer o que significava isso, o que eles iam dar de emprego. Então, os aplausos foram para esses 35; esses 35 estão na história deste Parlamento de democracia, como os gregos lembram aqueles 300 de Esparta.

Foi isso. E V. Ex^a e o Senador Arthur Virgílio foram os grandes comandantes dessa vitória da economia e da riqueza. O dinheiro, nós que fomos prefeitos e governadores, vai circular, vai dar mais ICMS e vai cair nas mãos dos honrados Prefeitos e dos Governadores. Sairá dos cofres da União e irá para os das Prefeituras. Essa massa de R\$40 bilhões está circulando, e o ICMS aumentará, indo 25% para os Prefeitos e 75% para os Governadores. Então, é a divisão do bolo. Aqueles aplausos, com certeza, foram para os nossos comandantes Arthur Virgílio e V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Mão Santa, muito obrigado por sua generosidade. Cumprimos aquilo que era o dever partidário.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – A posição que tomamos, desde o primeiro momento, de fechar questão, ouvidas as bancadas da Câmara e do Senado, foi cumprir aquilo que está escrito no nosso manual programático, aquilo que está nos nossos estatutos. Fizemos aquilo que tínhamos de fazer, para sermos fiéis aos compromissos que tomamos por escrito e que estão nos nossos estatutos: lutar contra o aumento de carga tributária.

Senador Mão Santa, tenho certeza absoluta de que este País vai viver, de janeiro para frente, progressivamente dias cada vez melhores. O consumo das famílias vai aumentar, porque o dinheiro estará nas mãos das famílias, os R\$40 bilhões que eram recolhidos. A taxa de juros ou as condições para compra financiada em quarenta ou cinquenta meses vão melhorar, porque em vez de 1%, 0,56% ou 1,5%, vai-se pagar isso menos 0,38%. Não paga mais CPMF, vai descontar 0,38%.

Vai estimular o consumo. Estimulando o consumo, haverá imposto para Estados; dando mais dinheiro ao cidadão, ele vai comprar serviços, vai dar imposto aos Municípios, que não tinham uma prata da CPMF e vai ser estimulada a produção, porque, pela capitalização das empresas, as empresas vão crescer, vão contratar gente, vão gerar emprego e pagar impostos.

Este País pode entrar em um círculo virtuoso, Senador Expedito Júnior. E foi pensando nisso, que votamos pelo fim da CPMF. E isso vai acontecer. Não há como não acontecer.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Expedito Júnior.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – Senador Agripino, V. Ex^a sabe que o respeito muito, que tenho procurado seguir sempre suas orientações nesta Casa e que tenho procurado me aconselhar muito com V. Ex^a. Sou um dos mais jovens Senadores desta Casa. Estou procurando fazer aquilo que prometi ao meu Estado, à população de Rondônia, que representa o Brasil. Ouvi muitos discursos dizendo que, se, de repente, não votássemos a matéria naquela madrugada, se deixássemos como propôs o Senador Pedro Simon, se a votássemos mais tarde, o resultado seria outro. Eu penso diferente; acho que não. Havia ali 35 Senadores decididos. V. Ex^a é testemunha das pressões que recebemos, que não foram poucas, foram muitas. Por sermos da base aliada, custou-nos, de repente, um preço um pouquinho mais caro votarmos exatamente como entendo, e assim como V. Ex^a acabou de mencionar, que demos um salto. Creio que o Senado demonstrou uma certa independência, que já deveria ter demonstrado há muito tempo. O Senado não é igual à

Câmara, sem querer criticar a Câmara dos Deputados. Mas, lá, passa-se um rolo compressor. Aqui, não; aqui é diferente. Eu disse, hoje, da tribuna do Senado – e o digo na mesma linha do pronunciamento de V. Ex^a: falam que estamos tirando dinheiro da CPMF. Não o estamos tirando; nós o estamos devolvendo ao povo brasileiro, que, certamente, sabe gastar melhor que o Governo. O dinheiro estará no bolso de cada cidadão brasileiro que paga CPMF. Tenho o mesmo posicionamento de V. Ex^a. Portanto, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo mais uma vez. Desde que cheguei a esta Casa, tenho defendido os interesses do meu Estado, principalmente em relação a duas coisas: Beron e transposição dos servidores do meu Estado. V. Ex^a é testemunha do quanto tenho brigado por isso, e espero resolver o problema. Não consegui dar esse presente ao meu Estado em 2007. Mas, agora, com o apoio de V. Ex^a, com o apoio do PSDB, com o apoio de Arthur Virgílio e de tantos outros Senadores, inclusive dos da Base, espero resolver esse problema, que está entalado na garganta do povo de Rondônia. Refiro-me à questão do Banco do Estado de Rondônia e da transposição dos servidores do meu Estado. Parabéns a V. Ex^a! E, se eu tivesse de votar, hoje, a matéria relativa à CPMF, aqui estaria eu, cumprindo com meu dever e com minha obrigação, votando como cidadão, votando com o povo do Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Expedito Júnior, V. Ex^a sabe que o núcleo duro da resistência à aprovação da CPMF iniciou-se com o fechamento de questão por parte dos Democratas. Os tucanos, em um gesto de desprendimento e na tentativa de entendimento, sentaram-se à mesa de negociação algumas vezes com o Governo, até perceberem que aquela negociação não ia chegar a nada de conveniente e interessante à população brasileira. Romperam as negociações, e nos juntamos. Eram 14 democratas com mais 13 tucanos. Dizíamos e jurávamos de pé juntos: não vai falhar nenhum dos 14 e nenhum dos 13. Mas 14 com 13 são só 27. Tínhamos de ter 32 votos para derrotarmos a prorrogação da CPMF.

Não fosse a firmeza de V. Ex^a, que, mesmo com os interesses do seu Estado, ficou ao lado do Brasil – e V. Ex^a vai ter nosso absoluto apoio na pretensão que V. Ex^a tem em relação à causa do Beron; pode estar certo que estaremos lutando juntos para ganhar ou para perder; mas para ganhar –, de Mozarildo Cavalcanti, de César Borges, de Romeu Tuma, de Jarbas Vasconcelos, de Mão Santa, de Geraldo Mesquita e de José Nery, não teríamos alcançado os 35 votos. Não foram 35, porque Mozarildo foi às exéquias do Governador Ottomar Pinto, mas a ausência dele contou voto a nosso favor. Não fosse a decidida atuação

de V. Ex^{as}, não teríamos conquistado esse benefício para o povo brasileiro.

É preciso que as pessoas percebam que houve uma reunião de forças de pessoas que souberam resistir e que foram até o fim, debaixo de todo tipo de pressão. Luta de Davi contra Goliás, em que ganhou a sociedade, ganhou o cidadão brasileiro, ganhou o emprego, ganhou o crescimento do PIB, ganhou a competitividade, ganhou a perspectiva de um futuro equilibrado para o País.

Iniciamos uma escalada em que o Brasil pode se ombrear com os países do Bric – a Rússia, a Índia e a China –, que crescem perto do dobro do que nós crescemos. Brasil, Rússia, Índia e China fazem parte do Bric, e o Brasil, por conta da carga tributária, está cada vez mais distante dos outros três. Demos um passo na corrida do crescimento, na ocupação de espaço, no campo econômico internacional. Precisamos conseguir instrumentos para nos colarmos nessa turma e gerar emprego aqui dentro. Mas o País vai dever e vai reconhecer.

O Governo está sem muita nitidez: uns dizem que vai haver aumento de impostos; o Presidente diz que não. Espero que a lucidez, a sensatez, a racionalidade se sobreponham ao fígado. Agir com o fígado, em política, não é conveniente. Não conquistamos vitória para nós; conquistamos vitória para o cidadão brasileiro. O cidadão brasileiro é tão comprometido com V. Ex^a, comigo, com o Senador Mão Santa, com o Senador Mário Couto quanto com o Presidente Lula. Somos todos irmãos. Conquistamos um benefício para o cidadão. Lula pode imaginar uma coisa, nós imaginamos outra. Ganhamos, e o povo está aplaudindo. Vamos respeitar o aplauso do povo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já, já, Senador Suplicy.

Agora, que não nos ameacem com uma afronta ao Congresso Nacional, que votou em nome da sociedade. Pacote de tributos, aumento de carga tributária em resposta ao fim da CPMF é uma afronta ao que o Congresso acabou de decidir. E, se houver afronta, saberemos resistir, em nome do sentimento da sociedade brasileira.

Ouçó, com prazer, o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Agripino, respeito as considerações e a avaliação de V. Ex^a, mas me sinto na responsabilidade de aqui esclarecer alguns dados. Quando V. Ex^a menciona que, graças à votação, restituíram-se ao povo brasileiro R\$40 bilhões, V. Ex^a deixa de registrar um fato importante. Todos estamos conscientes de que a

CPMF tem um sentido, sim: ela é cobrada sobre todas as operações financeiras; tem um aspecto cumulativo, que faz com que a incidência sobre certos produtos atinja a todos; ela tem um caráter, na sua cobrança, que pode ser considerado levemente regressivo; todavia, no que diz respeito à forma como é despendida, não cabe dúvidas. A forma de se utilizar a CPMF é a seguinte: a parte dos 0,20%, mesmo com a DRU, vai para a Saúde; a parte que vai para a DRU, depois, segundo explicações que nos foram dadas, também é destinada a programas de saúde e programas sociais; a parte que vai para a Previdência é destinada especialmente para cobrir a população da área rural...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – (...) que, por muito anos, não recolheu para a Previdência e recebe a aposentadoria após a idade prevista em lei. E isso representa, para milhões de brasileiros, inclusive para o Nordeste brasileiro, remuneração muito significativa, que tem aspecto importante de distribuição de renda. E a parte referente a 0,08%, que vai para o Fundo de Combate à Pobreza, destina-se, em 92,11%, conforme tudo que nos veio ao conhecimento, ao financiamento do Programa Bolsa-Família, que, hoje, alcança 11 milhões de famílias, o que corresponde a praticamente um quarto da população – exatamente a população mais pobre. Então, é fato:

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – (...) apenas 45 – e não 49 Senadores, um número até maior dos que foram contrários à CPMF, não obstante não tenhamos obtido número suficiente – votaram com o entendimento de que a CPMF tem um caráter redistributivo importante, visando a maior equidade social. Avalio, diante do resultado, que, agora, precisamos, juntamente com a oposição, o Democratas e o PSDB, analisar o que fazer e quais serão os próximos passos para se assegurar o volume de recursos necessários aos gastos e programas, tão importantes para a população, na área da Saúde, e para não se verem interrompidos o programa Bolsa Família...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – (...) bem como o pagamento da Previdência. Sobre isso, espero que tenhamos um diálogo construtivo. Aliás, é interessante que o Presidente Lula esteja dizendo: “Bem, diante do resultado, vamos contar até dez e ver que tipo de diálogo vamos ter com o Senado e com o Congresso Nacional”. Acredito que haverá uma proposição que possa levar em conta o resultado que, democraticamente, aconteceu. Respeitamos isso, mas

temos a responsabilidade de estabelecer um diálogo em proveito da Nação brasileira. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Suplicy, não tenha nenhuma dúvida de que, de minha parte e da parte do Democratas, haverá o diálogo construtivo. Não tenha nenhuma dúvida sobre isso, mas não com imposições nem com atitudes imperiais, evidentemente.

Fique tranqüilo, Senador.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – O programa Bolsa-Família está longe de ser afetado, longe. Isso ficou claríssimo, na noite da quinta-feira, quando o Governo mandou-nos aquela carta que tardiamente chegou. Ele fazia uma proposta de destinação progressiva de todos os recursos da CPMF para a Saúde. Ora, se destina tudo para a Saúde é porque prescinde dos mesmos recursos para a Previdência e para o Bolsa-Família. Se joga tudo para a Saúde, é porque tem de onde tirar dinheiro para a aplicação da CPMF na Previdência e no Bolsa-Família. Então, isso nos tranqüiliza a todos.

Fique V. Ex^a, Senador Suplicy, certo de que, agora, em cima de uma proposta de reforma tributária, que vai ter que vir, faremos as avaliações lúcidas, sensatas. Eu jamais deixaria de atender às necessidades patrióticas do País. Nunca! Agora, o que é preciso fazer? O excesso de...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – (...) arrecadação vai acontecer? Já aconteceu em 2007. De quanto vai ser em 2008? Esse número tem de ser considerado. Do contrário, vai se fazer o que se fez neste ano: medida provisória uma em cima da outra, fazendo crédito extraordinário para contemplar TV pública, para gerar expectativa de criação de 26 mil novos empregos, criação de um Ministério a mais, o 38º, ou coisas que não são importantes, como importantes são a Saúde, a Educação etc.

Então, faremos uma avaliação do excesso de arrecadação que vai acontecer, faremos uma avaliação da qualidade do gasto público, para cortar aquilo que é desnecessário, e faremos o confronto dos números para, se houver necessidade, encontrarmos, na reforma tributária, a fórmula de contemplar aquilo que o País precisa para viver. É isso que tem de ser feito e é isso que vai ser feito.

(interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Já encerro, Sr. Presidente.

De nossa parte, com absoluta tranqüilidade, com total sensatez, com espírito desarmado, quero dizer que

gostei da declaração equilibrada do Presidente Lula, que, em um primeiro momento, disse uma coisa que não me agradou, mas, num segundo momento, já disse coisas que eram sensatas: que não havia expectativa de criação de novos impostos, que era preciso parar para pensar e estabelecer um diálogo construtivo. É isso que nós queremos fazer.

Agora, que fique claro: arrependimento dos que votaram, zero, porque votaram com consciência, votaram sabendo o que estava para acontecer e vai acontecer: seguramente, um Brasil melhor.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP.) – Senador Suplicy, a Mesa concede a palavra a V. Ex^a. (Pausa.)

V. Ex^a declina da sua inscrição?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, vou à tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP.) – V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para os demais vinte minutos e para mim cinco?

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a quer vinte minutos? Vou-lhe dar quarenta.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Gilvam. Que V. Ex^a possa ser generoso comigo.

Eu gostaria de relatar a visita que fiz, na última quinta-feira, 13 de dezembro, ao Bispo de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio, em Sobradinho, na Bahia. Ele estava em seu 17º dia de jejum e oração, na Capela de São Francisco.

Hoje, ele prossegue no 20º dia e, segundo as informações que recebo, encontra-se em situação mais debilitada. Ele pediu para não mais dar entrevistas ou falar ao telefone, a não ser por última emergência, mas quero dizer que o encontrei em ótimo estado de espírito, até de bom humor, falando de maneira serena e equilibrada sobre o seu firme propósito de só voltar a se alimentar se o Governo parar as obras de transposição do Rio São Francisco. Ele quer que, antes, sejam realizadas as obras de revitalização, segundo as recomendações da Agência Nacional das Águas (ANA) e da Articulação do Semi-Árido (ASA).

Ele faz a avaliação de que o projeto de transposição não tem levado em conta, devidamente, os danos que podem ser causados ao meio ambiente e às

populações ribeirinhas, inclusive de índios. Sobretudo, Dom Luiz Flávio Cappio considera que deveria haver um debate muito mais amplo e aprofundado de todos os prós e contras, com possibilidade de decisão prévia pelo Congresso Nacional e, eventualmente, até por referendo popular, antes da retomada das obras.

Eu já o conhecia há pouco mais de um ano, desde a sua primeira greve de fome, em função da amizade que desenvolveu por ele o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, que, ao assistir a uma missa que ele celebrou no Convento de São Francisco, no Largo São Francisco, ficou muito impressionado com sua força e sua mensagem a todos os presentes. Então, Paulo Nogueira Batista Júnior sugeriu-me que o ouvisse também.

Eu o convidei para, com seu cunhado Luiz Augusto e com Paulo, almoçar em minha residência. Estava presente meu filho Supla e, na ocasião, pude perceber a força de sua mensagem e conhecer mais de perto a sua vida.

Paulo Nogueira Batista renovou o seu apelo agora e assim também o fizeram João Pedro Stédile, do MST, durante o Encontro dos Amigos do MST, no sábado retrasado, José Celso Martinez Corrêa, o Deputado Adão Preto, do PT, os amigos da Pastoral da Terra e tantos outros.

Inclusive, na madrugada de quarta para quinta-feira, quando estávamos debatendo, aqui, a CPMF, tive a oportunidade de conversar, por telefone, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, informei-o de que estava considerando fazer uma visita a D. Luiz Flávio Cappio, até para atender a esses apelos e ao meu próprio impulso pessoal de conhecer mais de perto a situação em Sobradinho.

O Presidente então me disse da sua avaliação sobre a sua própria experiência de greve de fome que fez no início dos anos 80 como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, durante o período em que esteve preso no Dops. Aliás, o responsável era então o hoje Senador Romeu Tuma. No sexto dia de greve de fome, houve um pedido da Igreja, de Dom Cláudio Hummes, no sentido de que ele paralisasse a greve de fome. Naquele caso, que guarda uma relação com este, o Presidente Lula suspendeu a sua greve de fome que era uma protesto. Ele imagina que também poderia acontecer algo de natureza semelhante.

Considereei muito importante ir até Sobradinho; tive a oportunidade de conversar longamente com Dom Luiz Flávio Cappio e fiquei muito impressionado com a sua força interna. Assisti à missa que tem sido rezada diariamente às 19 horas, desde que ele começou a sua greve de fome, em 27 de novembro passado,

missa que foi concelebrada por aproximadamente 12 sacerdotes das diversas dioceses que ali vieram para dar-lhe o apoio.

Avalio que havia cerca de 300 pessoas que lotaram a Igreja, expressando um sentimento muito forte de solidariedade.

Após a missa, antes que Dom Luiz Flávio Cappio se deitasse, tivemos mais uma conversa, concluída com a bênção que lhe pedi para que eu possa estar bem com os meus próximos e, assim, também poder ajudar melhor a sua causa em defesa da vida e com abundância para todos.

Avalio que Dom Luiz Flávio Cappio é como o bom pastor, que procura dar a vida por suas ovelhas. É muito importante que nós possamos fazer um esforço, atendendo inclusive ao apelo de todos aqueles que aprenderam a respeitá-lo e a amá-lo, sobretudo ali na comunidade de moradores de Sobradinho, de Barra e de toda a região do Rio São Francisco para que possamos todos colaborar para que possa haver o seu direito à vida.

Quero cumprimentar a CNBB que, junto com o Presidente Lula, tem procurado realizar um diálogo de compreensão para com a atitude de Dom Luiz Flávio Cappio.

É bem verdade que houve uma solicitação por parte do Vaticano, transmitida em nome do Vaticano, para Dom Luiz Flávio Cappio interromper, parar com o seu protesto.

Hoje conversei com o Ministro Patrus Ananias e até sugeri que dialogasse com Dom Luiz Flávio Cappio quando eu estava ali ao seu lado. Observo aqui a opinião de Patrus Ananias, que avalia como inaceitável ir ao extremo, ao auto-martírio; que fica muito difícil essa intransigência. Segundo Patrus, é como se dissesse: façam o que quero, senão vou me matar. Entretanto, é preciso colocar as coisas na devida perspectiva. Quando, por exemplo, Mahatma Gandhi, em diversas ocasiões, como Dom Luiz Flávio Cappio, que avalio se inspira muito nos gestos de Mahatma Gandhi, resolveu fazer greve de fome para dobrar à força a vontade do império da Inglaterra, que não queria conceder independência à Índia, muito certamente havia vozes que lhe diziam que aquele gesto se constituía uma insensatez.

Eu tenho o conhecimento de que há muitos Senadores aqui, inclusive de Estados do Nordeste, que são plenamente favoráveis à transposição das águas do Rio São Francisco. Hoje, o Ministro Geddel Vieira, ontem, o Ministro Ciro Gomes e o próprio vice-Presidente José Alencar, que esteve responsável pelo projeto de transposição, certamente acreditam... Ainda ontem à noite, liguei para o Deputado Ciro Gomes e disse a

ele que quero amanhã fazer uma visita para ouvir todos os seus argumentos a favor da transposição.

Participei da Caravana da Cidadania, quando o Presidente Lula, numa de suas campanhas, nos anos 90, veio desde Garanhuns, Caetés até São Paulo, até Vicente de Carvalho. Passamos por Canudos e por toda a região do Rio São Francisco. Naquela ocasião, nós estávamos acompanhados por um dos maiores geógrafos brasileiros, o Professor Aziz Ab'Saber. Gostaria, Sr. Presidente, de aqui transcrever e citar alguns dos aspectos abordados por Aziz Ab'Saber, que é um dos maiores conhecedores de tudo o que se passa no Brasil.

Ele, por exemplo, avalia, no seu artigo *A seca e o velho Chico*, que a transposição do Rio São Francisco seria boa para os ricos mas não tão boa para os pobres. Passo a ler alguns trechos de seu artigo:

“A procura de soluções para resolver ou atenuar as consequências dramáticas dos períodos de seca para o homem e a sociedade dos sertões nordestinos é uma busca que deveria ser permanente entre todos os brasileiros. Entretanto não é fácil encontrar soluções, ainda que parciais, para resolver os problemas dos habitantes do extenso território dominado por uma geografia humana sofrida. Nunca será demais lembrar que o geógrafo Jean Dresh, em 1956, comentou as sutis diferenças existentes entre um verdadeiro deserto quando comparadas com a realidade física e fitogeográfica do domínio das caatingas. Essa pode ser considerada a região semi-árida mais povoada do mundo, mesmo porque aqui tem gente por toda parte, enquanto nos verdadeiros desertos os grupos humanos ficam muito distantes entre si circunscritos a raros pontos de oásis. E completava o grande conhecedor do Saara que, nós brasileiros iríamos ter os maiores problemas para resolver ou minimizar a série de questões que afetam uma população dessa grandeza avantajada. Os sertões do Nordeste seco constituem no seu conjunto o domínio da natureza de grande exceção, mais quente e menos chuvoso de todo o território brasileiro. Encontra-se em posição marcadamente subequatorial projetando-se através de dois braços para regiões tropicais situadas nos dois bordos da Chapada Diamantina, Bahia, respectivamente no médio baixo vale do São Francisco e a região que envolve o recôncavo baiano projetando-se para o Sudeste.

Trata-se da grande área conhecida pelo nome de “polígono das secas”, onde as precipitações anuais nas depressões interplanálticas colinosas recebem de 286 a 750 mm por ano, e uma temperatura de 27 a 29 graus. Há que considerar essa elevada taxa de calor para entender a fortíssima evaporação que afeta grande parte dos domínios das caatingas. A justificável

inversão terminológica que os nordestinos têm para os dois semestres opostos traduz-se no uso da expressão “inverno” para os seis meses de verão chuvoso, enquanto o verdadeiro período astronômico de inverno é chamado de “verão”, pela taxa de temperatura, secura do ar e intermitência sazonal da drenagem. E é no semestre de maior secura e evaporação hídrica que a esmagadora maioria dos rios do polígono das secas “cortam”, perdendo seus fluxos de água e expondo seu leito seco e arenoso em todos os sertões.

Ao longo do século que findou, aconteceram muitas propostas e experiências dirigidas para atender as necessidades da população sertaneja do Nordeste Seco. Por meio século predominou o ideário dos açudes, os quais se multiplicaram esparsamente onde foi possível. Foram estabelecidos açudes em diferentes tipos de sítios e setores de rios intermitentes. Iniciou-se o processo de construção de uma barragem espetacular nos extremos de pontões rochosos de Quixadá, uma resposta do Segundo Império aos problemas criados pelo repique de secas nos anos entre 1879 e 1882. Infelizmente, a várzea existente a jusante do açude era muito restrita, não podendo oferecer grande espaço para irrigação, fato que se repetia em muitos outros casos, culminando pelo boqueirão de Curemas, no sertão da Paraíba.

Ali se construiu um importante açude a montante de um boqueirão de tipo apalachiano (*water gap*), em uma garganta cortada por um rio no meio de uma crista quartzítica. Entretanto, o sítio não possuía várzea para irrigação a jusante, e, por essa razão, as águas barradas ficavam apenas salinizando postadas em espaços outrora dominados por correntes de águas doces. Felizmente, muitos outros casos de açudes de porte pequeno ou médio tiveram maior importância social, sobretudo quando construídos próximos de pequenas cidades ou lugarejos. Embutidos em áreas colinosas próximas de estrangulamentos de drenagem de rios e de riosinhos intermitentes, três barramentos sertanejos, no cotovelo perene do Rio São Francisco, fornecem águas para alguns espaços de irrigação regionais, ainda que o volume principal das correntes fluviais esteja centrado na produção de energia elétrica (Paulo Afonso/ Itaparica/ Xingo).

A partir da implantação de estradas e caminhos interligando os mais diversos quadrantes dos sertões, aconteceu um modelo impensado de miniaçudes, de um certo interesse para algumas propriedades rurais. Em áreas de aterros, cruzamento de pequenos vales, formou-se uma série de barramentos criadores de pequenos açudes. Antes disso, na tradição popular sertaneja, em alguns setores da região formaram-se miniaçudes, em áreas de cruzamento dos “caminhos”

de água identificados durante a escorrência de águas das chuvas. Não é sempre que se encontram sítios para o estabelecimento de “barreiros”. Em alguns deles foi necessário construir cercas para evitar que o gado interferisse nas bordas lamosas da preciosa água ali empoçada.

Aqui chegando, podemos reconhecer formas de convivência tradicionais para sobrevivência nos amplos espaços do Sertão na listagem das estratégias de sobrevivência engendrada pelos próprios homens do Nordeste Seco.

“Barreiros” espaçados, fileiras de altos vasos de barro para receber águas que no período chuvoso escoam dos telhados das casas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Continuando, Sr. Presidente:

Pequenos e escuros compartimentos, dotados de uma bacia de tijolos e cimento para resguardar água coletada durante a época chuvosa. Minúscula quantidade de água empossada em buracos de rocha em lajedos expostos.

Uma das mais notáveis formas de convivência dos sertanejos, em relação à dinâmica das chuvas e rios regionais, é, sem dúvida, o uso do leito seco dos cursos de água que perdem correnteza por cinco a sete meses. Denotando criatividade, os agricultores que procuram obter produtividade durante o processo de rebaixamento das águas dos rios intermitentes sazonários regionais constroem leirões – hortas estreitas e longas, transversais ao eixo principal do rio –, plantando touceiras de mandioca, feijão e milho nessas verdadeiras hortas inventadas por eles próprios.

Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, peço a generosidade de V. Ex^a. Trata-se de uma colaboração...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– V. Ex^a necessita de quanto tempo para concluir?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se V. Ex^a pudesse me dar quinze minutos, eu adoraria.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Vou conceder mais quinze minutos. O Senador Mão Santa vai falar também. É importante. É sobre a greve.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É sobre Dom Flávio Cappio e o Rio São Francisco. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, peço-lhe um pouco de paciência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Continuando, Sr. Presidente:

Eles sabem que os rios secam, dizem que “cortam”, mas uma lâmina de água permanece abaixo das areias dos leitos expostos, entre travessões de rocha resistente. E, para evitar que as raízes de suas plantas apodreçam, eles adotaram a técnica dos leirões, um novo modelo produtivo e útil de horticultura adaptada às condições clima-hidrográficas da região. Desde há milênios foi inventada a técnica de culturas em estreitos terraços, obedecendo as curvas de nível das vertentes de morros, o que foi criado no Nordeste com as culturas de vazante de rio.

Perguntando a um roceiro que cuidava de seus leirões na manhã quente dos sertões de Jaguaribe se era econômico aquele tipo de produção, ele respondeu: “Nos grandes espaços dos sertões, onde predominam propriedades dedicadas à pecuária extensiva, o nosso caso é único. O único espaço que nos sobrou para uma atividade produtiva, comprovadamente bem-sucedida, foi o uso do leito dos rios que perde a correnteza; espaços estes que não pertencem a ninguém, e que são utilizados por nós, os vazanteiros”. A maior prova da importância do seu trabalho nos foi argumentada pelo fato de que os produtos de seus leirões são colocados a preços baixos em todas as feiras dos sertões regionais. Entretanto, o roceiro que cuidava de seus leirões nos contava que os grandes proprietários regionais não residentes conseguiam que instituições públicas localizadas em grandes cidades costeiras do Nordeste providenciassem a liberação de água dos açudes para que eles pudessem usar ao seu serviço e economia. De forma que as águas liberadas dos açudes em épocas críticas das semiaridez redundassem em um estrago total da horticultura dos leirões. Sem comentários. Além disso tudo, houve uma proposta bastante singela de gotejamento, feita pelos técnicos da Sudene e do Dnocs: proposta de muito pequeno alcance no espaço total das caatingas.

Por fim, emergiu de novo a velha idéia da transposição das águas do São Francisco para o setor setentrional do Nordeste Seco. Todas as propostas feitas ao longo de oitenta anos foram insuficientes para atender ao conjunto da região semi-árida mais povoada do mundo. Açudagem: multiplicação de açudes em diversos setores dos sertões regionais, a maioria dotados de pequenas várzeas irrigáveis a jusante das barragens, com efeitos locais bastante favoráveis, porém incapazes de atender os habitantes do espaço total sertanejo. Depois veio a ênfase nas plantações de agave, acarretando mais problemas do que soluções. Logo, um mostruário difuso de plantações de algodão em solos razoáveis, no entremeio de vastos

latifúndios dedicados à pecuária extensiva. E uma invasão de plantações de banana nas faixas de transição das terras úmidas. Nos períodos de retardo de chuvas, um grande esforço para estabelecer sofridas “frentes de trabalho” para a construção de estradas, fato logo aproveitado por grandes e espertos proprietários de latifúndio.

Permeando todas essas experiências, uma solução por processos emigratórios, iniciada durante o catastrófico período de secas de 1879-1882. Primeiramente na direção da Amazônia, durante o ciclo da borracha, e bem depois para São Paulo, a partir da segunda metade do século 20. Uma dramática emigração dos sertões para a terra paulista por meio do rio São Francisco, até Pirapora, com transbordo pela Central do Brasil até Belo Horizonte, e daí para São Paulo. Aberta a rodovia Rio-Bahia, emigrações desesperadas por meio de incômodos caminhões de carga. A emergência de São Paulo como solução aparente aconteceu logo após o término da Revolução de 1932, quando o governo central aliciou legiões de homens habitantes dos sertões para abortar a revolução constitucionalista. Nessa ocasião houve uma espécie de descoberta de São Paulo por parte dos “invasores”. Irmãos de outras terras, invadindo os rincões e cidades de um Estado em plena diversificação desenvolvimentista. Uma descoberta compensadora para os jovens e adultos que foram transformados em soldados para eliminar os arroubos democráticos de elites culturais despreparadas para operações bélicas. E, assim, pais e filhos tomaram São Paulo como solução, deixando mães e meninos à mercê da rusticidade social dos sertões. Muitos vieram, poucos voltaram. Sendo que, até hoje (2005) (este artigo é de 2005, mas extremamente atual) ninguém quer pensar e atentar para a alucinante tragédia das famílias sertanejas que perderam o rastro de seus filhos: mulheres heroínas que se tornaram chefes de família.

Em um estudo de previsão sobre “A quem vai interessar a transposição das águas do São Francisco” já se pode que documentar que as vantagens maiores estarão relacionadas com os latifundiários e propriedades agropastoris existentes nas colinas sertanejas que margeiam o rio Jaguaribe, enquanto que os maiores prejudicados, de imediato, quando as águas chegarem aos rios até então secos, serão os pobres vazanteiros tradicionais do médio e baixo Jaguaribe. Os fazendeiros absenteístas, logo de início, não mais precisarão comprar água de caminhão-pipa para o seu gado. E, em oposição, os leirões transversais aos rios “cortados” não terão mais possibilidades de implantação e produtividade, ainda que se saiba que eles abastecem parcialmente as feiras do sertão. Assim, os pobres trabalhadores continuarão excluídos, mesmo porque

ninguém escolhe o ventre, o lugar e a condição socioeconômica e cultural para nascer.

Em qualquer hipótese, se um dia forem iniciadas as obras de transposição, será necessário fazer um registro dos sertanejos que se dedicam à cultura de vazantes, dando a estes prioridade no uso agrícola e econômico das áreas de irrigação que venham a ser produzidas mais próximas de sua residência. Os gastos com instalação das águas captadas em diferentes pontos deverão ficar por conta do projeto, por três anos seguidos. A assistência técnica para feitura e o funcionamento dos diversos setores das terras firmes colinosas que terão processo de irrigação (modelo Petrolina) deverá ser de responsabilidade principalmente de órgãos governamentais.

Em períodos subseqüentes, os fazendeiros pecuaristas do sertão certamente irão pressionar governantes e administradores para vender glebas ou se sujeitar a desapropriações com garantido e rápido retorno de custos. Não está fora de propósito que todos os espaços da beira alta do rio Jaguaribe venham a ser “transformados em mercadoria”. Atenção, especuladores cristãos, financeiramente insaciáveis! Suas terras serão valorizadas. Por outro lado, em períodos de seca ou repique de seca – como já foi documentado por geógrafos competentes – será muito fácil comprar sítios, pequenos sítios e pequenas glebas, a preços aviltantes, dos pobres desesperados. Que tristeza, Deus meu!

A afoiteza com que se está pressionando o governo para conceder grandes verbas para o início das obras de transposição de águas do São Francisco (alertava Aziz Ab'Saber) terá conseqüências imediatas para especuladores de todos os naipes. Existindo recursos disponíveis, todo mundo julga que pode se candidatar à obtenção de serviços os mais variados, se possível bem rendosos. Será assim, repetindo fatos do passado, que acontecerá a disputa pelos dois bilhões de reais previamente anunciados para o começo das obras. Todos os planejadores conscientes sabem que, na conjuntura (da miséria) da “indústria das secas” muita coisa não deveria ser previamente anunciada a favor de empreiteiras e pseudoplanejadores.

O único impacto positivo isolado da transposição será aquele que movimentará as águas enclausuradas nos açudes, evitando o continuado processo de salinização. Note-se, porém, que a poluição hídrica existente no alongado rio São Francisco constituirá um fator de impacto negativo de difícil solução em termos da produção de água potável. Por sua vez, as cidades beiradeiras tenderão a obter água para diferentes fins, podendo registrar até mesmo o ilusório crescimento demográfico.

Nunca deverá ser esquecido que, para fazer os elevatórios das águas do São Francisco para os

dois açudes complementares previstos, localizados ao sul da Chapada do Araripe, será sempre um processo dependente das hidrelétricas do sistema Paulo Afonso/Xingó. Sendo que o máximo de necessidade energética recairá sobre os tubulões de elevação de águas a serem implantados necessariamente na borda sul do Araripe.

O balanço entre o quanto a água passível de ser retirada do São Francisco para ser transposta além-Araripe é bem mais complexo do que até agora vem sendo apresentado. Os rios Jaguaripe e Piranhas/Açu deverão receber águas exatamente no momento em que o médio-baixo do vale rio São Francisco estará sujeito a fortes estiagens. Não será necessário transportar águas nos períodos em que os rios do Grande Nordeste Seco estejam com sua correnteza naturalmente recuperada – devido à estação chuvosa. Razão pela qual será necessário um estudo muito detalhado do que se pode retirar do rio São Francisco sem que haja prejuízo para a funcionalidade do sistema hidrelétrico Paulo Afonso/Itaparica/Xingó. Não se pode deixar de considerar que na época de penúria geral (na perenidade do médio-baixo vale do São Francisco; e corte generalizado de fluxos dos rios de além Araripe) é que será necessária também mais energia para garantir a funcionalidade do sistema sazonal de transposição de águas para além Araripe, assim como para sucessivas e diferentes atividades vinculadas ao projeto. Disso tudo resulta um ponto de partida para o sucesso da transposição – é o fato de que o sistema deverá ser forçosamente intermitente estacional.

Dizer que a transposição de águas do São Francisco vai resolver o problema do semi-árido nordestino é uma consideração totalmente inconseqüente e absolutamente distorcida. Pelo fato de indicar um total desconhecimento dos espaços físicos, ecológicos e sociais totais do Nordeste Seco, o grau de generalidade dessa e de outras afirmações similares indica um caráter eleitoreiro e uma fala destinada a ludibriar os sensíveis brasileiros residentes em regiões menos problemáticas. Enfim, uma demonstração de que um velho projeto dotado de viabilidade técnica não foi revitalizado por estudos básicos metodologicamente corretos, que consideramos essencialmente necessários (viabilidade social, ambiental e econômica polivalente). Mas recentemente foram acrescentados argumentos numéricos típicos de uma nova classe de políticos dominantes no país, em que se afirma que a transposição do São Francisco irá favorecer a vida de 10 a 12 milhões de sertanejos. A indicação sobre a quem vai favorecer a transposição nunca recebeu um tratamento honesto e integrado. Já era tempo que os planejadores vinculados ao governo soubessem a diferença entre planos e projetos pontuais, lineares e areolares.

Sr. Presidente, é importante que também ouçamos os argumentos daqueles que avaliam que o projeto de

transposição do rio São Francisco faz sentido. Eu, inclusive, comprometi-me a ouvir, amanhã, o Deputado Ciro Gomes, que foi um dos principais responsáveis pela coordenação e implementação do projeto, que agora está em andamento.

É verdade que o Presidente Lula foi eleito e tinha em sua plataforma a transposição do rio São Francisco. Mas, conforme tem assinalado Dom Luiz Flávio Cappio, também é verdade que, naquela oportunidade, na campanha de 2006, esse nem sempre foi o tema principal de decisão, que levou o Presidente Lula a ter excepcional votação, sobretudo no Nordeste brasileiro.

Então, avalio que é importante que possa haver esse debate.

O Presidente Lula manteve diálogo com a CNBB. Diante da liminar expedida pelo Tribunal Regional Federal do Distrito Federal, no dia 10, determinando a paralisação das obras, tendo a efetiva suspensão do plano de transposição ocorrida na sexta-feira, dia 14, e tendo sido anunciado que não se retomarão as obras, senão depois de 7 de janeiro, eu gostaria de informar que o Bispo de Barra. Dom Luiz Flávio Cappio, agora passando para o 21º dia em jejum e oração, descartou hoje paralisar a sua greve de fome em função dessa proposta. Dom Luiz Flávio Cappio está aguardando a decisão do Supremo Tribunal Federal que, muito provavelmente, ocorrerá ainda nesta semana. Ele acredita que os Ministros do Supremo Tribunal Federal, inclusive Carlos Alberto Direito, que está analisando todos os documentos...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Eduardo Suplicy, por gentileza, V. Exª tem mais um minuto para concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Ministro Carlos Alberto Direito ficou com a incumbência de dar prosseguimento à análise que o Ministro Sepúlveda Pertence estava realizando relativamente às diversas iniciativas, inclusive do Ministério Público para que seja reexaminada e melhor discutida a obra de transposição.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de solicitar sejam também transcritos como documentos a manifestação de José Celso Martinez Corrêa, a mensagem que ele enviou a Dom Luiz Flávio Cappio, bem como a mensagem-manifesto que Leonardo Boff encaminhou a Dom Luiz Flávio Cappio, manifesto que está assinado por inúmeras outras pessoas. Que possam Sr. Presidente ser transcritos.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno do Senado Federal)

Edwiges de Oliveira Cardoso

De: Sen. Eduardo Suplicy

Enviado em: sexta-feira, 14 de dezembro de 2007 19:26

Para: Edwiges de Oliveira Cardoso

Assunto: ENC: PARA SENADOR SUPlicy: Manifesto Leonardo Boff

De: Secretaria Geral [mailto:secgeral@mst.org.br]

Enviada em: quinta-feira, 13 de dezembro de 2007 17:26

Para: Sen. Eduardo Suplicy

Assunto: Manifesto Leonardo Boff

Prezado Senador Eduardo Suplicy

Segue abaixo um manifesto escrito por Leonardo Boff.

Gostaríamos de ver com vc se é possível sua adesão ao manifesto. A intenção é que possamos apartir de algumas adesões, enviá-lo ao máximo de amigos ainda amanhã dia 14.12 (para buscar mais adesões).

Aguardamos seu retorno ansiosamente.

Abraços,

Ândrea

p/ Secretaria Geral do MST

.....

MANIFESTO

Não ao atual projeto de transposição do rio São Francisco

Pela vida de D. Luiz Cappio, pela vida do rio São Francisco

Nós abaixo assinados viemos a público repudiar o atual projeto do governo federal da transposição do Rio São Francisco. Esse projeto é faraônico, não é democrático, porque não democratiza o acesso à água para as pessoas que passam sede na região semi-árida, distante ou perto do rio São Francisco.

O governo alega que vai levar água para 12 milhões de sedentos. O projeto, na verdade, pretende usar dinheiro público para favorecer empreiteiras, o agronegócio, privatizar e concentrar nas mãos dos poucos de sempre as águas do Nordeste, dos grandes açudes, somadas às do rio São Francisco.

A transposição tem muito pouco a ver com a seca. Tanto que os canais do eixo norte, por onde correriam 71% dos volumes transpostos, passariam longe dos sertões menos chuvosos e das áreas de mais elevado risco hídrico. E 87% dessas águas seriam para atividades econômicas altamente consumidoras de água, como a fruticultura irrigada, a criação de camarão e a siderurgia, voltadas para a exportação e com seríssimos impactos ambientais e sociais. Todas estas implicações não foram transparentemente discutidas com as populações envolvidas como os ribeirinhos, os pescadores, os indígenas, os quilombolas e a comunidade científica.

O atual projeto não toma em conta alternativas mais baratas, mais viáveis e mais eficazes para um número maior de pessoas. O projeto oficial custaria mais de 6 bilhões de reais, atenderia apenas a quatro Estados (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) beneficiando 12 milhões de pessoas de 391 municípios. Um projeto alternativo elaborado pela Agência Nacional das Águas (ANA) e o Atlas do Nordeste custaria pouco mais de 3 bilhões de reais, atingindo nove estados

(Bahia, Sergipe, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Rio do Norte, Paraíba, Ceará e Norte de Minas), beneficiando 34 milhões de pessoas de 1356 municípios. Cabe ainda lembrar a Articulação do Semi-Árido (ASA) que se propõe construir um milhão de cisternas, tenho já construído 220 mil que atenderia as áreas mais áridas e isoladas da região.

O projeto de transposição vem sendo conduzido de forma arbitrária e autoritária: os estudos de impacto são incompletos, o processo de licenciamento ambiental foi viciado, áreas indígenas e quilombolas são afetadas e o Congresso Nacional não foi consultado como prevê a Constituição.

Há 14 ações que comprovam ilegalidades e irregularidades ainda não julgadas pelo Supremo Tribunal Federal. Mas o governo colocou o Exército para as obras iniciais, abusando do papel das Forças Armadas, militarizando a região. A decisão do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, de Brasília, de dez de dezembro deste ano, obrigando a suspensão das obras, comprova o caráter problemático do projeto governamental.

São tais fatos que sustentam o jejum e as orações do bispo de Barra (BA), dom Luiz Cappio, pessoa humilde, aberta ao diálogo e amigo dos pobres que há mais de 30 anos convive com os problemas do Vale do São Francisco. Ele está oferecendo sua vida para que o povo e o rio tenham mais vida. Apoiamos seu gesto profético, digno dos discípulos de Jesus.

A alternativa do Presidente Lula é falsa: entre os pobres e o bispo fico do lado dos pobres. A verdadeira alternativa é: entre os pobres e o hidronegócio nós ficamos do lado dos pobres.

Leonardo Boff

Ió! Presidente Lula

Ió! Mortais Brasileiros, e do Mundo Inteiro

*O São Francisco é um Rio Sagrado.
Muito mais ainda agora que
o Frei Luiz Flávio Cappio
e a Legião das Marias
sobrevivem no seu 16º dia de jejum,
alimentado-se somente
do Vinho da Água Rio,
para que a sua Paixão:
o "Opará " dos Índios
o Velho Chico,
não seja assassinado.*

*O São Francisco
Ganges do Brasil
nosso Santo Rio
nem morto morre
neste desvíio
do céu
do Brasil .*

Letícia Sabatella esteve há dias com o Frei Luiz,
informou-me:

*Neste momento
o Exército cerca o lugar onde está o Bispo,
traz uma **Ambulância**,
para arrancá-lo de lá,
à força.*

É um atentado Terrorista
muito Feio,
a todas as Liberdades
que o Agro-Negócio,
a Indústria da Sêca,
e o Ministro de Integração Nacional

Geddel Viana
estão impondo ao Povo Brasileiro
e aos Mortais do Mundo Inteiro.

O Frei Luíz somente pede
um tempo,
para que cessem as obras do desvíio,
para que o Brasil
e nosso Globo,
debatam esta questão,
para uma escolha democrática
que determine
se a obra deve ser continuada,
ou não.

A Democracia não supõe carta branca para os que elege.
Muitas vezes podemos discordar de tomadas de posição
que nossos próprios candidatos tomam.
Daí o *plesbicito* e outras formas democráticas, de se atualizar
nosso consentimento democrático de povo eleitor.

NESTA SITUAÇÃO ESTÁ EM JOGO A DECISÃO ENTRE:

o Modelo Suicida de Amor às Finanças ,
já causador de danos irreparáveis a natureza,

**e o "Sem Modelo" de crescimento econômico
inspirado no Amor à Vida.**

Não se pode Matar um Rio.

O próprio Frei Luiz,
pessoa extramamente culta
tem proposições técnicas objetivas,
econômicas,
desenvolvimentistas ,
ligadas ao desejo de crescimento e prosperidade
do Povo,

dos Índios,
dos Brasileiros,
dos Estrangeiros,
da Canudos
que se formou em torno
da sua ação santa,
heróica e muito corajosa.

Os políticos brasileiros,
em franca decadência ,
fase de falta de talento,
não podem perder esta oportunidade de Ressussitarem,
a partir de uma tomada de posição neste fato crucial,
a favor da Arte de Sua Profissão, a Grande Política,
da qual Frei Luis generosamente vem nos Ministrando um Curso
Completo, á todos,diariamente.

O Brasil não está condenado a optar por um desenvolvimento,
dominado pelo Modelo Assassino da Terra,
causador do Efeito Estufa,
de todos os males,
que somente agora,
neste 2007,
todos nós,
de todas as classes, etnías, idades, países,
sentimos no nosso Corpo,
nos Climás, nas Catástrofes,
no Corpo da Terra, Nossa Moradía,
no Corpo dos Mares e dos Céus.

Todo mundo hoje, sabe da Ecologia,
porque sente a falta d'Ela, agora,
em seu nariz .

A Humanidade era até bem pouco tempo,
ignorante do dano causado por nós mesmos,
mas agora esses erros chegaram ao nosso Corpo,
ao nosso Ar,
às nossas Ruas,

aos Campos,
transmutando-se em
VIOLÊNCIA GENERALIZADA.

O DESVIO DO SÃO FRANCISCO
É O CISCO
QUE COBRE O MODELO ARISCO
ASSASSÍNO DA INDÚSTRIA DA SÊCA
PROMOTORA DA FECUNDA ARIDEZ
DA ESPECULAÇÃO FINANCEIRA NO PLANETA.

Frei Luiz, atua para fazer cair
este Modelo Predatório,
Violento, Imposto à Força
pela Aridez do Coração
dos Especuladores Financeiros,
e luta,
desesperadamente,
pra deixar o Rio correr
no sentido da Vida,
como é o nome do site dele:

www.umavidapelavida.com.br

Eu estava estudando
o Rito da "*Ethernidade de Luís*"
que vai acontecer dia 23 de dezembro no Teatro Oficina,
quando a atriz Giulia Gam me telefonou
e me pôs em contacto com nossa colega Letícia Sabatella,
contagiada por sua estada com Frei Luiz.
A narrativa sincera, emocionada, de Leticia me contagiou.
Espero contagiar também quem ficar sabendo
e que de todos os lados partam pedidos
phoderosos,
ao Presidente Lula,
cada um a sua maneira.

Eu começo fazendo este :

*que o Frei Luiz seja atendido por Médicos,
como nós desejamos e ele precisa,
mas que fique bem claro:
somente e imediatamente após ,
como é o desejo dele,
a paralisação das Obras do Desvio .*

Assim conseguiremos evitar mais uma Tragédia Brasileira Anunciada.

**O Rito do 20º Ano da Ethernidade de Luís
será celebrado no Teat(r)o Oficina
dia 23 de dezembro as 14h30'
e será,
a partir destes acontecimentos,
dedicado à Dupla de LU(I)ZES,
dois BODES CANTORES:**

LUÍS ANTÔNIO MARTINEZ CORRÊA

E

LUIZ FLÁVIO CAPPIO,
o Frei que hoje, dia 12 ,completa 16 dias de Jejum
para que não permitamos o Desvio da Vida,
na falta de saída da abstração dos crentes da Utopia
ou mais especificamente,
da Fanática, Preguiçosa,Burocrática IDEOLOGIA,

de que somente o Dinheiro ,

a Fatalidade Dramática do que Chamam Realidade
da Estrutura Tecnocráticamentirosa

resolve tudo.

Que nem Dionisios , nem Xangô tenham piedade destes Caretas do
Dinheiro do Desvio.

Vamos, Todos Artistas, estar de Corpo Presente em Atuação, dia 18
em Brazilha, no Julgamento da Liminar que conquistou A Glória do
Breque do Desvio.

José Celso Martinez Corrêa

A SECA E O VELHO CHICO

A TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO, BOA PARA OS RICOS, MÁ PARA OS POBRES

POR AZIZ AB' SABER

A procura de soluções para resolver ou atenuar as consequências dramáticas dos períodos de seca, para o homem e a sociedade dos sertões nordestinos, é uma busca que deveria ser permanente entre todos os brasileiros. Entretanto, não é fácil encontrar soluções – ainda que parciais – para resolver os problemas dos habitantes no extenso território dominado por uma geografia humana sofrida. Nunca será demais lembrar que o geógrafo Jean Dresch (1956) comentou as sutis diferenças existentes entre um verdadeiro deserto quando comparadas com a realidade física e fitogeográfica do domínio das caatingas. “Esta pode ser considerada a região semi-árida mais povoada do mundo; mesmo porque aqui tem gente por toda parte, enquanto nos verdadeiros desertos os grupos humanos ficam muito distantes entre si, circunscritos a raros pontos de oásis.” E completava o grande conhecedor do Saara que nós brasileiros iríamos ter os maiores problemas para resolver ou minimizar as sérias questões que afetam uma população dessa grandeza avantajada.

Os sertões do Nordeste Seco constituem, em seu conjunto, o domínio da natureza de grande exceção, mais quente e menos chuvoso de todo o território brasileiro. Encontra-se em posição marcadamente subequatorial, projetando-se através de dois braços para regiões tropicais, situadas nos dois bordos da Chapada Diamantina (Bahia), respectivamente no médio-baixo vale do São Francisco e a

região que envolve o Recôncavo Baiano, projetando-se para o sudeste. Trata-se da grande área conhecida pelo nome de “polígono das secas”, onde as precipitações anuais nas depressões interplanálticas colinosas recebem de 286 a 750 mm por ano, e uma temperatura de 27 a 29 graus. Há que considerar essa elevada taxa de calor para entender a fortíssima evaporação que afeta grande parte dos domínios das caatingas. A justificável inversão terminológica que os nordestinos têm para os dois semestres opostos traduz-se no uso da expressão “inverno” para os seis meses de verão chuvoso, enquanto o verdadeiro período astronômico de inverno é chamado de “verão”, pela taxa de temperatura, secura do ar e intermitência sazonal da drenagem. E é no semestre de maior secura e evaporação hídrica que a esmagadora maioria dos rios do polígono das secas “cortam”, perdendo seus fluxos de água e expondo seu leito seco arenoso em todos os sertões.

Ao longo do século que findou, aconteceram muitas propostas e experiências dirigidas para atender às necessidades da população sertaneja do Nordeste Seco. Por meio século predominou o idealismo dos açudes, os quais se multiplicaram esparsamente onde foi possível: Foram estabelecidos açudes em diferentes tipos de sítios e setares de rios intermitentes. Iniciou-se o processo de construção de uma barragem espetacular nos extremos de pontões rochosos de Quixadá, uma resposta do Segundo Império aos problemas criados pelo repique de

secas dos anos entre 1879 e 1882. Infelizmente, a várzea existente a jusante do açude era muito restrita, não podendo oferecer grande espaço para irrigação, fato que se repetia em muitos outros casos, culminando pelo boqueirão de Curemas, no sertão da Paraíba. Ali se construiu um importante açude a montante de um boqueirão de tipo apalachiano (water gap), em uma garganta cortada por um rio no meio de uma crista quartzítica. Entretanto, o sítio não possuía várzea para irrigação a jusante, e, por essa razão, as águas barradas ficavam apenas salinizando postadas em espaços outrora dominados por correntes de águas doces. Felizmente, muitos outros casos de açudes de porte pequeno ou médio tiveram maior importância social, sobretudo quando construídos próximos de pequenas cidades ou lugarejos. Embutidos em áreas colinosas próximas de estrangulamentos de drenagens de rios e de riozinhos intermitentes, três barramentos sertanejos, no cotovelo do perene rio São Francisco, fornecem águas para alguns espaços de irrigação regionais, ainda que o volume principal das correntes fluviais esteja centrado na produção de energia elétrica (Paulo Afonso/Itaparica/Xingó).

A partir da implantação de estradas e caminhos interligando os mais diversos quadrantes dos sertões, aconteceu um modelo impensado de miniaçudes, de um certo interesse para algumas propriedades rurais. Em áreas de aterros, cruzamento de pequenos vales, formou-

se uma série de barramentos criadores de pequenos açudes. Antes disso, na tradição popular sertaneja, em alguns setores da região formaram-se miniaçudes, em áreas de cruzamento dos “caminhos” de água identificados durante a escorrença de águas das chuvas. Não é sempre que se encontram sítios para o estabelecimento de “barreiros”. Em alguns deles foi necessário construir cercas para evitar que o gado interferisse nas bordas lamosas da preciosa água ali empoçada.

Aqui chegado, podemos reconhecer formas de convivência tradicionais para sobrevivência nos amplos espaços do Sertão na histagem das estratégias de sobrevivência engendrada pelos próprios homens do Nordeste Seco. “Barreiros” espaçados, fileiras de altos vasos de barro para receber águas que no período chuvoso escorrem dos telhados das casas. Pequenos e escuros compartimentos, dotados de uma bacia de tijolos e cimento para resguardar água coletada durante a época chuvosa. Minúscula quantidade de água empoçada em buracos de rocha em lajedos expostos.

Uma das mais notáveis formas de convivência dos sertanejos, em relação à dinâmica das chuvas e rios regionais, é, sem dúvida, o uso do leito seco dos cursos de água que perdem correnteza por cinco a sete meses. Denotando criatividade, os agricultores que procuram obter produtividade durante o processo de rebaixamento das águas dos rios intermitentes sazonários regionais constroem leirões – hortas estreitas e longas,

transversais ao eixo principal do rio -, plantando touceiras de mandioca, feijão e milho nessas verdadeiras hortas inventadas por eles próprios.

Eles sabem que os rios secam, dizem que "cortam", mas uma lâmina de água permanece abaixo das areias dos leitos expostos, entre travessões de rocha resistente. E, para evitar que as raízes de suas plantas apodreçam, eles adotaram a técnica dos leirões, um novo modelo produtivo e útil de horticultura adaptada às condições clima-hidrográficas da região. Desde há milênios foi inventada a técnica de culturas em estreitos terraços, obedecendo as curvas de nível das vertentes de morros, o que foi criado no Nordeste com as culturas de vazante de rio.

Perguntando a um roceiro que cuidava de seus leirões na manhã quente do sertões do Jaguaribe se era econômico aquele tipo de produção, ele respondeu: "Nos grandes espaços dos sertões, onde predominam propriedades dedicadas à pecuária extensiva, o nosso caso é único. O único espaço que nos sobrou para uma atividade produtiva, comprovadamente bem-sucedida, foi o uso do leito dos rios que perde a correnteza: espaços estes que não pertencem a ninguém, e que são utilizados por nós, os vazanteiros". A maior prova da importância de seu trabalho nos foi argumentada pelo fato de que os produtos de seus leirões são colocados a preços baixos em todas as feiras dos sertões regionais. Entretanto, o roceiro que cuidava de seus leirões nos contava que os grandes proprietários regionais não residentes conseguiam que instituições públicas localizadas em grandes cidades costeiras do Nordeste providenciassem a liberação de água dos açudes para que eles pudessem usar ao seu serviço e economia. De forma que as águas liberadas dos açudes em épocas críticas das semiaridez redundassem em um estrago total da horticultura dos leirões. Sem comentários. Além disso tudo, houve uma proposta bastante singela de gotejamento, feita pelos técnicos da Sudene e do DNOCS: proposta de muito pequeno alcance no espaço total das caatingas.

Por fim, emergiu de novo a velha idéia da transposição das águas do São Francisco para o setor setentrional do Nordeste Seco. Todas as propostas feitas ao longo de oitenta anos foram insuficientes para atender ao conjunto da região semi-árida mais povoada do mundo. Açudagem: multiplicação de açudes em diversos setores dos sertões regionais, a maioria dotados de pequenas várzeas irrigáveis a jusante das barragens, com efeitos locais bastante favoráveis, porém incapazes de atender os habitantes do espaço total sertanejo. Depois veio a ênfase nas plantações de agave, acarretando mais problemas do que soluções. Logo, um mostruário difuso de plantações de algodão em solos razoáveis, no entremeio de vastos latifúndios dedicados à pecuária extensiva. E uma invasão de plantações de banana nas faixas de transição das serras úmidas. Nos períodos de retardo de chuvas, um grande esforço para estabelecer sofridas "frentes de trabalho" para a construção de estradas, fato logo aproveitado por grandes e espertos proprietários de latifúndio.

Permeando todas essas experiências, uma solução por processos emigratórios, iniciada durante o catástrofico período de secas de 1879-1882. Primeiramente na direção da Amazônia, durante o ciclo da borracha, e bem depois para São Paulo, a partir da segunda metade do século 20. Uma dramática emigração dos sertões para a terra paulista por meio do rio São Francisco, até Pirapora, com transbordo pela Central do Brasil até Belo Horizonte, e daí para São Paulo. Aberta a rodovia Rio-Bahia, emigrações desesperadas por meio de incômodos caminhões de carga. A emergência de São Pau-

lo como solução aparente aconteceu logo após o término da Revolução de 1932, quando o governo central aliciou legiões de homens habitantes dos sertões para abortar a revolução constitucionalista. Nessa ocasião houve uma espécie de descoberta de São Paulo por parte dos "invasores". Irmãos de outras terras invadindo os rincões e cidades de um Estado em plena diversificação desenvolvimentista. Uma descoberta compensadora para os jovens e adultos que foram transformados em soldaros para eliminar os arroubos democráticos de elites culturais despreparadas para operações bélicas. E, assim, pais e filhos tornaram São Paulo como solução, deixando mães e meninos à mercê da rusticidade social dos sertões. Muitos vieram, poucos voltaram. Sendo que até hoje (2005) ninguém quer pensar e atentar para a alucinante tragédia das famílias sertanejas que perderam o rastro de seus filhos: mulheres heróicas que se tornaram chefes de família.

Em um estudo de previsão sobre "A quem vai interessar a transposição das águas do São Francisco" já se pode documentar que as vantagens maiores estarão relacionadas com os latifúndios e propriedades agropastoris existentes nas colinas sertanejas que margeiam o rio Jaguaribe, enquanto que os maiores prejudicados de imediato, quando as águas chegarem nos rios até então secos, serão os pobres vazanteiros tradicionais do médio e baixo Jaguaribe. Os fazendeiros absenteístas, logo de início, não mais precisarão comprar água de caminhão-pipa para o seu gado. E, em oposição, os leirões transversais aos rios "cortados" não terão mais possibilidades de implantação e produtividade, ainda que se saiba que eles abastecem parcialmente as feiras do sertão. Assim, os pobres trabalhadores continuarão excluídos, mesmo porque ninguém escolhe o ventre, o lugar e a condição socioeconômica e cultural para nascer.

Em qualquer hipótese, se um dia forem iniciadas as obras de transposição, será necessário fazer um registro dos sertanejos que se dedicam à cultura de vazantes, dando a estes prioridade no uso agrícola e econômico das áreas de irrigação que venham a ser produzidas mais próximas de sua residência. Os gastos com a instalação das águas captadas em diferentes pontos deverão ficar por conta do projeto, por três anos seguidos. A assistência técnica para a feitura e o funcionamento dos diversos setores das terras firmes colinosas que terão processos de irrigação (modelo Petrolina) deverá ser de responsabilidade principalmente de órgãos governamentais.

Em períodos subsequentes, os fazendeiros pecuaristas do sertão certamente irão pressionar governantes e administradores para vender glebas ou se sujeitar a desapropriações com garantido e rápido retorno de custos. Não está fora de propósito que todos os espaços da beira alta do rio Jaguaribe venham a ser "transformados em mercadoria". Atenção, especuladores cristãos, financeiramente insaciáveis! Suas terras serão valorizadas. Por outro lado, em períodos de seca ou repique de seca - como já foi documentado por geógrafos competentes -, será muito fácil comprar sítios, pequenos sítios e pequenas glebas, a preços aviltados, dos pobres desesperados. Que tristeza, Deus meu!

A afoiteza com que se está pressionando o governo para conceder grandes verbas para o início das obras de transposição de águas do São Francisco terá consequências imediatas para especuladores de todos os naves. Existindo recursos disponíveis, todo mundo julga que pode se candidatar à obtenção de serviços os mais variados, se possível bem rendosos. Será assim, repetindo fatos do passado, que acontecerá a disputa pelos 2 bilhões de reais previamente anunciados para o correção das obras. Todos os planejadores conscientes sabem

que na conjuntura da "indústria das secas" muita coisa não deveria ser previamente anunciada a favor de empreiteiras e pseudoplanejadores.

O único impacto positivo isolado da transposição será aquele que movimentará as águas enclausuradas nos açudes, evitando o continuado processo de salinização. Note-se, porém, que a poluição hídrica existente no alongado rio São Francisco constituirá um fator de impacto negativo de difícil solução em termos da produção de água potável. Por sua vez, as cidades beiradeiras tenderão a obter água para diferentes fins, podendo registrar até mesmo um ilusório crescimento demográfico.

Nunca deverá ser esquecido que, para fazer os elevatórios das águas do São Francisco para os dois açudes complementares previstos, localizados ao sul da Chapada do Araripe, será sempre um processo dependente das hidrelétricas do sistema Paulo Afonso/Xingó. Sendo que o máximo de necessidade energética recairá sobre os tubulões de elevação de águas a serem implantados necessariamente no bordo sul do Araripe.

O balanço entre o quanto de água passível de ser retirado do São Francisco para ser transposta além-Araripe é bem mais complexo do que até agora vem sendo apresentado. Os rios Jaguaribe e Piranhas/Açu deverão receber águas exatamente no momento em que o médio-baixo vale do rio São Francisco estará sujeito a fortes estiagens. Não será necessário transpor águas nos períodos em que os rios do Grande Nordeste Seco estejam com sua correnteza naturalmente recuperada - devido à estação chuvosa. Razão pela qual será necessário um estudo muito detalhado do que se pode retirar do rio São Francisco sem que haja prejuízo para a funcionalidade do sistema hidrelétrico Paulo Afonso/Itaparica/Xingó. Não se pode deixar de considerar que na época de penúria geral (na perenidade do médio-baixo vale do São Francisco; e corte generalizado de fluxos dos rios de além Araripe) é que será necessária também mais energia para garantir a funcionalidade do sistema sazonal de transposição de águas para além Araripe, assim como para as sucessivas e diferentes atividades vinculadas ao projeto. Disso tudo resulta um ponto de partida para o sucesso da transposição - é o fato de que o sistema deverá ser forçosamente intermitente estacional.

Dizer que a transposição de águas do São Francisco vai resolver o problema do semi-árido nordestino é uma consideração totalmente inconsequente e absolutamente distorcida. Pelo fato de indicar um total desconhecimento dos espaços físicos, ecológicos e sociais totais do Nordeste Seco, o grau de generalidade dessa e de outras afirmações similares indica um caráter eleitoreiro e uma fala destinada a ludibriar os sensíveis brasileiros residentes em regiões menos problemáticas. Enfim, uma demonstração de que um velho projeto dotado de viabilidade técnica não foi revitalizado por estudos básicos metodologicamente corretos, que consideramos essencialmente necessários (viabilidade social, ambiental e econômica polivalente). Mas recentemente foram acrescentados argumentos numéricos típicos de uma nova classe de políticos dominantes no país, em que se afirma que a transposição do São Francisco irá favorecer a vida de 10 a 12 milhões de sertanejos. A indagação sobre a quem vai favorecer a transposição nunca recebeu um tratamento honesto e integral. Já era tempo que os planejadores vinculados ao governo soubessem a diferença entre planos e projetos pontuais, lineares e areolares. ■

Aziz Ab' Saber é geógrafo, geomorfólogo e planejador da Universidade de São Paulo

Edwiges de Oliveira Cardoso

De: Imprensa Via Campesina Brasil [viacampesina.imprensa@gmail.com]

Enviado em: segunda-feira, 17 de dezembro de 2007 17:27

Assunto: Hoje, às 18h, celebração na Esplanada em solidariedade ao frei Cappio

Amigos/as, companheiros/as de Brasília:

Por favor, divulguem para seus contatos, seus amigos, seus familiares e participem da celebração ecumênica hoje (17/12), às 18h, em frente ao Palácio do Planalto. É um ato em solidariedade ao jejum de Dom Luiz Cappio, que hoje completa 21 dias, e contra a transposição do Rio São Francisco, que não levará água para 12 milhões de nordestinos (apenas 4% da água da transposição seria para atender a população mais afastada), mas bilhões de reais para atender ao hidro e agronegócio.

Nos encontramos lá.

Mais informações:

www.caritasbrasileira.org

www.umavidapelavida.com.br

Atenciosamente,

Renina Valejo

Assessoria de Comunicação

Cáritas Brasileira - Secretariado Nacional

+ 55 61 3214.5422 - skype: renina_valejo

www.caritasbrasileira.org

www.cliquesemiario.org.br

segunda-feira, 17 de dezembro de 2007, 17:47 | Online

0 comentário(s)

D. Cappio diz que não vai parar greve de fome

TIAGO DÉCIMO - Agência Estado

Tamanho do texto? A A A A

SALVADOR - O bispo de Barra (BA), d. Luiz Flávio Cappio, há 21 dias em jejum em protesto contra as obras de transposição do Rio São Francisco, descartou hoje parar a greve de fome por causa da proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de paralisar o projeto até o dia 7. "Isso não é uma política do governo, mas uma decisão judicial - contra a qual, inclusive, o governo já entrou com pedido de suspensão", disse d. Cappio, referindo-se à liminar expedida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) do Distrito Federal, no dia 10, determinando a paralisação das obras. A efetiva suspensão do plano ocorreu na sexta-feira (14). Ele voltou a afirmar que, enquanto as obras não forem, definitivamente, paralisadas, seguirá com o ato.

Entrevista – Patrus Ananias - dom Luiz Cappio?

Bispo é "intransigente", diz Patrus

Ministro, que teve carreira política construída a partir de pastorais da igreja, critica greve de fome

Em sua opinião, atitude de dom Luiz "não é um pressuposto razoável para uma relação de diálogo" e governo não deve ceder

Eduardo Scolese

Católico praticante, com sua carreira política construída a partir da igreja e de suas pastorais, o ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) afirma que dom Luiz Cappio tem sido "intransigente" e que a linha de sua greve de fome é um extremo "inaceitável".

"É inaceitável ir ao extremo", disse o ministro. Patrus falou à Folha na quinta-feira, em seu gabinete. Antes, havia participado de uma missa ao lado de amigos da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). ★

FOLHA - Como o sr. está acompanhando a greve de fome de dom Luiz Cappio?

PATRUS ANANIAS - Com orações. Tenho muito respeito pela posição de dom Luiz. Agora, discordo dele. Acho uma posição muito difícil, muito delicada. É quase que um inverso, é claro que pelo outro extremo: "Se você não fizer o que quero, te mato". É inaceitável ir ao extremo. Mas agora ele está colocando num outro extremo, o do automartírio. "Se não for feito o que eu quero, eu me mato". Com esse tipo de argumento, fica muito difícil conversar.

E ele fechou questão: tem que interromper a obra. Como cristão, católico, numa linha ecumênica, estou em estado permanente de oração e de vigília para que tudo se resolva da melhor maneira possível.

FOLHA - Dom Luiz tem sido intransigente?

PATRUS - Intransigente, nesse sentido, sim. "Faça o que quero, senão vou me matar" não é um pressuposto razoável para uma relação de diálogo, de entendimento. Ele nem sequer se dispõe a dialogar, ou seja, tem que haver a interrupção imediata das obras de transposição do rio. E acho que ele está equivocado neste aspecto.

FOLHA - O sr. é a favor da transposição?

PATRUS - Sou. É claro que uma transposição vinculada à revitalização.

FOLHA - Então, na opinião do senhor, o presidente não deve ceder à pressão da greve de fome?

PATRUS - De jeito nenhum. Agora, sem entrar no mérito, não quero julgar a intenção dele. Aí é ele e Deus. É ele e a consciência dele. Agora dificulta a conversa, quando você põe assim: "Se não fizer o que eu quero, não vou interromper o meu jejum". O presidente tem uma autoridade legítima e democrática que o povo deu a ele nas eleições de 2006. E ele está agindo rigorosamente dentro dos parâmetros legais e constitucionais. Os processos contra a transposição foram discutidos, batalhas judiciais foram vencidas.

FOLHA - E o que significa pra Igreja Católica uma situação como essa?

PATRUS - Pelo que sei, pela minha formação cristã, católica, a igreja é muito rigorosa com essas questões, inclusive com a eutanásia. A igreja não permite o auto-extermínio. A igreja não permite uma opção que, no limite, leve à morte, a não ser em situações muitíssimo especiais. Em condições normais, não só a Igreja Católica, mas a tradição cristã sempre se colocou rigorosamente a favor da vida.

FOLHA - O sr. compara ao suicídio?

PATRUS - Aí é da consciência de cada um. Certamente não quero entrar nos méritos de dom Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Eduardo Suplicy, assim a Mesa procederá.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiro, as minhas palavras de satisfação de vê-lo se recuperando de uma cirurgia das vias biliares. V. Ex^a, com plena saúde, alegra-nos e a todo o Senado!

Eu queria chamar a atenção justamente para um problema que reputo de grande gravidade. Acho que o Senado, como diz Norberto Bobbio, “a sua grandeza está em fazer denúncias”.

Senador Botelho, o País ficou estarrecido com pesquisas internacionais sobre a educação. E nós entendemos, como o mundo civilizado entende, Senador Gilvam Borges, e como Sócrates dizia: “Só tem um grande bem, é o saber; só tem um grande mal, é a ignorância”.

Senador Suplicy, ficamos estarrecidos quando uma pesquisa internacional colocou este País como um dos últimos em saber de Ciências. Uma pesquisa internacional.

Quer dizer, nós não fomos para o pau, não, Senador Gilvam Borges, porque no meu tempo com 5 era aprovado; com 4,5, 4,8 e 4,9 era reprovado. Mas tivemos quase zero em Ciências. O mundo ficou estarrecido quando estudantes brasileiros ficaram perplexos diante da pergunta de quais são os movimentos da Terra.

Depois veio um – Suplicy, é interessante, V. Ex^a que falou tanto... Quanto à matemática, não fomos reprovados. Nós tiramos quase zero numa classificação mundial. Não foi 4,8, 4,9. Foi quase zero na classificação dos países civilizados.

Depois, veio a leitura. Foi uma decepção. Foi quase zero e – atentai bem – os poucos que sabiam ler não entendiam o que liam.

O Professor Cristovam Buarque, que traduz o zelo pela educação, afirmava que se houvesse outras pesquisas sobre outras ciências, como Física, Química, Geografia, História, Canto Orfeônico, era pau mesmo. Então, isso me preocupa.

Um Vereador atento – este País ainda poderá ser salvo –, da minha cidade, Parnaíba, Gilvam Borges, como V. Ex^a no Amapá tem, fez um trabalho muito interessante, que trago a esta Casa, Suplicy. Então, sobre a minha cidade, onde nasci, Parnaíba, onde nasceram Evandro Lins e Silva, João Paulo dos Reis Velloso, Raul Velloso, Antônio Augusto e Alberto Silva. Ele prova com números, e eu vou resumir. Ele é professor universitário, Professor de História do Brasil e de História Universal; é Vereador, já foi Secretário Municipal de Educação no honrado Governo do médico Paulo

Eudes. Então, o que se passa aqui ele adverte que está passando em todo o Piauí e, conseqüentemente, em todo o Brasil. Mas esse Vereador tem nível de Senador. Ele é um professor universitário, intelectual da Academia de Letras e autor de livros. Ele faz um trabalho muito interessante, que vou resumir. E estimo todos os vereadores do Brasil.

Ô Suplicy, que a sua Câmara Municipal lá de São Paulo tenha esse exemplo!

O trabalho é complexo, mas eu vou resumir e é importante para o Luiz Inácio, porque estão enganando o nosso Luiz Inácio – os aloprados o estão enganando todo o tempo.

Então, o Professor Iweltman Mendes, Vereador da nossa Parnaíba, diz: “Perda de alunos – de 2004 a 2007:”

É um trabalho minucioso, e eu estimo todos os Vereadores do Brasil a se mirarem nele.

Pré-escola, e ele sai analisando 2004, 2006 e 2007. Mas, de 2004, só na pré-escola, na minha cidade de Parnaíba, lá do Iweltman Mendes – diminuíram as matrículas em 2.086. É numérico, está provando. Diminuíram na melhor cidade do Piauí. Aí, ele vai da 1^a à 4^a série. Resumindo: De 2004 a 2007, diminuíram 3.855 matrículas. Diminuíram.

Não estão estudando, Luiz Inácio. Pelo amor de Deus, estão lhe enganando, os aloprados! Está aqui. Convide esse Vereador, professor universitário, para ter uma audiência, isso é o que peço.

Da 5^a à 8^a série, no total, diminuíram 3.634 alunos. E, na EJA – aí consultei o Dr. José Roberto, que está aí, um funcionário, assessor de grande competência, que disse que é Educação de Jovens e Adultos, da alfabetização até a 8^a série, o supletivo –, o número de alunos diminuiu em 1.314.

Então, nesse período de três anos, na minha cidade, ô Gilvam Borges, que simboliza o Brasil todo, no Piauí, é esta negritude: diminuíram 10.889 alunos. E a universidade, a Uespi, que tinha um *campus* avançado, o governo do Estado reduziu a um quarto. Quando tinha mais de 10.500 matrículas, reduziu a três, no início, para vestibular.

Então, é esse caos que queremos denunciar. E, se tem na minha cidade, se tem no Piauí, atentai bem, Luiz Inácio, isso deve estar ocorrendo em todo o Brasil. Isso é, sem dúvida, a causa do fracasso que tivemos na competição do saber.

Agradeço e pediria a V. Ex^a, que tem prestígio, que é da base do Governo, que o Luiz Inácio recebesse esse Vereador, intelectual, professor, foi secretário, pois estamos todos preocupados. Essa é uma advertência para que o Presidente da República se oriente e dê ao Brasil a educação que a nossa mocidade merece, principalmente da minha cidade, Parnaíba, no Piauí, que vai mal.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Suplicy, tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, gostaria de aqui registrar a nota de esclarecimento do Ministro Guido Mantega, relativa à manchete do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 15 de dezembro de 2007, que errou ao afirmar que “Mantega quer uma nova CPMF” e que “defende a criação, por meio de medida provisória, de uma nova contribuição para financiar a área de saúde”. Na entrevista aos jornalistas Sonia Racy e Gabriel Manzano Filho e reproduzida na página A4, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirma explicitamente:

A saúde não sobrevive sem recursos adicionais. É preciso pensar em outra medida no ano que vem, para suprir o que faltou. Mas agora não será tributo

provisório. Não queremos saber mais de CPMF. Terá que ser um tributo permanente, todo voltado para a saúde, e que não tenha que ser rediscutido. E tem de ser sobre movimentação financeira. Porque, senão, não teremos como controlar a sonegação.

Em momento algum, mesmo ao ser perguntado de forma explícita, o Ministro diz que o Governo criará o tributo por medida provisória e, muito menos, que o fará ainda este ano.

Esse é o esclarecimento principal. Há mais alguns textos, portanto gostaria que fosse registrado na íntegra, Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
GABINETE DO MINISTRO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
16/12/2007**

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A manchete do jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 15 de dezembro de 2007 errou ao afirmar que “Mantega quer uma nova CPMF” e que “defende a criação, por meio de medida provisória, de uma nova contribuição para financiar a área de saúde”. Na entrevista aos jornalistas Sonia Racy e Gabriel Manzano Filho e reproduzida na página A4, naquele mesmo dia, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirma explicitamente:

“A saúde não sobrevive sem recursos adicionais. É preciso pensar em outra medida no ano que vem, para suprir o que faltou. Mas agora não será tributo provisório. Não queremos saber mais de CPMF. Terá que ser um tributo permanente, todo voltado para a saúde, e que não tenha que ser rediscutido. E tem de ser sobre movimentação financeira. Porque, senão, não teremos como controlar a sonegação”.

Em momento algum, na entrevista que foi gravada, mesmo ao ser perguntado de forma explícita, o ministro diz que o governo criará o tributo por medida provisória e, muito menos, que o fará ainda este ano.

O erro do jornal, atribuindo ao ministro declarações que não fez, provocou diversas reações contrárias, num momento sensível de negociações. No próprio sábado, dia 15 de dezembro, o ministro esclareceu o equívoco aos veículos de comunicação que o procuraram. Falou ao próprio jornal *O Estado de S. Paulo* através da jornalista Sonia Racy.

Apesar dos esclarecimentos, o jornal *O Estado de S. Paulo* “repercute”, assim como outros veículos de comunicação, a informação errada que deu, em texto na primeira página e na página A4 deste domingo com o título: “Oposição reage a recriação da CPMF proposta por Mantega” e sub-título “Parlamentares do DEM e do PSDB criticam a idéia de uso de medida provisória para ressuscitar tributo”.

O ministro Guido Mantega lamenta o uso equivocado de sua entrevista e reafirma que a discussão sobre um novo tributo permanente voltado exclusivamente para a saúde terá que passar por uma ampla discussão dentro do governo e com o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo e Gerson Camata enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “CGU aponta rombo de R\$75 mi na Funasa”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 11 de novembro de 2007.

A matéria destaca que tomadas de contas especiais em convênios da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) desde 2005, ano em que o PMDB assumiu o controle político do órgão, revelam um rombo nos cofres públicos de pelo menos R\$75,7 milhões referentes a 176 convênios com prefeituras e organizações não governamentais (ONGS) para obras de saneamento básico e serviços de atenção à saúde indígena.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pro-

nunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para fazer o registro da matéria intitulada, “PF apreende documentos em ONG de SC”, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 09 de novembro de 2007.

A matéria destaca que entidade, ligada ao grupo da senadora Ideli Salvatti, diz não reconhecer documentos em DVDs do inquérito, onde aparece a anotação ‘Cx II’. Segundo o delgado encarregado do caso, há “prova testemunhal” de caixa 2; suspeita é de desvios para a campanha do deputado Dirceu Dresch (PT).

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NACIONAL

INVESTIGAÇÃO

CGU aponta rombo de R\$ 75 mi na Funasa

Irregularidades, como obras não executadas, aparecem em 176 convênios firmados com ONGs e prefeituras

Ricardo Brandt

Tomadas de contas especiais realizadas em convênios da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) desde 2005 - ano em que o PMDB assumiu o controle político do órgão - revelam um rombo nos cofres públicos de pelo menos R\$ 75,7 milhões referentes a 176 convênios com prefeituras e organizações não-governamentais (ONGs) para obras de saneamento básico e serviços de atenção à saúde indígena.

São casos de obras não executadas, desvios de recursos, prestações de contas rejeitadas ou ausência de prestação de contas que foram levantadas pela própria Funasa e que, após análise da Controladoria Geral da União (CGU), foram encaminhados para o Tribunal de Contas da União (TCU) para julgamento.

Somente neste ano, até junho, a CGU concluiu que 47 convênios entre os analisados estão irregulares. O valor a ser restituído aos cofres da União nesses casos é de R\$ 9,4 milhões (corrigidos).

Entre eles o convênio com maior desfalque foi o 341/00, assinado com a Prefeitura de Bequimão (MA), para serviços de saneamento básico. O município recebeu R\$ 880 mil para as obras entre 2001 e 2002, mas, segundo a CGU, não prestou contas dos serviços realizados. Corrigidos, os R\$ 880 mil transformaram-se em R\$ 754 mil. A Prefeitura de Bequimão aparece com problemas em ainda outros dois convênios - um cuja dívida já é de R\$ 941 mil e outro de R\$ 124 mil.

Durante todo ano de 2006, o relatório da CGU encaminhado para julgamento listava 77 convênios com irregularidades, num total de R\$ 40,1 milhões a serem devolvidos ao governo. O maior deles é um repasse para a Prefeitura de João Pessoa (PB), de um convênio que vigorou entre 2000 e 2004, para obras do sistema de esgoto. Segundo a CGU, a prefeitura tem a restituir R\$ 16,4 milhões por conta do não cumprimento do objeto conveniado - o que torna o conveniado inadimplente.

As auditorias foram feitas em convênios que antecedem o

comando político do PMDB no órgão, mas servem para mostrar que o problema da corrupção na Funasa é antigo.

Vinculada ao Ministério da Saúde, a Funasa tem um orçamento de R\$ 1,5 bilhão para este ano e receberá R\$ 4 bilhões até 2010 - recursos previstos no Projeto de Aceleração do Crescimento da Funasa. Por regulamentação, ela atua na área de saneamento básico em municípios com até 50 mil habitantes e em saúde indígena. A maior parte dos investimentos é feita por meio de repasses para prefeituras e ONGs que ficam responsáveis pela aplicação dos recursos e execução dos serviços - e onde ocorrem os desvios.

EMENDAS

Além dos recursos próprios, a Funasa recebe verbas oriundas de emendas parlamentares (individuais, de bancadas e de partidos) para repasses a municípios. Por isso, além de foco de corrupção, é um importante instrumento de poder político nas bases eleitorais para senadores, deputados e partidos. Ao todo, o órgão faz por ano 6 mil convênios com prefeituras espalhadas por todo o País.

É um importante instrumento de poder político nas bases eleitorais

Como os contratos de serviços são feitos pelos prefeitos ou pelos dirigentes de entidades e a fiscalização sobre a aplicação dos recursos é deficitária, o desvio de verbas é facilitado.

"Essas emendas são o grande problema. Quando ela é feita o autor já tem tudo acertado: para quem ela vai ser destinada, para qual projeto, quem vai ser contratado pela prefeitura e quanto vai ser executado e quanto vai ser desviado", revela Sérgio Ronaldo da Silva, servidor de carreira da Funasa e membro da Executiva da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Consef).

O diretor administrativo da Funasa, William Pimentel de

PREFEITURA: João Pessoa (PB)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 10.497.086,32
PROBLEMA: Não cumprimento do objeto conveniado

ENTIDADES:
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (AC)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 5.479.071,94
PROBLEMA: Não prestou contas

PREFEITURA: Barra de São Francisco (ES)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 2.213.015,07
PROBLEMA: Prestação de contas rejeitada

PREFEITURA: Confresa (MT)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 1.252.902,23
PROBLEMA: Irregularidade na aplicação dos recursos

PREFEITURA: Bequimão (MA)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 941.019,40
PROBLEMA: Irregularidade na aplicação dos recursos

Escândalos da Funasa

TV FUNASA

• Projeto do ex-presidente da Funasa Paulo Lustosa e do ex-coordenador de logística Paulo Roberto Garcia Coelho, apadrinhados de Renah, de criar TV para treinamento de médicos à distância. Orçamento em R\$ 6,9 milhões; saída por R\$ 71,4 milhões. Foi barrado pelo TCU

CASO BRASFORT

• Empresa do genro do lobista Luiz Carlos Garcia Coelho, amigo de Renah e tio de Paulo Roberto, foi contratada pela Funasa para fornecer trabalhadores terceirizados. Recebeu R\$ 21,5 milhões em 2006. Auditoria apontou nepotismo e funcionários fantasmas

CASO MURICI

• Empresa KSI Consultoria, de José Albino de Freitas, um ex-assessor de Renah, recebeu R\$ 280 mil de um contrato com a Prefeitura de Murici (AL), sob política da família Calheiros, por meio de um repasse de verbas da Funasa. Os recursos vinham de uma emenda do próprio senador

OPERAÇÃO METÁSTASE

• A PF descobriu no mês passado um esquema de fraudes em contratos de obras, compra de remédios e transporte de doentes na Fundação de Roraima. Envolvia desvios de recursos de emendas parlamentares. Entre os 34 presos estava o diretor regional, Ramiro Teixeira

Fonte: CGU

Oliveira, disse não ser possível especificar qual o total liberado para a Funasa por meio das emendas. Mas para se ter uma ideia, o PMDB, que comanda o órgão, colocou neste ano R\$ 69 milhões em emendas no Orçamento da União para engordar os investimentos em pequenas cidades por meio da Funasa. O dinheiro sairá dos cofres federais com destino certo.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) atribuiu responsabilidade do problema da corrupção no órgão ao próprio governo. "A administração federal é muito frouxa e permite que se criem guetos que são administrados por grupos políticos", atacou. "São esses sucessivos escândalos de desvios de verbas em setores da saúde que fa-

zemo votar contra a prorrogação da CPMF", concluiu.

Para Silva, "se 50% do dinheiro repassado pela Funasa aos municípios chegasse ao destino final já seria um grande avanço".

PONTO COMUM

Nos dois últimos escândalos envolvendo a Funasa, o ponto em comum era o desvio de recursos da União por meio das emendas encaminhadas para redutos eleitorais de parlamentares.

O primeiro, denunciado pelo Estado e alvo de uma representação do PSOL, foi o envio de R\$ 280 mil de uma emenda do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para o município de Muri-

ci, que é base política da família, e a contratação pela prefeitura de uma empresa fantasma de um ex-assessor seu. A operação casada entre senador, prefeitura e contratada para as obras segue o roteiro clássico da maior parte dos desvios de recursos dentro da Funasa.

O segundo e mais recente escândalo foi denunciado pela Operação Metástase, da Polícia Federal, que descobriu um esquema de fraudes em contratos feitos na Funasa de Roraima e que envolvia desvios de recursos de emendas parlamentares. Entre os 34 presos estava o diretor regional do órgão, Ramiro Teixeira, além de 16 funcionários do setor financeiro, de licitação e fiscalização de obras da instituição. Teixeira

foi indicado ao cargo pelo líder do governo Lula no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Segundo a PF, todo o dinheiro desviado no esquema tinha como origem verbas federais provenientes de emendas parlamentares da bancada de Roraima no Congresso.

Com os sucessivos escândalos, a Funasa está na mira das autoridades federais e dos órgãos de controle do poder público que passaram a adotar maior rigor na análise das contas de repasses. A própria direção da Funasa, na figura do presidente, Danilo Forte, tem prometido uma limpeza geral que restabeleça a boa imagem da instituição e feche a maior parte desses ralos de escoamento do dinheiro público. ■

PREFEITURA: Bequimão (MA)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 754.281,43
PROBLEMA: Não prestou contas

PREFEITURA: Canabrava do Norte (MT)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 523.521,09
PROBLEMA: Prestação de contas rejeitada

PREFEITURA: Jordão (AC)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 621.395,45
PROBLEMA: Prestação de contas rejeitada

PREFEITURA: Guamaré (RN)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 493.248,22
PROBLEMA: Não cumprimento do objeto conveniado

PREFEITURA: Monte Alegre de Goiás (GO)
VALOR A SER RESTITUÍDO:
R\$ 589.335,94
PROBLEMA: Não prestou contas

O buraco negro da Funasa

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) tem um orçamento anual de **R\$ 1,5 bilhão** para promover ações de saneamento e atenção à saúde indígena. O órgão faz parte da cota do PMDB no governo desde 2005

5 convênios com maiores valores a serem restituídos

47 convênios com irregularidades foram encaminhados em 2007 (até 8 jun.)

R\$ 9,45 milhões* é o valor total a ser restituído aos cofres públicos nos convênios irregulares da Funasa

5 convênios com maiores valores a serem restituídos

77 convênios com irregularidades foram encaminhados em 2006

Tomadas especiais de preço analisadas pela CGU

R\$ 40,1 milhões* é o valor total a ser restituído aos cofres públicos nos convênios irregulares da Funasa

*Valores corrigidos

PF apreende documentos em ONG de SC

Segundo delegado, há 'prova testemunhal' de caixa 2; suspeita é de desvios para campanha do deputado Dirceu Dresch (PT)

Entidade, ligada ao grupo da senadora Idelf Salvatti, diz não reconhecer documentos em DVDs do inquérito, onde aparece a anotação 'Cx II'

THIAGO REIS
DA AGÊNCIA FOLHA

A Polícia Federal em Chapecô (SC) apreendeu ontem na sede da Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), entidade sindical suspeita de desviar verbas repassadas pela União e investigada pela CPI das ONGs, 120 caixas com documentos e 48 HDs (discos rígidos) de computadores.

Segundo o delegado Misael Mazzetti, os documentos podem auxiliar a PF a "vincular" as supostas fraudes cometidas pela Fetraf-Sul com a campanha do deputado estadual Dirceu Dresch (PT-SC), que era coordenador-adjunto para Santa Catarina na entidade.

Desde abril, a PF investiga os supostos desvios da entidade sindical, ligada ao grupo da senadora Idelf Salvatti (PT-SC). O dinheiro era repassado por órgãos federais para o financiamento de cursos da Fetraf nos três Estados do Sul.

"Já há prova testemunhal robusta e outros elementos e irregularidades que levam a crer [que houve caixa dois direcionada à campanha do petista]", disse o delegado. "Há pessoas que constam dos doadores na declaração [de Dresch ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de Santa Catarina], mas não doaram. Existe um indicio fortíssimo", complementou.

No inquérito, há planilhas sobre os cursos que apresentaram itens como "gasto real" (com valores mais baixos do que o recebido em recursos) e "saldo Fetraf" (com a diferença entre "gasto real" e o que foi recebido). Uma das planilhas tem o nome de "Cx II". Os dados aparecem em DVDs.

A Fetraf nega as suspeitas e não reconhece como seus os documentos gravados nos DVDs, que foram obtidos pelo Ministério Público Federal e repassados à PF. A federação diz que documentos foram furtados de sua sede, em Chapecô, e que as planilhas podem ser versões adulteradas.

De acordo com o delegado Mazzetti, as movimentações financeiras da Fetraf-Sul são "estranhas". "Ela não fecha. Não bate com a declaração".

A suspeita é que o dinheiro possa ter sido enviado para a campanha de Dresch.

Diretores, assessores e funcionários da Fetraf-Sul que receberam dinheiro para a campanha dele a deputado estadual constam dos beneficiários de recibos emitidos pela federação. Os recibos podem ter sido emitidos para cobertura de gastos que só ocorreram no papel.

O delegado disse ainda que "várias testemunhas" confirmaram não ter doado ao petista, apesar de estarem na relação do TRE-SC.

Segundo a investigação da PF, as fraudes podem chegar a R\$ 6,4 milhões, com dinheiro dos ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento Agrário e de outros órgãos federais.

Parte do valor (R\$ 1,2 milhão) é relativo à Cooperhof (Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares dos Três Estados do Sul) —órgão que é ligado à Fetraf. Para a Procuradoria, há provas de crimes de "desvio, estelionato e peculato".



Já há prova testemunhal robusta e outros elementos e irregularidades que levam a crer [que houve caixa dois]

MISAEI MAZZETTI
delegado da PF

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para solicitar que seja inserida nos Anais desta Casa a matéria intitulada “Entre zero e traço”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 12 de dezembro do corrente.

A matéria trata da estréia da TV Brasil, a emissora pública criada pelo governo federal por meio de Medida Provisória. Segundo a matéria, “A nova emissora conseguiu a façanha de ter zero de ibope em uma das manhãs de sua primeira semana”.

Ainda segundo a matéria, “A TV pública parece ser apenas um prêmio de consolação para os alopados que tentaram em vão censurar a imprensa com a

criação de um **soviet** (conselho, em russo) Federal de Jornalismo no primeiro mandato de Lula”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, seja inserida nos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entre zero e traço

Na sua estréia, a TV Brasil teve uma audiência que variou do nada ao meio ponto no ibope. Ainda bem

Com o sinal restrito, por enquanto, a Rio de Janeiro, Distrito Federal, Maranhão e a um canal de UHF em São Paulo, estreou na semana passada a TV Brasil, emissora pública criada pelo governo federal e batizada de “TV do Lula” (não confundir com a TV de alta definição. Leia a reportagem na pág. 152). A nova emissora conseguiu a façanha de ter zero de ibope em uma das manhãs de sua primeira semana. No domingo, foi ao ar uma revista eletrônica que se arrastou por nove horas. Sim, você leu certo: nove horas. Mais ou menos o que leva um discurso-padrão dos camaradas Fidel Castro ou Hugo Chávez. O ponto alto foi um debate entre os ministros Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e Gilberto Gil, da Cultura. O assunto? A importância da TV pública, ora. Os dois ou três espectadores da emissora agora aguardam ansiosamente pelos debates decisivos sobre os projetos do governo para a produ-

**Beth
Carmona: a
única saída
foi o olho
da rua**

ção de etanol. Um Dormonid teria menos efeito soporífero.

A nova emissora já tem o seu telejornal — o *Repórter Brasil*, uma fusão do material produzido pela TVE, a emissora federal com sede no Rio, e pela Radiobrás, empresa estatal encarregada de programas como *A Voz do Brasil* e *Café com o Presidente*. Sua independência do poder? Nenhuma. Nele, o presidente Lula aparece até para dar palpites sobre o rebaixa-

mento do Corinthians. O espectador gosta de documentário? Também tem: sobre as viagens pela América Latina do jovem Che Guevara em sua fase ternurinha, claro.

A pasmeira no vídeo contrasta com a agitação nos bastidores. Como a natureza, as vagas no serviço público abominam o vácuo. Elas estão sendo ocupadas em ritmo frenético pelos petistas. Quem não faz parte da turma é escanteado para abrir espaço para os companheiros. Foi o caso da ex-diretora da TVE, canal a ser inteiramente absorvido pela nova emissora. Desde 2003, a jornalista Beth Carmona o comandava. Sua experiência foi desprezada pela direção da TV Brasil, que queria designá-la para cuidar apenas da programação infantil. Diante do rebaixamento iminente, ela pediu demissão, no que foi acompanhada por Rosa Crescente, que dirigia a programação da TVE. Outra defecção ocorreu em pleno voo. O professor universitário Felipe Pena, integrante do grupo de debatedores do programa *Espaço Público*, da TVE, saiu do estúdio denunciando ter sido censurado pela apresentadora, Lúcia Leme. Ela pediu que Pena maneyrasse nas críticas ao governo. Diz ele: “Não posso concordar com esse tipo de censura”.

A TV pública parece ser apenas um prêmio de consolação para os alopados que tentaram em vão censurar a imprensa com a criação de um sovieta (conselho, em russo) Federal de Jornalismo no primeiro mandato de Lula. A

presidente da TV Brasil é a jornalista Tereza Cruvinel. Sobre a improvisação e os resultados pífios da primeira semana, Tereza avisa: "Não foi uma estréia. Fizemos apenas a fusão da programação da TVE com a da Radiobrás. A estréia será em março do ano que vem". Ou seja, se tivesse funcionado era estréia. Como foi um fracasso não é estréia. Um primor de novilíngua.

Por enquanto a TV Brasil oferece um triste espetáculo imposto de cima para baixo por força de medida provisória. Tudo foi feito às pressas antes que se respondesse a duas simples questões. Primeira, "o Brasil precisa de uma TV pública?". Segunda, "mas o Brasil já não tem uma TV pública?". A resposta à primeira pergunta varia de acordo com a visão de cada um. A resposta à segunda independe de opinião. É fato. O Brasil já tem TV pública — em excesso. São 177 canais, que consomem 800 milhões de reais por ano pagos por você, leitor. E para quê? Para compor aquela extensa zona morta no controle remoto. Por que razão então se correu para gastar mais outras centenas de milhões de reais por ano do suado dinheiro dos brasileiros que trabalham e estudam com uma TV pública que estréia sem estreiar e cuja audiência varia entre o traço e o zero? Difícil saber.

As experiências de TVs públicas nas grandes democracias do Ocidente não são lá uma Brastemp. Na França e na Itália elas servem para empregar jornalistas cujo talento rarefeito e obsessão política os inabilitam a disputar uma vaga nas televisões comerciais. Nos Estados Unidos, onde não são apenas subsidiadas pelo governo mas mantidas pela sociedade, as emissoras de caráter público cumprem um papel que no Brasil já é fartamente atendido pelas TVs do Senado, da Câmara dos Deputados e do Poder Judiciário. A inglesa BBC sobressai da paisagem pela tradição adquirida nos duros tempos da II Guerra Mundial, em que funcionou como braço da contrapropaganda aliada na Europa ocupada pelo nazismo. Dominada hoje por uma burocracia mais acomodada, adotou uma linha de adesão automática ao politicamente correto e, nas questões de política externa, ao antiamericanismo. A BBC é paga com a contribuição compulsória de todos os cidadãos ingleses (veja o quadro). Por aqui se diz que a TV Pública do Brasil terá a BBC como modelo. Por sua história e natureza, a BBC é uma experiência inimitável. Mas, se fosse fácil assim imitar as instituições da Inglaterra, por que não começar pela Royal Navy? ■

COMO É EM OUTROS PAÍSES

Nas nações civilizadas, as TVs públicas, quando existem, têm mecanismos que garantem um razoável grau de independência. A comparação mostra que a Inglaterra é um exemplo a ser seguido

A população, através de uma taxa equivalente a 490 reais por ano cobrada de cada domicílio com aparelho de televisão, além de patrocínio privado	Apenas 19% do orçamento vem do governo. O restante vem do investimento privado e de campanhas de doação feitas junto aos espectadores	A publicidade e o espectador, através de uma taxa anual equivalente a 300 reais cobrada de cada domicílio com televisão	Parte vem de investimento publicitário, inclusive de empresas privadas, e parte de uma taxa paga anualmente pelos domicílios com aparelhos de televisão
O conselho curador, cujos membros são indicados pela rainha, mas fiscalizados por uma comissão independente formada por representantes da sociedade	Um conselho formado pelos diretores das diversas emissoras públicas e por representantes dos espectadores. Existe também a figura de um ombudsman	Um conselho formado por membros indicados pelo presidente da República e pelos presidentes da Câmara e do Senado. O conselho indica os diretores de cada canal	Um conselho indicado pelo governo e por uma comissão parlamentar de vigilância. Na prática, as emissoras foram loteadas pelos principais partidos

BAIXO

MÉDIO

MÉDIO

MÉDIO

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Governo Lula faz bravata populista para aprovar CPMF, diz cantor Luciano”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 16 de outubro do corrente.

A matéria destaca que se depender de Luciano, que faz dupla com o irmão Zezé di Camargo, o show-protesto de hoje contra a CPMF, em São Paulo, vai virar um ato contra o governo Lula. Segundo Luciano, “o PT levou mais de 20 anos para chegar ao poder, mas não

aprendeu a governar”. O cantor que votou em Lula em 2002 se diz desiludido. “O governo é uma decepção”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo Lula faz bravata populista para aprovar CPMF, diz cantor Luciano

LEANDRO BEGUOCI
DA REPORTAGEM LOCAL

Se depender de Luciano, que faz dupla com o irmão Zezé di Camargo, o show-protesto de hoje contra a CPMF, em São Paulo, vai virar um ato contra o governo Lula.

“A CPMF é um tributo cascata, prejudica o mais pobre e não foi para a saúde. O PT demorou mais de 20 anos para chegar ao poder, mas não aprendeu a governar”, critica o cantor, eleitor de Lula em 2002. Ele anulou o voto em 2006 e se diz desiludido.

“O governo faz bravata po-

pulista para aprovar a CPMF, ameaça aumentar imposto, acabar com projetos sociais, dizendo que só a elite reclama da CPMF. Eu, como cidadão, tenho que criticar isso. O governo é uma decepção.”

O “Tributo contra o Tributo” começa às 17h30 no vale do Anhangabaú. Além de Zezé di Camargo e Luciano, são esperadas as bandas pop KLB, CPM 22, Fresno e NX Zero. Segundo os organizadores, nenhum dos artistas cobrou cachê e o ato não é contra o governo.

Quem organiza o protesto é a Frente Nacional da Nova

Geração, conjunto de entidades que reúne jovens empresários e profissionais liberais, cujo líder é Ronaldo Koloszuk, 30, diretor titular do CJE (Comitê de Jovens Empreendedores) da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

Entre aluguel de equipamento e pagamento de seguranças, o ato custará R\$ 300 mil e será pago por entidades como a Fiesp e a Associação Comercial de São Paulo e pelos jovens do CJE.

Os organizadores dizem esperar 2 milhões de pessoas. Projeção do Datafolha mostra que cabem, no máximo, 400 mil pessoas no vale.

“Esse governo quer o comodismo, e eu não vou fazer o que ele quer, não”, diz Luciano. “O Lula abriu a torneira de dinheiro do Planalto e agora não sabe como fechar.”

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Fiesp usa placar para pressionar deputados”, publicada pelo **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de setembro de 2007.

A matéria destaca que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, FIESP, instalou no térreo de sua sede em São Paulo um telão que anuncia a intenção de voto, em tempo real, dos deputados federais paulistas quanto a prorrogação da CPMF, como forma

de pressão para que eles não aprovem a continuação de cobrança desse imposto.

Sr. Presidente, solicito que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCONI PERILLO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Fiesp usa placar para pressionar deputados

Entre os parlamentares paulistas, só nove assumem ser favoráveis à CPMF

Paulo Darcie

No térreo do prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) o telão anuncia as intenções de voto dos deputados federais paulistas quanto à prorrogação da CPMF. Nove deles assumem que são favoráveis à prorrogação da contribuição, 29 se dizem contra e 32 estão indecisos.

A entidade responsável pelos cálculos é o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de São Paulo, o Sescon-SP, que também aderiu ao movimento contra a CPMF. O presi-

dente do sindicato, José Maria Chapina Alcazar, afirmou que a pesquisa do Sescon engloba não só os deputados federais de São Paulo. Foi enviado ofício para os vereadores, deputados estaduais e senadores de vários Estados pedindo a manifestação de seu voto. “Atualizamos os dados em tempo real, conforme nos respondem ou se manifestam na mídia.”

Até ontem o total de votos declarados era de 594 e os indecisos eram maioria com 431 votos. Os contrários ao imposto eram 104 e os favoráveis, 59. Todos os dados estão disponíveis

no site do Sescon (www.sescon.org.br).

Para o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, a grande porcentagem de indecisos na Câmara pode ser revertida em votos contra a CPMF se os partidos da base aliada não fecharem posicionamento favorável ou contrário ao fim da contribuição. “Pensando nas bancadas dos partidos, PSDB, PSOL e DEM já formam uma quantidade significativa de votos contrários.”

Para a votação no Senado, o otimismo é maior. Skaf conta com a garantia dos votos da oposição e mais quatro dissidentes:

os peemedebistas Mão Santa (PI), Pedro Simon (RS) e Jarbas Vasconcelos (PE), além de Expedito Júnior (PR-RO).

O movimento contra a CPMF, encabeçado pela Fiesp, continua a campanha com seu abaixo-assinado, que já conta com 1,2 milhão de assinaturas.

Desde ontem está disponível um número de telefone gratuito (0800 770 3112) para quem quiser apoiar o movimento. Skaf acredita que a manifestação teve bom resultado. “Não fosse a campanha e o barulho que ela fez, talvez a questão passasse batido.” ●

O SR GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o fim da ditadura militar, costuma prevalecer no Brasil um raciocínio no mínimo curioso, segundo o qual a criminalidade tem causas exclusivamente sociais, ou seja, deve-se apenas ao fato de vivermos num país com grande desigualdade de renda. Essa premissa desqualifica a defesa da ordem pública, uma vez que qualquer tipo de repressão à atividade de bandidos passa a ser equiparado a violação dos direitos humanos.

Desqualifica também os pobres, uma vez que não leva em conta o fato de serem eles as maiores vítimas da impunidade dos criminosos. É nas favelas, nos bairros em que vive a parcela da população com menor poder aquisitivo, que assaltantes e traficantes de drogas agem à vontade, aterrorizando gente indefesa.

Eles impõem suas leis, decretam toque de recolher, ordenam o fechamento do comércio, recrutam jovens para o tráfico e violentam mulheres. Seria irônico, se não fosse trágico: quem mais sofre com a expansão do crime são justamente as pessoas que os auto-intitulados guardiões dos direitos humanos alegam estar defendendo quando condenam a repressão policial.

Em Vitória, o jornal **A Tribuna** noticiou recentemente que chefes do tráfico de drogas pagam 50 reais para pistoleiros assassinar jovens recrutados como auxiliares, caso eles desobedeçam às ordens dos traficantes ou não paguem dívidas. É o quanto vale a vida de um adolescente, a mão-de-obra barata no mundo do tráfico: 50 reais. Eles são assassinados mesmo que devam quantias irrisórias, porque é fácil substituí-los.

Em Cariacica, município da Grande Vitória, a polícia calcula que 80 por cento das mortes de menores ocorridas na região têm ligação com o tráfico de drogas. Há casos de adolescentes que, para escapar da vingança dos traficantes que os escravizaram, procuram uma delegacia de polícia e inventam crimes que não cometeram. Querem ficar na cadeia, com a esperança de escapar da morte certa.

As relações de poder nas regiões dominadas pelo tráfico e por quadrilhas de assaltantes, pelo que se costuma chamar de “crime organizado”, não são pautadas pela cartilha dos defensores dos direitos humanos. Muito pelo contrário. O que vale é a lógica da crueldade levada ao extremo – basta lembrar o caso do jornalista Tim Lopes, mutilado e queimado vivo, no Rio de Janeiro –, das execuções sumárias, da vingança implacável, do medo imposto pela força de armamento digno de um exército.

A extensão a que chegou o domínio do tráfico de drogas pode ser avaliada por um exemplo citado há dias pelo governador do Rio, Sérgio Cabral, em entrevista à colunista Dora Kramer, do jornal O Estado de São Paulo: em uma operação na Favela da Coréia, a polícia descobriu que senhoras tidas como respeitáveis na comunidade faziam parte da folha de pagamento dos traficantes. Sua função era depor em delegacias, atestando que integrantes das quadrilhas eram “trabalhadores”, e também denunciar à imprensa pretensos abusos cometidos durante ações policiais.

Não é surpreendente, diante desse quadro, que o consumo de drogas tenha aumentado no Brasil nos últimos anos, contrariando uma tendência mundial de estabilidade, de acordo com relatório divulgado em junho último pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime.

Segundo o estudo, a proporção da população brasileira que consome cocaína cresceu de 0,4 por cento em 2001 para 0,7 por cento em 2005, percentual que corresponde a 860 mil pessoas com idades entre 15 a 64 anos, concentradas principalmente nos Estados do Sul e Sudeste.

O consumo de maconha cresceu ainda mais; em 2001, os usuários brasileiros representavam 1 por cento da população entre 15 e 65 anos. Em 2005, o índice subiu para 2,6 por cento. No mundo todo, o número de consumidores de maconha no mundo caiu de 162 milhões, em 2004, para 159 milhões, em 2005.

Qualquer política pública que não inclua o enfrentamento direto, com o objetivo de dismantelar as quadrilhas e neutralizar a ação dos traficantes, destruindo suas fortalezas, estará condenada ao fracasso. Não será com “passeatas pela paz” que conseguiremos acabar com a insegurança em que vivem todos os brasileiros, não importa a classe social.

Os fatos demonstram que a violência não discrimina – seu impacto é sentido igualmente por ricos, pela classe média, pelos pobres. E estes, como já disse, são as maiores vítimas dos bandidos, enquanto uma parcela de ingênuos, por sinal muito bem retratada no filme “Tropa de Elite”, insiste em ver nos traficantes e outros criminosos os promotores de uma suposta “justiça social”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Não havendo mais oradores inscritos, agradecendo a Deus, aos servidores e ao povo brasileiro, lembro às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

2**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) – Relator Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

3**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 94, DE 2003**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 94, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *altera o inciso I do artigo 208 da Constituição Federal e acrescenta parágrafo*

ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para garantir o ensino fundamental em período integral e dá outras providências.

Parecer sob nº 393, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 60, DE 2005**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera a redação dos arts. 34, 35, 144, 160 e 167 da Constituição Federal e insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a obrigatoriedade de aplicação de recursos na área de segurança pública*.

Parecer sob nº 476, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Tasso Jereissati e abstenção do Senador Jefferson Péres.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com a
Proposta de Emenda à Constituição nº 60, de 2005)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Romeu Tuma, que *dispõe sobre a aplicação da receita resultante de impostos, para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública.*

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável, sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares,

Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999;
3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999;
26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy,

Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18
e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18
e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de

1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

*(tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

REDAÇÃO FINAL DAS EMENDAS DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.259, de 2007), das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que *acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como*

sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação).

15

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.257, de 2007), do Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.*

16

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.258, de 2007), ao Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que *acrescenta § 2º ao art. 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses.*

17

**REDAÇÃO FINAL DA EMENDA DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.256, de 2007), da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006 (nº 832/2003, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente.*

18

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2006**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.255, de 2007), do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2006 (nº 5.450/2005, na Casa de origem), que *inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI.*

19

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2004**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 1.260, de 2007), do Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004 (nº 5.506/2005, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.*

20

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da

Câmara nº 6, de 2005 (nº 3.615/2004, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para limitar o alcance do duplo grau de jurisdição.*

Parecer sob nº 1.244, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Papaléo Paes, oferecendo a redação do vencido.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 1.036, de 2006, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Jonas Pinheiro, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo), que oferece, com voto vencido do Senador Gilberto Goellner, e em separado, do Senador Pedro Simon.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.*

Pareceres favoráveis sob os nº 446 e 447, de 2007, das Comissões— de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio; e de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as Prefeituras Municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.*

Parecer sob nº 21, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004,

na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2997, das Comissões: – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e – de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas*

como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 34, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2006 (nº 1.838/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana*.

Parecer favorável, sob nº 966, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2007 (nº 2.133/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, em 7 de abril de 2005*.

Parecer favorável, sob nº 1.081, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Valadares.

40

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 215, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 215, de 2007 (nº 1.914/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, ao Consumo e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 967, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

41

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 217, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2007 (nº 1.939/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Noruega sobre Diretrizes Técnicas, Higiênicas e Sanitárias para o Comércio Bilateral de Produtos da Pesca, da Aqüicultura e seus Derivados, celebrado em Brasília, em 7 de outubro de 2003*.

Parecer favorável, sob nº 968, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

42

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 218, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 218, de 2007 (nº 1.940/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite, assinado na Cidade do Kuaite em 23 de fevereiro de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 969, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

43

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 221, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2007 (nº 1.978/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.082, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

44

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 223, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2007 (nº 2.074/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.083, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defe-

sa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

45

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 225, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2007 (nº 2.135/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas, adotadas em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979.*

Parecer favorável, sob nº 1.084, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Antônio Carlos Valadares.

46

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 226, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2006 (nº 2.136/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação Russa para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, celebrado em Brasília, em 22 de novembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.261, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

47

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 227, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2007 (nº 2.137/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradição, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.*

Parecer favorável, sob nº 1.085, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 52, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Leomar Quintanilha, que *dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação do Estado do Carajás, nos termos do art. 49, inciso XV, da Constituição Federal.*

Parecer sob nº 637, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ, que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005; e 1.154, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, que tramita em conjunto;

– de Assuntos Econômicos, 1º pronunciamento: Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Eduardo Suplicy; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 644, de 2007) – Relator: Senador Romero Jucá, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), que oferece, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, que tramita em conjunto.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que *altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências.*

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 3, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.*

Pareceres sob nºs 192 e 750, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta; e 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2, de Plenário) – favorável, nos termos de Subemenda, que apresenta.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen) – favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

55

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 37, DE 2007**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 40, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 37, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que *dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do*

mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato.

Pareceres sob nºs 999 e 1.000, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Resolução nº 37, de 2007, e no mérito pela aprovação, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta, e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 40, de 2007, que tramita em conjunto; e

– Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto de Resolução nº 37, de 2007 e às Emendas nºs 1, 2 e 4-CCJ; parcialmente, nos termos de Subemenda à Emenda nº 3-CCJ; e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 40, de 2007, que tramita em conjunto.

56

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 40, DE 2007**

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 37, de 2007)

Projeto de Resolução nº 40, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que *altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador.*

Prejudicado, em virtude da aprovação do Projeto de Resolução nº 37, de 2007, que tramita em conjunto.

57

**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 65, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jonas Pinheiro), que *autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 950 e 951, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon, com voto contrário do Senador Mozerildo Cavalcanti; e de Relações Exteriores e

Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marcelo Crivella.

58

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

59

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

EXTRAPAUTA

1

REQUERIMENTO Nº 1.362, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1362, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária.*

2

REQUERIMENTO Nº 1.407, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1407, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 114, de 2004; 283, 429 e 533, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

3

REQUERIMENTO Nº 1.408, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.408, de 2007, do Senador Marcelo Cri-

vella, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*

4

REQUERIMENTO Nº 1.409, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1409, de 2007, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, *solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2006, de sua autoria.*

5

REQUERIMENTO Nº 1.410, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1410, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2006, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

6

REQUERIMENTO Nº 1.411, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1411, de 2007, de autoria do Senadora Marisa Serrano, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 491 e 560, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

7

REQUERIMENTO Nº 1.422, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1422, de 2007, de autoria do Senador Gim Argello, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

8

REQUERIMENTO Nº 1.431, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.431, de 2007, de autoria do Senador

Jayme Campos, que *solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2007, de sua autoria.*

9

REQUERIMENTO Nº 1.459, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1459, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12 do RISF, que o projeto de lei do Senado nº 358, de 2007, seja submetido ao exame prévio da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, além da Comissão*

10

REQUERIMENTO Nº 1.469, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1469, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *solicita a tramitação independente do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007; e o Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002, por versarem matéria diversa.*

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 19 horas e 21 minutos.*)

ATA DA 219ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2007

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 194, de 29 de novembro de 2007)

RETIFICAÇÃO

No sumário, página nº 42133, 2ª coluna, item 1.2.13, na ementa do Projeto de Lei do Senado nº 674, de 2007,

Onde se lê:

“(...) Lei nº 7210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal, (...)”

Leia-se:

“(...) Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, (...)”

ATAS E NOTAS**DA CMEsp****“MUDANÇAS CLIMÁTICAS”**

COMISSÃO MISTA ESPECIAL, CRIADA ATRAVÉS DO ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2007, “DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”

SUMÁRIO

ATA DA 31ª REUNIÃO – Realizada em 28-11-2007

ATA DA 32ª REUNIÃO – Realizada em 12-12-2007

**COMISSÃO MISTA ESPECIAL
“MUDANÇAS CLIMÁTICAS”**

Ata da 31ª Reunião, realizada em 28-11-2007

Ata Circunstanciada da 31ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”, criada pelo Ato nº 1, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil” com a participação do Grupo de Trabalho do Clima, da Frente Parlamentar Ambientalista, realizada em 28 de novembro de 2007, quarta-feira, às 10h47, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à lançar publicações do FBOMS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento; com a participação das ONG ambientalistas dos grupos temáticos: Água, Energia Renovável, Resíduos, Floresta, Clima, Educação Ambiental, Cerrado/Caatinga e Fauna.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes (PSDB – TO) – Presidente
Senador Renato Casagrande (PSB – ES) – Relator

Senador Romeu Tuma (PFL – SP)

Senador Delcídio Amaral (PT – AC)

Senador Euclides Mello (PTB – AL)

Senador Inácio Arruda (PcdoB – CE)

Deputado Dr. Adilson Soares (PR – RJ)

Deputado Colbert Martins (PMDB – BA)

Deputado Augusto Carvalho (PPS – DF)

Deputado Rocha Loures (Bloco PMDB – PR) – Suplente

Deputado Eduardo Gomes, Presidente

**COMISSÃO MISTA ESPECIAL
MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL**

31ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA ESPECIAL CRIADA PELO ATO CONJUNTO Nº 1 DE 2007-CN, “DESTINADA A ACOMPANHAR, MONITORAR E FISCALIZAR AS AÇÕES REFERENTES ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 47 MINUTOS

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Havendo número regimental declarado aberta a 31ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº 001/2007 do Congresso Nacional destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que pauta desta reunião, fruto da ação dessa Comissão com o Grupo de Trabalho do Clima, da Frente Parlamentar Ambientalista destina-se a incentivar a discussão da questão da mitigação e adaptação das mudanças climáticas em políticas setoriais no Brasil, e tornar mais democrática a discussão sobre a questão da governança ambiental, através do lançamento de dois documentos: Do FBOMS, Fórum Brasileiro de ONG, e movimentos sociais para o meio ambiente e desenvolvimento. Com a participação das ONG ambientalistas dos grupos temáticos: Água, Energia Renovável, Resíduos, Floresta, Clima, Educação Ambiental, Cerrado, Caatinga e Fauna.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. A coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura. Em discussão. Aprovado.

Passo a palavra ao Relator desta audiência, Relator **ad hoc**, Deputado Rocha Loures, e nesse momento para suas considerações iniciais.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB – PR) – Nós estamos a vésperas da COP-13. Posição brasileira foi debatida uma semana atrás aqui com os negociadores Embaixador Serra, com a nossa Drª Telma Krug, e também com o Dr. Miguez. E hoje nós estamos dando continuidade a este trabalho recebendo e celebrando a publicação que a FBOMS faz e que nós aqui do Congresso Nacional liderados pelo nosso Presidente Eduardo Gomes, nesta Comissão Mista, iremos consubstanciar para que o Brasil tenha o seu marco legal com relação a esse tema.

Então, Presidente, eu acho extremamente oportuno a oportunidade que temos para fazer esse continuado debate que será permanente e que nós já da nossa Comissão Mista de Mudanças Climáticas já estamos inclusive trabalhando para que ela se prolongue

por pelo menos mais um ano, dada a importância do tema e por sugestão do Presidente Eduardo Gomes, que vem aglutinando forças para que este tema seja permanente na discussão política nacional, até porque ele perpassa a questão da energia, a questão do meio ambiente, a questão do modelo de consumo, a questão do Brasil potência ambiental e como ele pretende, como nação líder que é, ocupar o seu papel com relação a esse tema.

Portanto, eu saúdo a FBOMS, todas as organizações que a compõem, todas as organizações que somar-se-ão a ela ao longo do tempo e nesse sentido então passo a palavra... Devolvo a palavra para o nosso Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Nós vamos ter a exposição e essa reunião será... Esta audiência será aberta ao debate com os representantes das Organizações Não-Governamentais também, eu pediria aos que estão presentes que venham até a parte de frente aqui do Plenário e já que os Parlamentares estão em Sessão Extraordinária na Câmara, mas já estão se dirigindo para essa Comissão, mas pelo menos a partir da segunda fila pode ser preenchida para maior conforto e para participação interativa dos representantes da Comissão com esta Comissão para que não ocorra o que ocorreu na última apresentação que por

conta de organização a participação de algumas entidades foi prejudicada na ordem de inscrição.

Eu convido para... Convido o Ivan Marcelo Neves, membro da coordenação do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais e Meio Ambiente e o Desenvolvimento, FBOMS. Convido também Rubens Bom, coordenador do Grupo de Trabalho do Clima do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. FBOMS, e coordenador Executivo da Vitae Civilis. Convido Esther Neuhaus, Gerente Executiva do FBOMS. Então tem a palavra o Sr. Ivan Marcelo Neves para iniciar sua exposição.

SR. IVAN MARCELO NEVES – Bom-dia a todos e a todas. Em primeiro lugar em nome da coordenação que está assumindo agora o Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais a gente agradece a oportunidade nessa reunião da Comissão Mista Especial e ao Presidente, Deputado Eduardo Gomes a oportunidade de estar aqui fazendo esse lançamento dessas duas publicações que nós vamos ofertar aos presentes aqui da nossa luta sócio-ambiental nesses quase 15 anos de existência do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais dizer que é uma oportunidade muito especial no momento que a gente está passando por uma grave crise no que diz respeito aos impactos sócio ambientais que vem sofrendo a terra nos quatro can-

tos do mundo, e propor alternativas viáveis, exequível do ponto de vista da governança local e internacional pra gente poder garantir a sustentabilidade do planeta e garantir a vida de todos os seres vivos.

O Fórum Brasileiro de ONG e movimentos sociais ele foi criado em 1990. Dois anos antes da Rio 92. Uma forma de você articular não só as ONG, as Organizações Não-Governamentais, mas também o movimento social no sentido de estar contribuindo com as políticas públicas do nosso País. Através do Executivo, Legislativo. E nós temos uma forma de participar na organização do fórum brasileiro de ONG através de GT, Grupos de Trabalho. Existem vários grupos de trabalho que vem fomentando para a FBOMS está inserindo através do colegiado, no Congresso e no Executivo políticas públicas para poder dar um salto de qualidade na defesa sócio-ambiental do nosso país. Nós temos o grupo de trabalho de energia, o grupo de trabalho de clima, o grupo de trabalho de floresta, biodiversidade, água, Agenda 21, educação ambiental entre outros grupos que formam a nossa composição e forma de agir.

Eu sou do ISAB, Instituto Sócio-Ambiental da Bahia de Ilha Grande, de Angra dos Reis, da PDMRJ que é um colegiado de Estado do Rio de Janeiro, assembleia permanente de entidade e defesa do meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro, que é um colegiado que compõe a nossa atuação no Estado do Rio de Janeiro. E agora em outubro de 2007 nós fomos eleitos para a nova coordenação do Fórum Brasileiro 2007/2009. E a nossa graça aqui hoje é estar através da Esther que vai fazer um comentário da governança ambiental internacional(F), perspectiva e cenário e recomendações, na visão do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais e do Rubens Bom que vai estar aqui falando de mudanças climáticas e o Brasil contribuição e diretrizes para incorporar questões de mudança e políticas públicas.

Para finalizar a nossa atuação ela se dá em vários colegiados desse País. Então a gente tem mais ou menos trinta Participações a nível federal e também as outras ONG que representa os 27 estados, compõem os conselhos estaduais, os conselhos municipais de meio ambiente, ou seja, onde quer conselhos a nossa entidade e movimentos sociais estarão sempre presentes tentando contribuir para esse País alavancar um exemplo na sustentabilidade que é o que nós defendemos para o nosso País e para o nosso planeta.

Então diante disso eu passo aqui para a Esther, para falar da nossa publicação e na sequência a gente vai ouvir o Rubens Born da questão da mudança climática.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Queria saudar a presença do Senador Inácio Arruda que está conosco aqui também, enobrecendo o debate. Passando a palavra imediatamente para o nosso coordenador do Grupo de Trabalho de Clima do Fórum Brasileiro de ONG, Rubens Born, a quem vi discursando para o Presidente Lula por ocasião do lançamento do Programa Anual de Mudança Climática e fez muito bem... Feita a defesa da nossa causa.

SR. RUBENS BORN – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui na Comissão podendo apresentar aos Srs. e Sras Parlamentares esse documento, mudanças climáticas e o Brasil. Logo em seguida a Esther vai falar então sobre o segundo documento, governança ambiental e internacional e eu queria mostrar a importância de estar com os dois documentos discutindo aqui com os parlamentares nessa Casa, no Poder Legislativo.

O Brasil tem um papel privilegiado, importante e especial na questão ambiental internacional na questão de governança e na questão de mudança do clima. Primeiro porque sediou a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, há 15 anos, no Rio de Janeiro, local em que... E o momento em que foram assinadas as convenções. E por ser o anfitrião daquele evento político importante, ele se tornou corresponsável, não só pelas suas ações, mas do ponto de vista internacional em zelar pelo cumprimento, em zelar para que os demais países tanto países industrializados como países em desenvolvimento possam honrar compromissos que foram assinados aqui no Brasil. Nesse sentido, o Brasil tem e a sociedade civil tem uma expectativa que o Brasil tem um protagonismo internacional zelando para o efetivo cumprimento dos acordos assinados aqui no Brasil há 15 anos. Essa primeira parte da responsabilidade brasileira. A outra parte é fazer o que nós chamamos a lição de casa, e isso nós tivemos oportunidade de falar para o Presidente Lula. O FBOMS, como o Ivan colocou, nasceu para articular a participação da sociedade civil no processo da Rio 92, nasceu em 1990, e desde então tem buscado acompanhar tanto a parte internacional como a implementação nacional desses acordos. Nesse sentido, nós achamos e dissemos isso ao Presidente da República que o Brasil lamentavelmente está atrasado, mas agora nós estamos vendo alguns passos rápidos para recuperar. Atrasado pelo seguinte sentido: A convenção foi assinada no Rio 92, o Congresso Nacional ratificou a Convenção de Clima no início de fevereiro de 94. Portanto, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista formal, o Brasil conhece como lei doméstica esses tratados internacionais. A convenção. O Protocolo de Kyoto foi ratificado pelo Congresso em 2002,

então a convenção é instrumento jurídico obrigatório para o Brasil desde 94, o protocolo desde 2002. E nós vínhamos carecendo de medidas mais robustas ou de fato o Governo encarar isso com a seriedade que o assunto e a gravidade das mudanças climáticas se apresentam. Dessa forma então o FBOMS e o Grupo de Clima do FBOMS que nasceu em 92, inicialmente funcionou com o nome Rede Clima Brasil e depois com a reestruturação do FBOMS e no ano 2000 adotou esse nome, Grupo de Trabalho de Clima, ou simplesmente GT Clima, a partir de 2002 do processo preparatório para Johannesburg vem insistindo com o Governo Federal, com o Estado Brasileiro a necessidade de termos uma política nacional para mudança de clima e uma política nacional não é somente uma política na instância federal, é uma política que seja também em função da estrutura federativa que tenha as atribuições dos estados, e dos municípios. Que o Executivo faça a sua parte, mas que os poderes legislativos nas três esferas possam dar sua contribuição também e que obviamente o Poder Judiciário no campo da sua atribuição comece a considerar a mudança de clima e os impactos como atributos também de promover justiça no País.

De tal sorte que esse documento buscou retratar essa perspectiva e esse documento foi feito de forma participativa. Nós tivemos dois seminários, um em maio, um em agosto, abordando diferentes temas. Os princípios, objetivos que deviam nortear uma política nacional nas três esferas federativas, nos vários campos... Dos vários segmentos. Depois passamos para as ações que deveriam estar sendo implementadas em diferentes campos. Floresta e biodiversidade, destacamos esses. Floresta e biodiversidade, agricultura, aquicultura e pesca, energia e eficiência energética, águas, erradicação da pobreza e inclusão social, questão da gestão municipal, transporte e mobilidade, a questão demográfica, migrações e vítimas de mudanças de clima. Não sei se o pessoal eventualmente pode até ajudar a distribuir para que os presentes possam estar acompanhando. E para cada um desses campos e ações nós identificamos medidas tanto o que se chamam de mitigação de diminuir as causas das emissões como também identificamos medidas de adaptação. Ou seja, aquelas ações que nós teremos que fazer para os impactos lamentavelmente já inevitáveis em função das emissões já ocorridas no passado. Emissões internacionais ou emissões brasileiras. Alguns desses impactos são irreversíveis em função que os gases de efeito estufa se acumulam na atmosfera. Algumas cidades terão que adaptar seu sistema de abastecimento de água. Porque talvez os mananciais de onde se captam água hoje não existirão mais ou não existirão

em quantidade suficiente. Outras cidades vão ter que, cidades costeiras, vão ter que reformar seu sistema de tratamento de esgoto em função do aumento do nível do mar e toda a complicação para drenagem que isso vai causar. A agricultura vai ter que se adaptar. Algumas culturas não vão poder continuar onde hoje ocorre. Então o agricultor especialmente o pequeno e médio tem que ser informado, tem que ser preparado para que ele possa, como não tem muito capital, adaptar suas dificuldades. A grande empresa de agropecuária eventualmente já tem mais informações. Isso já tem implicações demográficas porque eventualmente transformações no campo levam a migrações. Levam a necessidades de replanejar a gestão municipal porque alguns municípios vão receber famílias e pessoas e mão-de-obra e não vão estar estruturadas do ponto de vista habitacional e saneamento para receber essas... Então há uma série de aspectos.

O Presidente Lula semana passada, Deputado, criou, o senhor sabe disso, um comitê interministerial para elaborar um Plano Nacional de Mudança de Clima. E tivemos a oportunidade de dizer ao Presidente, fazendo uma metáfora de futebol que acho que ele gosta e nós gostamos, que ele é corintiano, nós sofremos com o sofrimento dos corintianos, mas a idéia de que cumprir tabela não ganha campeonato. E cumprir tabela no Protocolo de Kyoto e na Convenção de Clima vai nos salvar. Vai colocar o Brasil na rota certa. Nós precisamos fazer além do que está previsto ali. Precisamos ter esse debate nacional. E por isso que é muito importante essa Comissão Mista e por isso que são importantes as iniciativas que estão tramitando aqui no Congresso Nacional de garantir primeiro que de fato o Brasil tenha uma política. Porque tendo uma política, tendo regra do jogo, isso clareia para o setor privado, onde deve ser direcionados os investimentos, quais são as regras, os agentes econômicos têm uma noção de onde caminhar. E, sobretudo a sociedade vai ter uma noção e nós precisamos ter políticas, o que nós falamos com objetivos mensuráveis. Há toda uma discussão se metas são adequadas ou não, nós temos metas para inflação, metas para superávit primário, metas para criação de emprego, metas para erradicar a pobreza. Nós precisamos fazer um grande debate nacional sobre a conveniência de adoção de objetivos mensuráveis. Em várias áreas. Em eficiência energética, em energia renovável, em abastecimento de água, ontem foi lançado o índice relatório do IDH, do Índice de Desenvolvimento Humano, nós temos objetivos e metas do milênio para diminuir em 50% a população sem acesso à água. Ou seja, nós precisamos ter um grande debate nacional sobre quais seriam os objetivos mensuráveis mais adequados que tem a

ver com política de clima. Tanto com mitigação quando com adaptação. Há controvérsias, não é assunto fácil, há entidades da sociedade civil que ainda não estão preparadas, há entidades do setor governamental e da sociedade civil que ainda não estão preparados. Mas uma maneira de preparar é fazendo um debate, para que cada uma possa de acordo com o princípio da convenção fazer a responsabilidade que lhe cabe. Nós defendemos aqui o princípio da responsabilidade comuns, porém diferenciada. Se isso vale na esfera internacional entre países ricos e países em desenvolvimento valerá para o Brasil entre Estados mais ricos e Estados mais desfavorecidos e entre segmentos da sociedade. Mesmo dentro do setor privado nós temos empresas mais capitalizadas, mais hegemônicas, com as pequenas e médias empresas, nós temos que aplicar por justiça e a Política Nacional vai ter que refletir isso. Então esse documento traz uma série de contribuições da sociedade civil. É importante lembrar que num ano onde os cientistas ganharam um Prêmio Nobel da Paz por produzir um Relatório de base científica sobre mudança de clima, que o conhecimento científico é muito importante, mas eu quero também lembrar e eu lembrei isso ao Presidente, Deputado, que o Prêmio Nobel da Paz de dois anos atrás foi dado para a atual Ministra do Meio Ambiente, Wangari Matai, não pelo trabalho dela como Ministra, mas pelo trabalho dela 20 anos antes de militante e ONG. Organização Não-Governamental mobilizando a população pobre, mulher, especialmente, para plantio de árvores. E aí o que moveu a Sr^a Wangari Matai nessa época não foi meramente o conhecimento científico, mas foi o que o Paulo Freire, famoso educador brasileiro dizia o conhecimento da realidade. Conhecer a sua própria realidade. E independente do conhecimento científico se indignando com a realidade e buscar transformar para promover justiça e qualidade de vida. Wangari Matai ganhou Prêmio Nobel da Paz por conta disso. Então nós precisamos associar o conhecimento que vem da esperança, da militância da sociedade civil com a esperança e o conhecimento da ciência para junto com a esperança e conhecimento dos parlamentares e dos responsáveis pelo destino desse País, nos Municípios, nos Estados, no Governo Federal, dotar o Brasil dos melhores instrumentos para que a gente possa de fato ganhar o campeonato. E o campeonato não é simplesmente estar no primeiro lugar em corte de emissões. Os países industrializados têm que fazer isso. Mas é garantir que o Brasil tenha o rumo de um desenvolvimento efetivamente ambiental e socialmente sustentável para seu País. Porque atendendo as necessidades, promovendo com justiça, com equidade e com salubridade ambiental o desenvolvimento

do País nós vamos estar contribuindo para o mundo. Então reduzindo as emissões em função do desmatamento, reduzindo as emissões em função do setor energético e assim por diante.

Então esse documento, Deputado, senhoras e senhores. Ele traz essas contribuições, a sociedade civil, o GT Clima está preparado para discutir com o comitê que o Presidente Lula criou, é o comitê somente de Ministros e do Fórum Primeiro de Mudança de Clima, não envolveu o resto da sociedade civil, esperamos que o Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Prof. Pinguelli Rosa, possa de alguma maneira dar um jeitinho e incorporar representantes da sociedade civil no comitê que é interministerial. Queria dizer que a Convenção de Diversidade Biológica assinada também na Rio 29 tem o comitê, o Conabio, onde participa o setor privado, o setor acadêmico e a sociedade civil, a Comissão de Desertificação também um filhote da Rio 92, tem comitê que participa setor acadêmico, setor privado, sociedade civil, a nossa expectativa é que em mudança de clima houvesse um colegiado onde tivesse a participação dos três setores, infelizmente o comitê criado é só de Ministros do Fórum Brasileiro de (ininteligível), mas nós esperamos manter apesar disso um intenso diálogo com o comitê do Poder Executivo, mas também com essa Casa através da Comissão Mista e outras instâncias.

Então muito obrigado pela oportunidade de nos honrar de lançar esse documento aqui nessa Casa e aprofundar o diálogo com os Srs. e Sras parlamentares.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB – PR) – Naturalmente o conteúdo do... Ah, pois não. Naturalmente que as informações e posições contidas aqui o Senador Renato Casagrande, Relator dessa Comissão compareceu no início da Sessão, pediu para que recebesse cópia dela, na realidade das duas publicações, e dos materiais aqui presentes para que naturalmente, ele inclusive trabalha no Relatório que será entregue até o final deste ano Legislativo para que componha naquilo que ele entender pertinente o trabalho desta Comissão.

Queria também aproveitar para saudar a presença do Dr. Adilson e também saudar a presença do Senador Delcídio Amaral, e convidar o Senador Inácio Arruda para que assuma a Presidência. Eu rapidamente relato um projeto aqui ao lado e retorno na bancada para... Sob a sua Presidência, Senador, continuar ouvindo...

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Vamos passar a palavra então à Sr^a Esther Neuhaus. Neuhaus? Gerente-Executivo do Fórum Brasileiro de organizações Não-Governamentais.

SRA. ESTHER NEUHAUS – Muito obrigada, Presidente. Bom, bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar a Mesa aqui na presença do Deputado Inácio Arruda, aqui, queria agradecer a Frente Parlamentar Ambientalista, a Comissão Mista de Mudança Climática pela oportunidade de estar aqui e lançar os documentos. Eu queria complementar aqui a apresentação que a gente está fazendo, apresentar como nasceu o documento sobre a governança ambiental internacional, que tem tudo a ver com a questão sobre as negociações de clima que estão ocorrendo agora e vai ter um... Um momento intenso em Bali, daqui para próxima semana. O documento nasceu por um lado pelo envolvimento que o Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais têm... Vem tendo desde a sua criação como o Ivan falou, como os processos intergovernamentais e multilaterais em torno das comissões ambientais iniciando com a Rio 92 e sempre acompanhando as comissões de clima, de biodiversidade, de desertificação e outros acordos. Então o FBOMS também tem um grande envolvimento com os processos do PNUMA, o Programa das Nações Unidas pelo Meio Ambiente, participando da reunião dos Ministros de Meio Ambiente que tem anualmente, do fórum da sociedade civil também que tem anualmente precedendo a reunião dos Ministros. E nos também percebemos uma falta de discussão na sociedade brasileira e América Latina e por consequência também nos países em desenvolvimento sobre o tema de governança ambiental e reforma da ONU. Atualmente está acontecendo uma discussão em nível intergovernamental sobre o futuro dos órgãos de meio ambiente e desenvolvimento dentro da própria ONU. Tem a discussão sobre o fortalecimento do PNUMA, criação ou não de uma organização apenas exclusivamente dedicada à questão ambiental, segundo o exemplo, por exemplo, da Organização Mundial de Saúde, mas nós percebemos que é uma grande falta de discussão na sociedade brasileira, na região sobre esse tema. Porque principalmente os países do norte, onde tem mais acesso à informação, toda a conversa está... Se dá em inglês. Então tem uma grande falta no Brasil de discutir esse tema. Então a gente resolveu... Nós organizamos dois seminários, um no mês de agosto nível nacional, com o Ministério do Meio Ambiente, com o PNUMA, e depois um seminário regional com a participação dos países da América Latina na cidade de Curitiba sobre esse tema para recolher opiniões e recomendações.

Então, nesse documento a gente constrói iniciando um pouco com os conceitos que tem sobre a governança que a gente entende como a forma de exercer o controle social público e transparente das estruturas estatais e políticos-públicas. Isso por um lado. E por outro lado, a dinâmica e das instituições do mercado para atingir objetivos comuns. Na reunião que o Rubens acaba de mencionar, do Grupo de Trabalho de clima, também definimos o que nós entendemos por governança. Seria a capacidade da sociedade determinar o seu destino, mediante o conjunto de condições que seria, por exemplo, seriam normas, o próprio acesso à informação e participação, regras para tomar decisões que permitam a toda a coletividade, toda a sociedade a gestão democrática dos rumos do Estado e da sociedade.

Então, isso são... é a nossa definição que a gente deu aqui nessa publicação e apresentamos a fragmentação que existe hoje dentro das Nações Unidas nessa questão do meio ambiente para citar um exemplo, que tem uma quantidade imensa de agências, organizações, organismos que tratam da questão ambiental. Mas tudo disperso. Ou seja, tem as agências especializadas da ONU, tem... Não só o PNUMA, mas tem a Organização Mundial de Meteorologia que trata, tem a UNESCO que trata, tem a FAL que trata, depois tem os programas especializados, o PNUMA é o PNUDE, o programa para desenvolvimento trata, tem as comissões econômicas e sociais regionais, a CEPAL aqui na América Latina que também trata da questão ambiental, tem ainda as instituições do Breton Woods, o próprio Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional também trata da questão ambiental, tem as recomendações, tem a própria Organização Mundial de Comércio e também o Fundo Global para o Meio Ambiente, o GEF. Só para citar algumas organizações que trata a questão ambiental sem ter uma grande coerência. Isso faz com que os impactos no campo são muito pouco visíveis, são muito pouco claros. E isso leva a uma fragmentação, falta de eficiência na própria governança ambiental internacional. Também destacamos alguns conflitos entre regimes. Por exemplo, a gente observou a questão da biodiversidade, por exemplo, que tem a própria convenção de biodiversidade, no ano passado teve a conferência das partes, em Curitiba, que tratou do tema e a gente observou alguns momentos que há conflito com regras da Organização Mundial de Comércio. Por exemplo, no caso do acordo sobre propriedade intelectual. E aí vai todos os problemas com a biopirataria que a gente vem operando, o Brasil que é um país mega diverso com rica biodiversidade, vimos outros exemplos que foi a questão do contencioso também na organização

mundial de comércio iniciado o ano passado pela União Européia sobre a questão dos pneus reformados. Os senhores devem conhecer o caso que o Brasil foi acusado de proibir a entrada de pneu reformado que seria uma medida protecionista, a União Européia questionou e o Brasil se defendeu bem a nosso entender, a gente apoiou sempre a posição do Executivo brasileiro, mas tem também um caso onde as regras de meio ambiente, nesse caso tem convenções sobre químicos, são tratados sobre resíduos transfronteiriços, e por outro lado tem a OMC com fortes mecanismos de fazer valer as suas decisões. A gente vê conflitos entre o sistema ONU e o sistema OMC que tem fortes mecanismos de fazer cumprir os acordos.

Então na publicação também a gente tratou da participação que a sociedade civil possa dar na governança ambiental que a gente acha fundamental na formação e definição de agenda, por exemplo, para os problemas que os regimes lidam, tem a contratação dos compromissos, mecanismo e diretrizes do regime, sobretudo disseminando as propostas, e tem o papel de fazer cumprir os acordos. Um tipo de fiscalização de monitorar a avaliação e implementação dos acordos. Muitos casos, no ano passado a gente viu em Curitiba que também uma grande presença dos movimentos sem terra, por exemplo. Porque isso é importante? O que isso tem a ver com a convenção de biodiversidade? Eles implementam a convenção no dia-a-dia, o trabalho que estão fazendo no campo, eles implementam as resoluções da convenção. Então, é muito importante o envolvimento desses atores no acompanhamento.

Depois a gente avaliou alguns obstáculos e avanços na implementação das convenções ambientais aproveitamos um pouco o aniversário, Rio Mais Quinze, quinze anos decorridos da Rio 92 que foi um marco importante para a aprovação de várias resoluções, acordos, e constatamos sim avanços algumas áreas e grandes desafios ainda em outras áreas. Principalmente no que se refere a falta de implementar, tanto pelos países industrializados que têm mais recursos, mais capacidade, e uma falta de capacidade suficiente para cumprir com... São muitas vezes altas exigências sobre, por exemplo, relatórios de implementação, dos acordos internacionais nos países em desenvolvimento. E também vimos que tem uma dificuldade de muitos países, especialmente em desenvolvimento, participar das próprias negociações. A Comissão de biodiversidade, de desertificação, por exemplo, e de clima, esses três grandes, têm 270 dias de reunião por ano.

Então, fica muito difícil para alguns países poder acompanhar essas negociações com essa tão alta carga de dias para reunir.

Bom, uma segunda parte desse documento a gente centrou mais sobre o processo de reforma a discussão sobre a reforma que está ocorrendo atualmente na ONU sobre... Tem o painel de coerência que é o anterior Secretário-Geral Kofi Annan criou em 2006, ele juntou várias autoridades para recolher opiniões de governos sobre como poderia melhorar a coerência nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento. Com as áreas transversais, gênero, desenvolvimento sustentável e ajuda humanitária. Tem várias recomendações, depois teve várias discussões dentro do PNUMA, no Brasil. O Brasil teve um papel fundamental. No mês de setembro organizou uma reunião de alto nível, como se chama, com vários países chave para ver o futuro da governança ambiental. Porque observamos que tem uma certa polarização atualmente entre os países que estão a favor de criar uma organização só para o meio ambiente, seria a Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente, ONUMA, essa proposta é liderada pela França, pelos países da Europa, e tem os países em envolvimento que quer manter a situação ou fortalecer o PNUMA, mas com ceticismo de ficar com grande cobrança. E o Brasil chegou a propor uma terceira via, a criar uma instituição guarda-chuva que iria abrigar as estruturas internacionais de assistência, o PNUMA, Comissão de Desenvolvimento Sustentável, Secretariado das Convenções e assim por diante. Então o Brasil tem um papel muito importante sobre essa discussão da governança ambiental e nós da sociedade civil gostaríamos de contribuir com a discussão e democratizar a discussão. Para isso, organizamos várias consultas já, sobretudo nos eventos intergovernamentais, tanto com a sociedade civil como também com os delegados governamentais para recolher sugestões. Então o documento ele conclui com cenários e recomendações sobre como podemos fortalecer a governança ambiental. Uma dessas propostas vão no sentido de criar mais sinergia entre as convenções, esse é um trabalho que nós do Fórum Brasileiro de ONGs já estamos trabalhando faz alguns anos, com nossas redes de desertificação, clima, biodiversidade, criar mais sinergia avaliamos dificuldades que tenham hoje no financiamento para governança, com grandes dificuldades de gestão e de democracia no GEF, no Fundo Mundial de Meio Ambiente, a gente está sugerindo financiamento adicional, fortalecer a participação da sociedade civil, outras propostas... Fortalecer as regras de meio ambiente frente ao regime de comércio, devido a essas dificuldades que eu falei, que o processo de reforma leve em consideração as dimensões de desenvolvimento sustentável, alguns países falam que não adianta querer uma organização para meio ambiente porque o meio ambiente é transversal,

como a própria Ministra Marina fala aqui, é transversal. Então tem alguns países que defendem criar uma organização para desenvolvimento sustentável, e não para meio ambiente. Tem a recomendação ainda sobre a questão do financiamento, há uma grande cobrança aos países da OECD de destinar finalmente o 0,7 do produto nacional bruto para ajuda ao desenvolvimento e a capacitação e mobilização da sociedade civil.

Bom, para terminar, gostaria também de ressaltar o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas que Rubens mencionou, que é importante nas negociações de clima que nós ressaltamos importante em toda a discussão sobre a governança ambiental internacional, nós gostaríamos de contribuir para o debate, publicamos a cartilha em português, e recentemente em inglês já para poder contribuir não para... Mais bem para os outros países em desenvolvimento onde falta. Talvez se der a gente faz em espanhol também. Vamos ver. Então é isso, essa é a nossa proposta de ter uma visão própria do Brasil, dos países em desenvolvimento poder contribuir com o Governo Brasileiro, com o Executivo... Com o Legislativo para ampliar, para democratizar essa discussão na nossa região e nos países. É isso. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PcdoB – CE) – Obrigado, Esther. Então eu como membro do Parlamento do Mercosul eu reivindico aí em espanhol e também em Guarani. Tome providências (risos) para que a gente tenha o texto acessível a todos os povos da nossa região.

Acho que nós estamos aqui abertos para perguntas. Senador Delcídio se quiser se manifestar, por favor.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Primeiro, eu queria saudar o Rubens Bom, a Esther Neuhaus, o Ivan Marcelo Neves, dizer que é um... é uma pena que hoje nós não tenhamos conseguido trazer muitos Parlamentares para essa Audiência Pública, mas se explica porque quando vem chegando o final do ano as coisas vão se precipitando. Eu mesmo hoje já participei de três Comissões permanentes. Infraestrutura, Agricultura, Assuntos Econômicos e agora a reunião, essa Audiência Pública com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Então, eu só... Eu gostaria de registrar a todos vocês que isso não quer dizer que haja desinteresse ou que o tema não seja importante. Muito pelo contrário. Ele é de fundamental importância. Esse tema pra mim é o tema principal do mundo nas próximas décadas, inegavelmente. Mas é que hoje realmente as agendas estão extremamente prejudicadas. Tanto é que de uma Comissão ampla hoje estão dois Senadores aqui. O Senador Inácio Arruda e eu. Mas, primeiro, registrar o

trabalho desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, eu não tive oportunidade, Rubens, de acompanhar toda a sua exposição e nem a do Ivan, mas ouvi atentamente a exposição da Esther. Acho muito importante que nós todos venhamos a trabalhar no estabelecimento de um denominador comum, evitar que haja essa diversidade como foi muito bem citada pela Esther, é a ONU trabalhando de um lado, é a Unesco, enfim, uma série de organismos e acho essa idéia do Governo Brasileiro extremamente pertinente e importante, é quase que uma terceira via para tentar dar unicidade nessas ações todas voltadas aí aos compromissos com a biodiversidade, com o meio ambiente. E esse engajamento da sociedade civil, essa participação ativa da sociedade civil com relação a essas questões que no meu ponto de vista vão pautar qualquer atividade daqui para frente. Com temas de extrema relevância. Eu ouvi atentamente até o posicionamento da Esther com relação a OMC. As práticas, a forma de atuar são coisas que nos preocupam muito. E, portanto, nós precisamos ter uma ação bastante articulada para que efetivamente nós caminhemos para políticas que aproximem esses vários **players**, esses vários agentes que tratam desse tema. Ou que são forçados a traçar desse tema em função da realidade que nós vivemos.

Eu gostaria de fazer alguns registros e vejo de uma maneira importante e como é que as consciências estão mudando. Hoje as empresas, as empresas que são respeitadas mundialmente, no ranqueamento dessas empresas na área de atuação delas existe um componente ambiental de fundamental importância. Hoje aqueles acionistas que já entendem a nova realidade que se avizinha ou que já deveria existir há muito mais tempo, eles sabem que acima de tudo as grandes empresas são as empresas que priorizam essa questão ambiental, priorizam essa relação forte com a comunidade, com a sociedade, diretamente atingida pelos seus projetos, acho que nesse aspecto é um avanço razoável. Não o que nós esperamos, mas um avanço razoável. As questões relativas a seqüestro de carbono, nós mesmos fizemos debates, aliás, algumas semanas atrás houve debate aqui sobre seqüestro de carbono que é uma... E o Brasil começa a se preparar nesse sentido, vide o exemplo de São Paulo agora, recentemente, um leilão que houve e exitoso, e principalmente esse leilão contou com a presença forte de instituições européias. O advento, a grande discussão hoje de energias alternativas. Não custa aqui registrar a questão dos biocombustíveis, de outras formas de energia como a energia eólica, como energia solar, que eu não tenho dúvida nenhuma elas serão implantadas

e implementadas no Brasil. Porque nosso País tem sob o ponto de vista climático ele tem as condições necessárias para se implementar esse tipo de projeto e esses projetos não são um sonho. Eu tive agora recentemente na Alemanha, a Alemanha está com 15, 20 mil megawatts hoje instalados de energia eólica. A Espanha tem um programa extremamente agressivo de 11, 12 mil megawatts também instalados. E eu entendo que...

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Isso tudo com vento fraco.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Com vento fraco. Que dirá com o nosso potencial principalmente no Ceará, do nosso Senador Inácio Arruda, especialmente na região nordeste, que diga-se de passagem tem uma sazonalidade diferente com as condições hidrológicas dos grandes aproveitamentos hidrelétricos. Portanto, pode atuar em complementaridade com as usinas hoje em operação. Então eu acredito muito nisso. Acho que apesar das dificuldades nós iremos avançar consistentemente, vamos ter agora esse encontro em Bali que do meu ponto de vista é encontro estratégico, não sei se nós senadores vamos poder participar porque vamos estar no auge da discussão da CPMF aqui e do orçamento também de 2008. Mas vai ser uma oportunidade ímpar de se fazer essa discussão. E eu gostaria de... Eu queria fazer para ser bem breve também porque eu sei que outros parlamentares vão também perguntar, vão questionar, eu queria fazer... Primeiro nós acompanhamos muito e vocês que são especialistas sobre a necessidade do Brasil estabelecer metas em função do Protocolo de Kyoto. Eu queria ouvir um pouco de vocês, quer dizer, qual é a leitura que vocês fazem, o que é que isso pode trazer de benefício para o País, a nossa inserção dentro de todo esse cenário mundial e evidentemente o reflexo disso no papel que o Brasil acho que a cada dia que passa tem de maior influência principalmente nesse grande debate sob o ponto de vista da biodiversidade. A segunda questão que eu gostaria de perguntar é qual é a opinião de vocês com relação a usina de Angra 3 e também à questão da usina no... Das usinas no Rio Madeira, Jirau e Santo Antônio.

E por último, perguntar aos senhores aos senhores como é que... qual é a leitura dos senhores com relação às políticas ambientais do Presidente Lula. Se houve avanços, que avanços foram esses e o que o Parlamento pode contribuir para que efetivamente nós tenhamos uma política ambiental de primeiro mundo. E eu ouvi agora a Esther falar uma Organização das Nações Unidas voltada especificamente para o meio ambiente.

Então, se me estendi um pouco peço desculpas e essas são as questões, Presidente, que eu gostaria de apresentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – V.Ex^a está devidamente desculpado, não se preocupe. E as perguntas são muito pertinentes e permitiriam cada uma delas uma audiência específica para nós tratarmos da questão.

Eu gostaria de também referir-me aos documentos, primeiro os parabéns à organização, os documentos que estão em sintonia com a realidade e buscando enxergar um pouco adiante. Acho que isso é muito importante. Embora seja difícil a gente fazer qualquer previsão futurística, mas segundo o nosso presidente emérito da sociedade brasileira para o progresso da ciência, uma coisa é certa, o mundo vai continuar se aquecendo, de qualquer sorte, com homem ou sem homem, a terra vai continuar sendo aquecida. O problema que ele põe é se nós vamos querer acelerar esse aquecimento com a nossa participação. Ou em prejuízo de determinados segmentos, determinadas regiões do globo beneficiando outras, às vezes algumas que já concentram muitos benefícios em detrimento daquelas que não conseguiram até agora se beneficiar do desenvolvimento comum da humanidade. Quer dizer, o desenvolvimento é comum, mas a apropriação ela é muito particularizada no nosso planeta.

E eu gostaria de ao dar os parabéns a essa iniciativa também ver com vocês, para exame de vocês, essa realidade no âmbito do Mercosul. Eu tenho atuado no Parlamento do Mercosul, tem muitas demandas já de Organizações Não-Governamentais e de conflito entre os países, entre essas discussões estão os grandes programas energéticos, porque eles são base central do desenvolvimento de qualquer nação, e base central para o desenvolvimento do Mercosul. Sem a capacidade de fornecimento de energia o desenvolvimento dessas nações pode se estancar. Então quais os caminhos mais adequados que vocês têm olhado, colocado a visão de vocês sobre a questão do Mercosul? Quer dizer, o Mercosul está preparado? Já tem instâncias governamentais? O Parlamento ele é muito novo no Mercosul, ele é, digamos assim, está se iniciando. Então, no âmbito de Governo, já há instrumentos mais eficazes que vocês têm acompanhado ou não? Seria muito interessante que a gente pudesse fazer um trabalho muito conjunto da América do Sul, o Brasil querendo ou não ele exerce um certo papel de liderança mais natural, a questão de você impor a sua liderança, mas é pela dimensão continental, pelos problemas que o Brasil tem, pela biodiversidade, pelos vários biomas, que você tem, pela capacidade de geração de energia em vários sistemas, nós pode-

mos gerar eólica, nós podemos gerar solar em grande quantidade, de resto o mundo pode, mas nós temos um potencial muito grande, nós podemos gerar hidrelétrica, nós podemos gerar nuclear, o potencial nosso é grande e o desenvolvimento tecnológico também do Brasil permite você abrir fronteiras nesse terreno da produção energética. Mas ele é ao mesmo tempo fator de conflito, digamos assim, entre nós. Veja que o Senador Delcídio levanta aqui a construção das novas hidrelétricas no Rio Madeira. Tem sido discutido também, não só pelo Brasil, mas também os bolivianos estão discutido a construção das hidrelétricas no Rio Madeira. E assim qualquer grande fonte de energia seja exclusivamente no território nacional ou repartido com os países, vai ser motivo de um bom debate entre as nações. Então nós temos que trabalhar muito ajustados e muito irmanados, digamos na América do Sul. Agora, os instrumentos estão à disposição, nós temos organizações de Governo e organizações da sociedade civil em condições de acompanhar essa passada larga que nós estamos querendo dar em termos de Brasil.

Então concedo a palavra aqui a... Não sei qual ordem, Ivan, e cada um de vocês pode pegar a palavra.

SR. IVAN MARCELO NEVES – Eu vou falar sobre a questão do GT de Energia, que é a minha área. Bom, primeiro a gente agradece mais uma vez em nome do fórum essa oportunidade. De a gente estar dialogando aqui nessa Casa, uma Casa que tem uma importância na questão de fiscalizar os atos do Governo e mais do que isso, legislar e fazer com que a nossa legislação seja cumprida. E discutir grandes problemas do nosso País.

Em relação à questão de energia, eu posso falar com uma certa propriedade que eu sou do Grupo de Trabalho de Energia, na área do movimento, do Fórum Brasileiro, eu sou dessa área técnica também da engenharia elétrica, então eu conheço um pouco essa discussão do que diz respeito à matriz energética brasileira.

Recentemente o Congresso Nacional aqui, em agosto de 2007 promoveu um grande debate sobre aquecimento global. E nós fomos convidados juntamente com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, para falar sobre matriz energética brasileira. E ao longo do tempo a gente vem discutindo muito sobre a matriz energética brasileira. Além de ser a minha área que eu atuo como profissional. Eu posso falar que diante dos impactos, dos grandes empreendimentos que foram causados no nosso País, da geração de energia elétrica, a gente tem que ver o seguinte. Nós somos fruto... 507 anos de colonização. Então o que nós te-

mos hoje é herança de tudo que foi feito sobre o solo no nosso País. A gente pode falar de planeta, mas eu costumo fazer um breve olhar cronológico da ocupação do nosso País desde 1500. O que somos hoje é tudo que foi feito desde a colonização. Então nós herdamos isso por escolha de vontade das pessoas que vieram colonizando o nosso País até hoje. No que diz respeito à questão das hidrelétricas, hoje nós somos fruto dos grandes empreendimentos que foram construídos ao longo desses 57 anos do setor elétrico brasileiro. Então, nós não podemos escolher naquela época o que a gente queria para o nosso País.

Então, hoje nós estamos discutindo esses impactos que foram causados ao longo do tempo. E mais precisamente, a pergunta aqui do Senador Amaral sobre Angra 3 e sobre o Rio Madeira, eu posso falar com muita propriedade. Primeiro que sou de Angra dos Reis. Eu moro lá no entorno de Angra 1 e Angra 2. Eu moro lá antes das usinas nucleares serem instaladas lá no período que foi construído Angra 1 e Angra 2. Eu conheço todo o programa nuclear porque é onde a gente mais se insere nessa discussão. Nós temos Angra 1 e Angra 2 instalada lá, nós não tivemos opção de escolher se eram bom ou ruim. Hoje o que se discute hoje é o programa nuclear brasileiro se ele foi benéfico ou não para o nosso País. E hoje se discute a nível de mudança climática se ela é alternativa ou não para poder minimizar o impacto de lançamento de gases nocivo à atmosfera porque haja vista que na geração ela não emite CO². Mas na cadeia produtiva desde a extração até a sua geração ela é altamente impactante como qualquer outra fonte de geração de energia. E também posso afirmar que não existe geração de energia limpa. Todas elas, até as renováveis, elas provocam algum tipo de impacto. Baixo, médio, ou alto de impacto e aí ao meio ambiente ao solo, todas elas de qualquer forma, a eólica, a solar, porque elas são recursos naturais. E dependendo do tipo dessas gerações elas vão deixar algum tipo de resíduo que vai provocar de menor ou até alto impacto no meio ambiente ou na saúde ou no ser humano. Então a gente sabe que a geração ela não é toda limpa. Agora, existem aquelas que fornecem um maior tempo e maior sustentabilidade para o nosso País. E é nisso que nós discutimos. E antes de discutir geração de energia, a gente discute o que o Brasil tem de produção e o que nós podemos fazer para poder tornar a produção da nossa energia eficiente? E nós temos num Grupo de Trabalho de Energia um programa chamado eficiência energética. Na eficiência energética é em toda cadeia produtiva. Porque hoje recentemente no começo do ano, o jornal **O Globo** lançou uma semana de campanha sobre geração de energia. Dedicou um dia so-

bre o que nós desperdiçamos de energia nesse País. O Brasil é dos campeões mundiais em desperdício de energia. Nós jogamos por ano, por ano fora uma Itaipu. Significa mais ou menos 12 mil megawatts de energia jogado fora por ano em desperdício, equipamentos obsoleto e também engenharias num País tropical inadequadas que consome altos volumes ou altos megawatts de energia para poder garantir qualidade de vida a todas essas pessoas. Então a gente discute do ponto de vista de cadeia produtiva também do ponto da engenharia o que ela promove no nosso País para poder usar tanta energia. Num País tropical a gente não utiliza a engenharia para poder favorecer o vento e a entrada de energia solar para poder evitar que a gente use tanta energia.

Então se a gente levar em consideração o Programa de Eficiência Energética, o Brasil poderia ser um exemplo a nível de planeta para poder não intuir a curto prazo nenhum tipo de empreendimento. Porque nós teríamos energia para garantir até 2010, 2015, geração de energia para a economia não parar. Então só no Programa de Eficiência Energética. E isso são dados não só do FBOMS através do GT de Energia, mas de várias universidades, centros de licença como o Cepel, a COP, a UFRJ, o Instituto Eletrotécnico da USP, a Unicamp, a Universidade Federal de Pernambuco que tem excelência de documentos, trabalhos no campo de eficiência energética. A gente não teria que ficar passando por aí falando que se não construir Madeira, não construir Angra 3 o Brasil vai parar. Isso do nosso ponto de vista é o maior equívoco que o nosso País pode dar para as gerações presentes e para o futuro se a gente não discutir esse grande programa que o Brasil poderia ser exemplo, até mesmo para levar para Bali.

A outra, a questão das repotenciações das hidrelétricas com mais de 20 anos de uso. Hoje as nossas hidrelétricas elas estão obsoletas em termos de equipamentos. Se a gente investir nela sem aumentar a área inundada, nós teríamos aí jogado na geração de energia e no sistema nosso viário aproximadamente 6 mil megawatts de energia. Equivale a quase três Angra 3. E gerando emprego, porque isso gera emprego e gera divisa. A outra são perdas técnicas na transmissão e distribuição de energia no nosso País. O Brasil também em dados científicos e dados técnicos, o Brasil na transmissão e distribuição a gente perde aproximadamente 20% de energia. A perda admissível é 6%.

Então, somado a isso, um a um trabalho feito pelo Célio Berman no Instituto de Eletrotécnica da USP, nós teríamos também de aproximadamente quase 6 megawatts de oferta para poder ser utilizado na

economia brasileira. Soluções elas existem. Envolve vontade, envolve todo o envolvimento da população para que a gente possa avançar nesse programas. E isso a gente trouxe nesse evento aqui de aquecimento global como proposta para o País continuar nas bases sustentáveis.

E para finalizar, hoje se discute a construção do Rio Madeira e de Angra 3. É um ledô engano que o País pode passar ou não se for construir Angra 3 e Rio Madeira. Não existe e aí a gente age com muita responsabilidade porque a gente não quer que o País pare, a gente quer que continua avançando, tendo divisa, gerando trabalho, qualidade de vida, que o conforto seja mantido, e eu tenho certeza se construir Angra 3, se construir Rio Madeira nós vamos pagar um preço muito caro nesse País que a gente vai discutir talvez daqui a 10, 15 anos os impactos que isso vai causar não só no meio ambiente, mas na saúde financeira do nosso País e também impactos também na população ribeirinha, nas comunidades indígenas, no solo de todas as formas que isso vai causar ao nosso País. Agora, é uma pressão que existe, se não construir Angra 3, se não construir Rio Madeira, Santo Antônio do Jirau e Jirau o país nosso em 2009 vai ter um apagão. Isso é um ledô engano, porque a partir de 2001, que existe um hiato nessa discussão, toda a sociedade começou a discutir a matriz energética brasileira. Porque até 2001, parece que os recursos naturais eram infinitos. E a sociedade deu uma grande demonstração, o quanto ela economizou de energia porque aí caiu a fichinha que os recursos naturais eles não são infinitos. São finitos. Então a gente precisa discutir com muita paciência, com muita responsabilidade o destino do nosso País e para onde que a gente quer que vá esses recursos.

Eu tenho certeza que em Angra dos Reis não vai ganhar com Angra 3. O País não vai ganhar. A questão climática não vai ganhar com construção de usina nuclear, por mais que eles falem que é uma energia que não emita CO², eu tenho certeza porque são cifras milionárias. Para Rio Madeira está destinado aproximadamente 22 bilhões e para Angra 3, 7,3 bilhões de dólares. Tenho certeza que esses recursos poderiam ser destinados em outros setores do nosso País, gerando trabalho, divisa, continuando a nossa economia a se desenvolver com essa plataforma que a gente discutiu aqui.

Então, assim, existe o setor nuclear que está defendendo com unhas e dentes a alternativa, inclusive está saindo na ONU que é que a usina nuclear ela é alternativa para combater o efeito de mudança climática, e são ponto de vista, mas dizer que ela é uma alternativa a gente teria que discutir que impacto que ela causa em toda a cadeia produtiva. Não podemos

falar só da ponta da geração aonde que ela não emite CO². Mas de toda a produtiva. Porque se pegar desde Caetité que é onde que é a extração do urânio até o enriquecimento do urânio em Rezende e a geração de Angra dos Reis lá, Angra 1 e Angra 2, e o risco que é um acidente nuclear vocês não pode levar em consideração. Porque quando fala em usina nuclear você tem que falar de risco. E toda vez que fala em risco a questão do megawatt/hora da energia nuclear ela sobe de 117 que estão falando para 215, 220 megawatts a hora que ela gera. Então quem vai pagar esse preço é a sociedade. São discussões de fundo que a gente tem que estar trazendo aqui para o Congresso, estar discutindo alertando o Governo Brasileiro que a gente pode cair numa cilada futura. Então eu acredito que a gente pode evitar isso. Tem alternativa, o FBOMS contribui com isso e eu tenho certeza que toda a economia, a sociedade não vai parar. A gente vai dar um salto de qualidade significativo.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Muito obrigado Ivan Marcelo Neves pelas palavras claras, lúcidas, e agora com a palavra o Dr. Rubens Born.

SR. RUBENS BORN – Senador, tentando rapidamente responder sua questão sobre metas. Talvez seja bom lembrar que o regime internacional de mudança de clima com seus dois instrumentos mais importantes, a Convenção de Mudança do Clima, e Protocolo de Kyoto tem duas abordagens, digamos, se não são contraditórias, complementares. A Convenção de Mudança do Clima negociada entre 90 e 92, assinado no Rio de Janeiro, ela tem o foco basicamente de comando e controle. Ela dá um papel central aos Estados e as políticas públicas. E foi a forma, primeiro respondi a uma visão do papel do Estado e nós achamos que o Estado tem que ter papel importante. O Estado, o Poder Executivo, o Legislativo, o Judiciário, o Estado tem papel importante em regular a sociedade, em mostrar os caminhos e em disciplinar o comportamento dos agentes econômicos. No bojo da discussão da Convenção de Mudança do Clima, alguns países, Estados Unidos e o então Presidente George Bush se recusavam a assumir metas. E por isso que a convenção centrou mais em comando e controle e evitou metas. Ao longo dos anos 90 quando se negociou o protocolo de Kyoto, com o avanço do neoliberalismo e a questão do mercado, se propôs: não, vamos deixar um pouco o Estado e políticas públicas de lado e vamos valorizar os instrumentos de mercado. Instrumento de mercado, na visão deles, para serem efetivos precisam de metas. E, portanto, o Protocolo de Kyoto privilegia o instrumento de merca-

do de metas. E uma maneira de olhar isso, a nossa... A gente reconhece que o Itamaraty tem interpretação que é comum em quem segue Protocolo de Kyoto a palavra meta em outros idiomas é um objetivo mensurável com uma data de aferição, se esse objetivo foi cumprido ou não. Isso na linguagem popular. Eu tenho meta de juntar meu 13º para comprar os presentes de natal, então eu... Eu tenho a data 25 de dezembro ou 24 para poder fazer minhas compras. Ou seja, meta é uma coisa que nós adotamos no dia-a-dia. É o cidadão comum mais pobre ele sabe, vou juntar meu dinheirinho para reformar a casa, botar um cal na parede para deixar ela... é importante que a sociedade, que cada um tenhamos objetivos mensuráveis. É importante para que possamos tanto no Governo, no Legislativo, no Judiciário, o setor privado, saber se nós estamos indo na direção certa com ritmo certo e portanto... E essa é uma discussão no caso de mudança do clima que não houve até agora. Há organização que defendem sim metas de redução sabendo do Projeto de Lei do Deputado Sarney Filho que foi aprovado aqui, há outros Projetos de Lei tramitando na Casa, mas nós achamos que a discussão ainda, digamos, ainda não juntou acúmulos suficientes para saber qual é a posição. Agora, embora o Projeto de Lei do Deputado foi aprovado na Câmara, se não me engano. Nós achamos que toda a discussão, e isso está no documento do FBOMS de 2002, e está expresso aqui e resumido na página 25, que por exemplo, aqui no Congresso Nacional que Projetos de Lei em função da gravidade do problema que o senhor lembrou, deviam ter esse olhar de mudança de clima? Por exemplo, vamos pegar um Projeto de Lei que está tramitando se não me engano estava para ser votado hoje na Câmara dos Deputados, voltou semana passada e parece que estava agora essa semana em destaque. Projeto de Lei o PL nº 3.057 fala do parcelamento de solo urbano. Lá dispositivos que parece que foi motivo de alguma discórdia ou polêmica entre o Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, sobre flexibilização e eliminação das APP e reservas legais em áreas urbanas. Nós deveríamos na verdade, quer dizer, fora a questão da qualidade ambiental, da segurança contra deslizamento de encostas, na ocupação urbana, tem uma série de questões da gestão ambiental urbana. Nós podemos fazer análise do ponto de vista. Se nós aprovarmos isso, a eliminação de reservas legais em áreas urbanas, quanto elimina de estoque de carbono e quanto representa de acréscimo de carbono pelo Brasil na atmosfera. Indo na contramão daquilo o que a gente deve fazer. Projeto de Lei que trata da Reserva Legal Amazônia, da redução de 80 para 50%. Eventualmente, se isso for aprovado pode colocar por terra

todo o esforço de 13 Ministérios do Presidente Lula de reduzir o desmatamento.

Porque aquela cota que é liberada da reserva legal vai emitir. Então nós achamos que todo Projeto de Lei doravante deverá ser analisado sobre esse aspecto. Isso significa que doravante talvez é um sonho meu, mas... Que cada cidadão brasileiro, cada empresa brasileira, por exemplo, quando fizesse sua declaração de Imposto de Renda, seu balanço anual ativo e passivo, nós pudéssemos não só medir em reais, estou talvez fazendo um, digamos, um exemplo hipotético, mas que nós pudéssemos fazer quanto nós emitimos, quanto nós contribuímos para o agravamento de problema e quanto nós também contribuímos para resolver o problema.

Estive ontem numa reunião num Banco, terceiro Banco privado, Banco Real, é bom nominar, sei que o costume não é esse, mas o Banco Real na sua carteira de investimentos está exigindo que as empresas façam seu inventário. É muito importante que as empresas façam seu inventário de emissões, que cada um conheça a sua contribuição positiva ou negativa. Isso facilita muito inclusive a sociedade controlar se as empresas está nessa onda agora de neutralização, compensação, com diferentes metodologias, pedimos também ao Ministério de Ciência e Tecnologia que padronize métodos de aferição de cálculo porque senão a empresa "A" vai dizer que neutralizou "X", a outra vai dizer "Y", com métodos diferentes e a sociedade não vai saber quais desses métodos têm credibilidade. Porque o consumidor consciente ele quer comprar produtos e serviços de uma empresa que tem as suas metas. Neutralização é uma forma de metas também. É uma forma de metas. A certificação de qualidade, ou seja, há diferentes tipos de metas, há diferentes tipos de objetivos mensuráveis. Nós citamos aqui, citei para o Presidente Lula a semana passada, o Brasil tem metas de superávit primário, o presidente e qualquer candidato faz metas de número de empregos a serem gerados, número de famílias a serem assistidas pelo Programa Fome Zero, assim por diante. Nós devemos ter objetivos mensuráveis. Agora, de novo, o grande debate é quais são os objetivos que são adequados agora para o Brasil 2007 e nós temos que evoluir. O que os cientistas indicam é que de fato para evitar fenômenos catastróficos no planeta ao longo desse século, a temperatura média do planeta não poderia passar mais do que dois graus celsius. Os próprios cientistas do Inpe identificaram que nesse cenário, na Amazônia nós podemos ter aumento de temperatura de 6 a 8 graus celsius, dois graus é a média mundial. Na Amazônia de 6 a 8 graus, no nordeste também aumentos efetivos eu não sei na sua região, no Pantanal,

no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, eu não lembro exatamente, mas certamente em várias áreas do País os impactos serão, digamos, terríveis e nós vamos ter que ter, por exemplo, talvez tem até uma foto aqui na capa, um município no interior de Pernambuco. Não tem uma árvore. Vamos ter que ter metas para arborização de rua porque senão as pessoas não vão nem conseguir caminhar na calçada. Vamos ter que mudar a concepção urbanística e arquitetônica das nossas cidades para garantir mais área verde, não só para a cidade ficar mais bonita, mas que a gente possa andar na rua sob uma temperatura média mais elevada. Então nós vamos ter que ter, sim, objetivos mensuráveis, tanto em mitigação, como em adaptação. Dei um exemplo de adaptação. Porque uma árvore para gerar sombra vai 10, 15 anos. Temos que começar plantar as árvores agora para que elas nos dêem sombras daqui a dez anos. Vamos ter que fazer uma série de coisas em águas. Então vamos ter que ter diferentes tipos de objetivos mensuráveis. O Itamaraty entendemos ele interpreta a palavra meta dentro do Protocolo de Kyoto. Ou seja, objetivo obrigatório de redução de emissões pelos países industrializados. E o acordo político foi que a redução obrigatória ficar só países industrializados. E parece que esse é um ponto nevrálgico. Mas podemos ter eventualmente objetivos mensuráveis assumidos voluntariamente. O Ministro Interino do Meio Ambiente, Capobianco na quarta-feira em nome da Ministra Marina Silva disse que a proposta do Ministério do Meio Ambiente eram compromissos de políticas públicas mensuráveis. Então acho que de fato está no horário de ter esse debate em vários campos. Aqui nós temos uma série de medidas de mitigação e adaptação, sem nos referir a metas específicas, mas é importante: Eu queria terminar essa discussão mostrando que, por exemplo, o senhor citou energia solar ou eólica, o Greenpeace tem um estudo que corrobora o que o Ivan falou na questão de energia nuclear, energia solar. Hoje eu quero trazer um exemplo de uma iniciativa da nossa organização, o Vitae Civilis, nós temos feito o que se chama seminário de cidades solares. Propusemos à Prefeitura de São Paulo que mandou à Câmara Municipal o ano passado e aprovou uma lei que obriga que novas edificações instalem equipamentos de energia solar. Fizemos seminários em Porto Alegre, lá foi aprovada uma lei em Belo Horizonte, hoje estamos fazendo em Maceió, temos 53 municípios pedindo uma ONG que em parceria com o setor privado está buscando mediante mudança de código de obras, ou seja, uma mudança de Legislação criar o espaço e o mercado para fazer isso. Por que é que é importante? Segundo dados da Aneel e da Eletrobras, o aquecimento de água por energia elétrica, chuveiros representa

18% da demanda no horário de pico. Como o sistema elétrico é pensado pelo sistema de pico nós podemos dizer que praticamente uma em cada cinco plantas de produção de energia elétrica, nuclear hidrelétrica ou termoelétrica é para aquecer água. E tem o desperdício enorme. Então nós podemos dar um avanço grande e diminuir a necessidade de... E aqui um dos objetivos é não eliminar usinas nucleares, eliminar termoelétricas... Ou seja, não ir na contramão do que se coloca das falsas soluções e realmente adotar soluções de energia renovável de forma sustentável.

Então, sim, é importante essa discussão sobre objetivos mensuráveis e esperamos que a Comissão Mista aqui possa dar uma contribuição significativa a esse debate nacional. Queremos crer que com a convocação da terceira Conferência Nacional de Meio Ambiente com o tema mudanças climáticas esse debate terá que ser agilizado de tal forma que em maio, aproveitando a Conferência Nacional de Meio Ambiente esperamos que o Poder Executivo tenha uma clareza maior e tenha proposta sobre objetivos mensuráveis que parece que também dentro do Governo não há um consenso sobre isso, mas que de alguma maneira vamos ter parâmetro para saber se está indo na direção certa, no passo certo.

O SR. PRESIDENTE Senador Delcídio Amaral (PT – MS) – Muito obrigado, Rubens Born. E agora Dra. Esther Neuhaus. Eu só quero deixar registrado aqui uma expressão que a Esther usou infelizmente quando falei eu não citei, governança ambiental. Essa palavra aí é... Tem gente que fala sobre governança porque é uma palavra bonita. Mas tem uma tremenda profundidade como é governança empresarial, governança ambiental e vai por aí, transparência e outras coisas mais.

Então, eu não podia deixar de registrar. E achei que você lembrou muito bem, Ivan, nós estamos esquecendo de medidas de eficiência energética. Lamentavelmente. Nós aprendemos muito com o apagão. Mas nós estamos voltando outra vez à velha sistemática de gastar muita energia, ou desperdiçar muita energia. Eu passo a palavra agora para a Esther.

A SRA. ESTHER NEUHAUS – Obrigada. Bom, primeiro eu vejo que Rubens deixou a pergunta mais difícil pra mim, para responder. (risos) Então... Bom, sobre a política ambiental no Governo Lula.

Bom, em primeiro lugar eu tenho que esclarecer que nós somos uma rede de mais de 600 organizações, ONGs, movimentos sociais, principalmente de médio e pequeno porte. Então tem uma grande diversidade de opiniões, avaliações e tudo isso. No entanto, eu digo assim, tem alguns pontos que a gente possa com certeza apontar que são cruciais. Ou seja, tem... A gente observou que a questão ambiental nos últimos... No mandato agora e último, principalmente pela Ministra Marina Silva,

conseguir entrar mais na pauta do Governo, da mídia também. Algumas coisas importantes que foram feitas, por exemplo, o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o plano de combate ao desmatamento com alguns números positivos que estão se vendo agora... O esforço de... Há o pedido do Presidente Lula de estabelecer, implementar uma política nacional de mudança climática, a gente acha fundamental, apóia fortemente e a gente também viu que o próprio Presidente Lula na reunião da semana passada, o Fórum Brasileiro de Mudança Climática deu a entender que realmente a questão de mudança climática ela não é mais uma questão de meio ambiente. Ela é maior, ela afeta todos os setores de política e da economia. Então nesse sentido de tratar ela de uma forma um pouco mais transversal. Ele assinou o Decreto de criar Comissão Interministerial para Mudança Climática. Também tem tido duas conferências de meio ambiente, vai ter a terceira como o Rubens falou, sobre a questão de mudança climática, do nosso ponto de vista eu diria que para nós o que é importante é que são os canais de participação que tem para a sociedade para poder incidir. Aí a gente tem conseguido abrir alguns... Participar de várias Comissões, o próprio FBOMS hoje indica representante 20, 30 Comissões e colegiados. Principalmente criadas pelo Ministério do Meio Ambiente. A participação, a existência desses espaços não é uma garantia que funcione. Essa participação tem que ser efetiva, ela tem que ser real. Ela tem que ter algum impacto visível. E também não adianta só ter um diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, que a gente tem, assim... Mas tem que ter com outros Ministérios chave que trata da questão ambiental, como o próprio Ministério de Minas e Energia, a gente faz vários anos que está pedindo indicar a vaga, por exemplo, destinada a um cidadão especializado em energia do Conselho Nacional de Política Energética, nós não conseguimos até hoje estabelecer um diálogo bom com o Ministério de Minas e Energia. Também Ministério do Planejamento, Fazenda, Turismo, outras áreas que trata da questão ambiental e que é difícil conseguir essa transversalidade. Acho que tem que avançar muito na transversalidade. Tem que avançar nas parcerias, o Senador Inácio Arruda falou da articulação Mercosul, nós participamos das cúpulas sociais do Mercosul, nós temos parceiros também na região... A gente acha muito importante fortalecer essa articulação regional, que é uma coisa que ao Mercosul possa contribuir e que a gente tem interesse. Foi aprovada a conferência do meio ambiente do Mercosul, foi aprovado na última cúpula, sem definir um prazo, mas vai ter... a gente tem muito interesse em contribuir com isso. E bom, isso a gente estava olhando.

Por outro lado, o que nos preocupa é, sobretudo, o modelo de desenvolvimento. Isso é uma questão que a

gente tem muito consenso nas organizações, de ter... O Ivan falou, provavelmente a questão energética, a questão de grandes obras de infra-estrutura, sobretudo de geração de energia traduz muito bem isso. Essa visão de modelo de desenvolvimento, uma grande visão de crescimento. Eu estou lembrando, tem países, por exemplo, a Dinamarca ela conseguiu crescer economicamente sem... Ou seja, investindo em energias renováveis. Ela tem uma matriz de energia renovável 70%.

Então, é possível crescer economicamente e o Brasil tem todas as condições com a questão solar, eólica e outras energias fontes não convencionais. Então isso que nos preocupa na conjuntura. Esse modelo de desenvolvimento que ainda é baseado numa pauta de exportação de produtos, primeiro de baixo valor agregado, que são intensivas em energia, eletrointensivas, baseado em recursos naturais, por exemplo, na área dos agrocombustíveis. Então a gente tem uma preocupação com o modelo em si. A gente acha que tem que repensar esse modelo. A gente pode contribuir com isso. O Brasil pode ter um desenvolvimento diferente, não é só PIB, número, conta... Que tem outros caminhos. Por isso que a gente...

E a última coisa, que meu tempo acabou, o que o Parlamento pode contribuir é muito importante. Legislação que agora está se criando na área de clima, por exemplo, eu falei agora sobre a questão de pneu, que também foi uma coisa importante porque o Executivo brasileiro teve uma posição no contencioso da OMC sobre os pneus e teve um Projeto de Lei na Câmara e no Senado tentando ir na contramão do que o Executivo aprovou. Então não é ir na contramão do que o Executivo... O Governo Brasileiro está defendendo, por exemplo, na OMC, que conseguiu uma vitória, mas de ser coerente, de tentar colaborar com essas posições em prol da sustentabilidade.

SR. PRESIDENE SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT – MS) – Muito obrigado, Esther Neuhaus. Com a palavra o Deputado Rocha Loures.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB – PR) – Saudando, Presidente, a presença do Deputado Augusto Carvalho que também nos honra com a presença e dizer que foi atingido o propósito deste nosso encontro, do GT Clima, dentro da nossa Comissão de Mudança Climática, porque temos mais subsídio para representando a sociedade brasileira através da militância inteligente, persistente e visionária da FBOMS levar uma posição brasileira já imediatamente daqui a poucos dias para a COP, e naturalmente defender algo que a maioria, eu diria... Falo por mim, não falo por outros, mas me parece que a maioria dos membros dessa Comissão e da Frente Parlamentar Ambientalista defende que o Brasil tenha meta, sim, e que concordando com o Rubens,

aquele que não tem uma meta quantificável, delineável no tempo e com o compromisso com o objetivo comum, tem dificuldade de avaliar se houve realmente ou não avanço ao longo do tempo e, portanto, deixar de aprender com a sua experiência.

Então quero saudar mais uma vez a presença dos membros da Mesa, cumprimentar o nosso Senador Deicídio Amaral, Presidente, e dizer para a Esther, que a tua intervenção foi perfeita, sucinta, correta, na direção certa inclusive porque amplia o debate na representação dos conselhos hoje importantes que em não tendo um membro indicado pela sociedade civil, ou pela representação conforme a lei prevê, inclusive, deixa a desejar no que diz respeito até por conta... O Senador conhece melhor do que eu essa questão recente do gás, por exemplo, houve uma reunião duas semanas atrás quando fazíamos o nosso encontro de seminário de energias renováveis e lembrando nas tuas palavras e quantificando, o potencial eólico do Brasil é 260 mil megawatts só... Gigawatts, só de ventos. O que supera inclusive em quase três vezes o consumo atual de energia brasileira só em vento.

Então, Senadores, queria também aproveitar para cumprimentando o Ivan, dar parabéns pela condução do trabalho, infelizmente tive que me ausentar por algum tempo e dizer que iremos sim, não só no aspecto da governança climática e ambiental, mas também provavelmente há já um trabalho sendo feito para a criação de um Parlamento global, Parlamento esse constituído por membros voluntários dos seus respectivos Congressos. Há uma questão de defesa da Defesa Nacional, do interesse nacional, e que, portanto, cada Parlamentar do seu País tem compromisso com a sua gente, mas nessa questão esse conceito do Parlamento global é algo que está crescendo motivado pelo campo da mudança climática. Então com isso concluo, em nome do GT Clima da Frente Parlamentar Ambientalista como membro dessa Comissão me dou por satisfeito e entregarei os materiais ao Senador Casagrande, que como dizia no começo, deseja conhecer o teor da nossa conversa e naturalmente os materiais aqui entregues. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Obrigado Deputado Rocha Loures, quero agradecer a Esther, ao Ivan, ao Rubens, agradecer aos demais Parlamentares que estiveram aqui nessa Audiência Pública, pedir mais uma vez desculpas, hoje o dia foi muito complicado para nós aqui, aliás, está ainda bastante complicado, e especialmente no Senado Federal e eu quero agradecer a oportunidade e dizer que todos nós aqui no Senado Federal, na Câmara, como disse o nosso querido Deputado Rocha Loures vamos estar absolutamente empenhados

e trabalhando para que o tema biodiversidade e meio ambiente seja o tema prevalente nos trabalhos do Congresso Nacional nos próximos anos. Obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB – PR) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h20.

Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL “MUDANÇAS CLIMÁTICAS”

Ata da 32ª Reunião, realizada em 12-12-2007

Ata Circunstanciada da 32ª Reunião de 2007, da Comissão Mista Especial “Mudanças Climáticas”, criada pelo Ato nº 01, de 2007, “destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil”, aberta em 12 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 14h35, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, suspensa nesta data, reaberta no dia 13 de dezembro de 2007, às 9h8, destinada à apreciação do relatório das atividades no ano de 2007. Foi aprovado por unanimidade o Requerimento 53: de autoria do Senador Renato Casagrande, em que requer que seja realizada audiência Pública para debater com a delegação Brasileira da COP-13 os resultados da Conferência de Bali.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes (PSDB – TO) – Presidente
Senador Magno Malta (PR – ES) – Vice Presidente
Senador Renato Casagrande (PSB – ES) –Relator
Senador Valter Pereira (PMDB – MS)
Senador Romeu Tuma (PFL – SP)
Senador Cícero Lucena (PSDB – PB)
Senador Delcídio Amaral (PT – AC)
Senador Inácio Arruda (PCdoB – CE)
Deputado Dr. Adilson Soares (PR – RJ)
Deputado Fernando Ferro (Bloco PT – PE)
Deputada Rebecca Garcia (PP – AM)
Deputado Luiz Carreira (PFL – BA)
Deputado Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB – DF)
Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT – AP)
Deputado Sarney Filho (PV – MA)
Deputado Augusto Carvalho (PPS – DF)
Deputado Paulo Teixeira (PT – SP) – Suplente
Deputado Jorge Khoury (PFL – BA) – Suplente
Deputado Fernando Gabeira (PV – RJ) – Suplente
Deputado Rocha Loures (Bloco PMDB – PR) – Suplente

Estiveram ainda presentes o Sr. Senador Expedito Júnior não-membro da Comissão:

Deputado Eduardo Gomes, Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº 1/2007 do Congresso Nacional, destinado a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta da presente reunião destina-se à apreciação do relatório das atividades do ano de 2007. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco em votação.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Solicito a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Solicitação de dispensa de leitura feita pelo Deputado Rodrigo Rollemberg. A coloco em votação. Srs. parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado.

Passo nesse momento, não antes de fazer um agradecimento que será concluído na próxima semana, mas da dedicação dos funcionários, assessores tanto dos parlamentares quanto das comissões nas atividades desenvolvidas no ano de 2007, e tenho certeza que esse registro é compartilhado por todos os parlamentares, não só o Senador Magno Malta, Vice-Presidente dessa Comissão, mas o relator e dos parlamentares que tiveram as suas atividades intensificadas em relação a esse tema ano 2007. Nesse momento passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Renato Casagrande. V. Exª tem a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, parlamentares presentes, senhoras e senhores. Nós... Sr. Presidente, por determinação de V. Exª estamos participando dessa reunião nesse momento para que nós apresentemos um relatório à Comissão. Todos os parlamentares da Comissão, Sr. Presidente, já receberam o relatório, a proposta de relatório e a idéia era que nós pudéssemos fazer nessa data o debate do relatório e a votação, se possível, do relatório final da nossa Comissão.

Acontece, Sr. Presidente, que nós estamos hoje num processo de votação do novo Presidente do Senado e estamos num processo de votação da CPMF. Então eu gostaria muito de pedir a V. Exª e pedir aos demais parlamentares que nós pudéssemos suspen-

der a sessão. Não... Abrimos a sessão, possamos suspender e que pudesse amanhã, às 8h30 da manhã com mais tranquilidade a gente dar sequência a essa sessão. Se V. Exª concordar o Senador Magno Malta concordar, nós teremos mais tranquilidade para que a gente possa fazer esse debate que é um debate importante para nós e que exige um tempo mais... De mais tranquilidade, com mais tranquilidade para que façamos esse debate.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Casagrande, se fizéssemos agora nós privaríamos a sociedade do debate. E em sendo amanhã, certamente a televisão estará ao vivo nessa Comissão porque não teremos outras Comissões nesse horário nessa Casa. Aí nós, então, daremos a oportunidade à sociedade que esteja conosco acompanhando por esse veículo de comunicação o debate que se dará.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Muito obrigado, Magno.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Eu submeto essa sugestão aos parlamentares. Vejo que há concordância com relação ao que disse o nosso relator, Senador Renato Casagrande, e quero solicitar à Assessoria da Comissão que comunique a todos os parlamentares que a sessão está suspensa e que nós voltamos a nos reunir amanhã, neste mesmo Plenário às 8h30 da manhã. Está suspensa a presente sessão.

Sessão suspensa às 14h49 do dia 12-12-2007.
Sessão reaberta às 9h10 do dia 13-12-2007.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Havendo número regimental declaro aberta reaberta a 32ª Reunião da Comissão Mista Especial criada através do Ato Conjunto nº 1/2007 do Congresso Nacional destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

Esclareço que a pauta da presente reunião destina-se à apreciação do relatório das atividades do ano de 2007. Nesse momento passo a palavra ao Sr. Relator, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Sr. Presidente, Deputado Gabeira, Deputado Rodrigo, senhoras e senhores, nós ontem por decisão da Comissão e por orientação do Presidente a meu pedido suspendemos a reunião, mas hoje vamos apresentar o relatório. O relatório vocês receberam na semana passada, já recebemos diversas sugestões que pratica-

mente noventa e poucos por cento foram incorporadas ao relatório, tratando é um relatório é grande, mas eu tenho um resumo do Relatório que eu gostaria de ler para ficar registrado como contribuição da Comissão, acho que a Comissão está concluindo um período de trabalho e nos comprometemos a apresentar o relatório, o relatório vem no momento do fim da reunião de Bali que pela avaliação de muitos é uma reunião que de certa forma não cumpriu os objetivos que ela estava se propondo a cumprir, em termos políticos e de comprometimento de países, então acho que nós estamos num momento adequado para que a gente possa compor um bom relatório para que fique como orientação para o nosso trabalho, para o trabalho do Congresso Nacional. E o trabalho de outros órgãos da administração pública no nosso País.

Bem, Sr. Presidente, Srs. e Srs. parlamentares. O aquecimento global efeito mais visível das mudanças climáticas, que já acometem o planeta é um fenômeno incontestável. Essa certeza foi mais uma vez corroborada pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas que acaba de divulgar seu quarto relatório de avaliação. Os estudos promovidos pelo IPCC não deixam dúvidas de que as atividades humanas contribuíram e continuam a contribuir para o aquecimento global. Realidade que chama ação todos os países do mundo, sejam eles ricos ou pobres, industrializados ou agrícolas, mais ou menos desenvolvidos.

É com a inquietação do muito que ainda há a fazer que apresentamos no dia de hoje o relatório das atividades de 2007 da Comissão Especial Mista de Mudanças Climáticas. Esperamos que o documento fruto de um ano de intenso trabalho possa balizar as ações dos formuladores de políticas públicas dos três níveis de Governo. De forma a incorporar no cotidiano administrativo do País o enfrentamento das mudanças do clima. Desde que assumi a relatoria dessa Comissão optei por elaborar um relatório eminentemente positivo, ou seja, um trabalho que priorizasse sugestões concretas e práticas e que não se contentasse em ser apenas um memorial descritivo dos debates travados. Mas, para propor era preciso conhecer. Acredito que conhecemos a fundo, realizamos inúmeras audiências públicas setoriais aqui em Brasília e em muitas outras audiências públicas locais, em diversas cidades brasileiras. Em comum a oitiva de diversos representantes de universidades, de empresas, governos e organizações do terceiro setor. Nas diversas audiências públicas setoriais tratamos de conservação de florestas, geração de energia, agricultura, mercado de carbono e educação ambiental, entre outros temas.

Nas audiências locais a Comissão buscou conhecer os desafios e perspectivas regionais, discutindo **in loco** as implicações sociais, econômicas e ambientais das mudanças climáticas. Assim discutimos desmatamento em Belém, modelos alternativos de desenvolvimento em Manaus, questões referentes ao Pantanal em Campo Grande, papel da indústria no enfrentamento das mudanças climáticas em São Paulo, aspecto do setor elétrico no Rio de Janeiro, desertificação e geração de energia eólica em Fortaleza e o papel do carvão mineral em Criciúma. Visitamos diversos institutos de pesquisa, entre os quais o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a Embrapa, Inpa, Museu Emílio Goeldi entre outros. Neles constatamos a realidade delicada da pesquisa científica em nosso País. Sobram atribuições, faltam recursos. O espírito propositivo já esteve presente no relatório parcial dessa Comissão divulgado em maio deste ano. Desde então promovemos diversas reuniões e inúmeras audiências públicas. O relatório de 2007 ora apresentado contém uma análise mais aprofundada do fenômeno das mudanças do clima, bem como rol muito mais amplo de sugestões e combinações, fruto da acolhida de diversas posições manifestadas pela sociedade brasileira durante atividade da Comissão. Esperamos que o relatório seja importante balizador para elaboração de uma Política Nacional de enfrentamento das mudanças climáticas, instrumento absolutamente indispensável para fazer face aos desafios que já se apresentam.

O relatório está estruturado em quatro capítulos. No primeiro, intitulado organização e desenvolvimento dos trabalhos. É feita breve apresentação e divulgada como posição no colegiado. O segundo, capítulo diagnóstico inicial da situação. Traz um breve histórico do tratamento das mudanças climáticas no âmbito internacional. Além de um panorama climático contendo as principais... Os principais documentos internacionais sobre o tema. O terceiro cujo título é desenvolvimento dos trabalhos da Comissão se dedica à descrição das atividades desenvolvidas e a análise dos recursos destinados à pesquisa. O quarto e último capítulo consolidação dos debates recomendação e proposição legislativa é o cerne do relatório que nos interessa efetivamente esse quarto capítulo como proposta para ser apresentada para a sociedade brasileira. Pois inclui a consolidação do debate da Comissão, as recomendações feitas aos formuladores de políticas públicas, as proposições legislativas em tramitação atinente às mudanças climáticas e as proposições legislativas que o colegiado irá apresentar para apreciação das duas Casas do Congresso Nacional. Há ainda dois anexos. O anexo 1 consta um Relatório de todas as Audiências Públicas realizadas pela Comissão. O anexo 2

contempla o texto integral e a justificação de todos os Projetos de Lei apresentados.

São as seguintes as recomendações constantes do Relatório das atividades de 2007 da Comissão Especial. Apreciar prioritariamente as proposições legislativas selecionadas e elaboradas pela Comissão Especial de Mudanças Climáticas. Essa recomendação para nós aqui do Poder Legislativo achamos que nós estamos... Entramos definitivamente no debate este ano de 2007 e o Congresso... não avançamos esse ano por uma questão muito mais do Senado do que da Câmara. Porque o Senado entrou num ano de muita turbulência e de altas temperaturas e nós não conseguimos discutir outros temas que não fossem o tema relacionado aos escândalos do Senado da República com mais profundidade. Acho que 2008 nós temos que priorizar efetivamente a aprovação de um conjunto de Legislação que possa dar o arcabouço do tema para o País.

Convocar reuniões periódicas no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas conforme previsto § 1º, art. 2º Decreto 28 de agosto de 2000 que revogou o Decreto nº 3.515 de 20 de junho de 2000. Poder Executivo naturalmente o Poder Executivo demorou demais para poder reunir o seu fórum, reuniu agora recentemente o fórum, fez uma homenagem, acho que a Comissão fez pressão para que o fórum pudesse se reunir. Este fórum é um fórum que o Presidente da República preside e deve se reunir com... De forma rotineira para que o Governo e o Presidente da República dê efetivamente a demonstração de prioridade; Participar ativamente por seus Presidentes ou representantes por eles indicados do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, conforme o Decreto... O art. 2º, Decreto 28 de 2000. Acho que o Poder Legislativo precisa participar desse fórum com mais frequência, e dando mais prioridade; Criar... Dinamizar fóruns estaduais, municipais, criar aqui a palavra poderia ser incentivar. Para que os Estados e os municipais criem seus fóruns para dinamizar o debate sobre o tema, porque o tema não é só uma responsabilidade do Poder Executivo Nacional, da União, acho que é responsabilidade de todos; Dotar o Congresso Nacional de uma Comissão Mista permanente sobre mudanças climáticas, tendo em vista este ser um problema que exige soluções coordenadas e de longo prazo, a avaliação nossa é que o tema não é um tema ambiental e não é um tema econômico. É um misto, um mix dos dois. Acho que o Congresso pode avaliar se vale a pena. Nós estamos propondo para o debate, avaliar. A exemplo do Mercosul que tem uma Comissão do Mercosul. Então acho que essa é uma proposta que está colocada para a Comissão poder avaliar. Elaborar uma lei de políticas de mudanças

climáticas, o Governo publicou um Decreto criando uma Comissão Interministerial para debater o tema para o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, acho que foi o primeiro passo, mas o Governo tem que ter se o Governo não apresentar o Congresso tem que aprovar uma Política Nacional sobre Mudanças Climáticas; Estimular práticas de consumo consciente no sentido de estabelecer padrões de consumo que reduzam a pressão gerada pela ação individual sobre o meio ambiente. Instituir uma premiação para as melhores pesquisas científicas, tecnológicas de inovação no campo das medidas de mitigação e adaptação das mudanças climáticas; Fomentar a gestão integrada da Região Amazônica no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

A OTCA ela existe funciona na verdade pouco, acho que um tema que a OTCA poderia debater é a questão da maior floresta tropical do mundo e isso poderá ser provocado por nós, através de debates envolvendo esses países; Elaborar um mapa nacional integrado de vulnerabilidade às mudanças climáticas, conjugando vários aspectos, saúde, agricultura, zona costeira com sistema de biodiversidade, energia entre outras. Uma recomendação ao Poder Executivo, mas também nós temos que fazer constar do orçamento recurso para que não só o governo nacional tenha um mapa nacional, mas que os Municípios mais importantes tenham um mapa de vulnerabilidade que os Estados tenham seu mapa de vulnerabilidade poder fazer parte do planejamento de cada ente da federação. Implementar uma política vigorosa de mitigação de mudanças climáticas a fim de cobrar a mesma postura dos demais países, em especial os desenvolvidos. Também tem que buscar apoio para financiar iniciativas nacionais. Achamos o Governo recuado nessa posição internacional, e para o Governo ser ativo e cobrar com todas as condições políticas é fundamental que ele tenha nesses fóruns internacionais uma posição bastante destacada e de vanguarda. Aprimorar continuamente a metodologia de elaboração do inventário nacional de emissões, inclusive mediante uma maior regularidade da realização desse levantamento. Tem projeto, não sei se acho que o projeto é do Deputado Fernando Gabeira, que estabelece isso, o Brasil precisa fazer de forma rotineira as... O seu inventário de emissões; Elaborar um plano consistente e efetivo de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas com base em um levantamento profundo e abrangente das vulnerabilidades nacionais. Na lei da mitigação a questão da adaptação é fundamental uma vez que todas as medidas tomadas ainda assim teremos um aumento da temperatura de no mínimo dois graus Celsius. Incorporar e esperar a alteração, como todos nós estamos

acompanhando na Amazônia, no semi-árido, no nível do mar, assim por diante; Incorporar variável de mudanças climáticas nas estratégias de desenvolvimento para o País, nos planos plurianuais, nos programas de aceleração do crescimento, no zoneamento ecológico econômico do plano diretor de ordenamento territorial; Incorporar os efeitos das mudanças climática nas exigências referentes ao licenciamento ambiental de empreendimento com horizonte de projetos superior a 25 anos. Acho que algumas... Alguns empreendimentos já levam em consideração a questão dos efeitos provocados por mudanças climáticas, mas ainda não é uma prática no processo de licenciamento. Além deste tem uma outra questão referente a licenciamentos em termos de Projeto de Lei. Estimular compromissos setoriais voluntários de controles de emissão de gases de efeito estufa, como base para uma estruturação de um mercado doméstico de crédito de carbono. Acho que o Brasil precisa independente de assumir compromissos internacionais, com relação a metas de emissões, acho que nós temos que estimular os compromissos setoriais, setores que mais emitem para que nós possamos também estruturando um mercado interno de carbono. Articular mais fortemente no plano internacional a realização de uma cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável no Brasil em 2012. A Rio mais 20. Examinar as proposta de criação de organização das Nações Unidas para o meio ambiente mediante transformação do programa das Nações Unidas para o meio ambiente.

Hoje tem um programa e a idéia é nós articulamos a nível internacional a criação de uma organização; Adotar políticas estratégicas para eliminar o desmatamento ilegal, inclusive no sentido de estabelecer mecanismos de compensação financeira para financiar a preservação das florestas... Das florestas brasileiras. As ONGs já apresentaram a proposta na Frente Parlamentar do Meio Ambiente e achamos que devemos incorporar essa proposta para que nós possamos defender efetivamente nas duas Casas; Articular as negociações internacionais a adoção de mecanismo financeiros de compensação pelo desmatamento evitado. Acho que o Brasil tem uma defesa que nós consideramos adequada do desmatamento evitado está incorporado ao mecanismo de desenvolvimento limpo e a Comissão deve apoiar essa posição brasileira. Intensificar a política de criação de unidade de conservação da natureza, com a especial ênfase em biomas ameaçados. Estabelecer diferenciações dos percentuais de compensação ambiental de empreendimentos poluidores, cujos recursos são aplicados em unidade de conservação da natureza. A compensação ambiental devida por empreendimento emissoras de gases

de efeito estufa deve ser proporcional a quantidade de gás emitido. Hoje é meio por cento do empreendimento para compensação ambiental, recursos usados na preservação das unidades de conservação, se for um licenciamento da União nas unidades do Ibama, se for estadual e assim por diante. E se você vai licenciar uma instalação eólica ou vai licenciar uma térmica a carvão mineral, a compensação ambiental o valor é o mesmo. Acho que nós temos que apresentar uma proposta, nós estamos apresentando propostas no sentido de diferenciar a compensação ambiental de acordo com o impacto do... De cada empreendimento àqueles que causam mais impacto e emitem mais devem ter uma compensação naturalmente maior. E não ser um tratamento igualitário; Avaliar os impactos e as medidas necessárias para adaptação das populações que vivem nas florestas e as novas condições impostas pelas mudanças climáticas; Adotar políticas de estratégia no sentido de aumentar a participação das fontes renováveis, eólica, solar e biomassa na matriz energética brasileira. Não ampliando o percentual de geração de energia pelo emprego de combustíveis fósseis. O Governo tem um planejamento até 2030 da sua matriz elétrica, energética, e a parte elétrica ela estima uma geração, por exemplo, de eólica de 200 megawatts/ano. E nós achamos que o Governo... Que o Brasil tem um potencial para que o Brasil possa fazer leilões com quantidade maior de oferta e de energia renováveis, eólica, biomassa, biomassa está anunciando um leilão agora para março, abril, e nós temos que forçar para que o Governo faça dentro da política adotada pelo Governo em 2004, faça leilões com volume maior de disponibilidade de energia dessas fontes; Realizar leilões específicos para aquisição de energia nova gerada com base em fontes renováveis. Eólica e biomassa; Facilitar a entrada de excedente de alta produção e co-geração de eletricidade no sistema interligado nacional. E deve atender prioritariamente aos pequenos produtores. Alguns países usam isso, você tem uma geração, uma alta produção, e você tem que ter o mecanismo de colocar esse excedente que você tiver, seja através de um aerogerador. Seja através de biomassa, seja de lançar isso num sistema interligado nacional; Defender a extinção das barreiras ao comércio internacional de biocombustível, em especial etanol e biodiesel. Nós estamos querendo entrar nessa luta de apoio ao Governo Brasileiro, diplomacia brasileira para que nós possamos acabar ou extinguir as barreiras comerciais, a comercialização do etanol e do biodiesel; Elaborar zoneamento agroecológico do território nacional para outras providenciar, identificar as áreas mais propícias ao plantio de espécies vegetais

destinadas a produção de agrocombustíveis; Zoneamento agroecológico para que nós possamos definir aonde pode ser de fato implementado, por exemplo, a cana-de-açúcar é fundamental para a preservação das nossas florestas; Criar incentivos com base em estudos locais para geração de energia a partir de fontes renováveis; Ampliar os mecanismos de cooperação técnica e internacional a fim de que não só difundir, por exemplo, tecnologia dos biocombustíveis desenvolvidos no Brasil, mas também de captar tecnologias estrangeiras que possam auxiliar na solução das carências nacionais referente às mudanças climáticas; Regulamentar o mercado de carbono. Notadamente no sentido de estabelecer a natureza jurídica das reduções certificadas de emissões. Definido o regime tributário aplicável à espécie, tomando o cuidado de não onerar excessiva e desnecessariamente esse título. Acho que é uma forma de você também... Tivemos um debate sobre esse tema na FIESP, se não me engano. O Deputado Gabeira também debateu esse tema, o Deputado nosso Presidente também debateu o tema. Acho que nós temos que promover um incentivo tributário para que se estabeleça esse mercado no Brasil; Criar campanhas informativas sobre o uso racional de insumos agrícolas, em especial fertilizantes que impliquem a emissão de gases de efeito estufa; Implementar políticas agressivas de incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, como plantio direto integração lavoura e pecuária e sistema agrosilvopastoris; Desenvolver pesquisa para adaptação dos cultivares as novas condições decorrente das alterações climáticas globais. A Embrapa tem feito e nós temos que apoiar as nossas instituições de pesquisa que trabalham nessa direção; Aprimorar a política nacional de educação ambiental no sentido de incorporar decisivamente o tema mudança climática no processo de educação formal e informal; Dotar no instituto de pesquisa público de recursos orçamentário para que possam levar adiante os estudos para mitigar os efeitos da mudança climática bem como adaptar o Brasil a nova situação. O Ministério de Ciência e Tecnologia lançou a Rede Nacional de Pesquisa sobre o tema, mas nós vamos ter aqui no Congresso dar sustentação orçamentária a este programa; Estruturar e dar condições que fundamentam a rede brasileira que está aqui, é o próximo, sobre mudança climática visando gerar conhecimento para informar o processo de tomada de decisões e para subsidiar a formulação de políticas públicas de mitigação e adaptação; investir na capacitação de pessoal e na aquisição dos equipamentos ainda necessários para diminuir a dependência externa no que tange a formulação de aplicativos computacionais para

resolução dos modelos matemáticos de simulação climática; Adotar mecanismos de inspeção técnica veicular que contemplem além dos requisitos de segurança, elementos de aferição das emissões de gases poluentes de efeito estufa por veículos automotores. Nós já temos projeto tramitando, está na Câmara o projeto, e achamos que deveríamos já colocar desde maio, como sugestão de prioridade que a gente deve em 2008 tentar aprovar esse projeto; Adotar projetos e programas que desestimule o uso individual de veículos automotivo, estimule o uso de transporte público, transporte solidário, deslocamento a pé e de bicicleta; Estudar as medidas necessárias para adaptação da malha de transporte nacional em função das novas condições impostas pelas mudanças climáticas notadamente a infra-estrutura portuária; Adotar políticas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos incorporando modernos princípios com responsabilidade pós-consumo do produtor e práticas conservacionistas, como a coleta seletiva além de propiciar a coleta e o aproveitamento energético do metano gerado nos aterros sanitários; Adotar políticas e estratégias no sentido de promover o gerenciamento da demanda por água. Em especial nos centros urbanos. Adotar políticas de estímulo a construção de edificações e equipamentos de infra-estrutura urbana segundo práticas sustentáveis, no que tange as técnicas materiais empregadas. Além dessas recomendações ao Poder Legislativo, Executivo, nos diversos níveis aqui indicados para cada poder e cada nível de poder, nós temos diversos Projeto de Lei que estão sendo sugeridos. Nós temos um Projeto de Lei 261 do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, que dispõe sobre Política Nacional de Mudanças Climáticas. Acho que esse projeto foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente na Câmara, se não me engano. Um outro Projeto de Lei, junto com o projeto do Mendes Thame está apensado o Projeto de Lei da Deputada capixaba Rita Camata, um outro Projeto de Lei do Deputado Fernando Gabeira que dispõe sobre o sistema de vigilância das emissões antrópicas por fontes, remoções, consumidores e gases de efeito estufa, também recomendado para votação. O Projeto de Lei do Deputado Gabeira está apensado no Projeto de Lei do Deputado Sarney Filho. Projeto de Lei nº 494 do Eduardo Gomes, nosso Presidente, que dispõe sobre incentivos fiscais a serem concedidas as pessoas físicas e jurídicas que invistam em projeto de mecanismo de desenvolvimento limpo que gerem reduções certificado de emissões, autoriza a constituição de fundo de investimento em projeto de MDL. Projeto de Lei nº 6.910 do Deputado Sarney Filho que exige comprovação da origem de madeira utilizada em obras

e serviços públicos. Projeto de Lei nº 5.979 de autoria da Comissão de Viação e Transporte da Câmara que acrescenta o art. 66-A e altera redação do **caput** do art. 104. Normas de inspeção técnica veicular que nós já falamos sobre ele. O Projeto de Lei nº 129 do Deputado Paulo Teixeira, presente conosco, que altera o Sistema Tributário Nacional no sentido de estabelecer uma redução na base de cálculo de IPI de produtos industrializados que utilize material reciclado. Proposta de Emenda de Constituição nº 19 do Senador Jefferson Peres, que altera o ato das disposições transitórias e cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Projeto de Lei Complementar nº 351, da Senadora... Da então Senadora Marina Silva, cria reserva do fundo de participação dos Estados e Distrito Federal e considerando as unidades de conservação como variável na composição do Fundo de Participação dos Estados. Além da recomendação desses projetos, tem outros projetos recomendados que foram incorporados, sugeridos à Comissão que estão incorporados nesse anexo nosso que ainda não faz parte do texto, mas serão incorporados. Mas além de recomendar a tramitação prioritária das proposições legislativas, a que acabo de me referir o Relatório sugere a apresentação de oito Projetos de Lei. Mais oito. Entendemos que para gerar resultados práticos uma Política Nacional de Mudanças Climáticas precisa ser transversal. Ou seja, além de uma lei que estabeleça princípios, diretrizes e instrumentos é necessário realizar as modificações pontuais da legislação nacional, no intuito de incorporar essa variável das demais políticas públicas levadas a cabo pelo Estado Brasileiro. Para materializar esse instrumento, esse entendimento, sugerimos como visto anteriormente a apreciação prioritária de uma série de proposições legislativas, que englobam além de modificações tópicas no ordenamento jurídico pátrio, uma Política Nacional de Mudanças Climáticas. O primeiro projeto que sugerimos altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 81 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente para determinar que o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de ampliação superior a 25 anos leve em conta critério relacionado às mudanças climáticas. O segundo projeto que nós estamos sugerindo à Comissão que institui o sistema nacional de unidade de conservação para estabelecer diferenciação nos percentuais para cálculo do montante de recursos que o empreendedor deve destinar implementação e manutenção das unidades de conservação que é a questão da compensação ambiental. O terceiro regulamento é a redução de certificados de emissões resultante do MDL. A regulamentação deve-

rá resultar em benefícios significativos para o País. Uma vez que a institucionalização do mercado de redução no certificado de emissões estimulará a entrada de divisas e viabilizará a implantação de um número crescente de projetos de MDL no Brasil. O quarto projeto altera a Lei nº 9.985/2000 estabelecendo que no caso do projeto de geração de energia elétrica os custos ambientais do empreendimento devam ser internacionalizados, sendo seu valor correspondente ao que gastaria com aquisição de crédito de carbono para neutralizar as emissões. Esse projeto é um projeto que tem o objetivo de nós... Quer dizer, não dá para a gente proibir o Governo de implantar as térmicas, mas você tem que incorporar o custo ambiental nesses empreendimentos. E o empreendedor tem que de alguma forma compensar as emissões que ele vai causar com esse gasto de combustível fóssil.

O quinto projeto dispõe sobre a concessão e subvenção a implementação de servidão florestal de reserva particular do patrimônio natural reserva legal e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. Busca assim, esse é um projeto, um debate que o Deputado Eduardo Gomes também está fazendo na Câmara, busca assim remunerar o produtor rural que preserve o meio ambiente mais do que legalmente exigido. Se ele preserva... Se tem área de preservação permanente, reserva legal, ele tem um... Ainda preserva mais ou recompõe parte, ele tem que ser de alguma forma remunerado para os serviços ambientais. Acho que vai ficando cada vez mais claro o conceito de serviços ambientais e a forma de mensurar o serviço ambiental. Sexto projeto altera a Lei nº 9.985 para incluir o impacto das mudanças climáticas entre as diretrizes da implementação do sistema nacional de conservação. A autoridade deve considerar o processo de criação da implementação das unidades de conservação os impactos das mudanças climáticas provocado pelo aumento da concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera. A sétima proposição Legislativa altera dispositivo da Lei nº 9.427 para permitir incorporação de sistema elétrico integrado nacional. Não apenas os grandes empreendimentos, mas também os pequenos aproveitamentos hidráulicos e aqueles com base na energia solar, eólica e biomassa e outras fontes renováveis. É o lançamento do que você produz de energia independente da quantidade no sistema nacional. O oitavo e último projeto estabelecem a obrigatoriedade do fornecimento a quem interessar de dados obtidos em estudos e pesquisa realizadas por entidades públicas ou financiadas com recursos públicos ressalvadas as informações sigilosas perante a segurança nacional sujeita a legislação específica, bem como os

resultados ordinários de estudo e pesquisa com mais de 50% de investimento privado. É divulgar os resultados que tiver mais de 50% de recursos públicos você ter a obrigatoriedade de divulgação desses dados para a comunidade científica ou a quem interessar. Busca com isso estimular a disseminação do conhecimento nacional sobre mudanças climáticas, pré-requisitos básico para estabelecerem políticas adequadas de mitigação e adaptação de mudanças climáticas.

Forma muito sucinta é esse o Relatório da atividade 2007 da Comissão Mista Especial de Mudança Climática disse e reafirmo a sensação de dever cumprido, mas a certeza de que ainda há muito que se fazer. O tema não se esgota aqui, muito pelo contrário, sua discussão está apenas começando. Faz com que nossa tarefa esteja longe do final. Discutimos as mudanças climáticas com diversos setores da sociedade, mas faltam muitos outros. Prova disso são inúmeros requerimentos de Audiência Pública aprovados, mas sem data disponível para sua realização. Não dá para fugir da realidade. As mudanças climáticas já fazem parte do nosso cotidiano e continuarão fazendo nos próximos anos. Congresso Nacional, instituição para onde convergem os interesses de toda a sociedade não pode ficar de fora dos debates das deliberações sobre o tema, razão pela qual estamos apresentando Requerimento para prorrogação até o dia 18 de junho de 2008 dos trabalhos da Comissão Especial. Como forma de a gente poder avançar na legislação e concluir os trabalhos mais meio ano de trabalho para que a gente possa dar um desfecho de temas que ficaram ainda pendentes com relação ao trabalho da Comissão.

Este é o primeiro passo rumo à transformação deste colegiado numa Comissão Permanente. Aí composta de forma proporcional, com partidos no Congresso, um fórum de discussão e decisão de toda a sociedade brasileira terá voz. Só assim cumpriremos de fato o nosso dever e alçaremos o Brasil a um lugar de destaque no enfrentamento das mudanças climáticas que já ocorrem no planeta. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Quero agradecer ao Senador Renato Casagrande, e é o momento também de fazer aqui os nossos agradecimentos que foram registrados aqui por escrito à Assessoria da Comissão, ao Carlos Henrique Rubens Thomé da Silva, consultor, pela colaboração, ao César Mendes, Ana Evelyn, Zefa Siqueira e André Luiz Rego da Diretoria de Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, a TV Senado. Quero dizer que o material produzido pelas atividades desta Comissão concorrem a diversos festivais e alguns já com menção à qualidade do trabalho produzido por esses profissionais, vou fazer no final mais alguns agradecimentos, mas eu queria já que tivemos o Relatório... A síntese do Relatório lido aqui pelo nosso Relator, Senador Renato Casagrande, passaram pequeno

vídeo das atividades das audiências, breve, para que iniciemos os debates, sei que os Parlamentares têm outras atividades em outras Comissões, mas queria dizer que estamos neste momento registrando também a parte de documentação feita pelos Assessores da Câmara e do Senado.

Pediria que passasse rapidamente, os Parlamentares já podem se inscrever, Deputado Fernando Gabeira, Rodrigo Rollemberg, Paulo Teixeira, Fernando Ferro, Rocha Loures, todos os Deputados que estão inscritos. Vamos passar o vídeo.

(apresentação em vídeo)

2007 foi o ano das questões ambientais para o Congresso Nacional. Unindo forças, o Senado e a Câmara responderam com agilidade. A crescente demanda por ações e soluções no combate ao aquecimento global. Praticamente um consenso na comunidade científica internacional, o fenômeno já é considerado irreversível e requer medidas eficazes e consistentes nos próximos anos. Neste Eco Senado especial nós vamos relembra o trabalho da Comissão Mista de Mudanças Climáticas durante 2007, promovendo audiências públicas, ouvindo especialistas, e incentivando a participação popular a Comissão colocou o Congresso e o País no centro das discussões ambientais. Veja agora no Eco Senado a retrospectiva da Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Instalada no dia 13 de março, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas buscou as informações que colocam o Brasil na trilha do aquecimento global. Foram mais de 100 horas de reuniões, visitas e audiências. 31 encontros de trabalho, e mais de 80 especialistas ouvidos. Nas Audiências Públicas realizadas em Brasília, a Comissão discutiu temas ligados às mudanças climáticas. Soluções para matriz energética brasileira, poluição industrial, a destruição do cerrado, comprometimento das nascentes de água, produção e reciclagem de lixo, desertificação, desmatamento da Amazônia.

Nós temos que saber de maneira muito consciente o tesouro que temos nas mãos, e ao mesmo tempo os perigos que o mal uso desse tesouro pode representar para a Amazônia.

País afora, a Comissão conheceu as realidades regionais e ouviu especialistas sobre os desafios brasileiros na questão ambiental.

Fomos surpreendidos de maneira positiva em alguns Estados que avançaram muito na política de desenvolvimento sustentável, e fomos também surpreendidos de maneira negativa quando a gente descobre que as instituições de pesquisa precisam e devem ter mais recursos, coisa que não acontece atualmente. Então, só temos condição de trabalhar sintonizados com essa realidade, fazendo aquilo que é regra no ambiente político para solução dos problemas. A visita

in loco e o debate com a comunidade seja qual for o assunto, principalmente o assunto importante como é mudanças climáticas.

Nos próximos cinco anos o Pará deve ter o maior rebanho bovino do País. O que significa um problema. O gás metano produzido pelo gado é 25 vezes mais potente que o CO², como o gás de efeito estufa.

A Amazônia, assim como 20 anos atrás, últimos 20 anos ou 30 anos, ainda a maior parte de floresta para algum uso é a convenção para pastagem e aí a pastagem de produção extensiva. O que nós precisamos é achar um modelo que não seja mais baseado na convenção de floresta em pastagem, inclusive essa convenção vai prejudicar a própria produtividade agrícola da região do Brasil no futuro, mas que a floresta passe a ser o principal ativo financeiro, principal alavancador do desenvolvimento da região.

Apesar da ação dos madeireiros, 90% da cobertura vegetal se mantém no Amazonas. O Estado foi o primeiro do País a aprovar uma Lei Estadual de Mudanças Climáticas.

Eu acredito que dentro da Comissão de Mudanças Climáticas, o que há de mais importante em pauta no mundo inteiro se chama Amazônia. Então é muito importante que esses parlamentares estejam conhecendo **in loco** o nosso trabalho, as nossas pesquisas e também as nossas demandas que é para que nós possamos nos unir a eles, a essas demandas, e possamos ajudar a trazer mais recursos, mais gente, mais profissionais para que a gente venha a trazer informações para ajudar nessa questão das mudanças climáticas.

No Mato Grosso do Sul as autoridades locais mostraram que o avanço da pecuária está ameaçando áreas remanescentes do Pantanal. Estudos da Universidade Federal do Estado mostram que o aquecimento global já é uma realidade na região.

De fato isso está ocorrendo. Nós temos aqui dados de Campo Grande, da década de 60 para cá, de temperatura, e ela aumentou 1.8 graus centígrado, o que corresponde a uma média de 0,045 graus por ano quando as previsões teóricas apontam para 0,05 graus. Já é uma confirmação de que esse efeito de aquecimento médio de atmosfera está em andamento.

No Rio de Janeiro a questão em pauta foi a matriz energética. Qual a melhor solução para o Brasil? Segundo os especialistas, a predominância de energia de matriz hídrica é boa no contexto das mudanças climáticas. No entanto, nos últimos anos têm sido estimulada instalação de termoeletricas, grandes emissoras de CO².

Acho que a energia hidrelétrica ela no custo-benefício ainda é uma opção brasileira que a gente

deve adotar. Lógico que tomando todas as cautelas, fazendo com que o impacto ambiental seja o menor possível, fazendo com que o ecossistema não seja atingido, principalmente a vida aquática, tanto os seres que vivem na água quanto aqueles que se utilizam da água também.

Ela não é absoluta, ela não é mais sozinha que vai resolver o problema. É preciso outras formas de energia, o que dá margem a muitas alternativas. Mas eu não vejo porque abandoná-la ainda. Agora, todo cuidado tem que ser tomado para não tomar hoje decisões erradas sobre construções de hidrelétricas.

Quais são as vantagens e quais as desvantagens da energia elétrica?

A primeira vantagem é que tem emissão baixa de gases de efeito estufa comparado com a termoeletrica que é o que está entrando hoje. A segunda que é renovável, você uma vez feita você tem água. Agora, é preciso pensar no futuro como será o regime de águas no Brasil porque para que não façam hidrelétricas que não tenham a potência que se pensa.

Em São Paulo o tema foi o aquecimento global e o papel da indústria. Na sede da Fiesp os empresários ressaltaram que o setor industrial contribui muito pouco para as emissões de gases no Brasil, cerca de 3% do total. Mas admitiram que novos projetos são necessários para incentivar a redução de emissões. Os especialistas também defenderam a regulamentação do mercado de créditos de carbono.

Todo mercado bom é mercado regulado. Não existe mercado que não seja regulado que não seja bom. As pessoas sabem a regra do jogo, aonde estão, como fazer, como acontecer, como pagar e como receber. Na verdade, a regulação de um mercado é parte do pressuposto que o mercado regulado é mercado menos arriscado. Quanto mais regulação a gente tiver, menos risco a gente tem. O problema é que essas regulações no Brasil ou elas são muito grandes ou não são nenhuma. A gente precisa de uma regulação consistente que parta do princípio das vantagens competitivas. O que são vantagens competitivas? Aquilo que a gente pode fazer hoje, fazer sempre e melhor.

A grande preocupação no Ceará é a desertificação que também ameaça outros Estados da região.

Mapeamos todas as áreas em processo de desertificação no Estado. Que se concentraram basicamente no Igarapé, naquela região Pirauçuba, centro-sul do Estado, e no Jaguaribe.

Eu creio que o principal nós temos que ter uma política de utilização e reutilização da água até assim como temos que eu não sei se vocês conhecem de "suvinagem". Nós temos que pensar em cada gota

d'água que nós vamos desperdiçar. Uma outra saída para o mundo.

Além disso, a Comissão discutiu o potencial de matrizes energéticas alternativas. O Ceará foi um dos pioneiros no uso de energia eólica em caráter comercial no Brasil. Segundo estudos preliminares, o Estado pode gerar o equivalente a três usinas de Itaipu, caso explore todo o potencial eólico.

Você tem o potencial no Ceará próximo de duas Itaipu, o Rio Grande do Norte tem mais uma Itaipu, então você tem três Itaipus aqui entre dois Estados, então é uma riqueza fabulosa. Nós precisamos e fizemos questão de que essa Comissão fizesse essa audiência pública primeiro no âmbito da Assembléia, depois deslocasse até esse parque eólico para poder ter... Perceber melhor o significado do potencial que nós temos nas mãos numa parte do nordeste brasileiro. Nós queremos transformar essas três Itaipus em energia verdadeira que entra nas nossas casas em energia limpa.

Todas essas opiniões, idéias e sugestões reunidas durante as audiências públicas são agora condensadas num único documento. Nove meses após o início dos trabalhos a Comissão Mista de Mudanças Climáticas chega a um relatório final. Nós estamos no gabinete do Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão que ainda trabalha nos últimos detalhes antes da apresentação. Senador, quais os pontos fortes desse Relatório que podem vir a nortear as políticas governamentais nos próximos anos em relação às mudanças climáticas?

Senador Renato Casagrande: O Relatório foi elaborado seguindo três eixos. Grandes eixos. Primeiro eixo é o eixo do combate ao desmatamento ilegal. Nós ainda sofremos com esse tipo de ocupação do solo para pecuária ou para plantio, sempre ou quase sempre com desmatamento ilegal e 75% das nossas emissões são de origem dessa prática irracional e destrutiva dos nossos recursos florestais. O segundo eixo é o eixo da matriz energética. Tanto eletricidade como combustível o Brasil tem hoje fontes renováveis que precisam ser preservadas. Então temos diversas propostas que orientam no sentido de manter a nossa matriz energética limpa, com incentivo a fontes renováveis de energia. Tanto a parte de eletricidade como a parte de combustível. E também um eixo político, porque o Brasil precisa de ter uma posição mais forte e mais audaciosa como protagonista de se assumir compromissos internacionais, dado ação de políticas públicas especialmente com metas de redução do desmatamento ilegal no nosso País. Essa Comissão não é permanente, é temporária, estamos pleiteando então que a gente possa acompanhar esse debate por mais

seis meses, até junho, julho do ano que vem essa Comissão deveria funcionar e o Congresso deve avaliar se vai criar uma Comissão Permanente ou não, mas nesse momento o meu pedido é que a gente possa prorrogar por mais seis meses.

Ano que vem o trabalho parlamentar prossegue e o Congresso Nacional continuará se dedicando às grandes questões ambientais que preocupam o Brasil e o mundo. Entre em contato com o nosso programa pelo endereço eco@senado.gov.br e até a nossa próxima edição.

(final da apresentação em vídeo)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Bom, exibido esse documentário, eu passo... Sei que todos vão fazer referência à qualidade, quero parabenizar a equipe da TV Senado e da Eco Senado, e passo a palavra ao Deputado Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB – DF) – Prezado Presidente, prezado Relator, prezados Parlamentares, eu quero em primeiro lugar cumprimentar o Presidente, Deputado Eduardo Gomes pela condução dos trabalhos desta Comissão, quero cumprimentar o Relator e cumprimentar o seu brilhante Relatório que expressa de maneira bastante fidedigna o conjunto de debates realizados ao longo desse ano e de sugestões apresentadas por pesquisadores, por gestores de políticas públicas, por Parlamentares, cumprimentar todos os servidores do Senado e da Câmara que deram apoio ao funcionamento dessa Comissão. Nós estamos diante talvez do tema mais importante deste momento da vida da humanidade. É muito importante que o Congresso Nacional possa se aprofundar e possa apresentar propostas concretas de enfrentamento dessa questão, por isso considero muito importante a prorrogação do prazo do funcionamento desta Comissão e até a análise, a avaliação profunda se não é o caso de montar uma Comissão, de se criar uma Comissão Permanente para acompanhar a questão das mudanças climáticas em nosso País.

Quero dizer que recentemente representando a Câmara dos Deputados, num encontro em Londres, que do qual participavam 85 Parlamentares de 34 países pude constatar ali de forma bastante clara a preocupação do mundo todo com essa questão dos parlamentos do mundo todo com essa questão e da necessidade de trocar informações e experiências acerca de como cada País está se preparando para enfrentar os desafios das mitigações das emissões de gases de efeito estufa e também das adaptações às mudanças climáticas. Também ouvido o Embaixador brasileiro em Londres, José Maurício Bustani, a importância da pre-

sença Parlamentar nesses fóruns internacionais, para que se conheça não apenas a opinião dos governos, mas também a opinião dos parlamentos.

Portanto, mas neste momento eu quero parabenizar o Relator Renato Casagrande, parabenizar também V.Ex^a pela condução dos trabalhos, acho que a Comissão avançou, ela traz contribuições importantes. Agora, considero muito importante que o ano que vem a gente faça um esforço muito grande de mobilização junto à Mesa da Câmara e a Mesa do Senado para transformar de fato todas essas proposições em algo concreto, ou seja, que o Congresso aprove leis que possam de fato modificar e criar os instrumentos para que a gente possa enfrentar essa questão. Vou dar um exemplo. Muito se fala, hoje inclusive tem um artigo do José Elivega(F) no Estado de São Paulo, se consensuou colocar que 75% das emissões brasileiras vem do desmatamento e das queimadas, enfim, das alterações de uso do solo. Acontece que o nosso último inventário foi feito entre 90 e 94. Está absolutamente ultrapassado. Considero que uma das coisas... Talvez pra mim a principal, a inicial nós deveríamos neste momento fazer um esforço para aprovar que o Brasil possa fazer regularmente, talvez não anualmente, mas no prazo de quatro anos, quatro em quatro anos, para que possa ter regularmente o inventário das nossas emissões e das reduções certificadas como está proposto pelo Relatório porque vai nos mostrar de forma clara qual é o perfil das nossas emissões e como é que vamos poder atuar de forma mais efetiva para reduzi-la. Mas parabéns, Sr. Relator, parabéns Sr. Presidente, Parlamentares que participaram dessa Comissão e os servidores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Rollemberg. Passo a palavra nesse momento ao Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Sr. Presidente, eu queria também me unir aos elogios ao trabalho da Comissão, o trabalho do Senador Renato Casagrande, ao trabalho do Presidente, a toda a equipe que contribuiu. Eu acho que foi muito sábia essa decisão de tomar contato com o tema humildemente buscando especialistas... Nós podemos realmente chegar a algumas conclusões interessantes para o Brasil.

Eu queria dizer que do ponto de vista... Nós observamos na entrevista do Relator que o trabalho teve três eixos. E que o terceiro eixo era exatamente impulsionar uma posição mais avançada do Brasil nos fóruns internacionais. Acho que nós até certo ponto atingimos esse objetivo com o discurso do Ministro Celso Amorim ontem. Quando ele definiu nesse discurso que o Brasil

aceita reduções de emissões nacionalmente planejadas e universalmente verificáveis, ele praticamente se aproximou do tema sem usar a palavra. Agora, não vamos ficar brigando por uma palavra. (risos) Nós queremos exatamente o sentido da coisa. Não só ele se aproximou como se distanciou um pouco da posição chinesa. Quer dizer, mostrou que o Brasil nesse contexto tem uma posição mais de vanguarda em relação aos países do chamado emergente, os países desenvolvidos. Então acho que aqui no próprio Relatório, quando se diz que a próxima etapa, o... As metas... Colocam a prova na página... Isso não precisa mudar. Só estou fazendo uma referência. Quando se diz que as submetas de reduções que põem à prova o princípio de responsabilidade comum, porém diferenciadas, na verdade nós não colocamos a prova o princípio de responsabilidade comum e diferenciada. Nós

apenas explicitamos quais são as responsabilidades comuns e diferenciadas. Eu acho que o Relatório teve um papel e terá um papel muito importante quando ele define a decadência dos nossos principais institutos de pesquisa. Nós tivemos o Goeldi, o Museu Goeldi teve uma redução de 58% no seu... Nas verbas orçamentárias destinadas a ele. É muito grande para uma coisa tão importante. Para que se tenha idéia, em 2001 o próprio Relatório diz, nós tínhamos 38 milhões de reais investidos na meteorologia, no serviço de meteorologia. Hoje isso se caiu para 21 milhões. E as necessidades da meteorologia aumentaram muito. Por exemplo, nós tivemos um furacão em Santa Catarina. Esse furacão em Santa Catarina por acaso eu estava lá. E nós teríamos uma performance muito melhor se nós tivéssemos uma estação meteorológica lá que falta naquela área do sul, naquele litoral do sul. Portanto, nós temos de investir muito mais. E as conclusões, o trabalho que levanta a questão é muito bom. Mas as conclusões são ainda limitadas. Olha, precisamos chamar atenção para isso. Acho bom chamar atenção. Mas temos de ir mais diante, temos de tentar conversar com os Ministérios para ver como é que isso pode ser feito, trazer os institutos aqui para discutir uma forma de ampliar a cooperação internacional, também é uma coisa importante. Ver se eles podem prestar algum serviço remunerado também, para poder criar uma fonte para eles. Enfim, e uma coisa que me chama atenção nessa... Eu não sei se o dia hoje era para discutir o Relatório mesmo ou só para despedida.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Porque eu pensei que era mais uma confraternização. No caso da Amazônia, o Fundo da Amazônia, ele representa do conjunto dos fundos aqui pelos dados, 1,8%. É muito pouco. Foram destinados para eles 14 milhões de reais. É muito pouco. E por que é que é importan-

te? Não é só porque nós vamos resolver o problema da Amazônia com esse dinheiro. É importante que nós estamos buscando dinheiro internacional para Amazônia. E ao buscar dinheiro internacional para Amazônia, temos de demonstrar que estamos usando também. (risos) Porque esse é o princípio da ajuda internacional. Você tem de mostrar que está envolvido. Então esse aspecto eu acho que é um aspecto muito importante do Relatório e que a gente deve fazer, avançar e fazer desenvolver.

Outra coisa que me parece também importante é... Eu deixei de apresentar um projeto meu que tem tudo a ver com algumas observações do Relatório. E ele propõe um avanço nos relatórios de impacto ambiental e eu tenho um projeto que acho que pode mudar a qualidade desse trabalho no Brasil que chama avaliação ambiental estratégica. É um projeto para avaliação ambiental estratégica. Você não faz só o Relatório ambiental no lugar, mas você avalia estrategicamente todo o processo para poder... Acho que isso daria um avanço muito grande. Agora fiz uma reunião com juristas brasileiros e alemães que trabalham no tema e eles todos ficaram bastante entusiasmados com a idéia porque já vinham com essa idéia há muito tempo.

Outro aspecto SPC que eu queria chamar atenção, o valor do Relatório que a gente pode desdobrá-lo, é que ele demonstra claramente que o vapor de água da Amazônia tem o efeito muito grande na estabilização do clima. Ele tem um efeito muito grande para a agricultura do sul, do sudeste e tal. E nós estamos aqui, eu creio que existe no Senado um debate, ou um projeto sobre serviços ambientais. E nós precisamos caminhar para definir os serviços ambientais. Porque ao definir os serviços ambientais nós podemos chegar também a um outro ponto que o Relator mencionou que é quantificar, o quanto terá de ser a remuneração. Então isso temos de incluir também nas nossas preocupações. Eu não vou me alongar muito, eu sei que outras pessoas querem falar, eu quero dizer que nós temos de continuar trabalhando. Eu acho que nós iniciamos apenas um diálogo. Imagina, por exemplo, nós ainda não fizemos adequadamente um diálogo entre o aquecimento global e a arquitetura brasileira. Nós não fizemos um diálogo entre o aquecimento global e a construção civil. Nós temos muita coisa ainda pela frente para poder alterar um pouco o processo. Área de saúde... Nós não fizemos ainda esse trabalho todo. Então eu sou plenamente favorável a que a gente continue o trabalho, mas acho que temos de fazer um pequeno núcleo para tentar dar consequência política ao trabalho. Aquela pressão de visitar o Ministro da Ciência e Tecnologia, de visitar o Ministro do Meio Ambiente... Quer dizer, nós fazemos a política contrária

ao aquecimento global. A política é relativa ao aquecimento global. Porque isso também é muito importante. E temos que incluir no ano que vem... Começar a dividir no ano que vem no orçamento brasileiro aquilo que é mitigação e aquilo que é adaptação. Porque a adaptação também nós vamos ter de fazer. Às vezes não é um caso de aquecimento global, mas nós vimos o que aconteceu agora em Minas Gerais. Houve o primeiro... Não é provocado pelo aquecimento, mas houve um terremoto, matou... uma aldeia toda foi destruída. Eles têm que reconstruir em outro lugar. Então tem de tirar essas pessoas e reconstruir em outro lugar. Se analisarmos a situação do litoral brasileiro e as previsões do IPCC que vão até um aumento de quase... O máximo de 0,59 centímetros na elevação do nível do mar nós vamos ver que vamos ter de retirar populações litorâneas. E readaptá-las em algum lugar. Então isso também nós vamos ter de ter previsão orçamentária. Projetos e tal. Então é um caminho muito longo que temos pela frente, não só de formação, de conversa, mas também de tentar levar o Governo e alguns Ministérios a aceitarem essa adaptação.

Portanto, eu acho que cumprimos o nosso trabalho, mas como o próprio Relator afirma aí na última frase, temos muita coisa pela frente.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Com a palavra o Sr. Relator Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Só para fazer uma sugestão de encaminhamento a uma colocação do Deputado Gabeira. Acho que a Comissão aprovando este Relatório, acrescido de algumas sugestões, acho que está... O trabalho nosso não é mais visitar um Estado ou outro. Pontualmente a gente pode ir *num* lugar ou em outro. Agora, com base nesse Relatório nós temos de dar consequência às nossas sugestões nesse próximo período, até junho e julho, como Comissão Especial Temporária e depois se houver uma criação de uma Comissão Permanente dar consequência aquilo que a gente tiver aprovando aqui. Concordo plenamente que os parlamentares mais envolvidos possam fazer uma agenda de trabalho efetiva junto ao Governo Federal, visitar alguns Estados, alguns Governadores, a gente fazer um trabalho efetivo de implementação daquilo que a gente está debatendo aqui hoje e estabelecendo como encaminhamento nosso. Quero concordar plenamente.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Mesmo porque se a gente não fizer ninguém vai fazer. (risos)

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Concordo também. Agradeço ao Deputado Fernando Gabeira. Passo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT – SP)– Sr. Presidente, Deputado Eduardo Gomes, Sr. Relator Senador Renato Casagrande, inicialmente eu queria me somar a meus colegas, parabenizando pelo importante trabalho feito pela Comissão. Um trabalho de ouvir a sociedade brasileira, o próprio filme ele revela as inúmeras audiências havidas, escutar o setor técnico, escutar a sociedade civil, enfim, um trabalho importante e um Relatório rico, denso, um Relatório que creio eu que mereceria uma publicação. Porque uma publicação podia catalisar o debate com a sociedade, quer dizer, essa é a primeira formulação e em seis meses ele poderia ser aperfeiçoado como também em seis meses nós poderíamos ter esse trabalho político de viabilização dos pontos previstos aqui no Relatório. O senhor falou no filme em três eixos. O primeiro eixo é o eixo de redução do desmatamento. O segundo eixo é o eixo de fontes renováveis de energia. E o terceiro eixo é a militância no plano internacional para as bandeiras em relação à diminuição da emissão de CO². Eu queria só... Se nesses eixos o senhor me permitisse acrescentar dois aspectos. O primeiro a redução de desmatamento, o segundo fontes renováveis de energia, e eficiência energética. Quer dizer, como é que nós temos um eixo que diz: olha vamos produzir energia de outra maneira, mas vamos conservar a energia que a energia conservada é a mais barata e, portanto, a sociedade brasileira tem condição de conservar a energia com mais intensidade do que faz inicialmente. Um terceiro eixo talvez o senhor colocou no Relatório, mas talvez colocar sobre uma... Um guarda-chuva de sustentabilidade. Ou cidade sustentável. Quando o senhor coloca questão de saneamento, transporte, lixo, como é que se daria a isso uma capa de mudança cultural de conservação, de mudança cultural de consumo, de hábitos. Talvez não três eixos, mas quatro eixos já que o Relatório em si tem quatro eixos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)– Deputado Paulo, só um aparte como Relator. Nós debatemos isso. O problema é que como o Deputado Gabeira colocou, acabamos não tratando do tema na Comissão e ficamos um pouco que... Vamos colocar de biográfica, sem a gente ter tratado acaba fugindo da nossa tradição de compor um Relatório daquilo que a gente tenha desenvolvido efetivamente. Mas esse Relatório é final, mas ele não é definitivo. Nós vamos ter oportunidade de tratar porque nós tentamos tratar do tema no mês passado e não conseguimos tratar por falta de agenda. Mas só por isso que não foi efetivamente acrescentado.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT – SP)–Porque de uma certa forma foi tratado no Relatório o tema do saneamento, o tema do transporte, do lixo... Portan-

to acho que esse tema merece um chapéu, digamos assim, de cidades sustentáveis. Então queria sugerir porque acho que ele já de alguma forma começou a tratar isso talvez trabalhar como eixo.

Outro aspecto que eu queria também me somar a esse das emissões. Quer dizer, há uma desatualização na questão das emissões e, portanto, atualizar é muito importante. Em relação à arquitetura, Deputado Gabeira, eu ofereci uma proposição que é um projeto de lei que tramita na Câmara para o qual foi criado uma Comissão Especial que é sobre construção sustentável. A idéia de construções que tenham eficiência energética, construções que tenham materiais certificados, materiais reciclados, construções que tenham aproveitamento de água de chuva e reuso de água e conservação de água. Construções que tenha arquitetura bioclimática... Então é um dos três projetos que nós oferecemos e que foram acatados, eu quero agradecer, projetos de construções sustentáveis, projeto de fontes renováveis de energia que criou Comissão Especial na Câmara também e terceiro de ICMS para materiais reciclados.

Por último, eu quero me somar aqui aos deputados principalmente ao Deputado Gabeira que mencionou, a idéia de a gente fazer uma agenda com o Presidente da República e com os Ministros uma agenda com o Presidente da Câmara e do Senado, digamos, para priorizar esse conjunto de projetos.

E termino só mais uma sugestão Relatório que o Relatório ele aqui menciona a questão do cerrado brasileiro. E tem uma PEC na Câmara para declarar o cerrado como bioma, e a caatinga como biomas com proteção constitucional, previsão constitucional de biomas nacionais. Então se V.Ex^a poderia também acatar, se não me engano é de autoria do Deputado Pedro Wilson Guimarães. Então a sugestão de acatar.

DEPUTADO PAULO TEIXEIRA (PT – SP)– Cerrado e da caatinga com biomas de proteção nacional. Portanto, sugeri, mas são sugestões apenas, mas dar os parabéns porque esse foi trabalho brilhante de V. Ex^{as}, tanto o Deputado Eduardo Gomes como Presidente, o Senador Renato Casagrande como Relator, de todos os deputados e deputadas que participaram e da Assessoria da Câmara e também dos convidados aqui. Obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO)– Muito obrigado, Deputado Paulo Teixeira. Passo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT – PE)– Sr. Presidente, Sr. Relator e demais colegas que participam dessa reunião que conosco estão. Eu queria primeiro também me somar ao reconhecimento que nós temos um documento importante fruto dos de-

bates aqui travados, as discussões aqui feitas e que constituem uma base para aprofundar essa discussão, abre realmente uma... Uma agenda ambiental para o Congresso Nacional de forma mais estruturada. Eu queria... Eu fiz algumas observações em relação ao Relatório, queria só passar aqui para o Sr. Relator algumas preocupações.

Em primeiro, quando a gente fala no início do texto que esse Relatório ele apresenta um diagnóstico preliminar da situação, a descrição de atividades da Comissão e proposições de medidas concretas e recomendações práticas aos poderes Executivo e Legislativo. É muito importante. Agora, a gente não pode esquecer do Ministério Público e o Poder Judiciário. Porque se a gente não atentar para isso, algumas manifestações do Poder Judiciário que não incorporam muitas vezes debate técnicos, que são movidos inclusive por informações insuficientes tem gerado problemas nessa área. Ações do Ministério Público, por exemplo, impedindo construção de hidrelétrica, leva, por exemplo, a ampliação do parque térmico. Pode levar à ampliação do parque térmico. Ou do parque nuclear. Se nós começarmos a criar e não tiver um debate sobre essas situações nós podemos criar situações contraditórias, ao mesmo tempo que a gente propõe todo um processo de limpeza da nossa matriz energética e por conta desses problemas nós poderemos entrar num... E evidente que o Ministério Público não é por maldade do Ministério Público e nem por resistência, visão política ou ideológica. É porque ele se move por informações. Se tiver informações numa direção que prevaleça, ele toma essa posição. Então acho que suprir o Poder Judiciário e o Ministério Público do máximo de informações para uma tomada de decisão mais ampla, completa e responsável acho que é uma obrigação nossa. E esse documento deva ser encaminhado para esses segmentos. O Ministério Público é um ente muito diverso. O Ministério Público não é um ente, são milhares de instituições espalhadas pelo País. Mas era importante de alguma maneira disponibilizar para que esse... A Procuradoria-Geral esteja nessa... Veja, outras observações que eu fiz eu encaminhei por escrito, que eu olhei o Relatório e não estavam. Esse Relatório não é a versão. Mas é exatamente isso. Eu estava...

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT – PE)

– Recebi. Ok. Queria só mais duas questões em função do que foi aqui trazido, o Gabeira levantou uma questão que eu inclusive já tinha... Num debate com o pessoal do setor elétrico que os relatórios de impactos ambientais eles param no tempo. Uma hidrelétrica, por exemplo, você não sabe o que... E nós já temos um histórico de 30, 40, 50 anos. Quais são os impac-

tos “ex” ou “pós” acho que sempre o “ex” o “pós” não tem. Mas eu acho que era algo que a gente deveria começar a incentivar. Até porque tem lados negativos e positivos. As externalidades, por exemplo, eu tenho uma discussão com os companheiros do MAB, Movimento Ativista de Barragem. Outro dia discutia numa reunião sobre problema da implantação da barragem Itaparica lá no Rio São Francisco. Fiz uma pergunta aos trabalhadores na área e uma crítica generalizada: Me dá uma resposta, a tua qualidade de vida piorou ou melhorou com essa barragem? Melhorou. Mas ele no discurso ele era contra. Por ele era quase como fechar aquela hidrelétrica. Mas, no entanto, o problema de irrigações, série de ações. Se nós não tivermos essa capacidade de fazer essas investigações posteriores, inclusive acho que para o setor elétrico, tanto o setor público como o privado deveria ser interessante mostrar os desdobramentos desses empreendimentos. Se vale a pena o que pode corrigir. Então acho que é importante essa avaliação a gente incorporar dentro de uma sistemática de avaliação ambiental os procedimentos em contrários. E por último um debate que nós tivemos aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia, com cientistas sobre o ano polar. Foi ali revelado o papel da influência da Antártida na Amazônia. As correntes de ar e as consequências que terão o problema de alteração do pólo sul para a Amazônia. E a gente... De alguma maneira acho que era importante estabelecer um diálogo com esse segmento. Nós temos hoje o Brasil participando de um conjunto de países que fazem pesquisas científicas sobre os aproveitamentos e as consequências das mudanças climáticas para os pólos ártico e antártico. O Brasil está com a sua base na Antártida. Então acho que era importante esse contato com esses pesquisadores, com essa linha de pesquisa porque ela é extremamente importante que a gente às vezes nem se dá conta, mas a Antártida tem, e principalmente o nosso continente tem uma série de implicações e de pressões e de influência no nosso clima que às vezes, eu vi num Relatório, por exemplo, às vezes a gente quase não toca no assunto, mas acho que era importante de alguma maneira atentar para esse detalhe.

No mais, Senador Casagrande, parabenizá-lo e toda a equipe que elabora. Acho que isso aqui deve se transformar num livro para ser divulgado. Acho que levar para nossas universidades, os centros de pesquisa, inclusive para submetê-la a um crivo de uma avaliação e de um juízo de uma crítica também ao que está escrito aqui. Porque algumas impressões naturais que possam ter e podem ser evidentemente acompanhadas por pessoas que conhecem e lidam com isso. Esse é um documento político. Que está fundamenta-

do em debate científico, mas é um documento político, emite uma opinião e conclui, o Gabeira citou agora pouco a posição do Brasil... Ontem à noite discutia com algumas pessoas a preocupação sobre isso. Ontem abri o jornal fiquei até contente que realmente a posição deu uma refletida no sentido de reconhecer que o País que ao mesmo tempo que é responsável por menos de 3% das emissões mundiais não pode ser penalizado, mas ao mesmo tempo tem um papel pedagógico, simbólico de sinalizar que não é possível aceitar essa lógica de desenvolvimento de já que fizeram tudo errado, a gente pode permitir também fazer errado. Acho que a atitude do Governo Brasileiro é positiva e vai se encontrar com algumas opiniões expressas nesse Relatório. Parabéns.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Obrigado, Fernando Ferro. Deputado Fernando Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Só 30 segundos para reforçar um ponto que ele mencionou que é a questão da Antártida. Nós estamos com muita dificuldade para manter o trabalho na Antártida. E esse trabalho está sendo mantido a partir principalmente de Emendas individuais. Nós temos apresentadas as Emendas individuais. Então seria interessante que a Comissão assumisse também a questão do financiamento mesmo pelo Governo do nosso trabalho na Antártida. Que as geleiras do artigo, por exemplo, a Nasa disse ontem estava calculado para desaparecer em 2040. Podem desaparecer em 2012. Já recuaram.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT – PE) – Só apenas 30 segundos sobre o tema da Antártida. Essa Casa ela tem destinado recursos para a Antártida, mas tem destinado recursos para a parte da logística. Muitos recursos para a parte da logística. Não tem conseguido destinar para a pesquisa. Então a logística esse ano levou um dinheiro alto e a pesquisa dependendo das Emendas individuais não houve agilidade e tem um recurso para pesquisa muito pequeno. Sendo que a pesquisa é o principal fator de razão da nossa existência. Então acho que esse alerta é importante, mas também uma discussão... Não tem dinheiro. Tem. Tem para logística, e não para pesquisa. Então queria acentuar isso aqui.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Está registrado. Passo a palavra ao Deputado Rocha Loures. Agradeço ao Deputado Fernando Ferro suas observações. Passo a palavra ao Deputado Rocha Loures para que agente possa fazer a votação.

DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB – PR) – Primeiro lugar, Presidente, dizer que eu sou favo-

rável ao Relatório, voto com o nosso nobre Relator nosso Senador Renato Casagrande que atravessou a madrugada ontem para estar aqui conosco, longa a votação do dia de ontem. E segundo grau, dizer que a maior e melhor consequência deste trabalho, deste ano aconteceu e... Por alegria, como dizia o Deputado Fernando Ferro lá em Bali. Então a grande consequência não escrita, não percebida aconteceu lá. O Governo Brasileiro abandona a timidez e parte para uma postura mais franca, mensurada e eu tenho certeza, Presidente, até pela escolha feita por V.Ex^a e abrigada por todos membros da Comissão de andar pelo Brasil e dotar esta Comissão do melhor banco de dados, eu diria a melhor informação disponível no Brasil hoje do ponto de vista da sociedade está aqui nesta Comissão consubstanciada no nosso Relatório. Portanto tenho muito orgulho de ter participado desta Comissão e em segundo lugar desejo que ela continue e se estenda para que nós concluamos a etapa principalmente das proposições legislativas que eu acabei de assinar como outros companheiros aqui da Comissão já assinaram, portanto me associo às recomendações desta Comissão.

Queria fazer uma sugestão ao Relator em função da importância do nosso trabalho aqui da possibilidade de termos uma cópia deste Relatório que seja em inglês ou que a tradução também fosse feita para o inglês. Por quê? Em fevereiro vamos ter um encontro Parlamentar no âmbito da Glob(F) que trará representantes de vários países do mundo. Eles a exemplo do que fizemos nós quando vamos fazer a nossa investigação, seja na legislação proposta pelo Senador Libermann(F), americano, seja pelo climate change bio(F), inglês, nós poderíamos, caso a Comissão entenda necessário, e eu acho que é necessário, termos a tradução do Relatório para o inglês para podermos dialogar com outros parlamentos, visto que a questão é supranacional. E destacar alguns pontos do Relatório para os quais eu queria registrar e chamar atenção, primeiro na página 35 trata-se lá do item 1, onde a primeira recomendação é que haja a apreciação das proposições legislativas, portanto no primeiro semestre do ano que vem que é ano eleitoral se possível que nós possamos obter dos nossos partidos a possibilidade de votar, pautar, encaminhar para que a gente avance e saia do Relatório e vá para o marco legal. O segundo registro é na página 38 quando trata da adoção de metas para o Brasil fala no § 3º nessa dinâmica onde aqui o Relator escreve falando sobre o atual cenário internacional e ali no finalzinho diz: há quem defenda que o Brasil também deveria ter metas de redução de gases de efeito estufa a exemplo dos países do anexo 1 do protocolo. Como eu defendo que o Brasil te-

na metas. Se há uma dificuldade de política externa não acho que haja uma dificuldade de política interna nem que seja indicativo. § 7º também da proposição fala literalmente que cresce na comunidade científica a convicção de que seria importante o Brasil assumir metas setoriais voluntárias de redução de emissão de gases de efeito estufa notadamente pelo combate ao desmatamento. E aí fala que várias entidades como Fiesp, CNI(F) se posicionam contrariamente à adoção de metas obrigatórias. Como isso não é característica desta ou daquela incorporação, é nacional e supranacional, e até para não perder o embalo de Bali, e uma segunda consequência da nossa Comissão foi que o próprio Presidente Lula ordenou ao Sr. Ministro Celso Amorim que talvez não tivesse ido para essa conferência se não fosse a determinação talvez do próprio Presidente Lula dando papel central da políticas de mudança climática para o Governo Brasileiro vamos ver se no retorno nós tenhamos até talvez, Senador, no início do ano que vem se a gente pode ter o encontro com o pessoal também, Presidente, do Itamaraty para ver se essa disposição ultrapassa o ano de 2007 para que a gente possa encaminhar.

E depois rapidamente o item 16, página 40, justamente tratando desses compromissos setoriais voluntários, uma proposta ao Poder Executivo Federal que desta conversa com o Itamaraty acho que talvez nós possamos ter com maior detalhamento qual é a idéia do Governo, se eles vão tomar essa iniciativa ou tomamos nós. A questão das florestas especialmente no item 19 sobre mitigação, página 48 falando sobre... E aí a palavra chave. Adotar políticas estratégicas, como V.Exª falou para eliminar. Desmatamento zero ilegal. E isso resolve grande parte do nosso desafio porque 75% das emissões são oriundas do desmatamento da queimada das florestas.

Página 61, questão de energia. O Deputado Paulo Teixeira está conduzindo por iniciativa dele teremos uma Comissão Especial de energias renováveis e no âmbito dessa Comissão o Deputado Paulo Teixeira também, tenho certeza, ampliar a discussão do marco legal também para renováveis, mas ali já está na 24, na página 61, justamente a doação de políticas estratégicas para aumentar a participação das renováveis.

Agricultura. Página 69. Falando do item 32 implementar políticas agressivas de incentivo às práticas agrícolas sustentáveis. Educação. Plantio direto, integração lavoura pecuária e sistemas agrosilvopastoris. Muito bem lembrado e colocado.

E finalmente a questão de educação ambiental, Senador Casagrande, que eu estive no MEC falando a coisa de um mês e meio, dois meses atrás procurando conhecer quais eram os programas do Governo Bra-

sileiro para crianças brasileiras nas escolas públicas brasileiras e há já o espírito, alguma iniciativa, há um trabalho sendo feito, porém ainda não alcança a amplitude que o tema traz.

Então, nesse item 34, página 75 aprimorar a Política Nacional de educação ambiental no sentido de incorporar decisivamente o tema mudanças climáticas nos processos de educação formal e informal. Que eu diria ser da educação a base do que podemos ser no futuro esse é um tema importante do nosso trabalho. Parabéns Presidente Eduardo Gomes, parabéns Senador Casagrande, o PMDB e os seus membros aqui votam com o Relator e o nosso Deputado Colbert teve que atender a outro compromisso e pediu para registrar também que o seu voto é favorável e há concordância plena com o trabalho de V.Exª Parabéns.

SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Agradeço ao Deputado Rocha Loures. Passo a palavra ao Deputado Gabeira.

DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Desculpe, só para contribuir. Acho que a tradução para o inglês eu não tenho nada contra. Mas gostaria de acrescentar também a necessidade de nós traduzirmos para espanhol. Por quê? Porque no caso da Amazônia, a gente com o tempo vai ter que ter uma ação conjunta. A Amazônia a gente diz: Amazônia brasileira. Mas é uma ilusão. A Amazônia não é só brasileira. Existem outros países que detêm trechos importantes da Amazônia e nós vamos ter que trabalhar. Tem uma audiência prevista para isso. Para reativar o acordo e o pacto amazônico. E seria interessante que a gente começasse a pensar dentro desse caminho o Brasil estando à frente, o Brasil trazendo os principais países amazônicos essa conferência para discutir a Amazônia em termos amplos. Acho que isso aí é um passo que o Brasil precisa dar. Ele é muito tímido ainda nesse campo, mas é aonde a nossa liderança pode exercer. Se vamos preservar a Amazônia, nós temos a base para isso que é o SIVAM. Temos informações. Podemos partilhar essas informações. Temos muito a dar e podemos evidentemente com esse muito a dar influenciar também os outros países, temos a Venezuela, a Colômbia, a Bolívia, todos tem especiais, mas que também são importantes nesse caso.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Deputado Augusto Carvalho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO CARVALHO (PPS – DF) – Tive dificuldades de chegar no tempo previsto da reunião em razão de outros compromissos assumidos. Mas não poderia também deixar de manifes-

tar minha posição favorável naturalmente ao relator, parecer do relator, e registrar também a contribuição imprescindível da assessoria que V. Ex^a teve o privilégio de mobilizar que produziu essa peça que eu acho que é o fundamento para se conseguir no Congresso a sua maior prorrogação ou a continuidade do trabalho de uma Comissão Permanente de Mudanças Climáticas. Acho que a tradução, tanto para o inglês quanto para o espanhol, é mais do que bem lembrado pelo Deputado Gabeira, Deputado Rocha Loures até porque será a contribuição do parlamento, acho uma... Um ponto de lançamento entendimento com os outros parlamentares que em fevereiro estarão participando conosco da reunião de Brasília. Então quero também elogiar o trabalho do relator, Senador Casagrande e dizer da minha posição favorável, claro.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Muito obrigado, Deputado Augusto Carvalho. Passo a palavra ao relator, Senador Renato Casagrande.

O SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria propor mais uma ação nossa para esse ano ainda, para semana que vem junto com o Deputado Eduardo Gomes. Nós ouvimos os representantes do Governo que foram a Bali. Acho que seria, assim, vital que na semana que vem acho que todos nós estaremos aqui, que a gente possa trazê-los aqui para fazer um balanço da ida a Bali. Então se os parlamentares concordarem a gente vai tentar marcar com eles terça ou quarta, não vamos marcar o dia aqui, mas terça ou quarta.

O SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Aí nós convidaríamos a Secretária do Meio Ambiente, a Telma Krug.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Para cumprir a formalidade, relator, eu já me proponho a preparar o requerimento já convocando todas aquelas autoridades que V. Ex^a quer.

O SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – O Everton Vargas e o Serra. Sérgio Serra e o Dr. Miguez.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Por que não o próprio Ministro Amorim? Porque na... Tem até uma nota agora.

O SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Podemos aprovar a ajuda dele já e se for possível ele venha.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES (PMDB – PR) – Eu concordo com o Deputado Gabeira. Acho que até é ponto a favor do Governo brasileiro porque abandonou a timidez e foi para o campo de ataque. Acho bom isso.

O SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Então a gente aprovando a gente faz o contato, o Presidente faz o contato com eles.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Submeto à apreciação propositura do Senador Renato Casagrande. Em discussão. Em votação. Os que estiverem de acordo... Permanecem como estão. Aprovado. E a composição de nomes daqueles que já estiveram aqui na comissão durante o ano e que foram a Bali na conferência da ONU.

O SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Bem, o outro incremento que eu quero dar vamos imaginar que a gente consiga de fato prorrogar a nossa Comissão por mais seis meses, queria pedir a assessoria que pudesse preparar uma agenda operacional como foi proposta pelo Deputado Fernando Gabeira e ratificada por todos, de uma agenda semanal com ministros, com autoridades... de acordo com o que nós estamos decidindo no nosso relatório para desdobramento do nosso relatório.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Também a recepção de estrangeiros. Cada vez mais toda semana tem estrangeiro querendo falar.

O SR. SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – A recepção e a nossa agenda ativa, propositiva de encaminhamento daquilo que nós estamos decidindo no nosso relatório.

Bem, eu quero... Vou ao Presidente vai dar encaminhamentos finais em relação ao relatório, mas quero agradecer o Presidente, Deputado Eduardo Gomes foi um excelente, tem sido um excelente Presidente dessa Comissão, com muita facilidade de agregar e de debater então quero aqui fazer o agradecimento como relator pela oportunidade de trabalhar junto com você neste período.

Agradecer aos parlamentares, aqui tivemos alguns mais presentes, o Fernando Ferro, o Augusto, o Paulo que se incorporou posteriormente e que tem se mostrou muito atuante, o Fernando Gabeira que já é um militante da área, o Rocha Loures, o Rodrigo Rollemberg que teve se ausentar, parlamentares que estiveram permanentemente nesse debate. Agradecer muito o apoio que vocês prestaram no decorrer desse trabalho. Quero agradecer a assessoria porque a gente faz a parte aqui visível, mas a assessoria faz todo o trabalho operacional. Agradecer a Verônica que foi a secretária que coordenou com a gente aqui a Comissão, agradecer a Cláudia, o Carlos Henrique é que foi o técnico que coordenou a elaboração do relatório, Davi Alves, muito obrigado. Fernando Maneguin, o Paulo Artur Alves e o Charles César. Muito obrigado e outros técnicos que ajudaram e colaboraram na elaboração do relatório. Muito obrigado e Presidente.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Quero também agradecer a oportunidade de ter trabalhado esse ano todo com os parlamentares, com os assessores, a minha admiração pelo Senador Renato Casagrande vem desde nossa convivência na Câmara dos Deputados, mas com parlamentares que conhecia este ano também tive a possibilidade de debater, de conversar, de conhecer melhor, tenho... Todos sabem que tenho uma briga histórica com o Deputado Fernando Ferro, um grande amigo, mas que vem já desde o setor elétrico e me ensinou muito durante esses anos de mandato e que também entendo que alguns parlamentares tiveram a participação prejudicada por conta da agenda, a crise no Senado, a discussão com o do primeiro ano de mandato, mas eu entendo que essa Comissão teve influência decisiva no calendário do debate sobre mudanças climáticas mesmo que sem esse reconhecimento momentâneo da sociedade por conta da função operosa. A Comissão provocou, discutiu, convocou, procurou conhecer o tema in loco nas Assembléias Legislativas, nos institutos de pesquisa, e isso teve um resultado didático para os parlamentares que vinham de outras áreas e que se encontraram na discussão sobre a Política Nacional de Mudanças Climáticas. Eu entendo que o de 2008 vem com essa consistência, com essa base e com os movimentos do Governo do Poder Executivo mesmo que sem o devido reconhecimento, pelo menos até o momento, mas com o acompanhamento da agenda. Foi neste Plenário e foi nesse cenário que o Secretário do Fórum Nacional de Mudanças Climáticas registrou a necessidade de apoio e de estruturação e isso ocorreu agora já no mês de novembro com a presença do Presidente Lula, a discussão com o Itamaraty, as embaixadas dos países envolvidos nessa questão pela abertura na troca de conhecimento, as organizações não-governamentais, queria fazer um registro especial à participação do Greenpeace, da WWF, SOS Mata Atlântica, Ecológica, TNC, Ipam, várias instituições e em nome delas cumprimento a todas pela nova dinâmica de discussão desse debate na Casa. Acho que criamos um espaço de convergência, embora o debate mantenha a sua independência na visão de cada um, mas realmente

a Comissão tem essa pretensão e tem buscado esse espaço de convergência. E entendo que o ano de 2008 virá com uma função prática e com resultado prático muito melhor com o apoio da Presidência da Câmara, do Deputado Arlindo Chinaglia, do Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, tenho certeza que o desafio dos próximos seis meses é dar ao Congresso Nacional a exemplo do que já existe na questão do Mercosul uma Comissão Permanente, rotativa, com a participação de todos os partidos com alternância em todas as composições, ano a ano uma Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas porque a gente entende que é esse ambiente que o Brasil vai enfrentar durante os próximos anos.

E mais uma vez o agradecimento a todos os funcionários, uma observação técnica ao nosso jovem Paulo Artur, técnico de áudio das audiências externas que nos acompanhou pelo Brasil afora e em nome dele acho que simboliza todo esse desenvolvimento do trabalho, de acompanhamento, de comunicação das questões da Comissão. Meus agradecimentos a todos funcionários e todos assessores. Eu preciso colocar em votação o relatório. Os parlamentares que concordarem permaneçam como estão. Aprovado, então, o relatório do Senador Renato Casagrande.

Coloco votação a Ata da presente reunião que encontra-se sobre a Mesa. Aqueles que concordarem, permaneçam como estão. Aprovado. Nós vamos marcar na próxima semana a audiência, a reunião com os participantes de Bali.

Sessão encerrada às 10h45.

O SR. PRESIDENTE DEPUTADO EDUARDO GOMES (PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente Reunião.

Muito obrigado.

Deputado **Eduardo Gomes**, Presidente

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
Maioria-PMDB - Edison Lobão*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Jonas Pinheiro*
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
PDT - Patrícia Saboya*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Maioria-PMDB - Mão Santa*
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-DEM - José Agripino*
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PRB - Euclydes Mello* (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antônio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

PDT - Jefferson Peres*
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PT - Augusto Botelho*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha ⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana ³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. (vago)		
João Pedro (PT) ⁹	PT	1166	2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
João Vicente Claudino (PTB) ¹	PI	2415	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
MAIORIA (PMDB)					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges (PR) ¹⁰	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ⁶	MS	3016
Marisa Serrano ⁷	AM	1413	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma ¹¹ (PTB/SP)					2051

(Atualizada em 17.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epiácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 – GLDBAG))DSF 18.10.2007).

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 04.07.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 04.07.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 04.07.2007.

⁸ Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 16.08.2007.

¹⁰ O Senador César Borges deixou o Partido dos Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.

¹¹ O Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (PTB-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 17.10.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	
(Vago)	

Atualizado em 23.11.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5255
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

3ª Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
PFL
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque
PSB (PDT)
Senadora Patrícia Saboya (CE) - PDT
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 02.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u>
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (DEM-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 12.12.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ³ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. MATTEO CHIARELLI ⁴ (DEM/RS)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 2.10.2007)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29 de agosto, pelo prazo de 121 dias conforme Requerimento nº 968, de 2007, publicado no DSF de 29.8.2007.

⁴ Em substituição ao Deputado Gervásio Silva, conforme Ofício nº 331-L-DEM/07, de 2.10.2007, do Líder do Democratas, Deputado Onyx Lorenzoni. À publicação em 2.10.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMOSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 1º.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



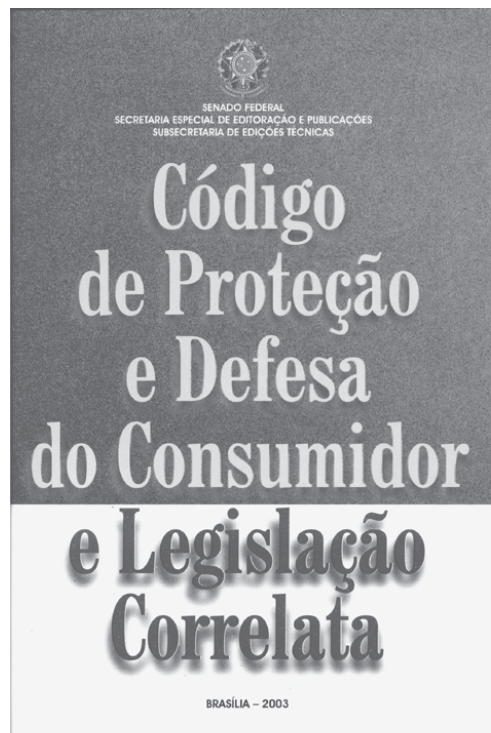
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 216 PÁGINAS